Carapebus
Nas Páginas do Passado

Anna Maria Vasconcellos Almeida

Dos Méritos

Tenho plena consciência da representatividade deste "Carapebus nas páginas do passado". Não se trata de mais uma publicação, esta é a primeira obra literária, específica, sobre a rica trajetória da terra das carapébas, portanto, já nasce como marco histórico. Sempre ouvi falar sobre a seriedade com que Elbe Tavares de Almeida, o primeiro Historiador carapebuense, se dedicava à suas pesquisas e tive o prazer de acompanhar os esforços de sua filha, Anna Maria Vasconcellos Almeida, desde o início de suas incansáveis buscas por fontes fidedignas que embasassem esta obra. Sei do amor por este Projeto, sei do seu compromisso, sei das muitas lutas e de algumas decepções, por isto sei, mais que tudo, Dos Méritos e me sinto privilegiado por testemunhar sua vitória e, orgulhoso, compartilhá la.

Vilcson Gavinho é membro de antigas famílias carapebuenses, dedica se a pesquisas históricas e genealógicas há mais de duas décadas, fundou o Centro de Memória Antonio Alvarez Parada – PMM, organizou a Collecção D. Rosa Joaquina, sendo associado de instituições gradas como o Instituto Histórico e Genealógico do Norte Fluminense, o Instituto Histórico e Geográfico de Macaé, o Colégio Brasileiro de Genealogia, e o Instituto de História Social Portuguesa, Porto/Portugal.

Contém bastante sobre a
História carapebuense

Carapebus
Nas Páginas do Passado

Anna Maria Vasconcellos Almeida

Carapebus
Nas Páginas do Passado

Muiraquitã

2013

Copyright 2013 © *by* Anna Maria Vasconcellos Almeida

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte dessa obra pode ser reproduzida total ou parcialmente, sem a permissão da autora.

Edições Muiraquitã Ltda.
Rua José Clemente, 73 Gr. 505 Centro - Niterói - RJ - CEP 24020-101
Tel.: 21 2620-2788 / 21 98204-2036
editora.muiraquita@gmail.com www.editoramuiraquita.blogspot.com

Editora Responsável: Labouré Lima

Revisão de textos
Tereza Cristina B. Calomeni e Angela Marta Haddad Parente Kury

Referências bibliográficas: Juçara Pereira de Souza

Descritivo das edificações residenciais:
Gilce Paula Machado Lopes de Oliveira

Digitação
Adriana Poeta de Almeida e João Batista Brito Júnior

Diagramação e Arte Final do Miolo: Leila Milanez

Design e Arte Final da Capa: Cecília de Oliveira

Fotografias:
Odilon da Silva Miranda - Foto "Miranda produção"
Odemir Barcelos da Silva - Foto "Mimi"
Maria das Graças de Almeida

Revisão de conteúdos fotográficos: Raízes familiares, Vivências agradáveis do passado, Comemorações da época, e Eventos canavieiros.
Claudia Marcia Vasconcelos da Rocha

Foto de capa: Antiga Estrada do Sapecado

A 446c

Almeida, Anna Maria Vasconcellos
Carapebus na páginas do passado / Anna Maria Vasconcellos Almeida. - Niterói, RJ : Muiraquitã, 2013.
310 p. : il.; 16 cm x 23 cm

ISBN 978-85-7543-137-5
1. Carapebus (RJ) - História. I. Título.

CDD - 981.53

"Foi ali... bem pertinho do mar, na Gamboa, que nasceu Carapebus."

(Elbe Tavares de Almeida)

Praia de Carapebus (vista parcial)
Foto: Maria das Graças de Almeida

Elbe Tavares de Almeida
Historiador e pesquisador sobre Carapebus

Para Elbe Tavares de Almeida

Elbe Tavares de Almeida, a quem muito devo para a realização desta obra, nasceu em Carapebus em 07 de Maio de 1914. De sua mãe, Domingas Tavares, herdou o hábito da leitura; de seu pai, Antonio Pereira de Almeida, o jeito criativo e versátil que sempre o auxiliou a lidar com o cotidiano.

Desde jovem, possuía imenso fascínio por sua terra natal e, neste caso, uma forte razão, para que, ao longo de toda a sua existência, se debruçasse sobre o passado histórico de Carapebus. Interessado em temas ligados a costumes, lendas e crendices do povo do interior, registrava, em pormenores, os fatos e os acontecimentos mais relevantes ocorridos na região.

Elbe não se restringiu a escrever sobre Carapebus: também colaborou com a elaboração da história de Macaé ao fornecer subsídios para os volumes I e II da obra "Histórias Curtas e Antigas de Macaé", de Antonio Alvarez Parada, renomado escritor e historiador.

Faleceu em 07 de Novembro de 1989, mas deixou seu nome grafado na imprensa macaense onde publicou grande parte de seus artigos entre as décadas de 1960 e 1980. Entre eles, podem ser lembrados: "Um Certo Cadete de Araújo", "Onde e como começou Carapebus", "O Boi Trovão", "O trem das duas", "No roteiro dos Sete Capitães", "Mistério da Içaras", "Histórias de Morro Alto", "O segredo de contar histórias" e muitos outros ligados, mais especificamente, a Carapebus, a terra que tanto amou.

Homenagem póstuma

A Anete Nunes Esteves
(Secretária de Educação de Carapebus,
de 1997 a 1999).

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me permitiu a realização deste trabalho.

À minha família e aos meus amigos que, diante das dificuldades, me ensinaram a encontrar confiança e esperança para perseverar.

A todos os carapebuenses que deixaram para a história de Carapebus valiosa e inestimável colaboração.

APRESENTAÇÃO

"Um povo sem história é uma multidão, é uma comunidade amorfa. Não tem existência política, econômica, social."

(Carlos Amorim, citado por Elbe Tavares de Almeida)

Carapebus, nas páginas do passado pretende resgatar parte do passado de Carapebus, Município criado pela Lei nº. 2.417, de 19 de Julho de 1995, mediante a exposição de fatos e eventos mais relevantes ocorridos na região entre os séculos XVII e XX.

Para subsidiar o texto, a autora recorreu a importantes obras de estudiosos da região compreendida entre Macaé e Campos e ao acervo de dados históricos nacionais. Recorreu ainda a valiosos depoimentos de antigos moradores de Carapebus que, com seu jeito peculiar de contar histórias e estórias e de narrar antigos costumes carapebuenses, remontam às raízes de nossa terra, colaborando para que nossa tradição histórica não se perca através do tempo e permaneça na memória de futuras gerações carapebuenses.

PREFÁCIO

Identidade e memória são traços distintivos de cidadania. Tornam-se indispensáveis à formação da sociedade e imprescindíveis à vida e à continuidade da espécie. Somos, naturalmente, o que sabemos a respeito de nós mesmos. Importa, assim, o levantamento de fatos e acontecimentos que teceram a História ao longo dos séculos, a história de todas as pessoas, de cada um de nós.

Mas a História se apresenta muitas vezes incompleta e, o mais preocupante, vista apenas por um determinado ângulo.

Carapebus nas páginas do passado, trabalho que aqui se anuncia, fruto da persistência e, sobretudo, da observação crítica e espírito livre de Anna Maria Vasconcellos Almeida, tem, a meu ver, aspectos que o elevam à categoria mais instigante da literatura memorialista.

Deve a autora, como ela própria lembra, ao acervo de seu pai, Elbe Tavares de Almeida, (o, talvez, até então, único) pesquisador da história de Carapebus, grande parte do material aqui ordenado e explicitado. O trabalho, portanto, de historiografia tem ainda mais seriamente o compromisso de honrar a saudosa memória do querido "tio Elbinho."

Cresci ouvindo muitas destas estórias que, felizmente, agora se tornam públicas e, se é possível adjetivá-las, mais saborosas.

O orgulho cresce à medida que cada parte da obra é desvendada. Conhecer mais profundamente a terra que nos viu nascer e crescer, aprender sobre sua história, até agora nunca publicada, re-visitar lugares, pessoas, acontecimentos e fatos, cria e estabelece elos infinitamente duradouros.

A Anna Maria, nossa admiração e respeito pela coragem, trazida de seus antepassados, ao desvendar (tirar-nos a venda dos olhos, é certo) tantos mistérios. Ao seu fôlego, essa característica dos fortes, de buscar nas mais antigas informações, as razões da criação da então vila de Carapebus (antes Curato e Freguesia), seu desenvolvimento e progresso.

Nossa gratidão pelo cuidado e esmero ao tratar de assuntos, às vezes, tão delicados, e a certeza de que num mundo em permanente mudança, soube a autora traduzir de forma mais lúcida a permanência do amor pela sua terra e pelos seus habitantes.

Claudia Marcia Vasconcelos da Rocha

Março / 2008

COLABORADORES

CARAPEBUS e suas tradições folclóricas

Agildo Gomes Pinto
Ana Paula Souza Filgueira
Anna Nunes Maciel
Antonio Gonçalves Pereira (Manoelzinho Tiana)
Amaro Manoel da Silva (Passos David)
Alípio Francisco da Silva (Sr. Filinho)
Amaro Batista Alvarenga
Benígna Brasiliana
Custódio Carneiro
Elssa Barcelos da Rocha (D. Caçula)
Elson de Souza França (Elson Pescador)
Francisca de Barcelos Gomes de Oliveira (D. Chiquita)
Jorge Ribeiro Glória
Jorge Inácio Barcelos
Jorge Barcelos (Tio Jorge)
Joseildo Caetano da Silva (Zé Brack)
Léia Ribeiro de Aguiar
Maria da Conceição Almeida
Maria do Rosário Pereira (D. Rosária)
Manoel João Esteves (Filinho Esteves)
Manoel da Silva Prata (Deco Prata)
Mariana de Almeida Sanches
Roberval Francisco de Paula
Valmir Chagas de Souza

REGIÕES FORMADORAS DE CARAPEBUS

Arnaldo Felizberto Tomaz
Alípio Francisco da Silva (Filinho Crespo)
Aridio Nunes Martins
Elomir Tavares Esteves
Hermosilo Cordeiro (Sr. Zuca)
Eduardo Santos Filho (Sr. Dadá)
Geraldo Tavares
Irineu Machado Barcelos (Pelego)
João José Borba (Sr. Joãozinho)
Liete Tôrres
Rubem Vicente
Zil Moreira

ESCRAVIDÃO EM CARAPEBUS, REGISTROS E RELATOS

Ana Ferreira
Julia Torres Pereira
Leonídio Pedro de Alexandria
Manoel Germano (Manoelzinho Germano)
Miguel Castilho
Nestorina Batista de Barcelos
Thiers Ferreira de Souza

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Antenor Dias Tôrres
Antonio Machado Tavares (Antonico Sapateiro)
Amaro Constantino Ribeiro
Diogo Mancebo Reis
Dalvanice Ribeiro Vasconcelos de Luna
Francisco da Silva Caldas
Fued Ibrahim El-Hage
Geraldo Bernardo Alves (Agente da Estação Ferroviária de Carapebus entre as décadas de 1970 e 1980)
Geraldo Tavares
Irineu Silva de Souza
José Alencar Lírio da Fonseca
José Carlos Neto (Sr. Cicinho)
Maria Isabel Monteiro
Manoel França
Nacif Salim Selem
Nilo Tavares Freire
Tuffi Elias Naklhe
Umberto Cure Moreira
Vinícius Cardoso Siqueira
Waldeni Braga
Walber Fernandes da Silva
Washington Pinto Nogueira

OUTROS COLABORADORES

FOTOGRAFIA

Hermano Torres Nunes
Maria das Graças Almeida - Fotografia
Odilon da Silva Miranda (Foto Miranda Produção)
Odemir Barcelos da Silva - Fotos "Mimi"

DIGITAÇÃO

Adriana Poeta de Almeida Ferreira
João Batista Brito Júnior

TRANSPORTE (acesso ao local de pesquisas)

Irineu Machado Barcelos (Pelego)
José Maria Rodrigues Alvarenga (Zezinho da Van)
Márcio de Souza e Silva

APOIO

Luis Antonio Pimentel – Escritor e Jornalista
José Vasconcelos de Luna Júnior (Juninho)
Roberto Carlos Rocha Pinto

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - TEMPOS LONGÍNQUOS 25

- Índio *Goitacá*, o dono das planícies de restingas do Norte Fluminense 29
- Carapebus e a toponímia *Tupi* *33*

CAPÍTULO 2 - RAIZES HISTÓRICAS 35

- A Capitania de São Tomé: o berço das terras de Macaé a Campos 38
- A Lagoa de Carapebus na rota dos *Sete Capitães* *40*

CAPÍTULO 3 - COLONIZAÇÃO 45

- Os cem anos de pecuária 47
- O açúcar e o café 49
- Cafeicultores da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus 53
- Carapebus no Distrito de Campos dos Goytacazes 57
- O patrimônio de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus 60
- Principais regiões formadoras de Carapebus 62
  - Içaras 62
  - Caxanga 63
  - Barreiros 65
  - Capelinha do Amparo 66
  - Fazendas São Domingos, São Joaquim e Reunidas de São Pedro 67
  - Itaquira 69
  - Rodagem 72
  - Ubás 72
  - Morrinhos e Pindobas 74
  - Sapecado, Córrego Grande e Sacarrão 75
  - Médios e pequenos estabelecimentos de Sapecado, Córrego Grande e Sacarrão 76

CAPÍTULO 4 - O POVOAMENTO DE CARAPEBUS 81

CAPÍTULO 5 - PRIMEIRAS VIAS DE COMUNICAÇÃO 91

- A Restinga e a Estrada Geral 93

- Canal Campos-Macaé 95
- Estrada de Ferro Macaé-Campos 99
- A chegada dos Correios em Carapebus 101

CAPÍTULO 6 - CARAPEBUS E SUAS TRADIÇÕES FOLCLÓRICAS 103

- Violeiros e cantadores, o fado, o boi malhadinho, as festas religiosas e outras tradições populares de rua, lendas e crendices, vivências agradáveis do passado 105
- Histórias e estórias: depoimentos de moradores de Carapebus 106
- Luís Bento, o Dom Luís 114
- Cadete de Araújo 115
- Curau, o suposto lobisomem 119
- O mistério das Içaras 120
- O "córrego das Maricotas" 122
- O Carro de bois 123
- Os Trens Maria-Fumaça e o Trem das Duas 125

CAPÍTULO 7 - MARCOS HISTÓRICOS DE CARAPEBUS 133

- Carapebus, Curato de Almas 136
  - A primitiva Igreja da Praia 137
  - A segunda Igreja e a criação da Paróquia 139

- Carapebus, Freguesia 141
  - A Igreja do Caxanga: o belo templo da comarca 142
  - A sede da Freguesia e os costumes sociais 146
  - A revolta dos pescadores 147
  - A escravidão em Carapebus: relatos e registros 148
  - O Quilombo de São Simão 150
  - A Negra d'Angola 152
  - A Escrava Branca 152
  - Proprietários escravistas na Freguesia de Carapebus 154
  - O pioneirismo da praia de Carapebus 157
  - Alguns casamentos realizados em Carapebus desde a era da Freguesia até a transformação em Distrito 163
  - O voto no Império e na República Velha 173
  - Alistamento eleitoral em Carapebus 175

- Carapebus, 3° Distrito de Macaé 184
  - A tromba d'água que desabou sobre Carapebus 185
  - O naufrágio do navio *Constantis Páteras* *186*
  - A Igreja de Nossa Senhora da Glória e as controvérsias sobre a padroeira 189

- Capelas filiais da Igreja de Nossa Senhora da Glória 191
- Ensino em Carapebus 196
- Nomes que lembram o passado de Carapebus 201

CAPÍTULO 8 - DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO 223

- Estabelecimentos da época 225
- A Usina Cabiúnas 229
- A Usina Carapebus S. A. 230
- O Sindicato dos Lavradores de Carapebus 243
- Igreja Batista de Carapebus 251

CAPÍTULO 9 - DATAS HISTÓRICAS 253

CAPÍTULO 10 - ANEXOS 259

CAPÍTULO 11 - FONTES DE PESQUISAS 301

TEMPOS LONGÍNQUOS

"A planície de Carapebus originou-se de correntes vindas de nordeste para sudoeste, apoiadas na velha costa de falejas que desde a península de Quiçamã segue o mesmo rumo, e gradativamente se aproxima do mar."

(Alberto R. Lamego)

Praia de Carapebus (vista parcial)
Foto: Maria das Graças de Almeida

Capítulo 1

Tempos Longínquos

ÍNDIO *GOITACÁ*, O DONO DAS PLANÍCIES DE RESTINGAS DO NORTE FLUMINENSE

> *"Segundo as tradições mais justificadas, consta que habitaram as campinas deste Districto comprehendidas entre a Lagoa Feia, dos Carapebuz e Ponta de São Thomé, os índios Goytacazes, possuindo tão bem toda a costa do mar correspondente athé as vizinhanças de Macahé".*[1]

O índio *Goitacá*, integrante da nação *Tapuia*[2], habitou as terras que se estendiam do sul da Bahia à região fluminense. Apesar da presença de outros indígenas, como os *Guarulhos*, os *Puris* e os *Coroados*, o *Goitacá* era o dono das planícies de restingas do Norte Fluminense. Das três tribos existentes — *Goitacá-Mopi, Goitacá-Jacoritó* e *Goitacá-Guaçu* –, a mais temida era a *Goitacá-Guaçu* que, composta de índios gigantescos, vivia no interior da planície, enquanto as duas primeiras confinavam-se na planície de restingas.[3]

Considerado o índio mais culto dentre os que viveram no Rio de Janeiro, o *Goitacá* era socialmente avançado para sua época. Na revista *Municípios em Destaque; Campos dos Goitacazes*, o historiador Frei Vicente do Salvador[4] relatou, em 1627, a vida do *Goitacá*:

---

[1] CARVALHO, Augusto de. *Apontamentos para a história da capitania de São Thomé*. Campos, Scripta Manent; Tip. e Lith. de Silva, Carneiro & Cia., 1888.

[2] *Tapuia*: "(...) indígena pertencente ao grupo dos tapuias (...). denominação dada pelos portugueses a indígena dos grupos que não falavam línguas do tronco tupi e que habitavam no interior do país (...); tupi *ta'pïi (...) tapyya*, índio considerado bárbaro pelos demais (...)." HOUAISS, Antônio. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

[3] LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a restinga*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lidador, 1974, p. 121. "A disseminação de suas tribos pelas 100 léguas de costa preferidas, onde o fenômeno do recuo do mar é evidente, define o habitat do goitacá: é o índio das planícies de restingas." (Id.)

[4] Frei Vicente do Salvador, nascido na Bahia em 1564, foi o primeiro a escrever a história do Brasil. Faleceu entre 1636 e 1639.

> *"No distrito desta terra dos Aitacazes, que é toda baixa e alagadiça, estes gentios vivem mais à maneira de homens marinhos do que terrestres; e assim nunca se poderão conquistar (...) porque quando se tenta colocar as mãos neles, metem-se dentro das lagoas, onde não há entradas a pé nem a cavalo; são grandes nadadores e a braços tomam o peixe, ainda que sejam tubarões, para o que levam um pau de mais ou menos um palmo que lhes metem na boca direito, e como o tubarão fique com a boca aberta, (...) com a outra mão lhe tiram as entranhas. (...) Os levam para a terra não tanto para os comerem, mas para dos dentes fazerem as pontas de suas flechas, que são peçonhentas e mortíferas, e, para provarem força e ligeireza. Dizem que as provam com os veados nas campinas, tomando-os a cosso, e ainda com os tigres e onças e outros ferozes animais."*[5]

O mesmo documento reproduziu um outro relato sobre o *Goitacá*, extraído do livro *Historie Pittoresque des Voyages*, de Knivet:

> *"Os Ouetacás não cessam de guerrear seus vizinhos e não recebem estrangeiros entre eles para negociarem. Quando eles não se julgam mais fortes, fogem com ligeireza comparável à dos veados. Seu porte sujo e asqueiroso, seu olhar feroz e sua fisionomia brutal fazem dele o povo mais odioso do Universo; ele se distingue da maior parte dos indígenas do Brasil pela sua cabeleira a qual deixam cair pelas costas e só cortam um pequeno círculo na fronte. Sua linguagem não parece com as dos mais próximos vizinhos."*[6]

Outras informações sobre o *Goitacá* são encontradas em *Os Momentos Decisivos para a História dos Campos dos Goytacazes*:

> *"O índio goitacaz é o senhor absoluto das terras da Capitania de São Tomé, depois Paraíba do Sul. Em uma síntese sobre os goitacazes, síntese não completa, achamos os seguintes dados e acontecimentos:*
>
> *(...)*
>
> *Significado – Porto Seguro diz que goitacaz quer dizer índio corredor. Martius afirma que significa índio corredor da mata, enquanto José Bezerra de Meneses diz que goitacaz quer dizer índio*

[5] Revista *Municípios em destaque; Campos dos Goitacazes*, Ano XV, nº 57, Setembro 1994, Edição Especial, p. 6-7.
[6] Ibid, p. 7.

nadador. Versão mais moderna sugere que goitacaz quer dizer guaiamum, ou caranguejo grande comedor de gentes.

(...)

Religião – O goitacaz, inicialmente é dado como ateu 'somente confiando em seu arco e sua flecha'. Diz Simão de Vasconcelos sobre a religiosidade dos goitacazes: 'Não tinham religião alguma, nem divindades a quem adorassem, nem trataram de outra vida, tudo com agoureiros, não com artes de feitiçarias a fim de fazer mal, mas para adivinhar os sucessos de suas guerras, de suas danças, de cousas semelhantes.'

(...)

Vestuário – O goitacaz não usava roupa alguma, nem possuía rede ou cama, viviam 'todos nus, homens e mulheres, sem pejo algum da natureza'.

(...)

Agricultura – Plantavam somente alguns legumes. Não conheciam o arado e nem domesticavam animais. Não usavam a cerca. Por volta de 1600 é que se vai registrar uma cerca, feita de espinheiros, em plantação abandonada pelos goitacazes, próximo de Macaé. Não se registra que tipo de plantação faziam, mas calculamos que mandioca, aimpim, cará, inhame, taioba.

(...)

Guerras – Os goitacazes, como todos os povos primitivos, guerreavam entre si e seus vizinhos. Não faziam escravos e não utilizavam a escravidão como meio de produção. Talvez, em suas guerras, aprisionassem mulheres, que levavam para suas aldeias. Do feitio de guerrear dos goitacazes fala Gabriel Soares. 'Não costuma esta gente pelejar em mato, mas em campo descoberto.' Saint-Hilaire escreve que 'Os goitacazes eram os mais cruéis e ferozes índios que habitavam a costa.'

(...)

Antropofagia – (...) Dizem historiadores e viajantes que os goitacazes — iguais a outros índios brasileiros – engordavam prisioneiros para seus banquetes, comendo-os depois de gordos em festejos brutais. Jean de Léry conta minuciosamente o fato, chegando a dizer que os índios davam mulheres para os prisioneiros. E eram por elas amados e bem tratados, até o dia da matança, participando também a mulher dos festejos e comendo da carne do ex-marido. As mulheres esfregavam o sangue do prisioneiro morto no rosto das crianças, para que elas se acostumassem com a morte e a guerra. (...) Simão de Vasconcelos fala 'das rumas de ossadas' nas portas dos índios: quanto maior a ruma maior a nobreza do morador.

(...)

Caça – (...) Exímio caçador, o goitacaz contava com imensa reserva alimentar. As mulheres participavam ativamente das caçadas. Caçavam em bandos, pelo campos e matas. Alguns

historiadores dizem que pegavam veado a mão, na carreira, tão velozes eram.

Pesca – Eram peritos pescadores. De tal forma que se formou a lenda de que apanhavam tubarão a braço. Pescavam com engasgo, paus afiados, fazendo as vezes de anzóis presos por embiras fortes. (...)

(...) Pescavam de arco e flecha, ficando na beira das águas, atentos, atravessando o peixe com a flecha disparada.

(...)

Habitação – "Curiosamente incômodos eram seus ranchos, ou ninhos, erguidos como pombais sobre um só poste pequeníssimo, e tão baixa a porta que só de gata por ela entrava. Dentro nem rede nem cousa alguma, apenas um monte de folhas secas para dormir em cima.' Esta a descrição que o inglês Southey faz da casa do Goitacaz."[7]

É certo que, assim como os *Tupiniquins*, *Tupinambás* e outros índios que habitavam o litoral no tempo da descoberta do país, o *Goitacá* sofreu com o desgaste do sistema colonial e foi dizimado pelas guerras, pela fome e por doenças mais comuns àquela época, mas há que se considerar também que muitos índios morreram fugindo das atrocidades da escravidão.

Exterminado do mapa do Rio de Janeiro, o *Goitacá* não deixou vestígios de sua língua:

"A língua da nação goitacá se perdeu. Tornou-se não apenas a língua morta, também a língua perdida. Quando a citam, os antigos e modernos autores, referem-na como "língua travada", ininteligível para os povos vizinhos. Da língua goitacá não se conhece, hoje um vocábulo siquer."[8]

"(...) porque, a não ser o nome da planície nada mais lhe lembra o nome. Sumiu tudo. Toda a toponímia de sua áspera linguagem desapareceu. Terá sido influência guaranisante, provàvelmente jesuítica, riscando e substituindo a nomenclatura de rios, lagos e montanhas a ponto de quase todas as estações de estrada de ferro de Campos até além de Macaé terem nomes Tupi Guaranis?"[9]

---

[7] SILVA, Osório Peixoto da. *Os momentos decisivos da história de Campos dos Goitacazes*. Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social da Petrobras, 1984, p. 10-14.

[8] MANHÃES, José dos Campos. *Separata do Periódico "Fatos"*. Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento e Progresso (IBEDEP). Nº 28/29, de Junho 1965, Vol. II.

[9] LAMEGO, Alberto apud MANHÃES, José dos Campos. Op. cit.

CARAPEBUS E A TOPONÍMIA TUPI

A língua *Tupi* foi a mais falada durante os três primeiros séculos de colonização portuguesa no Brasil e a primeira a ser aprendida pelos missionários e colonizadores que a adotaram como *Língua Geral* por ser a língua nativa dos *Tupinambás*, índios encontrados no litoral brasileiro à época da descoberta do Brasil. Havia, no entanto, centenas de outras línguas espalhadas pelo continente. Diversificadas e de difícil compreensão, acabaram por receber dos missionários e colonizadores a denominação de *Tapuia* ou *Travada*, assim conhecidas pelos próprios índios *Tupis*.

O mundo indígena foi, portanto, dividido em dois blocos linguísticos distintos: um, falante do idioma *Tupi* , outro, do *Tapuia*.

A cultura do povo *Tupi* era superior à dos demais índios primitivos, como se pode observar nas linhas de *O Povo Brasileiro*, obra de Darcy Ribeiro:

> *"Na escala da evolução cultural, os povos Tupi davam os primeiros passos da revolução agrícola, superando assim a condição paleolítica, tal como ocorrera pela primeira vez, há dez mil anos, com os povos do velho mundo."*[10]

Os *Tapuias* — posteriormente denominados *Jês* – constituíram uma cultura mais simples. Não cultivavam o solo: eram "caçadores nômades, tão bárbaros que não conheciam casa nem plantavam roças, vivendo pelos matos como bichos e nutrindo-se, nas festas guerreiras, e até por gulodice, de carne humana".[11] Índios "do sertão, o de detrás das serras, a quem o tupi repelira, tomando-lhe o lugar à beira da água"[12], não se aliaram aos colonizadores europeus — portugueses e franceses — nem aos *Tupis* que, quase sempre, os afugentavam para o interior.

O estudo dos povos indígenas brasileiros tem sido uma das grandes preocupações da Linguística, da Etnologia e de outras áreas afins. O fato de, no tempo colonial, não haver registro escrito, mas somente memória oral, já àquela época, dificultava a identificação das tribos indígenas e das famílias e troncos linguísticos. No entanto, a despeito das dificuldades ainda hoje presentes ao desenvolvimento das pesquisas, é unânime o reconhecimento de que o índio, principalmente o procedente do tronco linguístico *Tupi*, deixou para o povo brasileiro um inestimável legado histórico.

---

[10] RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro; a formação e o sentido do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 31.

[11] CALMON, Pedro. *História do Brasil; século XVI. Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963, p. 327.

[12] Ibid. p. 322.

Neste campo da linguagem, é nítida sua colaboração à toponímia geral, pois raramente o nome dos acidentes geográficos e de algumas regiões deixou de sofrer influência do idioma *Tupi*. O próprio nome *Carapebus* procede da junção de *acará* ou *cará*[13], *peba*[14] e *u*.[15] A letra *s*, acrescida ao final da palavra, é fruto dos quase três séculos de colonização portuguesa que, ao denominar lugares, fauna e flora, acabou por alterar a língua dos povos primitivos. Além do nome do município, o nome de algumas de suas regiões constituintes, como Içaras, Caxanga, Cabiúnas, Imbiú, Ubás, Sapecado e Itaquira e o de vários rios e córregos que desaguam em sua lagoa — a Lagoa de Carapebus —, também se origina da língua *Tupi*.[16]

[13] *Acara* ou *acará*: "antepositivo, do tupi *aka'ra*, escamoso, cascudo, doc. desde 1587 como designativo de 'peixe de água doce' e como 'ave' no século XIX (...). " HOUAISS, op. cit., p. 43. *Cará*: "(...) Do Tupi *ka'ra* (...)." CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 152.
Segundo dicionários da Língua Tupi, *acará* ou *cará* significa garça, ave branca; acaraú. *Carapeba*: tipo de peixe, acarapeba, acarapéua, acarapeva.
De acordo com a obra *O Tupi na geografia fluminense*, de Pedro Guedes Alcoforado, o nome Carapebus origina-se de *acará* (cascudo), *peba* (chato) e *u* (preto). ALCOFORADO, Pedro Guedes, *O Tupi na geografia fluminense*. II Parte. São Paulo: s. n., 1950, p. 14.

[14] *Peba*: "Propositivo , do tupi '*pewa* ou *bewa*', chato, plano, liso, largo, achatado (...)." HOUAISS, op. cit., p. 2159.
Segundo dicionários da Língua Tupi *peba* significa branco, branca, tinga, peva, peua, pewa.
Peba: "(...) Do tupi, '*peua*. (...). CUNHA, op. cit., p. 589.

[15] *U*: cor escura.

[16] A importância da cultura indígena para a cultura brasileira não se restringe apenas à linguagem. Alguns costumes, como dormir em redes e ficar de cócoras, parte do folclore brasileiro, constituído por lendas, como a do saci-pererê e a do caipora, e outras tantas tradições procedem, indubitavelmente, da cultura do índio.

Capítulo 2

Raízes Históricas

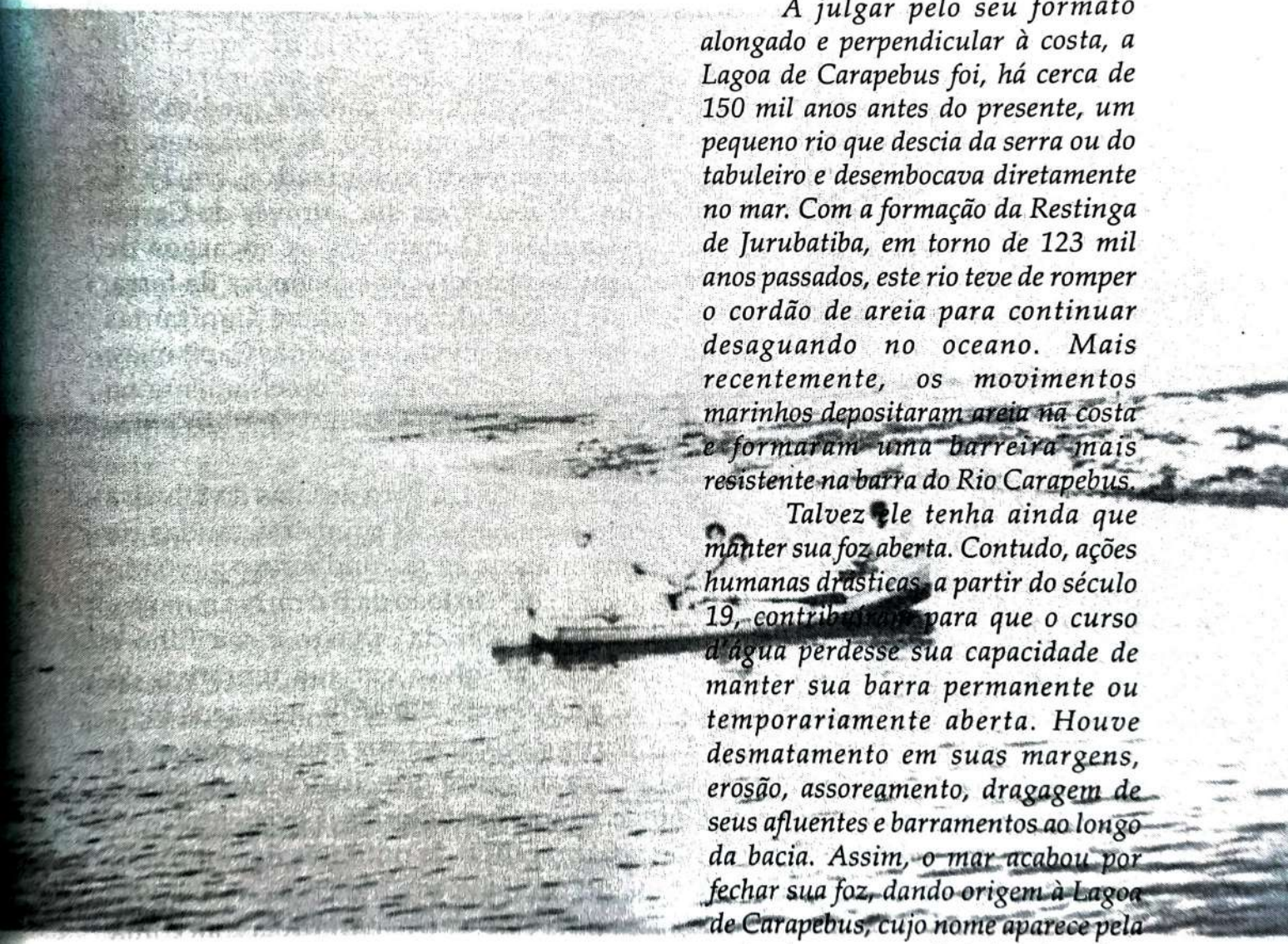
RAÍZES HISTÓRICAS

A Lagoa de Carapebus

A julgar pelo seu formato alongado e perpendicular à costa, a Lagoa de Carapebus foi, há cerca de 150 mil anos antes do presente, um pequeno rio que descia da serra ou do tabuleiro e desembocava diretamente no mar. Com a formação da Restinga de Jurubatiba, em torno de 123 mil anos passados, este rio teve de romper o cordão de areia para continuar desaguando no oceano. Mais recentemente, os movimentos marinhos depositaram areia na costa e formaram uma barreira mais resistente na barra do Rio Carapebus.

Talvez ele tenha ainda que manter sua foz aberta. Contudo, ações humanas drásticas, a partir do século 19, contribuíram para que o curso d'água perdesse sua capacidade de manter sua barra permanente ou temporariamente aberta. Houve desmatamento em suas margens, erosão, assoreamento, dragagem de seus afluentes e barramentos ao longo da bacia. Assim, o mar acabou por fechar sua foz, dando origem à Lagoa de Carapebus, cujo nome aparece pela primeira vez no Roteiro dos Sete Capitães, documento datado do século 17.

(Arthur Soffiati)



Passeios de barco na Lagoa de Carapebus
Coleção: Rodrigo de Queiroz e Almeida

A CAPITANIA DE SÃO TOMÉ: O BERÇO DAS TERRAS DE MACAÉ A CAMPOS

"O território da freguezia de N. S. da Conceição de Carapebús pertencia antes à Capitania de São Tomé e dista 4 léguas da cidade de Macaé, fazendo hoje [1945] parte deste município."[17]

A colonização do território brasileiro teve início com a expedição de Martim Afonso de Souza enviada por Portugal, em 1530, às terras recém-descobertas. Objetivando incrementar o processo colonizador, em 1534, D. João III criou o sistema de Capitanias Hereditárias que, através de Cartas Forais e de Doações, transferia aos Capitães Donatários os encargos de administração, povoamento, defesa, justiça e exploração econômica da terra. O solo brasileiro passou, então, a se constituir por quinze Capitanias Hereditárias. O atual Estado do Rio de Janeiro foi dividido em duas Capitanias: a Capitania de S. Vicente e a Capitania de São Tomé. Foi precisamente na Capitania de São Tomé que se constituiu o território compreendido entre Campos e Macaé.

A Capitania de São Tomé foi doada, em 1534, a Pero de Góis da Silveira que, neste mesmo ano, plantou em solo fluminense as primeiras mudas de cana-de-açúcar e ergueu os primeiros moinhos de água, fundando o povoado denominado Vila da Rainha, atual município de São João da Barra. No entanto, dada a ferocidade do índio *Goitacá*, Pero de Góis da Silveira e seu filho e sucessor Gil de Góis não obtiveram êxito absoluto em sua tentativa de colonização das terras, razão pela qual a Capitania, em 1619, teve seus bens incorporados à Coroa Portuguesa. A partir daí, por vários anos, as terras da extinta Capitania foram usurpadas por estrangeiros, principalmente ingleses e franceses, que destroçaram as plantações e as benfeitorias já existentes.

Ciente do abandono dessas terras, um grupo de militares denominado Sete Capitães em face de seus méritos no combate aos franceses na Baía de Guanabara recebeu da Coroa Portuguesa uma extensa Sesmaria que, com trinta léguas corridas pela costa, se estendia desde a foz do Rio Macaé até a do Iguaçu, alcançava o norte do Cabo de São Tomé e, pelo sertão, o alto das serras. O

[17] LAMEGO, Alberto. *A terra Goytacá; à luz de documentos inéditos*. Tomo VII Efemérides. Livro VII, V. 7. Niterói: Diário Oficial, 1945.

grupo, formado por Miguel Ayres Maldonado, pelos irmãos Gonçalo Corrêa de Sá, Manoel e Duarte Corrêa, por Miguel da Silva Riscado, João de Castilho e Antônio Pinto Pereira, em 1629, obteve das mãos de Martim de Sá, então Governador do Rio de Janeiro, a posse judicial das terras, cuja escritura foi lavrada pelo escrivão de Cabo Frio, Termo Judicial a que pertencia Macaé. Na década seguinte, os Sete Capitães chegaram à planície *Goitacá*. Utilizando sementes provindas dos sertões de Macaé, incentivaram o plantio de mandioca e de outros produtos de subsistência e assim acabaram por solidificar o primeiro núcleo pastoril da Baixada Fluminense.

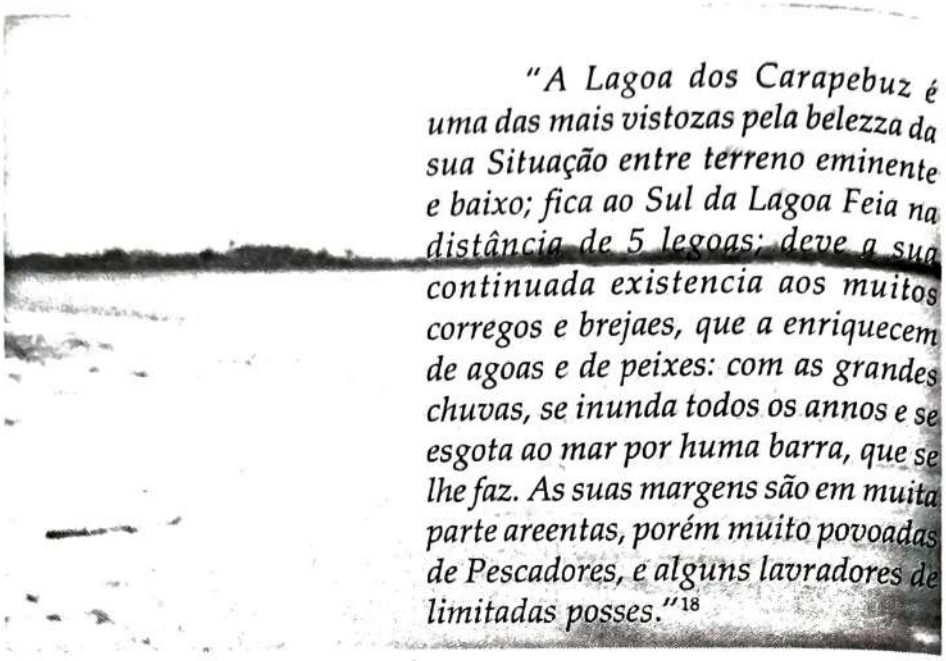
Em 1630, aos Jesuítas foi doada, pela Coroa, uma vasta Sesmaria. Como a região da foz do Rio Macaé para o norte já era ocupada pelos Sete Capitães, os religiosos contentaram-se com a região da foz do Rio Macaé para o sul até o Rio Leripe, atual Rio das Ostras.

O vigor dos Campos dos Goitacazes, sustentado pela alta fertilidade da Lagoa Feia, despertou o interesse de ricos fazendeiros do Rio de Janeiro, como o Governador Salvador Corrêa de Sá e Benevides, homem de grande prestígio na Corte e de forte poder militar. Daí em diante, por cem anos, a história dos latifúndios da Baixada Fluminense esteve atrelada aos seus sucessores, os Viscondes de Asseca, que passaram a administrar *a ferro e fogo* as terras da Capitania, então denominada Paraíba do Sul.

As terras da Capitania de São Thomé ou Paraíba do Sul sofreram inúmeras depredações. Seu povo enfrentou devassas, motins e sequestros, violência que culminou na *Revolta de Benta Pereira*, a heroína que, ao lado dos campistas, lutou incessantemente pela reconquista da planície *Goitacá*. Por várias vezes, as terras da Capitania foram vendidas, o que configurou um desrespeito aos princípios régios que previam a transferência de terras exclusivamente de pai para filho. Por fim, as terras da Capitania retornaram à Coroa, que ordenou a sua anexação, até segunda ordem, à Capitania vizinha, Espírito Santo.

O sistema de Capitanias Hereditárias não foi bem sucedido, com exceção das Capitanias de Pernambuco e de São Vicente. No entanto, por permitir que o homem se fixasse ao solo, acabou por possibilitar a instituição de outra forma de administração e, em última instância, por influenciar a consolidação, a partir de 1795, do regime das Sesmarias, já implantado em Portugal antes da descoberta do Brasil.

A LAGOA DE CARAPEBUS NA ROTA DOS *SETE CAPITÃES*



"A Lagoa dos Carapebuz é uma das mais vistozas pela belezza da sua Situação entre terreno eminente e baixo; fica ao Sul da Lagoa Feia na distância de 5 legoas; deve a sua continuada existencia aos muitos corregos e brejaes, que a enriquecem de agoas e de peixes: com as grandes chuvas, se inunda todos os annos e se esgota ao mar por huma barra, que se lhe faz. As suas margens são em muita parte areentas, porém muito povoadas de Pescadores, e alguns lavradores de limitadas posses."[18]

Lagoa de Carapebus - Vista parcial
Coleção: Tio Jorge

Em *Roteiro dos Sete Capitães*, documento de autoria de Miguel Ayres Maldonado e Antônio Pinto[19], encontra-se a explicação da origem do nome dos acidentes geográficos situados no espaço compreendido entre Macaé e Campos.

A transcrição do *Roteiro*, memorial singularmente útil ao nosso tempo, tornou-se pública em 1888 por iniciativa de Augusto de Carvalho que, com inegável riqueza de detalhes, mostrou toda a trajetória traçada pelos *Sete Capitães*, da foz do Rio Macaé até o Rio Paraíba:

> *"Esse é o rio Parahiba; não pode ser outro, nós d'aqui da ponta do cabo de São Thomé voltamos para Macahé, viemos tão sòmente tomar conhecimento do territorio, pois esta grande propriedade nos concedeu o Governador do Rio de Janeiro, em nome de Sua Magestade (...)."*[20]

Em 15 de Novembro de 1632, o grupo reuniu-se em Cabo Frio com algumas famílias e alguns agregados. Lançados ao mar na sumaca[21] Nossa

---

[18] CARVALHO, op. cit., p. 242.
[19] É comum a atribuição da autoria do Documento a Miguel Ayres Maldonado.
[20] *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro.*
Tomo LVI, Parte I. Descripção dos Capitães Maldonado e Pinto. Tomo LVI, Parte I, p. 360.

Senhora da Guia, todos seguiram para Macaé, em 02 de Dezembro do mesmo ano.

> *"(...) no dia 11 chegamos a Macaé pelas 8 horas da manhã; aqui desembarcamos e fomos tomar conhecimento desta povoação. Com efeito não achamos gente de maior consideração, choupanas cobertas de palhas se compunha o seu arraial, seus habitadores eram mamelucos, porém muito casteados e agradáveis."*[22]

Com o apoio de Domingos Leal, administrador da povoação que vivia sob as ordens de Cabo Frio, a expedição foi "costeando a costa para o cabo de São Tomé, para descobrir a barra do rio Iguassú, que fica ao norte do cabo (...)."[23] Porém, devido ao mau tempo, retornaram todos a Macaé e resolveram seguir, no dia seguinte, pelo cômoro[24] do mar. Cientes da existência de indígenas no local, muniram-se de alguns objetos — cabaças para guardar aguardente, miçangas e outros adornos – para conquistar a amizade dos índios, assim como haviam feito os Jesuítas.

Depois de caminharem sobre areais e pernoitarem à beira da mata acompanhados de alguns índios, inclusive do índio intérprete, o *Maioral*, em 19 de Dezembro do mesmo ano, seguiram viagem os Capitães. Por onde passavam, construíam currais e engenhos de açúcar e denominavam regiões, campos, rios e lagoas com nomes portugueses, ora de santos do dia, ora conforme as circunstâncias encontradas. Como exemplo, pode-se lembrar que a primeira lagoa por eles encontrada foi denominada Lagoa Feia em virtude da turbulência de suas águas, provocada pelo forte vento sudoeste. Também a Lagoa de Carapebus foi assim batizada pelo grupo em razão da presença de bandos de aves escuras que sobrevoavam suas águas, espécies já conhecidas desde caçadas feitas na Capitania vizinha, a de São Vicente.

> *"No dia seguinte, 31, despedimo-nos do Maioral e sua gente e seguimos para Macahé: pernoitamos em uma beira do mato, não*

---

[21] Sumaca: "Pequena embarcação de dois mastros, usado outrora especialmente no Brasil e na América do Sul." HOUAISS, op. cit., p. 2637.
Sumaca: "(...) antigo navio a vela. (...)." CUNHA, op. cit., p. 743.

[22] PARADA, Antonio Alvarez. *Coisas e gente da velha Macaé*. Crônicas históricas. São Paulo: Edição do Autor, 1958, p. 34.

[23] Id.

[24] Cômoro: "Elevação de terreno não muito alta; outeiro, combro, duna; obra de terra que se constrói, como um valado, à margem de um rio, para que suas águas não inundem os campos (...). Do Latim *cumulus*." HOUAISS, op. cit., p. 772.
Cômoro: "Pequena elevação de terreno, duna. Do latim *cumulus*, através da forma *combro*, já documentada no século XVI." CUNHA, op. cit., p. 199.

muito longe da marinha. Eram quatro horas da tarde; estávamos em nossas conversas a respeito da nossa hospedagem que tão felizes fomos, quando ouvimos gritar para o interior da charneca. Na fé de ser gente pegamos nas nossas armas, e fomos reconhecer o que poderia ser; andámos um bocado, e demos em um lago grande aonde gritou segunda vez. Conhecemos então pela especie do grito não ser gente, mas sim carapebús, aves corpulentas, que nós caçávamos em São Vicente e Santo Amaro. (...) Com effeito eram os ditos carapebús. Ahí lhe demos á lagôa o apellido dos carapebús (...).

No dia seguinte que era o primeiro de Janeiro de 1633 seguimos a nossa derrota e chegamos a Macahé, eram cinco horas da tarde (...)."[25]

Em 08 de Novembro de 1633, os Capitães tomaram posse de suas terras e dividiram-nas harmoniosamente[26] entre si. Para elas, levaram algumas novilhas, dois touros, alguns curraleiros e, utilizando enormes pedras, iniciaram a demarcação dos limites das terras que *faziam testada* com o mar e *tinham fundos* para o alto das serras. A partir de então, tendo como guia o Sr. Castilho — um dos componentes do grupo —, os Sete Capitães se tornaram os precursores da indústria pastoril das terras que receberam da Coroa.

A Sesmaria formadora das terras de Carapebus coube ao Capitão Manoel Corrêa:

"D'esta pedra segue o Senhor Manoel Corrêa, immediato a seu irmão, seguindo pela marinha até o sudoéste do lago dos Carapebús, couza de meia légua, aonde se assentou a outra pedra. D'esta pedra, immediato ao Senhor Manoel Corrêa, segue o Senhor Antonio Pinto, até o rio de Macahé que divide pela parte do sudoéste. Aqui finda o pedido e nossa carta de sesmaria."[27]

Em 08 de Fevereiro de 1634, os Capitães retornaram às suas casas e, em Novembro do mesmo ano, quatro dos sete que inicialmente formavam o grupo voltaram a Macaé em sua terceira expedição: Maldonado, João de Castilho, Riscado e Duarte. Acompanharam o grupo ricos fazendeiros do Rio de Janeiro, já alertados sobre a grandiosidade da região e maravilhados, tanto com o

---

[25] *Revista Trimensal do IHGB-RJ.* Descripção dos Capitães Maldonado e Pinto. Rio de Janeiro, Tomo LVI, Parte I, p. 361-362.

[26] O documento do Capitão Maldonado lembra que as terras foram divididas com harmonia para que tal procedimento servisse de exemplo a futuros sesmeiros.

[27] *Revista Trimensal do IHGB,* Tomo LVI, Parte I, p. 366.

[28] Quiçama (Quiçamba): "Língua de Angola do grupo quimbundo; diz-se de ou povo de Angola que vive na margem esquerda do rio Cuanga." HOUAISS, op. cit., p. 2357.
Quiçamã: "Papa de farinha de mandioca que serve de acompanhamento a várias iguarias apimentadas; certa variedade de cana-de-açúcar (...)." Id.

nascimento das primeiras novilhas macaenses, quanto com o sucesso do plantio da mandioca.

Até o final da caminhada por sua Sesmaria, novas descobertas ia fazendo o grupo. Ao encontrar um negro foragido, interrogaram-no os Capitães sobre sua origem. O negro respondeu ser *forro* da nação Quissama[28], local atualmente conhecido como Quissamã. Descreve o autor do *Roteiro*: "desconfiando das nossas indagações se sumiu aí mesmo na Aldeia que o não vimos mais, por mais diligência que fizemos; aí demos ao lugar o apelido de Quissamã em razão do preto (...)."[29]

O grupo encontrou um rio e o apelidou de Macabu, lembrando o Macacu do Rio de Janeiro; avistou um lago e o chamou de Jagabra (hoje conhecido como Lagoa do Paulista) em face da quantidade de frutos na região; deparou-se com vastas pastagens que, por serem apropriadas ao pastoreio, receberam o nome de Campo Limpo; vislumbrou ainda outros rios e lagoas que hoje fazem parte da topografia fluminense. O grupo denominou Piabanhas[30] a lagoa onde, com os índios, fez grandes pescarias, e Saquarema, outra lagoa encontrada ao norte do trecho por que viajavam.

A partir da leitura de alguns relatos históricos, deduz-se que a Lagoa de Carapebus foi descoberta em 31 de Dezembro de 1632:

> *"Inteirados da riqueza dos seus domínios regressaram e a 31 deram o nome de Carapebús a outra lagôa, por terem encontrado nella passaros corpulentos' assim chamados em S. Vicente, tendo Duarte Correia morto um delles.*
>
> *Em 1 de janeiro do anno seguinte chegaram a Macahé e a 8 já se achavam em suas casas."* [31]

---

[29] PARADA, Antonio Alvarez. *Histórias curtas e antigas de Macaé*. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1995, p. 53.

[30] Piabanha: "Peixe caraciforme da família dos caracídeos (...), que ocorre no Rio Paraíba, de até 65 cm de comprimento, dorso cinzento com manchas rosadas ao longo da linha lateral (...)." HOUAISS, op. cit., p. 2204. Piaba: "(...) Do tupi *pi'aua* (...)." CUNHA, op. cit., p. 602.

[31] LAMEGO, Alberto. *Terra Goytacá*. Livro I, Capítulo II, p. 37.

Capítulo 3

Colonização

OS CEM ANOS DE PECUÁRIA

"Com êsses 17 animais, que originaram o gado dos campos de Quissaman e Carapebús, saíram êles da propriedade de Riscado a 20 de outubro, chegando no dia 27, pelas 3 horas da tarde a Macaé (...)."[32]

A despeito de as primeiras mudas de cana-de-açúcar plantadas por Pero de Góis terem representado o início da colonização do Norte Fluminense, pode-se considerar que, na região, foi a pecuária a atividade comercial pioneira. A necessidade de abastecer os mercados do Rio de Janeiro com carne bovina e de fazer uso do gado para mover os engenhos dos recôncavos da Baía de Guanabara justificou a doação de Sesmarias pelo Governo Geral.

As primeiras cabeças de gado pertencentes aos Sete Capitães provieram das Ilhas de Cabo Verde e formaram, em Campo Limpo, o primeiro curral da Baixada Fluminense. Ao primeiro, outros se seguiram, como São Miguel do Furado e Cabo de São Tomé, que deram origem às fazendas dos Jesuítas, às dos Beneditinos, às dos Viscondes e às de Quissamã.[33]

De 1636 a 1748, a pecuária da Baixada desenvolveu-se intensamente na planície Goitacá. Margeando a Lagoa Feia, o gado seguiu as restingas de Quissamã e de Carapebus pisando os árduos areais da praia até encontrar, em Macaé, o ponto-alto para as grandes transações comerciais da época.

Depois de libertar seus terrenos do poder de grandes latifundiários, Macaé passou por grandes transformações. Ao se aproximar o século XIX, a Coroa lhe concedeu, às margens do Rio Macaé, várias Sesmarias. Há que se lembrar que, na Sesmaria do Norte, que media um quarto de légua, estabeleceu-se

---

[32] PARADA, *Coisas e gente da velha Macaé*, p. 38.

[33] SILVA, José Carneiro da. *Memória Topographica e Histórica sobre os Campos dos Goytacazes – com uma notícia breve de suas produções e commercio.* Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1819, p. 72-73.

Thomaz Dias de Carvalho, proprietário de renome em Carapebus. Há que se lembrar ainda que, no decorrer do século XIX, Anna Francisca da Rocha foi um dos maiores símbolos das atividades agropastoris carapebuenses: apelidada *Mãe Gana* por seus escravos, o gado crioulo por ela criado multiplicou-se por várias décadas pela imensidão de suas terras que, conforme os antigos, iniciavam no cômoro do mar e seguiam por Itaquira e Sacarrão até as encostas das serras de Conceição de Macabu.

O crescimento dos rebanhos bovinos de Minas Gerais — especialmente os do Vale de S. Francisco — e alguns fatos históricos, como a *Revolta de Benta Pereira* e a retomada da Capitania pela Coroa Portuguesa, contribuíram para que o gado da Baixada, em meados do século XVIII, cedesse lugar ao verde dos canaviais. Iniciou-se, assim, um outro ciclo na economia da terra fluminense. Apesar disto, os rebanhos bovinos da Baixada tiveram um papel relevante na história do comércio estabelecido entre Macaé e Campos, colaboraram ativamente para a propagação de sítios e fazendas no interior do Estado e proporcionaram, durante cem anos, o intercâmbio de gêneros alimentícios.

O AÇÚCAR E O CAFÉ

"O certo é que Pero de Góis foi o primeiro a plantar cana-de-açúcar no norte fluminense e, a respeito do tema e considerando as diversas controvérsias verificadas, ficamos com o historiador sanjoanense João Oscar que, além de compulsar todos os autores citados, fez pesquisas in loco, chegando à conclusão de que as primeiras mudas de cana foram plantadas em fins do ano de 1538, por Pero de Góis, em região primitivamente habitada por indígenas goitacazes e puris, numa pequena povoação a que deu o nome de Vila da Rainha, situada a pouca distância da foz do rio Itabapoana, no atual município de São João da Barra'(...)."[34]

O cultivo da cana-de-açúcar foi um dos alicerces para o estabelecimento do processo de desenvolvimento da economia do país. Concentrado no Nordeste até o final do século XVII, migrou para as terras fluminenses, quando então os engenhos e engenhocas de açúcar estenderam-se rapidamente pela planície Goitacá. A produção do açúcar, incrementando a corrente migratória à Baixada Fluminense, em particular a de origem portuguesa, colaborou para a criação, na mesma ocasião, em 1677, das Vilas de São Salvador e de São João da Barra.

No decorrer da segunda metade do século XIX, com a ascensão definitiva da força motriz, o comércio açucareiro da província fluminense manteve-se em ritmo crescente. Como fora organizado dentro de uma estrutura capaz de suprir as exigências da exportação, a constatação da existência de produtos de melhor qualidade, como o açúcar das Ilhas das Antilhas e o açúcar da beterraba da Europa Central, contribuiu para a concretização dos ideais defensores da criação de engenhos centrais. Desde então, por iniciativa dos senhores de engenhos, em especial, José Carneiro da Silva – primeiro Visconde de Araruama —,

[34] OSCAR, João, *Escravidão & engenhos; Campos, São João da Barra, Macaé, São Fidélis*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985, apud. PARANHOS, Paulo. *São João da Barra; apogeu e crise do porto do açúcar do Norte Fluminense*. Teresópolis: Revista da Cidade Gráfica e Editora LTDA., 2000, p. 41.

Macaé teve o privilégio de, em 1877, sitiar, em Quissamã, o primeiro Engenho Central da América do Sul.

Daí em diante, foram criados outros engenhos centrais e usinas, o que fez com que a comercialização do açúcar do Norte Fluminense adotasse uma tecnologia mais arrojada que, aliada aos novos meios de transporte e comunicação — como as ferrovias, a navegação a vapor, o telégrafo —, poderia levar a produção a se adequar às exigências e aos moldes da revolução industrial ora processada no país.

Vale registrar que o açúcar de Carapebus, para fins de comercialização, só se sobressaiu nas primeiras décadas do século XX, embora o geógrafo Couto Reys, em mapeamento feito em 1785, tenha mencionado as margens da Lagoa de Carapebus como local em que se situavam inúmeros engenhos e engenhocas de açúcar.

As primeiras plantações de café foram feitas, em 1727, no norte do país, mas, até o início do século XIX, o café não possuía nenhum valor comercial, visto que a mão de obra disponível e os interesses econômicos do Brasil-Colônia ainda se encontravam ligados às atividades da mineração. Somente com a chegada da família real — que trouxe em sua comitiva experientes comerciantes portugueses —, o café começou, a partir de 1820, a se destacar comercialmente.

Deixando as encostas do Rio de Janeiro, no decorrer do século XIX, o café alcançou o Vale do Rio Paraíba, região fértil e geograficamente bem situada. Na parte média do Vale criaram-se polos cafeeiros que, durante o período regencial, se transformaram em importantes cidades brasileiras, como Vassouras, Resende e Valença. Mas é nas terras roxas do oeste paulista que, a partir de 1870, depois de chegar a Minas Gerais pelo mesmo sistema hidroviário, o café conquistou o auge de sua produtividade. O café também prosperou com facilidade nas serras de Cantagalo e daí chegou a Macaé, polo irradiador para as regiões vizinhas, de onde pôde se expandir com rapidez.

Contando com o açúcar de Campos e de Quissamã e, sobretudo, com o café de Carapebus — abundante nas terras de Úrsula das Virgens, de André Ferreira dos Santos, do capitão Rosendo José e de outros fazendeiros de Carapebus[35] —, Macaé que, no final do Império possuía um bom porto de mar, pôde promover o intercâmbio comercial entre as suas regiões vizinhas e o porto do Rio de Janeiro, na ocasião, um dos melhores portos do mundo.

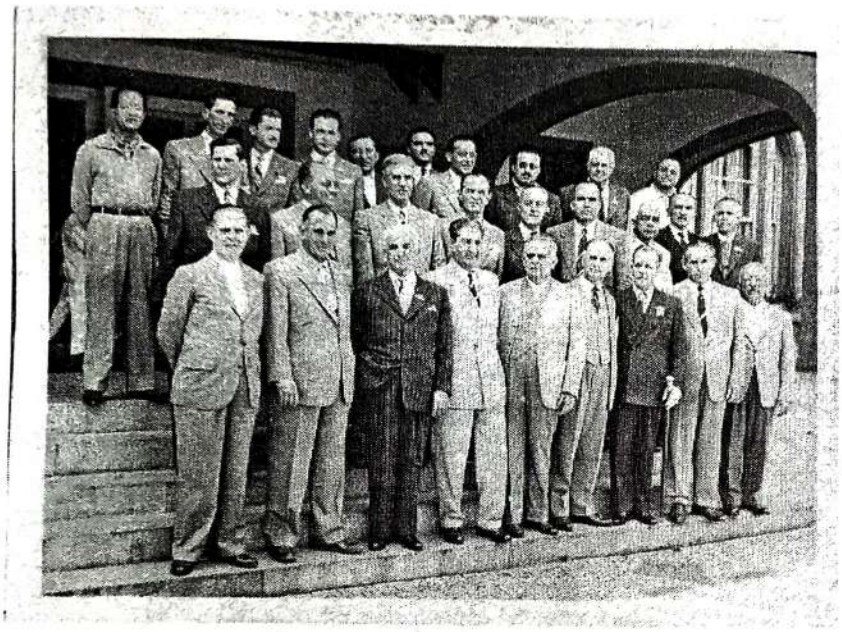
Além da extração do pau-brasil, a cultura do açúcar e do café representou um grande marco da história da economia do país. Enquanto o cultivo do açúcar se desenvolveu nos três primeiros séculos do Brasil-Colônia, mantendo a supremacia econômica sobre os demais produtos agrícolas brasileiros, o café foi o sustentáculo do Império e da República Velha, a ponto de seus *superavits*, a partir de 1860, aos poucos, ocasionarem a *crise cafeeira*, que deflagrou a famosa crise mundial de 1929.

[35] Listados nas páginas das edições publicadas entre 1840 e 1880 do *Almanak Laemmert*.

A cafeicultura da Baixada Fluminense levou os poderosos donos de terras e de escravos a receber do imperador D. Pedro II o título nobiliárquico de *Barões do café*, símbolo da elite rural que gozava de todo prestígio social e político na época do segundo Reinado.

A cafeicultura favoreceu a instituição da era das ferrovias e a modernização de importantes portos brasileiros — como o de Santos e o do Rio de Janeiro — e, a partir de 1850, atraiu para o país grande número de imigrantes europeus que, substituindo o trabalho escravo, trouxe inovações para o solo brasileiro.

Encontros e Eventos Canavieiros

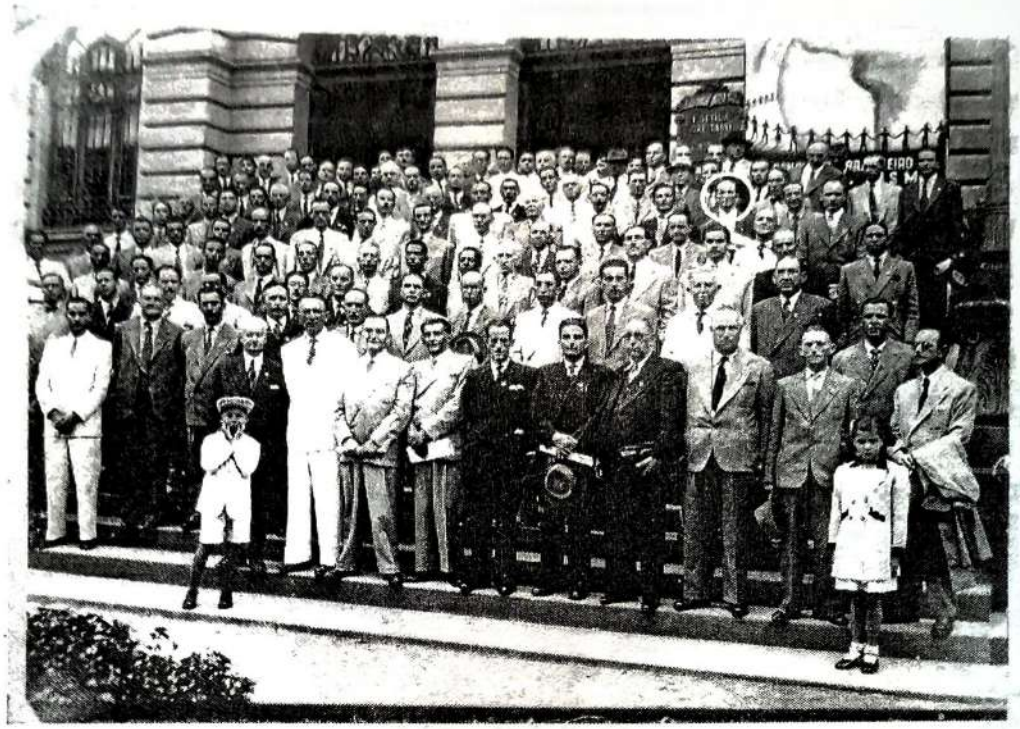


Participantes do I Congresso Canavieiro Brasileiro, realizado em 1945 no Hotel Quitandinha em Petrópolis – RJ, onde vê-se: À frente, o 2º elemento (da esq. para a dir.), Francisco de Assis de Almeida Pereira – Representante da Lavoura Canavieira Fluminense junto ao I.A.A. – (Instituto do Açúcar e do Álcool) e, ao fundo, o 2º elemento (da esq. para a dir.), Joaquim Alberto Brito Pinto – Presidente do Sindicato dos Lavradores de Carapebus.

Coleção: Pereira Pinto

Almoço ocorrido no restaurante do Aeroporto Santos Dumont, por ocasião do Congresso Açucareiro "Pró Industrial", realizado em 4 de agosto de 1941, no Rio de Janeiro, onde Manoel Francisco Pinto (o 7º do infileiramento à dir.) encontra-se representando a Lavoura Canaveira Fluminense.

Coleção: "Carmen Calomeni Pinto"



Participantes do Congresso Brasileiro Açucareiro, realizado na Escola Caetano Campos, em São Paulo, onde Gê Sardenberg (sinalizado) encontra-se representando o Distrito de Carapebus.
Coleção: Família Sardenberg

Representantes da lavoura canavieira fluminense reunidos no Restaurante 13 de Maio, em Campos dos Goytacazes, onde Joaquim Alberto Brito Pinto (o 4° do enfileiramento à direita) encontra-se representando o Distrito de Carapebus.
Coleção: Pereira Pinto.

CAFEICULTORES DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE CARAPEBUS

Nomes frequentemente encontrados nos relatórios da Província do Rio de Janeiro, publicados em edições do *Almanak Laemmert*, entre 1849 e 1876.

Amaro Gomes de Azevedo
Amaro José Vianna
Ana Firmino da Rocha
Anna de Carvalho Lima
Anacleto José da Costa
André Ferreira dos Santos
Antonio de Oliveira Tavares
Antonio Fernandes da Silva
Antonio Ferreira de Azevedo
Antonio Gaspar dos Santos
Antonio Gomes da Silva
Antonio Joaquim Pinto Titão
Antonio Manoel Esteves
Antônio Pacheco de Lima
Antonio Pacheco Moço
Antônio Pereira Rabelo
Antonio Santos Moço
Antonio Tiburcio dos Santos
Antonio Vianna do Rosário
Antonio Victoriano Vieira
Bento José Vianna
D. Benta Pinto de Oliveira
Carolina de Barcelos
Claudina Maria do Espírito Santo
Custódio José Pereira Leite
Capitão Domingos Pinto D'Oliveira
Domingos Caetano Pinto
Felisberto José Martins
Firmino Vicente da Lomba
Florentino Pereira de Souza
Francisca Rosa da Silva
Francisco da Silva Tavares
Francisco de Oliveira Novaes
Francisco de Souza Tavares
Francisco Ferreira dos Santos
Francisco Ferreira Porto
Francisco Joaquim das Chagas
Francisco José da Cunha
Francisco José de Abreu

Marcelino Pinto de Oliveira

Manoel Pacheco de Lima
Coleção: " Família Pacheco de Lima "

Anna Francisca da Rocha
Albúmen, Carte de Gabinet, s. local, s. data
Foto: autoria ilegível
Coleção Dona Rosa Joaquina
Macaé – RJ

Francisco José de Freitas Castro
Francisco José dos Santos
Francisco José Nunes
Francisco José Victoriano
Francisco Martins de Oliveira
Francisco Martins Pinto
Francisco Nunes de Carvalho
Francisco Pereira da Motta
Francisco Pereira Rabello
Francisco Quintinho Silva
Francisco Vicente Coelho
Francisco Vitoriano Vieira
Francisco Alves Coutinho Prata
Fradique de Carvalho Lima
Horácio Vetto
Inácio Bernadino da Silva
D. Joana Pereira Gomes Vianna
João Batista Leal
João de Souza França
João de Souza Tavares
João José dos Santos Rocha
João Machado Ribeiro
João Pinto de Oliveira
João Rangel
João Rangel Moço
João Ribeiro dos Santos
João Vieira do Rosário
Dr. Joaquim da Silva Campos
Joaquim Alves da Cruz
Joaquim da Silva Tavares
Joaquim de Souza Broa
Joaquim de Souza França
Joaquim Fernandes de Souza Netto
Joaquim José Broa
Joaquim José dos Santos Broa
Joaquim José de Souza Lima
Joaquim José Licério
Joaquim José Pereira Leite
Joaquim José Ribeiro
Joaquim José Rangel
Joaquim Pacheco de Lima
Joaquim Pereira Leite
Joaquim Vicente da Lomba
José Amador de Vasconcelos
José Antunes de Oliveira
José Baptista Rocha
José Cardoso da Motta
José da Silva Tavares

Clementhe Fellipe dos Santos
Fazendeiro e negociante de "Grossa ventura" em Carapebus. Gelatina e prata, 17X12, Paris,1889
Foto: Atelier Elizabeth
Colleção Dona Rosa Joaquina
Macaé - RJ

José Pereira Rabello
Albúmen, Carte de Visite, Macahé, S. data
Foto: Rocha Lima Photographo
Colleção Dona Rosa Joaquina
Macahé – RJ

Antonio Pereira Rabello
Albúmen, Carte de Visite, Macahé, s. data
Foto: Rocha Lima Photographo
Colleção Dona Rosa Joaquina
Macaé – RJ

José de Oliveira Leitão
José Ferreira dos Santos
José Gavinho Vianna
José Gomes de Araújo
José Joaquim Oliveira Leitão
José Machado Borba
José Machado Borba Filho
José Martins Pinto
José Pereira Rabello
José Pereira Rabello Junior
José Vieira Sobrinho
Tenente José Francisco Dias Arouca
Capitão José Fellipe de Freitas Castro
Padre José Alves da Cruz
Julião Baptista de Sá Freire
Julião de Sá Freire
Julião Ferreira Baptista
Julião José de Barcellos
Laurentino José Gomes da Rocha
Luiz de Araújo Gomes
D. Leopoldina Barcellos
D. Maria Joaquina da Conceição Maciel
D. Maria Luiza de Anchieta
Alferes Manoel da Silva Leal
Manoel Alves Coutinho Prata
Manoel Alves de Oliveira Negues
Manoel da Motta Coqueiro
Manoel de Azevedo Coutinho
Manoel de Oliveira Negues
Manoel de Souza Tavares
Manoel Joaquim dos Santos
Manoel Pereira dos Santos Mosso
Marcelino Pinto de Oliveira
Mariano José da Costa
Alferes Miguel da Silva Tavares
Peregrino Alves da Cruz
Pio Antonio de Sá Freire
Capitão Rosendo José
Sebastião de Souza França
Telvássimo José da Silva
Tereza Gomes da Rocha
D. Úrsula Maria das V irgens
Vicente Ferreira de Souza
Victoriano José Barreto
Visconde da Cachoeira

Coronel Francisco Pereira Rabello
Albúmen, Carte de Visite, Macaé, s. data
Foto: Rocha Lima Photographo
Colleção Dona Rosa Joaquina
Macaé – RJ

Comendador José Gavinho Vianna
Gelatina e prata, Carte de Gabinet
Rio de Janeiro, 1890
Foto: Modesto Ribeiro Photographo
(Rua dos Ourives, 69)
Colleção Dona Rosa Joaquina
Macahé – RJ

Padre José Alves da Cruz
Albúmen , Carte de Visite, Paris,
s. data
Foto: E. Appert (Rue Taitbout, 24)
Colleção Dona Rosa Joaquina
Rio de Janeiro – RJ

Região do Retiro: Veem-se os vestígios do antigo Caminho de Tropeiros; por ele, seguia em lombos de burros, em direção ao Canal Macaé-Campos, o café de Carapebus e dos arredores serranos.

CARAPEBUS NO DISTRITO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

A área que ulteriormente viria a se transformar no norte do Estado do Rio de Janeiro foi incluída na capitania de São Tomé, doada a Pero de Góis. Com a ruína progressiva do sistema de capitanias, parte da capitania de São Vicente e a maior parte da capitania de São Tomé ou da Paraíba do Sul passaram a constituir a capitania do Rio de Janeiro. A região setentrional dela veio a denominar-se Distrito dos Campos dos Goitacases.

(Soffiati Netto, 1996).

Em 1785, o geógrafo Couto Reys descreveu os termos e limites das Freguesias e Povoações do Distrito dos Campos dos Goytacazes:

> *"Em que se mostra o Destricto total dos Campos Goaitacazes, dividido por Freguezias, e Povoaçõens os pontos, que servem de termos, ou limites aos terrenos respectíveis a jurisdição de cada huma em particular; como tãobem as ventagens, ou deffeitos, que distinguem, ou especializão humas de outras, segundo a melhoria de sua situação: do mesmo modo os seos estabelecimentos, seo governo, Comercio etc".*[36]

Referindo-se ao número de Freguesias e Vilas, ressaltou:

> *"Comprehende-se em 1 todo o Districto 6 Freguesias, e duas Villas de que são Oragos São Salvador, São João da Barra, São Antonio dos Guarulhos, São Gonçalo, Nossa Senhora do Desterro de Cupivari, Nossa Senhora das Neves, e Santa Rita de Machae."*[37]

Mais adiante, em seus célebres mapeamento e relatório, destacou a Freguesia de Capivari, por ele chamada de Cupivari:

> *"Hé terceira em antiguidade comprehendendo na sua jurisdição a mayor extenção de terras de todo o Destricto em geral sem limite certo para o Sertão. Esta muito pouco povoada e tem fracos estabelecimentos pela falta de forças dos seos possuidores. Tem duas Capellas Filiaes Nossa Senhora da Conceição dos Carapebus, São Joze e Santa Anna em Macahe no Sitio denominado o Barreto".*[38]

Sobre as vantagens da Freguesia, observou:

> *"Logrão os seos habitadores hum Ar saudavel com a belíssima navegação dos Rios Macahe, e São Pedro com comunicação ao mar por onde podem fazer o melhor comercio. As terras dos seos Sertoens são fecundissimas para toda a qualidade de plantaçõens; e ainda que as mais vezinhas ao ar por arientas não são tão perfeitas para Canas produs bem a mandioca, e outros generos, e tem outras muitas*

---

[36] COUTO REYS, Manuel Martinz do. *Descripção Geographica e Pulítica.* Transcrição dos manuscritos originais, UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense, p. 49.
[37] Id.
[38] Ibid., p. 51.

circunstancias de merecimento como são as suas excellentes Campinas muitas restingas e brejos para a creação e multiplicação dos seos gados: tem tãobem muitas madeiras para comercio; para gastos das fabricas e lenhas, e a lagoa de Carapebus abundandissima de peixes."[39]

Em sua *Descripção Geographica* do Districto dos Campos dos Goytacazes, Couto Reys também mencionou os tipos de terrenos encontrados na região:

"Os dous primeiros, são baixos, planos, e quaze no nivel do Mar: hum destes mais ameno por suas vistozas Campinas, divididas por pequenos bosques, Rios, ou pantanaes, de cujas separaçoens lhes rezultão outros tantos nomes, como Campos de Macahe, de Juribatiba, de Carapebuz, dos Saboens, de Jagoroaba, da Boavista, de Santo Amaro, dos Algodoeiros, Campo Limpo, Campos de Taí, etc.[40]"

Os chamados *Campos de Carapebuz*, com seu grande complexo de campinas, bosques, etc, ao lado dos Campos de Macaé, Quissamã, Jurubatiba e outros, formavam os gigantescos Campos dos Goytacazes.

O PATRIMÔNIO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE CARAPEBUS

Esboço topográfico do Patrimônio de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus, elaborado em 1914, pelo Sr. (Capitão) Major Domingos Pires Carneiro.

"Os bens patrimoniais de Nossa Senhora da Conceição, outrora foram administrados pela Irmandade do Santíssimo Sacramento, depois pelo Capitão Antônio Leite e depois por mim."[41]

Conforme os Autos da Igreja Paroquial de Carapebus, as terras pertencentes ao patrimônio de Nossa Senhora da Conceição eram constituídas por duas extensas fazendas interligadas e situadas entre o 2º e o 3º Distritos de Macaé. Contíguas, as terras seguiam pelos imensos cordões de restingas até as serras de Conceição de Macabu.

[41] Carta narrativa do Major Domingos Pires Carneiro, Procurador da Paróquia, de 1890 a 1914.

Em 1914, nos manuscritos do Major Domingos Pires Carneiro[42], os bens patrimoniais da Paróquia foram enumerados da seguinte forma:

"1) Terras da antiga Egreja no logar chamado Içara com as seguintes divisas: no cômoro do mar, ao Norte, a Lagoa de Carapebus. Ao leste, córrego de São Mathias ou Jibatiba. Ao sul, terras de São Bento ou Capão de Jacurutu. Em 1812, é vendida a parte do mar ao canal de Campos-Macaé de sorte que ficou à santa o terreno entre o canal, a lagoa e córregos. Esta terra tem testada no canal 1.360 braças. Doador: Thomaz de Carvalho.

2) Terreno da Egreja Velha com os seguintes limites: córrego das Cannoas com 100 braças testadas ao norte. Lagoa e córrego dos Ubás em todas as suas voltas. Ao sul, terreno de Fabiano Antunes e Paulino Tavares, depois vendido a José Nunes Martins. Esta última divisão é uma linha recta do córrego das Cannoas até o dos Ubás indicada pelo marco de um pau de ferro chamado Pau de Pellourinho e o caminho de rodagem que vem da Caxanga até o córrego Morto de 'Mãe Catharina'.

(...)

3) Terra na Cruz, dádiva feita por Manoel Gregório que doou à Santa 14 escravos e a terra que estes ocupavam. Esta terra faz fundo ao córrego Cambuatá. Os escravos deviam pagar todos os annos 2 patacas à Santa com o rendimento de suas lavouras. Desta terra está hoje em poder da Santa só um pedaço que principia na estrada Carapebus-Macahé 40-50 braças, testadas e fundo no segundo córrego das Cannoas.

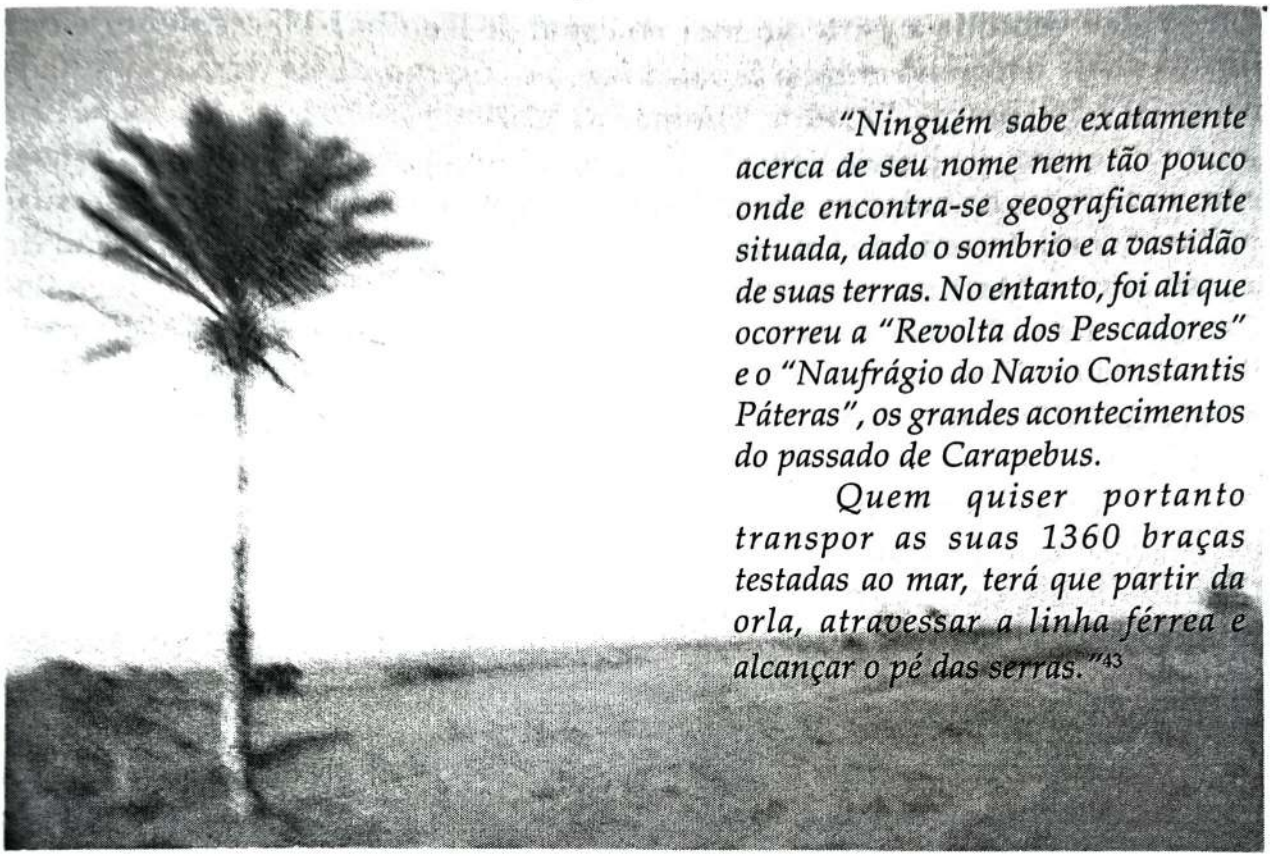
4) Quarto pedaço está no 2º districto de Macahé: Barreto. Duzentas braças testadas no cômaro do mar fazendo fundos pouco mais ou menos em três léguas no Barro Vermelho onde a família Drumond tem sua terra. Em 1812, parte dessa terra foi vendida ao Sr. Dr. José Augusto Coelho da Rocha, advogado no Rio, de sorte que ficou à Santa, do córrego da Jacutinga até o Barro Vermelho confrontando com as terras de Drumond."

Elbe Tavares de Almeida, em texto publicado no Jornal *O Rebate*, em 1983, relatou que a doação de outras terras à Igreja de Nossa Senhora da Conceição acabou por formar a totalidade de seu patrimônio, a chamada Terra das Içaras. Segundo ele, por falta de provas documentais suficientes, a Igreja perdeu grande parte de seus direitos, a despeito de o Cartório de Macaé ter dado fé às doações feitas até 1868. Ainda no mesmo texto, lembrou o historiador que, conforme costume do tempo antigo, outras doações foram feitas à Santa padroeira, como relíquias preciosas, moedas e jóias em ouro e prata.

[42] Ibid.

PRINCIPAIS REGIÕES FORMADORAS DE CARAPEBUS

IÇARAS



"Ninguém sabe exatamente acerca de seu nome nem tão pouco onde encontra-se geograficamente situada, dado o sombrio e a vastidão de suas terras. No entanto, foi ali que ocorreu a "Revolta dos Pescadores" e o "Naufrágio do Navio Constantis Páteras", os grandes acontecimentos do passado de Carapebus.

Quem quiser portanto transpor as suas 1360 braças testadas ao mar, terá que partir da orla, atravessar a linha férrea e alcançar o pé das serras."[43]

A região das Içaras[44], também conhecida como Macega, é considerada a primogênita de Carapebus, não só por ter abrigado em suas terras os dois primeiros templos religiosos, mas inclusive por ter formado o primeiro núcleo populacional carapebuense.

De acordo com os Autos da Paróquia de Carapebus, o complexo de terras da região das Içaras, até 1914, aproximadamente, era patrimônio da Santa padroeira. As terras tinham início nas dunas do mar, seguiam o cordão das restingas de duas fazendas interligadas e situadas entre o 2º e o 3º distritos de Macaé e findavam nas encostas de Conceição de Macabu.

Os atuais moradores da antiga região ainda hoje se lembram dos antepassados vivendo em casinhas de palha que, localizadas nos emaranhados capões de matas, só podiam ser avistadas pelas chamas de seus lampiões. Lembram-se também da antiga ponte da bolandeira[45] que, feita de madeiras

[43] ALMEIDA, Elbe Tavares de. In: *Jornal da Cidade*, 27 de Agosto de 1983.
[44] *Juçara*: "(...) yçara (...). Do Tupi, *ü' sara (ieï' sara)*. CUNHA, op. cit., p. 457.

roliças, era a única travessia por onde se conduziam os mortos ao cemitério e os fiéis às missas e ladainhas.

Vale registrar que os imensos capões de matas das Içaras, outrora insondáveis e misteriosos, nada mais eram do que ricas e densas florestas que abrigavam uma infinidade de espinhaços, cipós e árvores de todas as espécies, como o jacarandá, a caviúna, o roxinho, o jequitibá, a peroba e outras tantas madeiras de lei. Tal diversidade, ao lado de uma variada fauna, não raras vezes, serviu de ilustração das páginas dos livros de historiadores fluminenses que mencionavam os sertões de Macaé e seus arredores.

CAXANGA

- Igreja do Caxanga
O símbolo histórico da região

"(...) hua Ilha a que chamão Cachanga no destrito doz Campoz dos Goyatacazes nas cabiceyras da Lagoa vulgarmente Chamada Carapibuz que tem huma legoa Em quadro."[46]

[45] Bolandeira: "Nos engenhos de açúcar, grande roda dentada que gira sobre a moenda, movimentando as mós. Em casa de farinha, roda sobre eixo vertical que impulsiona o ralador de mandioca. Na engenharia mecânica, máquina de beneficiamento de algodão."
HOUAISS, op. cit., p. 480.
Bolandeira: "Grande roda dentada do engenho de açúcar. Talvez relacionado com o castelhano *volandera.*" CUNHA, op. cit., p. 116.
Mó: "Pedra grande dura, circular, de altura pequena, com que se trituram os grãos nos moinhos, girando-a sobre outra pedra, ou se espreme a azeitona no lagar para extrair o azeite."
HOUAISS, op. cit., p. 1938.

[46] Sesmarias Fluminenses Ministério do Ultramar. Arquivo Histórico ultramarino. Anais do I *Congresso de História Fluminense. Petrópolis,*1963, p. 166.
"Hua Ilha que chamão Cachanga" foi concedida a Antônio Ramalho pelo Governador substituto do Rio de Janeiro, Matias Coelho de Souza, em CARTA DE SESMARIA, de 07 de Janeiro de 1750. As benfeitorias feitas por Antônio Ramalho não são conhecidas.

Com exceção da Sesmaria de Manoel Corrêa – um dos Sete Capitães –, a Sesmaria da Ilha do Caxanga[47] é a única citada no Livro de Tombos de Sesmarias doadas aos Campos dos Goytacazes que fez parte da formação de terras da região de Carapebus, embora vários nomes de sesmeiros sejam encontrados em escritos que remontam ao passado carapebuense.

Dois fatores fizeram com que Caxanga representasse o berço das atividades socioeconômicas de Carapebus: a localização do porto às margens de sua lagoa e a construção da ponte no caminho da estrada provincial que unia Macaé a Campos, a Estrada Geral.

Caxanga aparece em vários documentos do passado, em particular, nas diversas séries do *Almanak Laemmert* que, a partir de 1840, por quase quatro décadas, documentou as atividades administrativas, mercantis e industriais da Província do Rio de Janeiro.

Na época em que os produtos agrícolas escoavam entre o médio Paraíba e a foz do rio Macaé e o ponto de referência para o comércio era o porto de São João da Barra, a sede do Caxanga sobressaiu-se, principalmente, por contar com um pequeno porto, situado à cabeceira de sua centenária ponte. Ao porto, chegavam pequenas embarcações, carregadas dos famosos conhaques de alcatrão, açúcar mascavo, finos tecidos, perfumes, charutos, chapéus e outros produtos usados na época.

A propósito do Porto de Caxanga, publicou Elbe Tavares de Almeida no jornal *O Rebate*, em 1983:

> *"Numa vala profunda, próxima a ponte, as embarcações iam e vinham. E nos braços fortes dos escravos do capitão Antônio Leite e de Thomáz Dias de Carvalho, as mercadorias chegavam a uma cobertura de sapê, uma espécie de depósito."*[48]

---

[47] *Caxanga*: Mato estendido, em Tupi."Córrego tributário da Lagoa de Carapebus, em Macaé. De cáa – mato, e xangá, longo. É uma nesga de mata muito longa, muito comprida". ALCOFORADO, op. cit., p. 87.
Antônio Houaiss observa que o nome caxangá é de origem duvidosa, provavelmente, tupi (*caá-cangá*). HOUAISS, op. cit., p. 662.

[48] ALMEIDA, Elbe Tavares de. Jornal *O Rebate*, 1983.

BARREIROS

"Carapebus situado na Lagoa do mesmo nome, teve no princípio de sua colonização um lugar chamado de Barreiros. É o 3º distrito de Macahé e freguesia da Diocese de Niteroy, com cerca de 2000 habitantes. Ao norte confronta-se com as freguesias de Quissaman e Dores de Macabu, pelo leste e sul com a freguesia do Barreto e pelo oeste é banhado pelo Oceano Atlântico. Suas raízes foram de cinco a seis famílias ortodoxas. Todos os seus habitantes são cathólicos, porém, poucos são praticantes, exceto dez ou doze pessoas do Imbiu. Todos os meus esforços em restaurar a fé dos nossos antepassados frustaram-se por falta de pessoas e zeladoras para a Liga do Coração de Jesus.

A primeira matriz em honra a Nossa Senhora da Glória foi construída na praia, a 2ª chamada de igreja velha, numa península e a 3ª é a actual matriz próxima ao Córrego das Cachangas."[49]

A localidade de Barreiros é pouco citada em textos alusivos ao passado de Carapebus, exceto quando fazem referência ao patrimônio da padroeira Nossa Senhora da Conceição de Carapebus. Região localizada entre os Córregos do Caxanga e o da Espera, sua importância deve-se, inclusive, à posição geográfica de seu *Porto Velho*, localizado ao abrigo das intempéries e do fisco do comércio — bastante intenso em Quissamã, Carapebus e Macaé — de negros africanos. Na era das célebres pranchas da Usina Carapebus S. A., assim como outros portos, como Fundão, Boa Sorte e Pedra Branca, Barreiros era local de vigoroso movimento provocado pelo carregamento de cana, lenha

[49] Carta de Domingos Pires Carneiro, Procurador da Paróquia de 1890 a 1914.

e carvão. A indiscutível qualidade de sua tabatinga, que certamente favoreceu a instalação das primeiras fábricas de telhas e tijolos com que a Freguesia construiu suas primeiras casas e sua Igreja Matriz, levou Barreiros a contribuir para a instituição do processo de colonização de Carapebus.

CAPELINHA DO AMPARO

"A Capelinha do Amparo deixou para os seus poucos moradores os rastros de um arraial perdido."[50]

André Moreira, Paulino Tavares e descendentes das famílias Caetano e Caieira são considerados os benfeitores do pequeno núcleo social da Capelinha do Amparo, formado, no início do século XX, por uma capela dedicada à Nossa Senhora do Amparo e a S. Benedito, um cemitério construído em tábuas, algumas casas situadas nas laterais da igreja, uma escola de primeiras letras para o sexo masculino (dirigida pelo professor Brás) e duas vendas que serviam aos habitantes do local.

Valiosas informações sobre a região podem ser colhidas na memória de Nilo Tavares Freire e de Zil Moreira: os festejos de 09 de Setembro, dia da padroeira, sempre precedidos de novenas e ladainhas, configuravam-se, dizem eles, com as Cavalhadas, o Cordão de São Benedito, os tocadores de acordeão e a animada banda Musical do Curato de Santa Catarina que, com seus componentes, chegava ao local em carros de bois, anunciando a festa.

Quase em ruínas em 1935, o templo de Nossa Senhora do Amparo foi reconstruído por volta de 1945, mas se perdeu a originalidade da construção primeira: os elementos originais do templo – coro, púlpito, abóbada, lustres, frisos e contornos dourados e artefatos da arte antiga – não puderam ser mantidos.

A Capelinha do Amparo foi de singular importância no passado: além de servir de rota do comércio estabelecido entre as Vilas de Carapebus e Macabu, manteve estreitos laços com outros povoados vizinhos, como, por exemplo, Paciência (Macabuzinho), local do primeiro Cartório de Carapebus,

[50] Relato de Marcionil Moreira (Sr. Mimil) à autora do texto.

povoado tão importante para a história carapebuense que foi considerado, até bem pouco tempo, parte integrante do 3º Distrito de Macaé.

Em 1935, analisando as capelas pertencentes à Matriz de Nossa Senhora da Glória, Frei Vicente Rower, na época vigário de Quissamã e de Carapebus, constatou que a Capela de Nossa Senhora do Amparo era a mais antiga da região, porque sua construção apresentava características próprias de épocas anteriores à chegada da Ordem Franciscana a Quissamã, em 1902.

FAZENDAS SÃO DOMINGOS, SÃO JOAQUIM E REUNIDAS DE SÃO PEDRO

Doutor Augusto Marianno Gavinho Ribeiro de Castro e Dona Rosa Mônica do Loreto Lima Nogueira da Gama e Gavinho.
Proprietários da Fazenda São Domingos, em 1881.
Albúmen, Carte de Gabinet, Rio de Janeiro, 1881
Foto: Alberto Henschel & C. (Rua dos Ourives, 40)
Colleção Dona Rosa Joaquina
Rio de Janeiro – RJ

Coronel Francisco Pinto e esposa, Ernestina Brito Pinto
Proprietários da Fazenda São Domingos
Ano: 1940 (aproximadamente)
Coleção: "Pereira Pinto"

Torre do Alambique São Domingos
Desenho em "bico de pena" de José Martins Fagundes Júnior.

Em certidão de *Escriptura Antenupcial Pactícia*, lavrada em 29 de Junho de 1881 em Livro de Escrituras de nº 47, folhas 26/27 do Cartório do 1º Ofício de Macaé/RJ e expedida em 1998 "a pedido de pessoa interessada", verifica-se que a "Fazenda de São Domingos, de porteira fechada, tutellada ao Exmmo. Senhor Commendador Francisco Pinto Leal, e cituada no thermo de Carapebus", naquele tempo, era propriedade do "senhorzinho" Augusto Marianno Gavinho Ribeiro de Castro, por herança que lhe deixara sua falecida mãe, a "Exmma. Senhora donna" Felizarda Alchimenna Pereira Rabello e Gavinho.[51]

Em 1930, aproximadamente, a fazenda encontrava-se sob a administração do Coronel Francisco Pinto e de seus dois filhos, Joaquim Alberto Brito Pinto e Manoel Francisco Pinto. Na ocasião, por iniciativa desta família, movimentava a região uma fábrica de aguardente. Segundo o Sr. Francisco Oliveira Silva, mestre caldeireiro do alambique por mais de três décadas, trabalhavam no interior da fábrica oito operários e, nas lavouras, vinte ou trinta.

Movido a vapor, o alambique de São Domingos, dispunha de duas competentes moendas com capacidade para esmagar, de quarenta e cinco em quarenta e cinco minutos, uma tonelada de cana, produzindo no final do dia, setecentos litros de aguardente da marca *Plus Ultra*, francamente aceita pelas vendas locais e de Macaé e vendida para o Rio de Janeiro em tonéis de duzentos e cinquenta litros, por quatrocentos réis o litro.

A fazenda São Domingos, com seu solar do tempo da escravidão, hoje patrimônio da família Pessanha, e as fazendas São Joaquim e Reunidas de São Pedro — outrora pertencentes a Joaquim Alberto Brito Pinto e a João Pedro Sobrinho, respectivamente — compunham a beleza campestre da região. Segundo os antigos moradores do local, a Fazenda São Domingos, até pouco tempo, podia ser avistada de longe, dadas as características de seu solar, que remontava a uma época em que eram comuns as altas cumeeiras, as escadarias em pedras e portas e janelas talhadas à mão. Cercada por infindáveis pastagens, que pareciam se encontrar com o cordão de montanhas, por enormes figueiras e por outras árvores centenárias, formava, uma *vista sem par*, rememoram aqueles que durante muito tempo puderam apreciar a beleza da região.

[51] Certidão expedida em 10 de Agosto de 1998 pelo Cartório do 1º Ofício de Macaé a pedido verbal de pessoa interessada.

ITAQUIRA

As terras da região de Itaquira[52], outrora denominadas Sacarrão, pertenceram, desde os tempos das Sesmarias, à fazendeira Anna Francisca da Rocha (Donana do Sacarrão), a matriarca das famílias Rocha e Ribeiro, tradicionais em Carapebus.

Os arquivos do escritor Ruben Carneiro de Almeida Pereira[53] revelam que, quando os seus próprios antepassados desceram das serras de Cambuci, por volta de 1893, adquiriram, no Distrito de Carapebus, a metade de uma antiga fazenda, então conhecida como Sacarrão. Contam tais registros que uma das moças da família não gostou do nome Sacarrão e, como apreciava nomes indígenas, batizou a nova propriedade de Itakira, nome que significa *pedra verde*.

Especialmente dois fatores pesaram para que Itaquira colaborasse com o progresso da Vila de Carapebus: a sua pequena estação do trem de ferro, que provocava um intenso movimento de passageiros oriundos de Pindobas, Rodagem, Imbiú e Carrapato, e a sua fábrica de aguardente, de propriedade de Elias Agostinho, que fabricava bebida de reconhecida qualidade, inicialmente da marca *Itaqui* e depois, *Kanaquira*. Por volta de 1945, ao passar às mãos da Companhia Moreira e Souza, o alambique comercializava o produto no Rio de Janeiro e em Portugal, para onde foi levado pela diretoria da Usina Carapebus S. A.

A importância do antigo vilarejo também se deve à época das grandes safras canavieiras de Carapebus e Quissamã. Prova disto é que Itaquira possuía duas balanças destinadas a pesar a cana: uma, de propriedade da Usina Carapebus S. A. e outra, do Engenho Central de Quissamã.

A pequena e saudosa sede de Itaquira ainda hoje é retratada por seus antigos moradores que se lembram principalmente da chegada do *Trem Expresso* e de dois grandes armazéns de secos e molhados existentes na região: um, pertencente à Usina Carapebus S. A., e outro, à Companhia Ribeiro e Filho. Ali, tudo se podia comprar, da carne seca ao querosene. Os mais antigos moradores lembram-se, ainda, da farmácia de Celso Barbosa — que "a todos servia a qualquer hora" —, do açougue de Eduardo Santos Filho (Sr. Dadá) e, sobretudo, da antiga Escola de Dona Maria da Conceição Agostinho da Costa (Dona Mariquinha), situada numa antiga casa ao lado da linha férrea. Hoje, já bastante diferente de sua construção original, a casa que abrigou a escola e a velha torre do alambique são dois marcos históricos que evidenciam a riqueza do passado carapebuense.

---

[52] *Ita*: "Antepositivo, do tupi *i'ta*, pedra, ferro (...)." HOUAISS, op. cit., p. 1658.
Ita: "(...) Do tupi *i'ta*, pedra (...)." CUNHA, op. cit., p. 449.

[53] Ruben Carneiro de Almeida Pereira foi membro da Academia Campista de Letras e da antiga Academia Macaense de Letras. Foi também jornalista, historiador, pesquisador e poeta.

Abílio Gomes
Benfeitor das terras de Itaquira
Coleção: Francisco Carlos Gomes

José Gomes
Benfeitor das terras de Itaquira
Coleção: Francisco Carlos Gomes

Moradores de Itaquira e arredores, à espera do "Trem Expresso", na Estação Ferroviária local
Ano: 1965 (aproximadamente)
Coleção: Francisco Carlos Gomes

Moradores de Itaquira e arredores à espera do "Trem Expresso", na Estação Ferroviária local
Ano: 1965 (aproximadamente)
Coleção: Francisco Carlos Gomes

Estabelecimento de "Secos e Molhados" de Itaquira
Coleção: Francisco Carlos Gomes

Torre do Alambique de Itaquira
Desenho em "bico de pena" de José Martins Fagundes Júnior.

RODAGEM

Pode-se atestar a importância histórica de Rodagem pela existência da velha ponte do Imbiú, outrora ponto referencial do comércio estabelecido entre as Freguesias de Quissamã e Carapebus, e ainda da antiga capela dedicada à Nossa Senhora da Penha e a São Manoel, construída pelo devoto Manoel José de Barcelos (Neco Abreu), um dos descendentes do Major Joaquim José de Abreu, antigo morador que ocupou diversos cargos importantes na Freguesia de Carapebus.

Nas primeiras décadas do século XX, o povoado de Rodagem sediava duas vendas de secos e molhados: uma, pertencia a Félix Assad e a outra a Ady Couri. Além das duas vendas, várias casas, uma escola de primeiras letras que funcionava em casa residencial, uma capela devotada a São Sebastião e uma padaria de propriedade de Augusto Leite também formavam o arraial da pequena sede.

Além dos citados, outros moradores ligados às famílias Rosendo, Barcelos, Machado e França desempenharam um importante papel para o progresso, não só do comércio, como também da lavoura e da pecuária do local.

Assim como as regiões vizinhas, Itaquira e Pindobas, locais que também se destacaram no comércio, Rodagem muito contribuiu para o progresso econômico do Distrito de Carapebus. A antiga casa, onde funcionava, inclusive, o armazém da família Assad, embora esteja desmoronando, hoje ainda pode ser vista como o único símbolo histórico do local. Segundo antigos moradores, ali se comercializavam diversos produtos, como feijão, toucinho, farinha e carne seca.

UBÁS

A região de Ubás[54], também conhecida como região da Igreja Velha, e três regiões adjacentes — Quilômetro 24, Retiro e Jacotinga — eram parte do

---

[54] *Uba*: "Antepositivo, do tupi *i'wa*, fruta, fruto. (...)." HOUAISS, op. cit., p. 2795.
Ubá: "(...) Em Tupi, *uu'wa*, planta da família das gramíneas (...), com cujos colmos os indígenas fazem flechas (...)." Id.
Ubá: "Embarcação indígena rasa, de pequenas dimensões e de fundo chato, talhada em casca de árvore e com pequeno soerguimento da bordadura, proa e popa. (...)." Id.
Ubá: "Planta da família das gramíneas (...) com cujo colmos os índios do Brasil preparavam flechas. Do Tupi *uu'ua.*" CUNHA, op. cit., p. 800.
Ubá: "embarcação indígena, canoa. Provavelmente de *ubá* (tupi *uu'ua*); é possível, também, que proceda da tônica *'ïua* árvore, com deslocamento da tônica (pois esse étimo tupi preconizaria a forma paroxítona uba), por influência de *ubá*" (*uu'ua*). Id.

complexo de terras chamado Terra das Içaras. Até hoje, a foz do Córrego de Ubás é ponto de referência dos limites estabelecidos entre Carapebus, Macaé e Conceição de Macabu.

Um dos importantes símbolos históricos do local é a conhecida ponte da bolandeira, outrora ponto de convergência entre Macaé e Campos. Por ela passavam, *mal raiava a madrugada*, os antigos e pesados carrinhos de bois destinados a fazer escoarem as safras canavieiras do interior das lavouras até o local da balança da Usina Carapebus S. A.

As forças produtivas da região se desenvolveram, inclusive, graças a Alípio José Fragoso que, com o seu engenho de farinha movido a tração animal, movimentava, não só o comércio da Vila, como também o de Macaé, transportando, por linha férrea ou até mesmo em lombo de burro, polvilho puro e farinha de mandioca.

Outros moradores do local, como João Baptista de Mattos, Manoel Alves Martins Prata (Manduca Prata), Antônio Nunes Martins, Benedito Nunes Martins e Irazino Chaves também contribuíram para o desenvolvimento e a produtividade da região. Ressaltem-se ainda os irmãos Joaquim (Joaquinito) e Salvador Mancebo Azanhas, ambos procedentes da cidade de Málaga (Espanha): com muito êxito, ali cultivaram o solo na era das grandes colheitas de café e algodão.

MORRINHOS E PINDOBAS

Manoel Machado Borba Sobrinho
(Neco Machado) - Benfeitor da região

Todo o espaço territorial de Carapebus produziu café em grande escala, em especial, a região de Morrinhos e suas proximidades, local em que se enraizaram os troncos familiares Borba, Machado, Baptista e Tavares. A elevação dos terrenos e o frescor das matas favoreceram o desenvolvimento da produção cafeeira e de outras atividades agrícolas. O plantio da cana-de-açúcar também enriqueceu a agricultura da região, razão pela qual, por volta de 1940, a fim de atender à demanda de seu engenho central, Quissamã implantou, naquelas imediações, um terminal ferroviário. Duas décadas depois, a Usina Carapebus atravessou um período de *superavit*, em grande medida, em face da presença de redutos canavieiros no local.

O desenvolvimento de Pindobas[55]e de Rodagem, Imbiú e Itaquira deve-se ainda à imigração de libaneses, como os irmãos Nagib (conhecido como Alfredo) e Nelson Mussi e seus compatriotas, Seme e Luiz Jorge. Este último se separou do grupo para se estabelecer na Vila de Carapebus.

O pequeno núcleo populacional de Pindobas permaneceu vivo durante várias décadas do século XX. Sua sede era movida pelo empório de secos e molhados de propriedade do grupo de libaneses acima citado, que também comercializava seda pura procedente da Síria, perfumarias e equipamentos agrários.

[55] *Pindoba*: "(...) tupi *pi'ndowa*, palma ou palmeira (...)." HOUAISS, op. cit., p. 2214.
Pindoba: "(...) Do tupi, *pi'noua* (...)." CUNHA, op. cit., p. 605.

Ainda merecem destaque as famílias Maurício, Souza e Gonçalves que ali fizeram prosperar as lavouras de cana-de-açúcar e a criação do gado.

Uma capela devotada à Nossa Senhora da Paz e uma escola, ambas construídas por iniciativa de Nagib Mussi, e ainda várias casas dispostas lado a lado formavam o pequeno arraial. Cabe lembrar o lindo casarão, construído, no final do século XIX, por Manoel Machado Borba (Neco Machado) e habitado, de início, por ele próprio e, depois, por Joaquim Gonçalves, um grande agricultor do local. Localizado numa elevação e ladeado pela linha férrea, sua arquitetura em estilo neoclássico compunha, na região, uma rara e linda paisagem.

SAPECADO, CÓRREGO GRANDE E SACARRÃO

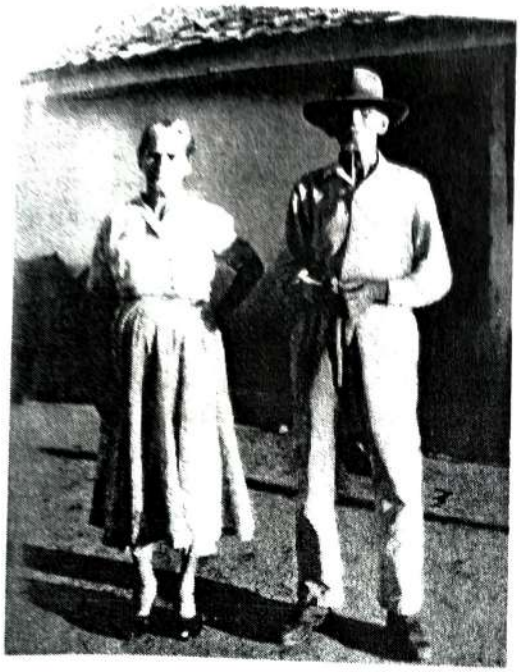
As regiões Sapecado, Córrego Grande e Sacarrão podem ser consideradas símbolos expressivos das atividades agropastoris de Carapebus. Banhadas por diversos córregos e rios, como, por exemplo, o Córrego Grande — principal artéria que cortava quase diametralmente sítios e fazendas —, cresciam em seu solo diferentes tipos de produtos agrícolas, como milho, feijão, mandioca, hortaliças.

No tempo das primeiras tentativas de cultura da cana-de-açúcar — época em que os agricultores sequer dispunham de crédito rural —, essas áreas, em que se encontravam pequenos engenhos de farinha e de açúcar e outras instalações necessárias a atividades rurais, mantinham a lavoura para subsistência de seus habitantes, que também criavam gado bovino, aves e porcos.

Devem ser citados aqueles que levaram a região a progredir: Donato Ferreira de Souza, Domingos José Ribeiro (Sr. Minguinho), Alípio Francisco da Silva, Francisco Esteves, Antonino Couto, Luttegard da Silva Tavares, Antônio Carvalho, José Pedro de Alexandria, Manoel Barcelos Sobrinho, Salim Selem Bichara, Gondemar Gonçalves da Silva, Waldemiro e João Melkíades, Francisco Panza, Manoel do Espírito Santo. Além destes, outros tantos certamente participaram da era das grandes safras de cana, milho, feijão e café.

MÉDIOS E PEQUENOS ESTABELECIMENTOS DE SAPECADO, CÓRREGO GRANDE E SACARRÃO

Estabelecimento ou atividades	Proprietário	Local
Engenho de aguardente a vapor	Antonio Carvalho	Córrego Grande
Engenho de açúcar mascavo (rapadura e melaço)	Donato Ferreira de Souza	Córrego Grande (Fazenda Mata Fresca)
Fabricação de laticínios	Luttegard da Silva Tavares	Sapecado
Moinho de água para fabricação de fubá	João Rosas	Rio das Pedras
Venda de secos e molhados e carpintaria para carros de bois	Waldemiro Melkíades	Sapecado
Carpintaria	Francisco Campista	Sapecado
Venda de secos e molhados	Salim Selem Bichara	Rio do Meio
Escola de primeiras letras para meninos	Prof. Ignácio Tavares	Sapecado
Olaria de telhas e tijolos	Elbe Tavares de Almeida	Sapecado
Bolandeira movida por tração animal	Bento Ignácio	Sacarrão
Venda de secos e molhados	Antonio Gomes Vianna e Sebas Mussi	Sapecado
Venda de secos e molhados e Torrefação de café	Francisco da Silva Drumond	Sapecado
Venda de secos e molhados	Cia.Moreira e Souza (conhecida como Fornecimento da Usina)	Sapecado
Lyra Musical Carapebuense	Antônio Pereira de Almeida e Salim Selem Bichara	Sapecado
Venda de secos e molhados	Antonio Pereira de Almeida	Sapecado

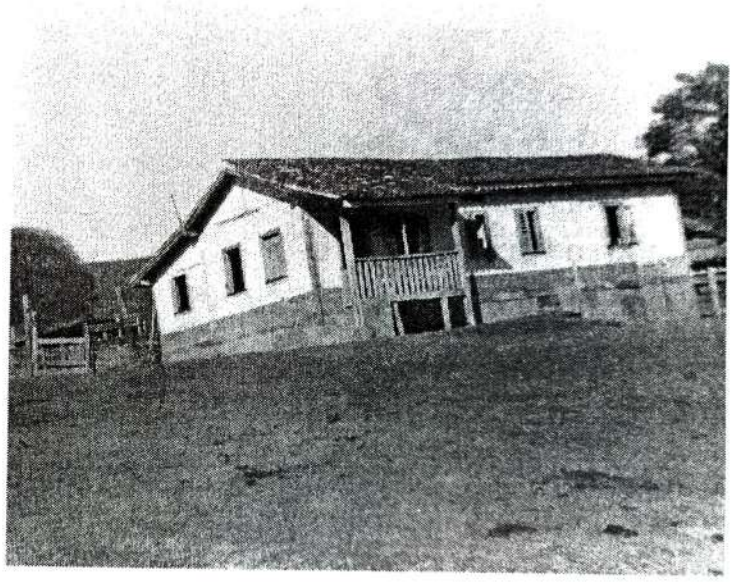


Donato Ferreira de Souza e esposa, Idalina Ferreira de Souza

Proprietários e cultivadores da Fazenda Mata Fresca (Córrego Grande) entre as décadas de 30 e 40. Na época, a região fazia prosperar prodigiosamente a cultura agro/canavieira e toda a lavoura de subsistência de Carapebus.
Coleção: Jorge Ferreira de Souza

Casa - sede da Fazenda Mata Fresca (Córrego Grande) pertencente a Donato Ferreira de Souza e seus familiares.

"Construída nos finais de 1800, a casa permaneceu durante cerca de oito décadas, sob a beleza e solidez de sua construção original, própria de uma era, em que faziam parte do cenário habitacional rural os imensos terreiros de secar café, paiós, moínhos de fubá e de arroz, além dos engenhos de farinha de mandioca, açucar mascavo e rapadura".
Coleção: Jorge Ferreira de Souza



Residência de José Dias Tôrres e familiares, construída nos finais de 1800, nas proximidades da antiga Estrada do Sapecado.

"Até os meados de 1900, a casa guardava nos adornados em lambris de suas portas e janelas e nos torneados do guarda corpo de sua tradicional varanda dando acesso aos cômodos principais, no pavimento superior, a fidelidade de sua construção original."

À subida da casa, vê-se a pequena Magda, uma descendente da segunda geração da família Tôrres.
Coleção: Magda Tôrres

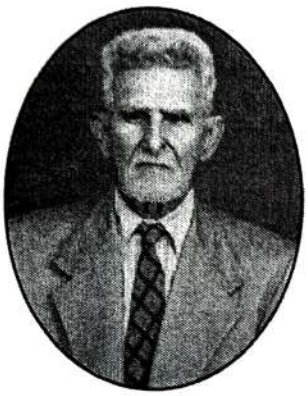
LAVRADORES - O símbolo rural-canavieiro de Carapebus

(Regiões do Sapecado, Córrego Grande e Sacarrão)

Alípio Francisco da Silva
Altamiro Gomes de Azevedo
Altayde Gomes de Azevedo (Niquinho Azevedo)
Antonio José de Carvalho
Antônio Alves dos Santos
Antonio Manoel de Oliveira (Sr. Santos)
Bento Ignácio
Cesário Correia dos Santos
Domingos Caieira
Domingos Carvalho
Domingos Ribeiro
Fábio Ribeiro Sobrinho
Francisco Romão Barbosa
Francisco Ferreira Esteves
Gondemar Gonçalves da Silva (Sr. Gonde)
Henrique Pereira do Rosário
João da Silva Neto (João Bento)
João Maurício
João Melkíades
José Antonio de Almeida (Sr. Zeca)
José Pinto de Oliveira
José Santos
Luiz José Cabral
Luttegard da Silva Tavares
Manoel Silva (Neco Silva)
Marcionílio Almeida (Sr. Dico)
Marcelino Pinto de Oliveira
Onofre Pio
Satiro Ferreira de Souza
Salvador Pinto de Oliveira
Valdevino Gonçalves dos Santos
Waldemiro Melkíades

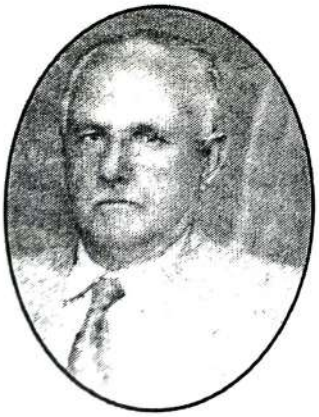
Altayde Gomes de Azevedo

Antonio José de Carvalho



Bento Ignácio

Domingos Carvalho



Domingos Ribeiro

Fábio Ribeiro Sobrinho

Francisco Ferreira Esteves

João da Silva Neto (João Bento)

José Pinto de Oliveira

José Santos

Luttegard da Silva Tavares

Manoel Silva (Neco Silva)

Marcelino Pinto de Oliveira

Onofre Pio

Salvador Pinto de Oliveira

Waldemiro Melkíades

Capítulo 4

O Povoamento de Carapebus

O POVOAMENTO DE CARAPEBUS

À época da descoberta do país, foram criadas, ao longo da costa brasileira, várias Feitorias, como, por exemplo, Cabo Frio, local em que se iniciou o ciclo do pau-brasil. As Feitorias, que serviam à prática do escambo, não possuíam propriamente a missão de povoar, mas sim a de defender o litoral brasileiro da pirataria estrangeira. No entanto, a efetiva ocupação do território brasileiro só ocorreu a partir de 1530 quando, por ordem da metrópole, aqui chegou o português para povoar a Colônia e fazer os primeiros experimentos com a cana-de-açúcar. Além do português, outros povos de origem branca — ingleses, franceses e holandeses —, os negros trazidos da África e os nativos do país foram a base da formação do povo brasileiro.

A gênese do povoamento de Macaé se explica por três razões distintas:

1. a constituição de uma aldeia para duzentos índios Goytacazes para a defesa do litoral contra a pirataria estrangeira;
2. a criação da Freguesia de Nossa Senhora das Neves e Santa Ritta do Sertão do Rio Macahé, no século XVIII;
3. a expulsão dos jesuítas, em 1759, que proporcionou a chegada, em Macaé, de dois fluxos migratórios oriundos de Campos e de Cabo Frio e acabou por motivar a elevação do povoado de Macaé à categoria de Vila, em 1813.

A corrente migratória para o interior fluminense, inclusive para Campos — cidade que, antes do século XVIII, já contava com o braço português para ampliar suas lavouras de cana-de-açúcar —, intensificou-se em 1808, com a chegada ao Rio de Janeiro de D. João VI, responsável por oficializar, àquela época, a entrada no país de grandes contingentes de estrangeiros, como suíços, alemães, espanhóis e italianos. Destacaram-se os italianos que, especialmente

em 1850, substituíram a escassa mão de obra escrava, escassez que impedia a expansão das lavouras cafeeiras das terras paulistanas.

O povoamento da região situada entre Quissamã e Macaé deve-se, em grande parte, à região da Ilha do Furado[56], lugar que, durante os cem anos de desenvolvimento da pecuária na Baixada Campista, serviu de rota para a caminhada do gado daquelas regiões até os mercados do Rio de Janeiro. Além disto, na Ilha do Furado, em 1694, foi fundada uma das mais antigas capelas da região, a Capela de Nossa Senhora do Desterro.

O primitivo núcleo populacional de Carapebus localizou-se entre o mar e a Lagoa de Carapebus, na Gamboa, mas nasceu efetivamente com a construção de sua primeira igrejinha da praia. Ali, em meados de 1700, ao lado de aldeamentos indígenas, os habitantes das Içaras consolidariam por longo tempo as suas raízes, não fossem as constantes cheias da Lagoa de Carapebus que acabaram por destruir completamente a pequena igreja.

Augusto de Carvalho elucidou o fato:

> *"Ao passar a capitania para o domínio da Corôa, havia em ambas as margens do rio Macahé, na distancia de meio quarto de legoa da sua fóz, um principio de povoação, a qual pelo tempo adiante foi crescendo e tornando-se maior na margem Sul. Na margem Norte, sobre a praia, 'havia uma pequena capella com orago N. Senhora da Conceição, onde iam os capellões curados do Furado, e depois de Capivary dizer Missa alguns dias Santos ao povo, que la assistia; porém vindo uma grande cheia, rompeo o rio ao mar por um pontal de areia, junto á capella, que, com a força da corrente, cahio, e as Imagens que tinha, foram para a nova capella, que se achava fabricando nos carapebús."*[57]

---

[56] "Até 1688, a Lagoa Feia comunicava-se com o mar pela Barra do Iguaçu, rio de correnteza bem forte. O capitão Barcellos mandou abrir outra barra mais perto, a qual recebeu o nome que conserva até hoje, Furado, pelo furo que fez no mar." PARADA, Antonio Alvarez, *Histórias curtas e antigas de Macaé*, p.110.
O Capitão Barcellos (Capitão José de Barcellos Machado), por volta de 1664, casou-se com Bárbara Pinto de Castilho, viúva do Capitão Maldonado, autor do *Roteiro dos Sete Capitães.*

[57] CARVALHO, op. cit., 339.

Diante do triste acontecimento, os poucos moradores das margens da Lagoa de Carapebus saíram à procura de locais mais elevados para a sobrevivência. No início do século XIX, época em que um outro templo religioso e um cemitério já se achavam erguidos em Ubás, uma pequena comunidade formou-se entre esta região – Ubás — e a do Caxanga.

Elbe Tavares de Almeida afirmou em seu artigo *Onde e como começou Carapebus*, publicado em *O Rebate*, em 1983, que a comunidade carapebuense, àquela época, não passava de "duas mil almas, entre livres e cativos".

Aos poucos, Carapebus foi aumentando a sua densidade demográfica. Segundo a edição de 1923 da *Revista Commercial de Macahé*, os censos realizados nessa época registraram o Distrito de Carapebus como o mais populoso de Macaé. Seu contingente populacional alcançou a marca de dez mil habitantes, ultrapassando a própria cidade de Macaé. De acordo com a *Revista*, isto pôde acontecer porque as férteis terras carapebuenses atraíam moradores da zona rural de Macaé e de regiões vizinhas.

A progressão populacional de Carapebus se explica em razão de três fatos históricos:

1. as cheias da Lagoa que, frequentemente, levavam a população a aglomerar-se em locais mais elevados;
2. o desvio da linha férrea de seu trajeto inicial para a Estação Ferroviária, o que proporcionou o aumento das casas comerciais e residenciais[58];
3. a chegada dos imigrantes libaneses no início do século XX que, ao fazerem importantes experimentos com a terra, colaboraram para a rápida ocupação do interior da região, o que favoreceu a formação de uma colônia entre as regiões de Pindobas, Rodagem e Imbiú.

POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MACAÉ[59]

Cidade - 1º Distrito - 7.863 habitantes
Barreto - 2º Distrito - 3.331 habitantes
Carapebus - 3º Distrito - 10.295 habitantes
Quissamã - 4º Distrito – 7.952 habitantes
Conceição - 5º Distrito – 8.937 habitantes
Neves - 6º Distrito - 2.282 habitantes
Cachoeiros - 7º Distrito - 5.311 habitantes
Frade - 8º Distrito - 5.172 habitantes
Sana - 9º Distrito – 3.740 habitantes
Total do Município - 54.892 habitantes

[58] De acordo com informações de antigos moradores do Caxanga, a linha férrea deveria passar pela sede do Caxanga, instalada no final de 1800, alcançar Itaquira e seguir para Campos.
[59] População do Município em 1922, informada com base na obra *História da Economia de Macaé*, de Armando Borges, p. 36. O autor retirou as informações da *Revista Commercial de Macahé*, 1923.

Raízes familiares

Manoel Francisco Pinto e esposa, Carmen Calomeni Pinto, com seus filhos.
Ano: 1940 (aproximadamente)
Local: Fazenda São Domingos - Carapebus
Coleção: Carmen Calomeni Pinto

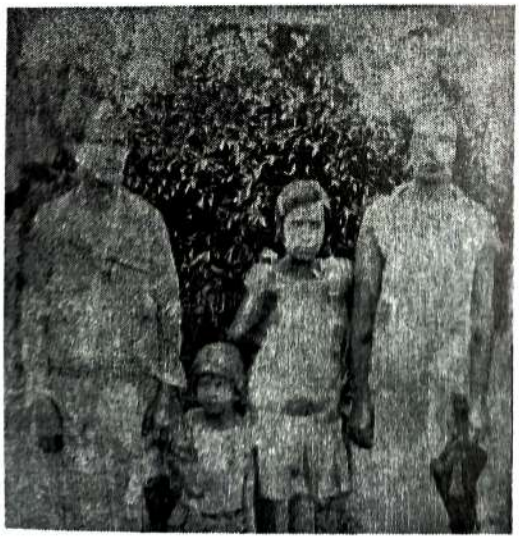
Antonio Alves Martins Prata, sua esposa, Paulina Couto Prata e filhos: Manoel da Silva Prata (ao colo) e José da Silva Prata.

Nota: A foto original encontrava-se bastante danificada não sendo possível uma eficaz restauração.

Alvaro Coutinho Prata, sua esposa, Emiliana Celencina Carneiro Prata e seus filhos.
Coleção: Aydê Prata Moura

Joaquim Mancebo Azanhas, com sua esposa, Ana Reis e parte de seus filhos.
Coleção: Marina Santos Mancebo

Salim Selem Bichara, sua esposa, Ana Selem da Silva e filhos.
Coleção: Família Salim Selem



Maria Rita Pacheco de Lima (a primeira da esq. para a dir.) com sua neta, a menor Maria Lima Duarte e Alícia Pacheco de Lima.
Coleção: "Família Pacheco de Lima"

Obs.: o 4° elemento (da esq. para a dir.) não faz parte do quadro familiar.

Antonio Ribeiro Fernandes com sua esposa, Sulamita Paula da Silva e filhos: Uri (ao colo) e Noêmia (à esq. de Sulamita).

Coleção: "Ribeiro Azevedo"

Nota: O primeiro elemento (da esq. para a dir.) não pertence ao quadro familiar.

Estevão Lamóglia com sua esposa, Carmella Zacaresse e filha.

Elbe Tavares de Almeida (o 2° da dir. para a esq.) e filhos.
Coleção: "Família Vasconcelos Almeida"

Coronel Sizenando Fernandes de Souza, com sua familia

Coronel Sizenando Fernandes de Souza com sua esposa e filha.
Acervo: "Laurita de Souza Santos Moreira"

Gê Sardenberg e esposa Regina Figueiredo Sardenberg (no primeiro enfileiramento) e filhos.
Coleção: Família Sardenberg

Francisco Agostinho Nayme (3° no enfileiramento à frente), sua esposa, Antonina Francisco Agostinho (à dir. de Francisco) e seus filhos.

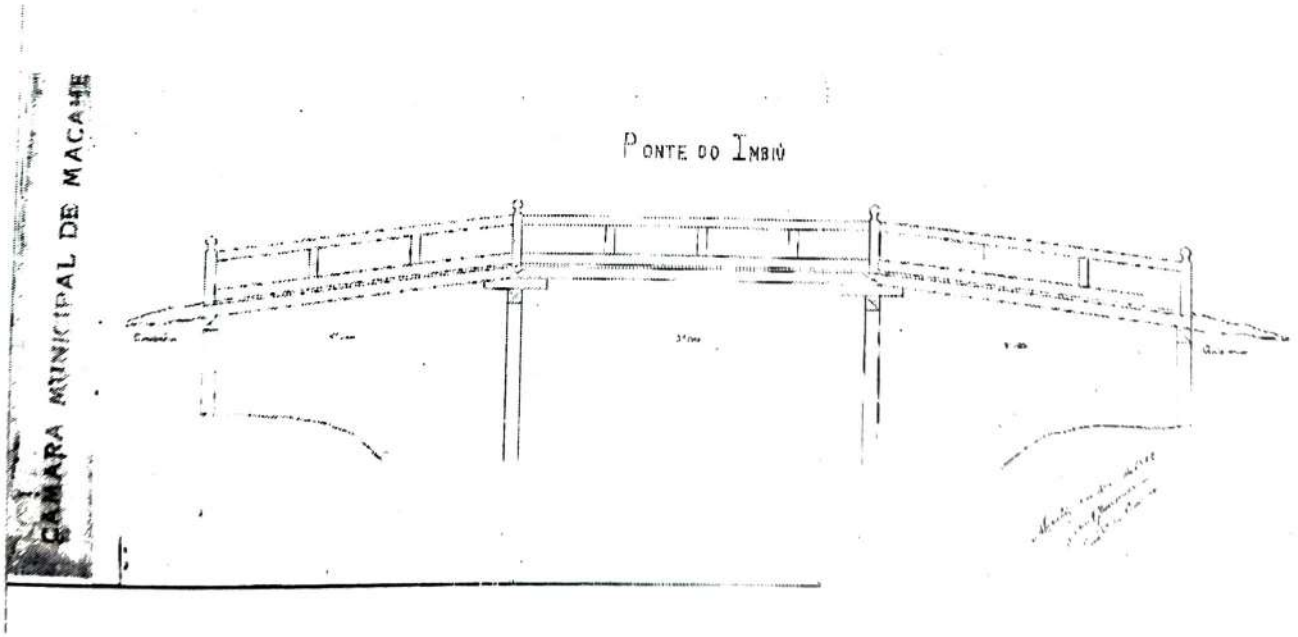
Acervo: Afife Agostinho Nayme

Bechara Elias Faddul El-Hage (3° no enfileiramento ao fundo), sua esposa, Nagib Bechara Elias (à esq. de Bechara) e seus filhos.

Coleção de fotos de Iolanda Bechara de Almeida

Capítulo 5

Primeiras Vias de Comunicação



Planta da construção da ponte do Imbiú
Data: 15 de Abril de 1899
Engro. responsável: Gab el Junqueira - Engenheiro da Câmara Municipal de Macaé

A RESTINGA E A ESTRADA GERAL

> *"A seguir, pelo caminho das restingas, seguem os jesuítas amansadores do goitacá, o maior empecilho à penetração dos 'Campos'. Por elas é que vão para o norte os Sete Capitães, encaminhados pelas avenidas naturais (...).* [60]

A restinga foi o caminho por onde passaram, não só os jesuítas, mas também os estafetas[61] do Correio Geral, na época em que não havia a prática de se imprimir selo às correspondências. Foi ainda o rumo natural dos viajantes — que constantemente precisavam de um atalho para evitar o furor da barra costeira — e dos tropeiros que, carentes de pouso para si próprios e para seus animais, procuravam por desvios que encurtassem o caminho até os mercados da Corte.

Em 1817, aludindo à dificuldade de abertura de caminhos e atalhos nas extensas matas do litoral do Brasil, Saint-Hilaire chamou a atenção para a floresta fluminense, considerando-a a mais imponente, a mais densa e a de exploração mais difícil de todas que havia visto no Brasil:

> *"Abrir estradas pelo meio de tal cortina, detrás da qual se escondiam selvagens e animais bravios; fazê-las vencer um terreno excessivamente dobrado, cheio de paúes e atoleiros, foi, sem dúvida, um trabalho insano."*[62]

---

[60] LAMEGO, Alberto Ribeiro, *O homem e a restinga*, p. 273.

[61] Estafeta: "Portador de despachos, encomendas, cartas, que faz a entrega a cavalo (...)." HOUAISS, op.cit., p. 1244.
Estafeta: "correio a cavalo; por extensão, indivíduo encarregado de entregar correspondência. Do italiano *staffetta*, de *estaffa* 'estribo'." CUNHA, op. cit., p. 327.

[62] *Revista da Academia Fluminense de Letras, Caminhos fluminenses*, p. 207.

No início da colonização, as vias terrestres eram trilhas e picadas abertas pelo nativo para garantir a possibilidade de sobreviver e escapar à captura dos colonos perseguidores. Os rústicos caminhos, aos poucos, foram-se alargando, transformando-se em estradas. Embora sem qualquer tipo de alinhamento, serviram ao primeiro meio de transporte terrestre, o burro de carga. Com a chegada da família real, foram oficializadas as chamadas Estradas Gerais para onde passaram a convergir os antigos atalhos e caminhos de tropas.

No final do século XIX, com o surto cafeeiro na Baixada Fluminense, surgem os trilhos de ferro, tipo de transporte mais seguro e eficaz.

De grande importância foi a estrada Macaé-Cantagalo, ou Estrada dos Tropeiros, concluída em 1842. Por ela transitava, em lombo de burro, toda a produção cafeeira de Cantagalo, Santa Maria Madalena e de outras regiões serranas vizinhas, rumo ao porto de Macaé. Em Carapebus, a Estrada Macaé-Cantagalo deixou vestígios de sua importância, especialmente em Barro Vermelho e em Retiro. Ainda hoje, notam-se sinais de caminhos e de atalhos que, saindo do leito da antiga estrada, seguiam em direção ao Canal Campos-Macaé.

Os trezentos quilômetros de estrada costeira, bem antes do advento da estrada de ferro, compunham um caminho quase intransitável. Para chegarem à vila de Nossa Senhora do Desterro (Quissamã), ponto de convergência entre Campos e Macaé, o gado e os tropeiros tinham que encontrar uma forma de evitar a imensa e perigosa Barra do Furado: era necessário que se encurtasse o percurso da estrada em doze léguas, na direção do Rio de Janeiro, ou em quatro, na direção de Macaé.

A respeito de algumas das benfeitorias instituídas na antiga Estrada Geral (Estrada Costeira) por José Carneiro da Silva, primeiro Visconde de Araruama — como, por exemplo, a construção, em 1826, de uma nova variante para a estrada carroçável que ligava Campos a Niterói, passando por Macaé —, publicou-se a obra *Escravidão & Engenhos*, de João Oscar:

> *"Sua Exa., manifestando à Assembléia a necessidade da mudança na estrada geral na parte comprehendida entre Quissaman e Macahé, assevera haverem os distinctos cidadãos os Srs. Joze e João Carneiro da Silva encarregando-se de à sua custa fazerem a mudança por elles indicada e aprovada pelo falecido Bellegarde*[63]*, havendo já aberto quasi toda a extensão della, contruindo um considerável aterrado*

[63] Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde nasceu em Lisboa, em 1802. Com cinco anos, veio para o Brasil na mesma nau que conduziu o Príncipe-Regente, futuro Rei D. João VI. Após a Independência brasileira, aperfeiçoou os estudos na França, tornando-se Bacharel em Letras, e recebeu carta de engenheiro geográfico em face da conclusão do curso sobre construção de pontes e calçadas. Ligou-se definitivamente a Macaé, cidade em que se situa uma via pública com seu nome. Bellegarde foi autor, em 1837, da planta de arruamento da então Vila e, no ano seguinte, do Projeto dos limites do Município e de suas Freguesias. PARADA, *Histórias curtas e antigas de Macaé*, p. 192.

no brejo do Imbiú com 140 braças d'extensão e sua competente ponte e outros muitos benefícios para evitar a passagem das imensas areias soltas pelas quaes se transita actualmente desde os campos dos Sabões, Paulista e Carapebus."[64]

A Estrada Geral ou Estrada da Praia ou ainda Estrada do Correio tornou-se pública em Carapebus a partir de um ofício enviado por lavradores carapebuenses à Câmara de Macaé, em 01 de Março de 1841. Com vinte palmos de largura e seis léguas de comprimento, a Estrada percorria importantes pontos da Freguesia de Carapebus, tais como: Ponte do Imbiú, Rodagem, Morro de Pedras, Caxanga, Ponte da Bolandeira, Km 24 e Cabiúnas. Estrategicamente, margeava o canal e, em vários pontos, atravessava a Estrada de Ferro da Leopoldina.

À época em que Carapebus ainda não contava com o carro de bois mas com o lombo de burros para transportar seus produtos, sua lenha e seu carvão, foi a antiga estrada do tempo das Sesmarias um importante escoadouro capaz de formar um forte elo de ligação entre as regiões carapebuenses e a cidade de Macaé. Porém, com a melhoria das estradas carroçáveis e com a chegada das estradas de rodagem, as marcas da antiga estrada foram-se perdendo no tempo, muito embora ainda hoje se possa vê-las no interior de sítios e fazendas e em vários trechos do caminho que liga Quissamã a Macaé .

CANAL CAMPOS-MACAÉ

Canal Campos-Macaé.
Ano: 1923
Coleção: Rodrigo de Queirós e Almeida

[64] OSCAR, op. cit., p. 117.
A alusão à construção, em 1826, de uma nova variante que ligasse Campos a Niterói passando por Macaé foi retirada da edição de 5 de Maio de 1840, do Jornal *Monitor Campista*.

Ação da Companhia União Industrial do Canal Campos - Macaé.
Acervo: Espaço Cultural José Carlos de Barcellos

O desejo de se construir um canal navegável, capaz de ligar a cidade de Campos à Vila de Macaé, é anterior a 1800. No entanto, somente depois da Lei de 19 de Outubro de 1837, a construção do Canal pôde-se efetivar a partir de um projeto elaborado pelo inglês Jonh Freese.

O Canal tinha como principal finalidade escoar, até o porto de Imbetiba, o açúcar da região campista e outros produtos e subprodutos agrícolas de regiões fluminenses, principalmente daquelas situadas entre São João da Barra e Macaé.

A importância do Canal Campos-Macaé para o Município de Macaé foi ressaltada em um dos trechos do relatório do então presidente da Província João Caldas Vianna, publicado na *Revista Commercial de Macahé*, em Junho de 1923:

> *"Elle parece destinado a tornar-se a VENEZA brasileira. – Esta obra, e uma alfandega em Macahé, que colloque o paiz em communicação directa com o estrangeiro, deve mudar-lhe a face para melhor dentro de poucos annos. (...) Concedido o credito extraordinario de 1.432:000$000 pela Lei n. 333 de 11 de Maio de 1844 e creada a Commissão, composta dos cidadões [sic], Barão de Araruama, seu irmão, Tenente-Coronel, João Carneiro da Silva e o major Bento Gonçalves da Silva, sob a inspecção geral do Tenente-Coronel, do Imperial corpo de engenheiros, Ernesto Augusto Cezar Eduardo de Miranda, deu principio aos estudos e trabalhos 'para abertura e construcção da muito importante obra do Canal' – em uma extensão de — 24.945 braças[65] fazendo-se em vários pontos alguns nivelamentos necessarios. –"*[66]

Referindo-se ao percurso do Canal, publicou o *Relatório da Província do Rio de Janeiro*, em 1870:

> *"Este canal, partindo da lagôa do Osorio á distancia de 230 metros da margem direita do rio Parayba vai terminar na margem esquerda do rio Macahé em frente á cidade do mesmo nome, ligando entre si os rios Ururay, Macabú, Carrapato e Macahé e as lagôas do Piabanha, de Jesus, do Paulista, de Carapebús, de Jeribatiba e diversas outras que atravessa.*
>
> *Tem de desenvolvimento 100 kilometros e 560 metros de distancia, sendo 17 kilometros e 600 metros de rios e lagôas.*
>
> *Esta obra custou aos cofres provinciaes cerca de 2,000:000$000."*[67]

Em 19 de Fevereiro de 1862, inaugurou-se oficialmente o Canal: o vapor *Visconde* partiu de Campos, rebocando pranchas e canoas de passageiros. A partir de então, estabeleceram-se horários regulares para as viagens de Campos a Macaé e de Macaé a Campos e estipulou-se o valor de quinze mil réis para as passagens de Macaé a Campos e de Campos a Macaé. Os passageiros que seguiam viagem até o Rio de Janeiro tomavam os navios *Macahé* e *Conde D'Eu* no ancoradouro de Imbetiba.

Para melhor aproveitar os benefícios oferecidos pelo Canal Campos-Macaé, em 1869, o Governo da Província concedeu privilégios, por vinte anos, ao Conselheiro João de Almeida Pereira, um dos grandes entusiastas dessa obra grandiosa, ao Bacharel Guilherme Magalhães e "a quem mais vantagens oferecesse" para a consolidação da navegação a vapor no Canal. Antes, porém, da celebração do contrato com o Conselheiro Almeida Pereira, o vapor *Macabu* fez suas primeiras viagens, vencendo, em cinco horas, as oito léguas que separavam Quissamã e Macaé.

A criação do Canal favoreceu o desenvolvimento do comércio entre Campos, Macaé e regiões serranas, como Santa Maria Madalena e Cantagalo.

---

[65] **Braça: "Antiga medida (ainda em uso no Brasil), com variações de país para país, equivalente à extensão que vai de um punho a outro, ou da extremidade de uma mão aberta à outra, ou da ponta de um polegar em abdução ao outro, num adulto com os braços estendidos horizontalmente para os lados (em Portugal e no Brasil, 2,2 m lineares. (...)." HOUAISS, op. cit., p. 500.**

[66] *Revista Commercial de Macahé*, Junho de 1923.

[67] *Relatório da Província do Rio de Janeiro*, 1870, p. 78.

Efetivamente consolidado como importante via de comunicação em 1872, o canal manteve-se no auge por apenas três anos: a pouca profundidade de suas águas e outros fatores, como a constante construção de eclusas e as permanentes reformas por que precisava passar, fizeram com que o canal se mantivesse em obra por quase vinte e oito anos. Há que se observar que o Canal acabou por colaborar com o saneamento da região, já que as obras, ao exigirem a drenagem de pequenos rios e pantanais, diminuíam a incidência de algumas doenças — como o impaludismo, por exemplo — que atingiam os habitantes locais.

Aberto, quase que exclusivamente, pelo braço escravo, o Canal Campos-Macaé era, para aquela época carente de tecnologia, uma obra gigantesca, superada apenas pelo Canal de Suez. No entanto, em 1884, o Canal passou a competir com os trilhos de ferro, que poderiam oferecer mais segurança e rapidez ao transporte de cargas e de passageiros. O declínio do Canal face à novidade das ferrovias fez desaparecer o sonho de ilustres cidadãos fluminenses e, em particular, do próprio Imperador que por ele trafegou por ocasião de algumas datas comemorativas e de visita ao norte da Província: findaram-se as aspirações do Monarca que, assim como o Conselheiro João de Almeida Pereira, desejava estender o Canal até a Guanabara.

No início da década de 1860, o Jornal *Monitor Macahense* publicou diversas notícias acerca dos produtos próprios da região compreendida entre Macaé e Campos. O transporte do café e do pescado de Carapebus – rica em camarões e carapebas — predominava, muito embora diversos outros produtos tenham sido transportados em chatas[68] e barcaças: milho, toucinho, couro de boi, açúcar e madeira seguiam pelas águas do Canal em direção ao porto do Rio de Janeiro.

[68] Chata: "(...) Embarcação rude de pequeno calado, fundo chato e costado baixo, formato quadrangular, com ou sem propulsão própria, usada para dragagem, transporte de carga em rios e águas interiores. Embarcação fluvial de madeira sem propulsão própria, pequeno calado e quase sem borda-livre, artilhada com uma boca de fogo, empregada pela marinha de guerra paraguaia contra a marinha imperial brasileira no século XIX.
(...)" HOUAISS, op. cit., p. 694.

ESTRADA DE FERRO MACAÉ-CAMPOS

Estação Ferroviária de Carapebus
Ano: 1942
Coleção: Helena Alvarenga

A Lei nº 101, de 31 de Outubro de 1835, inspirada nos ideais do Marquês de Barbacena, postulava que as máquinas a vapor deveriam andar sobre trilhos de ferros. Do Barão de Mauá foram as iniciativas para a construção da primeira ferrovia do país, inaugurada em 1854, com a locomotiva *Baronesa*.

As primeiras ferrovias do país — *Mauá*, *Cantagalo* e *Pedro II* — ganharam notoriedade no decorrer do século XIX, principalmente a *Pedro II* que, ao percorrer imensos trechos do território fluminense, tinha como meta estreitar a comunicação entre os mercados da Corte e as Províncias de São Paulo e Minas Gerais.

A construção da estrada foi autorizada em 1870 com base no Decreto nº 1464, de 16 de Novembro de 1869. Em 1871, recebeu autorização para funcionar e, em 1873, para prolongar-se de Macaé – antes ponto inicial – até a praia de Imbetiba.

A Estrada de Ferro que unia as duas cidades já estava com suas obras bem adiantadas em 1874, mas quase dois anos ainda iriam transcorrer para seu término. Sua diretoria, porém, para atender ao povo e às autoridades, resolveu, em 02 de Agosto de 1874, festejar a parte já pronta, a que estabelecia a ligação entre as estações de Imbetiba e Carapebus:

> *"Pela manhã, a bordo do 'Bezerra de Menezes' chegara ao porto de Imbetiba uma comitiva chefiada pelo Desembargador Manoel José de Freitas Travassos, Presidente da Província. Após festivo almoço de cerca de 400 pessoas, às três da tarde a composição partiu para Carapebus, inaugurando a linha e de lá regressando às cinco horas. O tráfego entre as duas estações, em termos comerciais, sòmente foi iniciado no dia 10 desse mês, ocasião em que se inaugurou*

a antiga estação ferroviária de Macaé, sita ao final da Rua Conde de Araruama e conhecida popularmente por Estação da Parada."[69]

Dois meses após sua inauguração em Carapebus, a linha férrea foi estendida até o Entroncamento — Conde de Araruama — e, em 13 de Julho de 1875, até a cidade de Campos.

Aludindo à sua capacidade de funcionamento, o *Relatório da Província do Rio de Janeiro* publicou, em 1883:

"O desenvolvimento desta estrada é de 96.520 metros. Toda ella esta em trafego desde junho de 1875. A bitola de 0,m95 e os trilhos de aço typo Vignolle do peso de 20 kilogramas por metro corrente.

Tem nove estações – Imbetiba, Macahé, Sant'Anna, Carapebús, Entroncamento, Dôres, Guriry, Ururay e Campos.

O material rodante compõe-se do seguinte:
8 locomotivas
I carro-salão
7 carros de 1ª classe
8 carros de 2ª classe
110 wagons fechados
19 wagons abertos
24 wagons para lastro
I wagon para freio
I wagon para tanque d'água (...).
O estado da linha é satisfactorio."[70]

Para dar prosseguimento à sua política expansionista, a Estrada de Ferro *Leopoldina*, no final do século XIX, adquiriu outras estradas de ferro, além da Macaé-Campos como, por exemplo, a *Barão de Araruama*, que atravessava três das mais importantes Freguesias de Macaé: Quissamã, Carapebus e Macabu.

A despeito de possuir uma extensa rede ferroviária espalhada pelos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, a *Leopoldina* entrou em decadência econômica no final do século XIX e tornou-se propriedade da *The Leopoldina Railway Company Limited* — empresa inglesa, sediada em Londres, sob o registro de 06 de Dezembro de 1897 — que, obrigada a cumprir os acordos efetivados por sua antecessora, obteve a indispensável autorização para funcionar no Brasil pelo Decreto nº 2.797, de 14 de Janeiro de 1898.

[69] PARADA, op. cit., p. 81.
[70] *Relatório da*

Após a Segunda Guerra Mundial, no Governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra, o Brasil deu início às negociações com o governo britânico para a compra da *The Leopoldina Railway Company Limited*. O desfecho da transação comercial foi a incorporação desta empresa, em 1951, ao Governo Federal. Com a designação de *Estrada de Ferro Leopoldina*, passou a ferrovia, em 1957, para a jurisdição da Rede Ferroviária Federal S/A, criada com a finalidade de salvar as estradas deficitárias da União.

Vale ressaltar que a Estrada de Ferro Macaé-Campos, destinada ao transporte de cargas e passageiros, trafegou em nosso meio por quase cem anos. Extinguiu-se em razão do progresso de cidades litorâneas, como Araruama, São Pedro da Aldeia, Rio das Ostras, que passaram a usar a *Rodovia Amaral Peixoto*.

A CHEGADA DOS CORREIOS EM CARAPEBUS

Até a metade do século XIX, os Correios estavam ligados ao chamado Correio Geral, criado em 02 de Dezembro de 1798, na cidade do Rio de Janeiro. Antes, existiam os Ofícios dos Correios-Mores, estabelecidos pelo Regimento de 25 de Janeiro de 1633.

Por ordem régia, em 05 de Dezembro de 1798, o primeiro estafeta, Miguel Cataia, saiu da Vila de São Salvador em direção à Corte. Daí em diante, de quinze em quinze dias, as correspondências continuaram a chegar à Vila de São Salvador, procedentes da Corte, e à Corte, procedentes da Vila de S. Salvador. Pelo porte de cartas cobravam-se, nesta época, quatrocentos e cinquenta réis, e pelo maço de autos das apelações criminais ou cíveis, 6$400.

Oficialmente, os Correios iniciaram seu trabalho em Carapebus com a inauguração dos Correios da Estrada de Ferro Macaé-Campos, em 26 de Junho de 1875. Até então, os carapebuenses valiam-se da agência da Vila de S. Salvador dos Campos dos Goytacazes e da agência da Vila de Macaé. Na ocasião, as linhas terrestres e marítimas já haviam sido ampliadas para Vitória, capital da Província do Espírito Santo, o que resultou na modificação das datas e dos horários de saída das correspondências do Rio de Janeiro e na alteração da taxa do porte das cartas que circulavam no Império. O peso das cartas valia de acordo com a seguinte progressão: até trinta gramas, duzentos réis; de trinta a sessenta gramas, seiscentos réis; de noventa a cento e vinte gramas, oitocentos réis.

A agência dos Correios de Carapebus teve como primeiros agentes: Antônio Caetano da Rocha Braga (1859), Julião da Costa Pinto (de 1860 a 1868), Manuel Alves Coutinho Prata (de 1869 a 1870), Belisário José Alves da Silva

(1871), João José da Silva Peçanha (1871) e Joaquim da Silva Ribeiro Ataliba (de 1875 em diante).[71]

Nas primeiras décadas do século XX, Carapebus registrou o nome do agente João Baptista Paciello e, em 1933, foi nomeada pelo Estado para ocupar o cargo deixado por ele Eufrosina Tavares dos Santos (apelidada D. Lô), descendente da tradicional família Tavares, de Paciência.

[71] ATAYDE, J. B. *Carapebus e sua história; antecedentes do correio até seu estabelecimento em Carapebus*. Artigo publicado no Jornal *O Rebate*, em 1969.

Capítulo 6

Carapebus e suas tradições folclóricas

"(...) aqui, o que vamos dizer são versões do que ouvimos dos mais antigos... Cada um deles, por sua vez, já ouvira dos outros..."

(Elbe Tavares de Almeida)

Violeiros e cantadores, o fado, o boi malhadinho, as festas religiosas e outras tradições populares de rua, lendas e crendices, vivências agradáveis do passado

Os antigos dançadores, violeiros e trovadores carapebuenses são hoje rememorados por Custódio Carneiro, Maria do Rosário Ferreira, José Gomes (Zé Preá) e Nelson Gomes de Barcelos, moradores de Carapebus. Também os testemunhos deixados por Nilo Silva, Waldemar Batista Messa, Francisco Eduardo Braga Neto (Sr. Mateus, violeiro), Bento Ribeiro Eduardo e Luiz Francisco Guimarães contribuem para a reconstituição da história da cultura regional. São notáveis a criatividade e a originalidade com que, em suas narrativas, trazem à tona tudo aquilo que ouviram de seus antepassados — os versos, as prosas, as histórias e estórias, os mitos e as lendas antigas.

As festas do Divino, com seus fogos de artifício, as novenas e as ladainhas, as cavalhadas, com sua indumentária multicor, sempre precedidas de banda de música, as Folias de Reis, que entoavam versos proféticos às altas horas diante das casas carapebuenses, aparecem claramente nos depoimentos deixados por Joana Maria da Conceição e em outros relembrados por Tereza Barcelos Ribeiro e Jorge Ribeiro Glória.

Crendices sobre lobisomens, assombrações, mãe-do-ouro (reflexo móvel e reluzente que pairava sobre morros e lugares desertos), mula-sem-cabeça, rezas e superstições, casos, lendas e estórias reaparecem em depoimentos de antigos moradores da Igreja Velha (Içaras), do Imbiú, de Rodagem, Morrinhos e Morro Alto e também na lembrança de Ana Ferreira, Nestorina Batista de Barcelos e Benigna Brasiliana.

A vida agradável das décadas de 1930 e 1940 é relembrada pelo saudosismo daqueles que se recordam da era dos bailes, como *Azul e Branco*, *Primavera* e *Organdi*, dançados ao som do gramofone no salão do Sindicato dos Lavradores de Carapebus, bailes que também serviam para encontros amorosos, flertes e namoricos e para que as moças da Sede da Estação e da

Praça Cordeiro exibissem seus exuberantes penteados, os laçarotes e os rendados em fios de linho e de cetim de seus requintados vestidos.

O trem de ferro, os passeios em carros de boi e em pranchas de Manoel Gomes da Silva Pinto (Manequinho Gomes) e, sobretudo, as comemorações cíveis e religiosas realçadas pelos musicais vespertinos da *Banda Lyra Carapebuense* faziam parte do mesmo contexto social até a instituição da era do Cine-Teatro Carapebus, inaugurado em 1947.

As tradições carnavalescas ainda hoje podem ser apreciadas através dos blocos de rua — embora atualmente não se vislumbre mais a riqueza alegórica dos antigos carnavais — e do lendário boi-pintadinho, cujo desfile, em coreografia específica, era sempre acompanhado das figuras do *Pai João* e da *Mãe Maria*. Os foliões de rua são hoje bastante diferentes daqueles que, fantasiados e mascarados, formavam os animados cordões na era das famosas marchinhas, sucessos carnavalescos que tanto alegraram o início do século XX.

HISTÓRIAS E ESTÓRIAS: DEPOIMENTOS DE MORADORES DE CARAPEBUS

1. Custódio Carneiro (Gravação)

"Nas divisas de Carapebus e Quissamã havia grandes cantadores de desafio. Um deles, era meu bisavô Vicente de Araújo, que vivia a enfrentar o Pantaleão:

O rio Carrapato / É a nossa divisão / Pra cá navega Vicente / Prá lá é Pantaleão.

Pantaleão, por sua vez, era perseguido pela destemida Aninha Pachola, que sempre perguntava:

Amigo, Pantaleão / Quem te ensinou a cantá / Que nem trovoada na serra / Ou como um touro a berrá?

Respondia Pantaleão, enfurecido:

Senhora Ana Pachola / Isso aqui fica entre nós / Quem me ensinou a cantar? / Uma vaca como vós...

Joaquim Camilo e Zé Brás só cantavam juntos. Viravam o dia e a noite. Era qualquer assunto, às vezes sobre defunto. Aquele que errava, botava o adufe[72] no chão e saía. Benedito Felicíssimo era violeiro e Bento Reis era cantador de desafios do Imbiú. Um certo dia, o Zé Brás foi chamado de amarelão e Camilo, sabendo, logo cantou em versos:

Eu soube que está doente / O meu amigo Zé Brás / Se meu amigo morrê / Eu fado num canto mais / Que bobagem de Ferreira / Chamá o Zé de amarelo / Corto o cabelo em escovinha / Arranco a língua no garguelo.

Tinha também o Jongo, cantado e dançado com o tambor, mas era uma dança imoral... Meu pai contava sobre Juca dos Caboclos e seus caboclinhos que viviam num casarão no canto do Caboclo ... Falava também da fazenda do Carrapato, onde meu avô foi procurador em 1910."

2. Nilo Gonçalves (Nilo Silva) (Gravação)

"Eu e Bento Reis dançamos muito fado. Nós andava por toda freguesia... Eu dava ração ao cavalo, amançava e saía como um lião... Ramiro e Antônio Ferreira um dia se encontraram. Antônio apeou mas não apanhou o coice da viola. Apanhou o contra-coice. Aí começou:

Meu amigo Tio Antônio / Pro Sinhô eu vou contá / O dia que não acho em casa / Eu saio a procurá / Ramiro meu sobrinho / A minha pose não deixo / Se está com esprito mal / Vá pra casa do aleixo.

Os melhores cantadores de mineira[73] era Bento Reis, o veio Chico do Engenho Velho era violeiro e tinha também os fio, Antônio Ferreira e Chico Ferreira:

Chico do Engenho Velho / Segura a mão na viola / Que antes da meia-noite / Eu mando este cabra embora / O dia que estou zangado / Eu quebro o chapéu na testa / Eu sungo a perna da calça / E de tombo eu faço a festa.

---

[72] Adufe: "Tipo de pandeiro quadrado de origem árabe, feito de madeira leve com membranas retesadas de ambos os lados, usado especialmente em festas folclóricas portuguesas e brasileiras. (...)." HOUAISS, op. cit., p. 92.
Adufe: "espécie de pandeiro. Do árabe *ad-duff*." CUNHA, op. cit., p. 17.

[73] Mineira: "Dança integrante do fado nos municípios de Campos e São João da Barra." Guia do Folclore Fluminense – 1985.

Tinha também uma tá de Lagoa Encantada. A poça encantada que o povo idôneo falava... À noite, fazia medo... Armamos nossa redinha, mas o peixe sumiu... Nós num consiguia dormi, um fexe de fogo andava na lagoa de um lado para o outro. O sobrado do Carrapato... só alcancei os paredão... Era do padre José, era mal-assombrado e ninguém passava ali... Tinha uns tá de Visconde pra banda de Machadinha e de Quissamã e mandava em tudo. Ele rompia ali montado num cavalo. E aí saiu o verso:

Dá lincença meu Sinhô / Que o Visconde vai passá / Trago medalha no peito / Rezador e Patuá.

Ali mataram muito nego. Ainda vi os paredão sujo de sangue... A donzela Isabel não era rainha, era uma santa, ela falou vou acabá com a escravidão. E tem um verso:

Jesus Cristo abriu a porta / Quando a rainha entrou / No dia 13 de maio / Quem tinha escravo chorou.

Quem fez a estrada de ferro foi os escravos. Não foi a Leopodina... É ...a Leopodina Raivaw...

A igreja velha... Só estive perto caçando capivara. Era muita mata, muita madeira de lei, tinha ipê de toda raça, tinha jacarandatam, muito cipó, roxinho de duas qualidades, sendo um de folha larga e um mais duro de folha estreita. Muita cabiúna própria pra fazê móvel toda maiada, tinha também o Jatobá e o Jequitibá. Do quarto eu ouvi um barulho. Parecia alguém bulindo e lambendo as panelas... me animei abri o portão e estrumei os meus dois cachorros, mas não vi mais nada. No dia seguinte, fui prepará a terra pra plantar o aipim e lá vinha ele... o lobisomem do morro de pedras, com o seu patuá de couro... Mas eu num ia matá um cristão... Cachorro tem medo de lobisomem, mas os dois Venesa e Bem-Querido viram o bicho comendo cuera no forno da casa de farinha e com o bicho rolava na lama e no areal. No outro dia acharam o home dentro da cacimba todo tapado de cipó e de arame."

3. Bento Ribeiro Eduardo (gravação)

"Na carreira comprida havia um crioulo, forte no desafio, só cantava no coice e queria encontrar Joaquim Camilo também forte que ninguém derrubava... Então começaram a cantar, um no coice e outro no contra-coice:

Eu vim da carreira comprida / Pra cantá o fado aqui / Pensei que tivesse peixe / Mas só tem lambari.

Respondeu Camilo:

Lambari é rei dos peixe / Parente do cachimbau / Nego que procura branco / Merece bom bacalhau / Nego que procura branco / Merece bom bacalhau / Porque nego procura nego / Que é filho do mesmo pau / E assim o nego só coçou o umbigo e sumiu pra nunca mais voltá...

Na viola, era Chico do Engenho Velho e Bastião Cardoso, morador da Maitaca, e no pandeiro era Nilo Silva e nós dançava e parmeava... O veio Pio do Morro de São Simão também dançava com nós. Ele mancava e arrastava o pezinho ainda machucado do tronco... Ele tinha 18 anos... Fado bonito eu dancei na marge da Lagoa Feia...Ô meu Deus! Eu tinha ido serrá madeira... Tinha também o Gambá, a Estravagança, o Chico de Cadeia. O gambá cantava assim:

Lá na beira da cacimba / Apareceu um bicho estranho / Ele abaixa e levanta / Ninguém sabe o seu tamanho / Gambá disse que num qué / Sua fia na cacimba / Ô meu Deus, o que será / Um bicho de tanta catinga?

O sobrado do Carrapato tinha treis andá. Ainda vi. Embaixo ficava os nego com as perna amarrada no tronco... Era colégio em cima. Tinha também um sobrado velho no Sacarrão. Já cabou tudo... Era de Donana, da fazenda de Itaquira... O lugá de mais escravo era no Carrapato e nos Dois Morro... Conheci também o veio Pio do Morro. A ponte de Imbiú é muito veia. Eu tinha 12 anos quando conheci. A ponte véia... botaram fogo. Lorencinho de Almeida fez outra com três pancada de esteio, era no caná de Ubatuba. A estrada do rumo é mundial, ninguém pode mexê. O engenheiro falô, ela vai certinho do combro do mar até a Pedra Branca de Conceição. Ela sobe... sobe... O navio vinha da Grécia, veio comprá milho perdeu a direção, bateu na pedra e naufragô. A água entrava, o milho saía... O navio foi pará na praia de Taquira."

4. José Gomes (Zé Preá) (Gravação)

"A Folia de Reis tem a sua época. É sempre em Maio e Janeiro. Mas se a pessoa pede, a gente vai em qualquer dia. Os cantador leva a viola e o

pandeiro e as pessoa acompanha. A bandeira benze a casa e as família. As pessoa da casa corre a casa com a bandeira e leva também nos vizinhos. A festa do Espírito Santo é muito bonita com a sua bandeira encarnada. Tem também a bandeira de São Sebastião e as música são da Folia de Reis:

Ô Sinhô dono da casa / Entrego esta bandeira / A quem todos deseja / E a sua companheira / Ó Sinhô dono da casa / Nesta noite de alegria / Onde Deus fez a morada / Com Jesus e Maria."

5. Tereza Barcelos Ribeiro (Dona Tereza) (Gravação)

"Meu pai, Antônio Ferreira de Barcelos, falava da festa do Divino, onde um grupo de pessoas com bandeiras vermelhas, erguendo uma haste com o Espírito Santo, ia nas casas. Antes sempre vinha uma mineira de louvação. Ele cantava muito nas Folias de Reis e Bastião Cardoso era violeiro. Meu avô tirava versos de mineira assim:

Passarinho deu no canto / Que me fez admirá / Moleque que rumou família / Sem Ter onde morar / Foi falá a Antônio dos Reis / Antônio dos Reis não gostou / Ô que moleque sem trato / Roubou a moça e deixou / Minha menina bonita / Caroço de milho verde / Quando você sai na praça / Os moços morre de sede."

Versos da festa do divino (cantados)

Deus vos salve casa santa / Onde Deus fez a morada / Onde mora o cálice bento / E a hóstia consagrada.

6. Maria do Rosário Ferreira (Dona Rosária) (Gravação)

"Já dancei muito fado... desde os dezesseis anos. Dancei em Quissamã, Boa Sorte, Carrapato, Pedra Branca. Dancei o Gambá, a Tirana do Sul, o Chico de Cadeia e a Estravagança. Dancei tudo... tudo... Os violeiro era Manoel Leandro e Joaquim Leandro... era pai e filho. Os cantador virava a noite. Era dois no pandeiro e o pandeiro era de couro de boi. O veio Cirilo era muito bom no desafio e tinha também Mané Jacundiano, Nilo Silva, Bento Reis e o

Ferreira. A cantiga começava e nós num parava... e a poeira levantava...levantava..."

Versos (cantados)

Adeus Tirana do Sul / Tirana do vaco-vaco / Quem casa com muié veia / Tira fogo do suvaco / Ai, ai! Tira fogo do suvaco! / Adeus Tirana do Sul / Tirana do paco-paco / Quem casa com muié veia / Num tem lenha nem cavaco / Ai, ai! Num tem lenha nem cavaco! / Tô cantando com vocês / Tô na linha do a / Vaca preta touro preto / Sai bezerro araçá / Tô cantando com vocês / Não tem hora pra acabá / Sou neto de cobra-vidro / E primo de cobra-corá.

7. Waldemar Batista Messa (Gravação)

"Os antigos cantadores de fado eram Bento Reis, Nilo Silva, Zé Brás e Camilinho e os violeiros eram Mateus e Bastião Cardoso. No banco senta um violeiro e dois cantadores e os dançadores dançam em pares. São dois cavalheiros e duas damas... As mulheres dançam e os home parmeiam e sapateiam. A Estravagança dança como um baile..."

8. João Gomes da Silva (Tijongo) (Gravação)

"Os violeiro era Anésio Alexandrino e os dançadores era da praia de Taquira e chamavam João e Olívio Barcelos que tirava mineira de todo jeito e tinha também Jovino morador do Ubás. A mineira tirava na hora. O pandeiro só fazia durungundum... durungundum .. e a viola diringuindim... diringuindim... e a gente dançava até a hora dos comes e bebe. Tiraram a santa da igreja da praia e levaram aí pra cima onde tem um capão de mato e depois levaram pro Caxanga... a santa era Nossa Senhora da Conceição. Conheci só o paredão da Igreja velha... Ela ficava bem na boca do corgo e o rumo era um pau fincado. A ponte veia é a ponte do Zubás, a ponte da Bulandeira. Os carros de cana passava por baixo e a ponte era de pau roliço. Meu tio contava que sua mãe a avó Joaquina Duta era coveira do cemitério da Igreja Velha e tinha que socá os defunto com a mão do pilão e os caxão era feito em casa. Os lugá antigo que ficava a igreja da praia chamava de Gamboa, Canto do Rato, Poça do Gavinho e Ponte dos Passarinhos."

9. Jovino Florenço (Gravação)

"Dancei todas as parte do fado e dancei muito no boi-malhadinho... Eu e Dinho saía no boi-malhadinho do Lameiro e os cantador dançava e acompanhava o boi com a sanfona, pandeiro, chocalho, com o que tivesse... Todos cantavam o boi-malhadinho:

Meu Boi Malhadinho Oriente / Sobe o morro de carcunda / Cavaca a terra com a unha / Sem choro sem barafunda / Lá vai meu Boi Oriente / Que nem raio nem trovão / Arrasta o que está na frente / Leva tudo de arrastão."

10. Joana Maria da Conceição (Gravação)

"Eu tinha doze anos, meu avô era Benedito Felicíssimo, era violeiro e dançador de fado no Imbiú, Boa Sorte, Canto do Caboclo. Tocava um de cada lado e meu avô no meio tocava a Estravagança, o Gambá, o Camilinho, a Tirana do Sul. Os home andava tudo de terno e gravata e seguia a bandeira do Espírito Santo e a bandeira primeiro louvava o dono da casa. Os cantador batia na porta até abri... Havia também as Cavalhada do Cordão de São Benedito. Os dançador parava meia-noite para tomar o café e os tocador às vezes pedia licença pra dormi na casa. Os verso era muito bonito:

Versos (cantados):

Vou me embora, vou me embora / Não vou me embora não / Se pensa que vou me embora / Estou fazendo enganação / Vou me embora, vou me embora / Num tem moda nem canção, / Virei, rodei e mexi / Daqui não saio não.

A Folia de Reis batia nas porta, as pessoas que queria cortava um pedaço do pano da bandeira e depois que entrava podia dançá uma Mineira, uma Estravagança..."

11. Francisco Braga Neto (Senhor Mateus) (Gravação)

"Tem o Gambá, a Estravagança, a Tirana do Sul, o Anum do Norte, o Anum Velho, o Anunzinho, o Sério, o Sacaroda e o Chico de Cadeia. É tudo

do fado e diferença é só no cantá. Estravagança é igual a um baile, o Gambá dança separado e o Sabão era muito fado no pé... E a gente ia até a hora do café..."

12. Luiz Francisco Guimarães (Gravação)

"Conheci a Igreja Velha, ficava no meio de dois braço do corgo. O cemitério era junto. Contavam que muita caveira ficava pendurada na árvore para dar lugá a outro morto. Dava até casa de marimbondo... Tinha um capão de mata que ninguém podia entrá. Até hoje num pode... tem muita assombração. Naquele tempo tinha que atravessá de canoa pra ir na igreja. A ponte mais velha ia dá na Pedra Branca... aonde tem os toco... Naquele tempo não tinha nem caxão, dois pegava de um lado e dois do outro... até saía verso:

O defunto da Igreja Velha / Foi ao chão se fez poeira / Também pudera, meu Deus! / É tudo pau de aroeira."

13. Francisca Maria da Conceição (mãe de Dona Lica) (Gravação)

"Eu tava com sete anos e trabalhava na roça... Tinha muita plantação de cana, de feijão e de tudo... A igreja do Caxanga era muito linda... A santa era Nossa Senhora da Conceição e ficava em frente o mar. Mas enquanto não tiraram a santa e não desmancharam a igreja... Acabaram com tudo, com tudo... A igreja do Caxanga fazia muita festa. Os fogos era lindo! Era os fogos de lágrima de Nossa Senhora e era de toda cor. Nunca mais ninguém vai podê vê... Ah! Igreja bonita meu Deus! Tinha uma casaria comprida pra baixo da igreja e a música vinha de Macaé e nós só descia depois da missa de natal, a missa de meia-noite. Conheci a igreja Velha... também era bonita, mas não era igual..."

14. Ana Anita da Conceição (Mãezinha)

"Minha vó Etelvina Rodrigues da Silva era escrava e viveu num casarão no Sacarrão, onde tinha muita escravidão. Ela cantava pra mim na roça:

O Barão de Caeté / Prantou canas pra moê / Da lua nova ao crescente / Chorou pra podê chovê / Ó lua cheia e minguante / Leve

chuva pro sertão / Num vê que a chuva só vem / Pra molhar meu coração?

Ela também contava que no dia da liberdade a *forrada* pediu a Nhô-Nhô pra dançá o fado, mas ele quase desmaiou:

Chamei Nhô-Nhô e Nhá-Nhá / Pra vir dançá no terreiro / Nhô-Nhô da janela acenou / E Nhá Nhá caiu no berreiro."

LUÍS BENTO, O DOM LUÍS[74]

Luís Bento foi um exótico personagem que viveu em Carapebus na primeira metade do século XX. De cor bronzeada, com dois metros de estatura, pesando quase cem quilos, costumava andar pelas ruas falando alto e com arrogância, parecendo atribuir-se autoridade e poder para governar a localidade. Não era violento, mas revidava quando alguém lhe chamava de Luís Besta, ao invés de Dom Luís ou Capitão Luís. Se assim fosse chamado, tornava-se risonho, alegre e prestativo.

Não raras vezes, quando estava em crise, o megalomaníaco Luís Bento deixava seu pequeno sítio à beira da praia de Carapebus e saía maltrapilho, procurando por algo, olhando aqui e ali, pronto a formar um pandemônio se alguém dissesse que ele não mandava no lugar.

De uma força inabalável, não havia prisão que o contivesse. Uma vez foi preso em um vagão de bois, mas arrebentou tábuas e correntes e saiu, com seu porte agigantado, à procura de alguém em quem pudesse descontar sua ira. Ao encontrar um rapaz, colocou-lhe uma rodilha[75] no pescoço e o puxou pela linha do trem como se fosse atirá-lo da ponte. No entanto, deu-lhe apenas umas palmadas e logo o soltou.

Todos os moradores da localidade tinham receio de Luís Bento, principalmente as crianças do colégio público. Inesperadamente, muitas vezes,

---

[74] Adaptação de texto de Elbe Tavares de Almeida, publicado em *Jornal da Cidade*, em Abril de 1984.

[75] Rodilha: "Rosca de pano para pôr sobre a cabeça, no transporte de carga (...); pano ou trapo usado para limpar; esfregão, rodilho. (...)." HOUAISS, op. cit., p. 2467.
Rodilha: "(...) Do castelhano *rodilla*. (...)" CUNHA, op. cit., p. 687.

Luís Bento entrava em sala de aula com seu porrete debaixo do braço, com seu enorme chapéu de palha na cabeça e fixava os olhos na criançada até que ouvisse: "A benção, Dom Luís?" Respondia ele, com uma risada, mostrando os grandes e encardidos dentes: "Deus te abençoe!" A professora, assustada, logo mandava a criançada para o recreio.

Em seus devaneios, Luís Bento achava que os trens lhe deviam obediência, principalmente o Trem-Expresso. Numa ocasião em que estava bastante *inspirado*, achou por bem prostrar-se na estação à espera do Expresso do Rio, já adiantando, em voz alta, que naquele dia, o trem não seguiria para Campos sem sua ordem, ficando, em seguida, em posição de vigia, segurando a cordinha da sineta, firmando-a com o seu porrete.

Os passageiros logo desceram do trem e se juntaram na plataforma aos mais de cem curiosos, o que aumentou cada vez mais o rebuliço. Alguns quiseram até recorrer às armas. Atônito, o chefe da Estação não sabia se acalmava os passageiros ou se andava de um lado a outro, pensando numa forma pacífica de resolver a questão, quando se aproximou do tumulto um senhor idoso; depois de pedir ao povo que se afastasse, tirou o boné e, inclinando-se para Luís Bento, falou baixinho:

— "Capitão, vamos tomar um café com pão e queijo ali no boteco? Eu pago!"

Luís Bento, que era capaz de dar a vida por um pedaço de pão com queijo, não recusou o convite, saindo dali abraçado com o homem. O trem, com duas horas de atraso, foi saindo de mansinho. De suas janelas, alguns passageiros ainda gritaram:

— "Luís Besta! Seu doido! Seu doido!"

Ele ainda quis voltar, mas era tarde...

CADETE DE ARAÚJO[76]

O povo carapebuense conta que um certo Cadete de Araújo, aproximadamente em 1905, época em que se tornaram famosos os crimes da região, refugiou-se em Carapebus e em seus arredores — mais precisamente

[76] Adaptação de texto de ElbeTavares de Almeida, publicado no Jornal em *O Rebate*, em quatro capítulos, no período de Março a Junho de 1984.

em Paciência e Conceição de Macabu — depois de fugir do colégio militar do Rio de Janeiro e, em Paciência, juntou-se a um político valentão de nome João Pinto.

Segundo aqueles que o conheceram bem de perto, como Leôncio Tavares e Ignácio Tavares, Cadete tinha, mais ou menos, trinta anos, possuía uma boa estatura, compleição atlética e pesava mais de cem quilos. Claro, de cabeleira comprida e ondulada, faces coradas, Cadete se afeiçoou por Carapebus, que se tornou local de suas inúmeras façanhas. Exibia seu burro "queimado" em arreadura mineira e dificilmente usava estribos em sua montaria. De sua família, sabia-se somente de seu parentesco com Elísio Cruz, político conceituado e advogado no Rio de Janeiro.

Alguns defendiam Cadete, certos de que ele não era tão mau como assegurava sua fama. Como argumento, lembravam que gostava de tocar violão nas casas de algumas famílias aonde sempre chegava com pão e rapadura para as crianças. Mas a *voz geral* afirmava que, dia e noite sob a ação da bebida, era o terror de todos os tempos. Se alguém se retirasse do local a que ele chegava, sofria humilhações e castigos: tinha que beber cachaça com sabão ou era espetado com a ponta de uma faca.

Em relação à sua vida amorosa, havia rumores sobre uma tal dona Maria da Rocha, uma morena bronzeada de vinte e cinco anos, cabelos lisos e soltos até os quadris, que transformava o Cadete em um homem manso, risonho e mesmo tolo, como diziam. Isto só não acontecia quando a mulher lhe negava hospedagem em sua pensão, uma espécie de taberna.

Um famoso contador das proezas do Cadete, Luís Bento (Dom Luís), contava para os moradores da estrada do Sapecado, o caminho predileto de Cadete:

> *"Tava à beira da estrada uma turma de paus d´água, bebendo e falando da vida alheia no botequim de d. Maria da Rocha. Entre goles e falas, ninguém viu quando Cadete chegou e, atravessando o burro na porta, gritô: 'Não sai ninguém!' Descendo do burro, o Cadete ordenô que trouxessem um cesto de pão, que passou, um a um, na cauda de seu burro. A negrada toda teve que comê, enquanto d. Maria temperava um canecão de cachaça com sabão, pra depois, sê passado de boca em boca, pra todos bebê."*

> *"Em terras de vosmicê, no mesmo Sapecado, deu-se outro caso. Bem cedinho, lá ia o Cadete pra Paciência quando encontrou uma turma que vinha de um baile. 'De onde tão vindo minha gente?' 'De uma vadiaçãozinha, Sô Cadete, ali na casa do cumpadre Conrado', respondeu o tocador de baile, com sanfona debaixo do braço. 'Uma vadiaçãozinha, é?', perguntô, Cadete entre risos e deboches. 'Pois vá todo mundo tirando o calçado e dançando ali no sapê. E o maestro vá tocando a sanfona.' Não teve outro jeito, a turma dançava e o chicote batia no chão, junto com a voz que dizia: 'revolver...revolver...' O lugá do sapezá ficô tão limpo que dava até pra fazê uma plantaçãozinha..."*

Cadete era sagaz e astucioso, mas cordial e cortês com os donos das vendas e botequins porque deles queria ganhar simpatia. Vez por outra, trocava de caminho para ser menos notado.

Certo dia, ao chegar ao Caxanga pela estrada que vinha direto da serra, não perdeu tempo: arrastando suas esporas no chão, a ponto de o barulho confundir-se com o som da sanfona, entrou no baile sem ser convidado. Depois, retirando da cabeça o seu enorme chapéu de palha, pediu licença ao dono da casa para dançar duas partes. Depois de andar de um lado para o outro pelo salão já quase vazio, Cadete resolveu sentar-se num banco ao lado de um casal de namorados, quando percebeu que o rapaz retirou-se em direção à porta. Considerando tal atitude uma ofensa, imediatamente, com um aceno de mãos, ordenou que o rapaz retornasse e fosse ao canto da sala onde já lhe esperava meio canecão de milho seco para ser mastigado devagar, de grão em grão. Enquanto Cadete virou as costas para pedir aos músicos que tocassem uma valsa lenta e foi em busca de uma dama, o rapaz, que estava sóbrio, conseguiu escapar.

Na ocasião em que Carapebus exibia sua nova sede da Estação, deixava à vista dos passageiros a bela venda do Sr. Fonseca, a majestosa casa e a venda do Sr. Pessanha, a escola pública, o sobradinho dos Correios da Estrada de Ferro e ouvia o som do primeiro gramofone — levado ao local pelo major Domingos Pires Carneiro para animar os bailes em casas de família e as festinhas entre leilões e ladainhas —, Cadete costumava frequentar uma determinada venda. Eis que um dia, não estando lá *para bailaricos nem para ladainhas*, mal sabia ele que ali encontraria um rival, o barbeiro Brasa.

Ao ver que todos saíam pela porta dos fundos, menos aquele homenzinho pálido, com menos de quarenta quilos, logo lhe perguntou: "Todo mundo correu. E o senhô? Por que ficô?" Respondeu Brasa, logo de pronto: "O senhô não é nenhum bicho!" Cadete que, em voz alta, mandou que o seu rival bebesse uma cachaça, foi surpreendido quando Brasa, coçando a cintura, falou: "Primeiro, venha de lá!" Vendo que Brasa também estava armado e disposto a enfrentá-lo, Cadete descansou o copo no balcão, batendo-lhe de leve no ombro: "Você é dos meus, vô já pedi ao caixeiro dois copo de pura cachaça. Você é meu convidado!"

O encontro dos dois valentões serviu de motivo para que os irmãos Vicente e Evaristo Alves, famosos cantadores de fado e de folias da praia de Carapebus, compusessem as seguintes quadras:

> *"Cadete de Araújo / Tem fama de valentão / Carrega oração no peito / Em cima do coração / Dois bicudo não se beijam / Quando os dois são valentão / Cadete encontrou com Brasa / E os dois se deram as mão."*

Outro valentão também despertava certo respeito em Cadete: era o crioulo Eustáquio. Sua força brutal tornava-o capaz conduzir, com facilidade, enormes fardos de charques na cabeça e afastar os vagões da Leopoldina, caso atrapalhassem a sua passagem.

Também d. Maria da Rocha, conforme dizem os antigos moradores de Carapebus, merecia o respeito de Cadete. Aqueles que conseguiam escapar de Cadete recorriam à força de d. Maria da Rocha, mulher que domava a *fera* em seus braços, única razão que fazia com que Cadete descesse de sua montaria. Porém, nem sempre havia uma Maria da Rocha por perto ...

Até 1914, Cadete permaneceu invicto em sua "lógica", apregoada como uma espécie de missão de manter a ordem do lugar. Quando inquirido sobre os atos impiedosos que praticara, inclusive sobre as mortes que lhe eram atribuídas, mostrava-se frio e indiferente, embora nele se percebesse algum vestígio de sentimento quando se tratava de crimes cometidos contra crianças. Como Cadete tinha capangas e mantinha relações amistosas com poderosos fazendeiros da região, apelar às autoridades ou às instâncias superiores era atitude temerária.

As últimas andanças de Cadete pelo local acabaram por levá-lo à morte: Cadete foi assassinado, entre 1914 e 1915. Informações sobre o crime são fornecidas por famílias tradicionais de Carapebus e de Conceição de Macabu: o motivo da morte teria sido uma discussão, no interior de uma venda, entre Cadete e Inacinho, um homem de estatura baixa, com quarenta quilos, mais ou menos, que se sentiu profundamente ofendido ao ser apelidado de *Amarelo, comedor de Banana*. A situação agravou-se muito quando Cadete foi à casa de Inacinho — que não estava presente — e lá, além de praticar *atos indecorosos*, cortou os cabelos da mulher de Inacinho. Como cortar os cabelos de uma mulher à sua revelia, naquele tempo, era considerado um ato bastante ofensivo, então, ao se deparar com a triste cena, Inacinho não perdeu tempo: clamando por justiça a qualquer preço, *como flecha certeira no ar*, saiu de espingarda em punho, dizendo que não voltaria antes de fazer jorrar a última gota do sangue de Cadete.

Inacinho se escondeu atrás de um muro alto e, depois de três dias, viu quando Cadete pediu hospedagem numa casa onde costumava passar a noite em bebedeiras e comilanças. Enquanto isto, soltou o burro do Cadete num pasto vizinho e, de uma moita de bambus, retirou várias hastes para colocá-las no chão, de forma que qualquer pessoa que por ali passasse, tivesse que, forçosamente, desviar seu rumo para a margem contrária da estrada. Ali ficou, estrategicamente, à espreita de Cadete. Foi quando de cabresto e sela na mão, seguindo o rastro de seu burro "queimado", Cadete teve a triste sorte de receber um tiro certeiro na cabeça.

Cadete não morreu de imediato. Ofegante, foi levado para casa de um amigo em Paciência, permanecendo vivo por dois dias. Diziam os antigos que, mesmo no leito de morte, o dedo indicador de sua mão direita permanecia inquieto, parecendo acionar o gatilho de uma arma imaginária. Só faleceu

quando retiraram de seu pescoço as orações a que o povo atribuía a sua imbatível invulnerabilidade. O crime ocorreu no vale do Macabu, próximo a um bambuzal. Seu corpo, conduzido em carro de bois, sem cortejo, foi sepultado no cemitério de Capelinha do Amparo.

Ao final de alguns anos, a família de Cadete, procedente do Rio de Janeiro, exumou o corpo e queimou os ossos, conforme dizem alguns que, ainda jovens, viram Cadete ofegante no leito de morte.

CURAU, O SUPOSTO LOBISOMEM[77]

Os antigos moradores de Carapebus não compreendiam por que aquele homem ainda novo, ainda apto ao trabalho, havia se entregado a uma vida nômade, embrenhando-se pelas matas, dormindo sobre pedregulhos, alimentando-se do que conseguia caçar, bebendo água dos riachos.

Curau era uma figura depreciada por todos. Era magro, curvado, esbranquiçado, de barbas longas e estava sempre sujo, parecendo um primitivo homem das cavernas. Entretanto, segundo alguns de seus contemporâneos, em tempos passados, trabalhara no campo e trajava-se bem, até que uma cobra venenosa picou-lhe a perna direita, o que resultou numa enorme ferida. Talvez tenha sido esta a razão de seu isolamento.

Um dia, quase sem conseguir caminhar, Curau resolveu se mudar para um ranchinho de palha situado nas proximidades da Vila, abrigo que lhe concedera um piedoso fazendeiro das redondezas. Este, porém, querendo completar seu benefício, mandou que um de seus empregados, levasse o *pobre coitado* a um córrego para um banho geral, com sabão e creolina, recomendando que, em seguida, lhe pusesse uma roupa nova e lhe cortasse a barba e os cabelos, crescidos há mais de um ano.

O homem, que estava a serviço do patrão, não hesitou em começar o trabalho. Enquanto segurava a tesoura entre os dedos trêmulos, pensava: "Quem sabe assim serei recompensado por essa árdua tarefa!"

Curau, que surpreendentemente recusou o convite, tornou-se agressivo e arredio. Puxando uma faca, feriu a mão daquele *piedoso barbeiro* que saiu procurando deter o sangramento com quaisquer trapos de panos que encontrasse.

Depois disto, Curau foi ficando cada vez mais abandonado e raramente era visto. Arrastando a perna, apoiando-se em seu porrete, falava sozinho enquanto afastava as moscas que lhe importunavam.

[77] Adaptação dos textos de Elbe Tavares de Almeida (material não publicado).

Sua fama de lobisomem corria pela Vila, principalmente depois das palavras proferidas pelo barbeiro que, um dia, ao tentar fazer um *ato de caridade*, recebeu como recompensa uma facada na mão. Magoado, pensava o barbeiro consigo mesmo: "Aquele amarelão, comedor de galinhas e porcos dos quintais, que ronda as casas como sombras em noites de sextas-feiras, há de me pagar..."

Numa noite em que ninguém conseguia dormir por causa dos latidos de cães que perseguiam *um bicho estranho*, descrito como um grande lobo peludo, com enormes orelhas e dentes à mostra, os moradores resolveram reunir um grupo de valentões a fim de se descobrir o verdadeiro lobisomem que, à noite, rosnava, perseguindo pessoas e animais até o nascer do dia.

Dia após dia, Curau foi procurado como o suposto lobisomem. Seu ranchinho permanecia abandonado e todos os lugares de busca estavam esgotados, com exceção de uma poça de lama, local em que, supostamente, se transmutava em lobisomem após um ritual de espojo[78] com os porcos e outros animais. O grupo, incumbido de executar a difícil tarefa, resolveu remexer profundamente as entranhas dos lamaçais: grande foi a surpresa quando todos viram a mesma tesoura, um dia destinada a cortar os cabelos do suposto lobisomem, envolta em panos tintos de sangue. Diante disto, o grupo a que cabia dar cabo do verdadeiro responsável pelas noites tenebrosas ficou convencido de que poderia levar a notícia da descoberta da identidade do lobisomem. No entanto, durante todo o tempo da busca, Curau provavelmente estava no interior das matas, à espera da morte.

O MISTÉRIO DAS IÇARAS[79]

"Nas Içaras passou um trem
Fez o corpo arrepiá
Muita gente se trancô
Outras se pôs a chorá.

[78] Espojar: "Deitar-se e rolar no chão, remexendo-se, revolver-se (os porcos espojavam-se na lama). Derrubar ou cair no chão, rolando." HOUAISS, op. cit., p. 1235.
Espojar: "Revolver-se (o animal) no chão. De origem incerta; talvez se relacione com PÓ (...)." CUNHA, op. cit., p. 324.

[79] Adaptação de texto de Elbe Tavares de Almeida, publicado em 1983, no Jornal da Cidade.

[80] Francisco Tavares Neto pertenceu à tradicional família Tavares, de Paciência. Romancista nos anos 1940 e 1950, colaborou com Elbe Tavares de Almeida, fazendo pesquisas sobre a história de Carapebus. Dentre outras, deixou duas obras, publicadas na década de 1930: *A flor da Imbetiba* e *A Cruz da Moça*.

Num admire minha gente
Do trem que veio no ar
Foi a mué que morreu
E o diabo veio buscar"[80]

De acordo com Francisco Tavares Neto, romancista natural de São Fidélis e domiciliado em Carapebus na década de 1940, as terras das Içaras eram consideradas, por seus antigos habitantes, misteriosas e mal-assombradas, razão pela qual a região permaneceu por longo tempo despovoada e inculta.

No passado, as terras das Içaras abrigaram ricos fazendeiros de Carapebus que, à morte, tinham o costume de enterrar seus cofres de bronze e suas talhas de barros, cheios de robusta fortuna, constituída por dinheiro, ouro e prata. Na maioria das vezes, eram os musculosos braços de um escravo de confiança que conduziam os pertences dos fazendeiros e os enterrava ao pé de uma figueira, árvore de fundas raízes. Os fazendeiros, porém, tinham o cuidado de, imediatamente após o enterro de seus bens, mandar executar o pobre escravo para que ninguém descobrisse o local do esconderijo. As *almas penadas*, supostamente desencarnadas daqueles a quem fora negada uma possível herança, viviam a vagar pelos locais dos esconderijos, causando pavor aos moradores do local com seus gemidos lamuriantes, assovios, vozes insultantes, palmas e sussurros.

Contava Domingos Ribeiro (Minguinho Ribeiro) que um dos fazendeiros era tão rico de terras e escravos que, duas vezes ao ano, tinha o hábito de espalhar pelo terreiro as suas imensas arcas repletas de coleções de joias portuguesas e ricas baixelas de ouro e prata para que duas de suas escravas mais antigas as lavassem com panos molhados em água e vinagre, friccionando-as após secá-las. Enquanto as duas escravas apressavam-se para realização de sua tarefa, o rico fazendeiro, contava Sr. Minguinho, "da cadeira do encosto, com olhos fixos e relho na mão, (...) fixava os olhos conferindo sua fortuna, contando os longos trancelins[81] de ouro e, uma por uma, as suas brilhantes efígies de santos de sua devoção."

Outras informações acerca das referidas terras consideradas mal-assombradas procedem de antigos pescadores da região que, durante as suas pescarias noturnas, avistavam luzes ofuscantes, de cor azul e amarela, flutuando sobre os antigos cemitérios de Carapebus, principalmente no

[81] Trancelim: "Galão ou trança estreita de fios de seda, ouro, prata, etc, com que se guarnecem trabalhos de costura e bordados; trancinha; cordão fino de ouro. (...)." HOUAISS, op. cit., p. 2748.

cemitério primitivo da praia, mostrando, segundo eles, os locais dos fabulosos tesouros. Contam os pescadores que, depois de alguns dias, verificava-se a violação de alguns túmulos, certamente de pessoas ricas, já que era quase impossível a um pobre sepultar-se em catacumbas de tijolos e alvenaria.

As misteriosas terras das Içaras ou da Macega (outra denominação do local) tornaram supersticiosos alguns de seus moradores, superstição que se expressa, sobretudo, quando são lembrados os capões de matas ainda existentes ou a antiga Igreja e o cemitério.

O "CÓRREGO DAS MARICOTAS"

Conforme depoimentos de antigos moradores de Carapebus— como, por exemplo, Antenor Dias Tôrres—, o nome do córrego se deve à seguinte razão: duas irmãs, solteiras, com aproximadamente quinze ou dezesseis anos de idade, obstinadas em não revelar seus nomes a ninguém e convictas de que não deveriam estabelecer contato com os moradores da vila de Carapebus, acabaram por ser chamadas de "Maricotas".

Dizem os nossos depoentes:

" As moças viviam alí, às margens do rio, em um velho casarão, herança deixada pelos seus pais, falecidos no inicio de 1900 por afogamento nas tormentosas águas do córrego das Maricotas. Ninguém conseguia importuná-las, salvo quando interrogadas sobre namoro e casamento. Assim interrogadas, respondiam que não desejavam dividir sua herança, já que, na vila, não havia rapazes bem dotados que fossem capazes de lhes proporcionar uma vida estável e confortável conforme os conselhos que receberam de seus pais. Eram, portanto, moças de "fino trato". Sabiam costurar, bordar e entendiam de arte culinária. Até que certo dia correu a notícia no povoado de Carapebus de que as moças haviam falecido mas, ninguém sabia exatamente o que havia ocorrido. O certo é que, nos anos de 1940, lá continuava o velho casarão às margens do rio. Embora desfigurado em sua beleza original, quem sabe...", concluem os nossos relatores, "talvez ele ainda fosse habitado ou servisse de abrigo a um nômade pescador..."

Deduz-se que as "Maricotas" tenham permanecido em completo abandono durante quase vinte e cinco anos em face dos infortúnios que o próprio estilo de vida em que viviam lhes provocava. Eram elas as únicas moradoras da região já que as constantes cheias da Lagoa de Carapebus, que alagavam as vias vicinais, acabavam por dificultar a permanência de moradores das regiões ribeirinhas.

Observado o tom pitoresco do relato sobre o Córrego das Maricotas, vale ressaltar sua importância econômica para Carapebus, entre as décadas de 1930 e 1990. Seu potencial hídrico foi a força propulsora que movimentou toda a engrenagem da usina açucareira da região, através da chamada Represa das Maricotas, construída no leito do rio, em 1930, aproximadamente. De início, o represamento e o nivelamento das águas se processavam através de grandes pranchões de madeira; perto de 1970, época em que a Usina Carapebus já se encontrava sob administração do grupo OTHON, através do uso de comportas. A partir daí, com um sistema de represamento de águas bem mais eficaz que o anterior, o Córrego das Maricotas assumiu um papel relevante no desenvolvimento econômico do Distrito de Carapebus.

O CARRO DE BOIS

Carro de bois na Estrada do Sapecado a caminho da Usina Carapebus.
Coleção: "Geraldo Gaúcho"

Nos primórdios da colonização portuguesa, o carro de bois foi, sem dúvida, o primeiro meio de transporte a circular em solo brasileiro. À época em que a conquista do interior só a ele era possível, por ser o único veículo pesado capaz de transpor matas virgens, terrenos íngremes, pântanos e lamaçais, foi imensa sua importância para a construção do Brasil-Colônia. Nos dois séculos subsequentes, a despeito da existência de linhas férreas e de rodovias, o carro de bois continuou a ser figura relevante à economia rural do país.

O registro da importância do carro de bois e de suas múltiplas funções no desenvolvimento do país é encontrado na obra *O ciclo do Carro de bois no Brasil*, de Bernardino José de Souza:

> *"Vemo-lo, nas origens da nossa civilização, carreando materiais de construção para o levantamento das primeiras vilas e cidades, para edificação das moradias e das capelas, das fazendas e dos campanários, conduzindo das praias para os povoados as mercadorias que vinham d´além mar e carregando para os portos de embarque os dois primeiros produtos da nossa riqueza – o pau-brasil e o açúcar."*[82]

Na edição de 16 de Março de 1984 do Jornal *O Rebate*, Elbe Tavares de Almeida relatou que, por sua constituição — madeira de lei, eixo de óleo vermelho e chumaço de laranjeira —, o antigo carrinho de bois era chamado carro-cantador. Seu canto lamurioso era ouvido de longe, desde o despontar da madrugada, como retratam os versos do soneto de Lahire dos Santos:

> *"Quando a gemer tu passas preguiçoso*
> *Tardo, repleto, demandando a usina*
> *Em vão pesquiso pela sua sina*
> *Qual o motivo que te fez queixoso?"*

Em Carapebus, o carro de bois exerceu uma função importante na época do carregamento de cana para fabricação do açúcar cristal da Usina Carapebus S.A. Transportava também as famílias carapebuenses na época das famosas *praiadas*[83] e dos passeios às casas das fazendas, como por exemplo, a fazenda Pedra Branca, onde se localizava a bela casa avarandada de Manoel da Silva Cordeiro (Manequinho Cordeiro). Nas primeiras décadas do século XX, foi ele de grande utilidade no transporte das famílias para festejos religiosos, como ladainhas, batizados e casamentos, realizados na matriz da Igreja do Caxanga e no oratório das fazendas do Imbiú e Jacotinga. Sua importância foi ainda significativa na era das famosas e tradicionais quermesses da Capelinha do Amparo.

Na década de 1930, os carros de bois que circulavam no Estado do Rio de Janeiro evoluíram um pouco: passaram a ser construídos com chapas de rodeiros[84] de largura dupla, aros e raios de ferro ou de madeira; tornaram-se mais leves e aumentaram sua capacidade de carga de mil e quinhentos para três mil quilos.

Atravessando o deserto dos sertões, na maior parte das vezes só em companhia de seu carreiro e de seu guieiro, o carro de bois de eixo móvel

---

[82] SOUZA, Bernardino José de. *Ciclo do carro de bois no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, p. 173.

[83] Praiada: passeios à praia, assim chamados pelo povo do interior.

[84] Rodeiro: "Eixo de veículo ou máquina (...)." HOUAISS, op.cit., p. 2467. .

(*carro-cantador*) ou fixo, circulou em terras carapebuenses até a década de 1960, quando foi substituído em sua missão de carregamento de canas para a Usina Carapebus S.A. pelos tratores e caminhões. Relegado a segundo plano, o antigo veículo, aos poucos, foi desaparecendo da região, sobretudo da cidade de Campos, polo da indústria açucareira da Baixada Fluminense.

A típica figura do carrinho de bois — madeira maciça, rodeiros baixos, eixo rolante — não deveria servir somente de enfeite e ornamentação para os jardins das ricas moradias de luxo e para os palacetes das cidades do Norte Fluminense: por sua importância, deveria estar preservada pelos museus das grandes cidades brasileiras.

OS TRENS MARIA-FUMAÇA E O TREM DAS DUAS

Puxados à máquina a vapor, o *Expresso*, o *Rápido* e o *Noturno* eram os trens que, num vai e vem diário, conduziam passageiros da capital até a cidade de Campos. O *Expresso*, também chamado de *Trem das Duas* ou *Trem de Cima* (quando procedente de Campos para o Rio de Janeiro), era o de maior circulação da região e representou, para os moradores da Vila de Carapebus, uma espécie de marco divisor do tempo, uma vez que os afazeres diários passaram a se realizar antes ou depois da chegada do trem à estação ferroviária.

A parada por dez ou vinte minutos para embarque ou desembarque de passageiros e, às vezes, por mais tempo, quando havia cargas a transportar, era o momento oportuno para flertes e namoricos, para a atividade de vendedores de doces, frutas e salgados e para os comícios políticos do tipo *relâmpago*, proferidos nos últimos vagões do trem:

> *"Ressalve-se, no entanto, que ao ilustre político, com seu discurso improvisado, não lhe estava descartado que à saída do trem, os seus ouvintes lhe atirassem da plataforma, uma engrossada chuva de chupes de laranja, as vaias e assobios."*[85]

O *Trem Expresso* compunha-se, geralmente, de dez vagões de passageiros (seis de 2ª classe e quatro de 1ª classe), três carros para transporte

[85] ALMEIDA, Elbe Tavares de. Jornal *O Rebate*, edição de 1983.

de cargas e um destinado às correspondências. De Campos ao Rio de Janeiro, tudo transportava: comestíveis, cereais, mudanças, engradados de aves e até mesmo alguns animais maiores. Por esta razão, o *Expresso* quase sempre atrasava.

De Macaé a Campos e de Campos a Macaé, o *Expresso* parava em todas as Estações denominadas de 1ª e 2ª classes. Nas de 1ª classe, só paravam os trens *Noturnos* e principalmente os trens *Rápidos*, trens mais velozes, mais confortáveis e mais seguros e, por isto mesmo, preferidos por aqueles que tinham maior poder aquisitivo, os *homens de negócios*, por exemplo.

O *Expresso*, que saía de Macaé com destino a Campos e daí prosseguia até Vitória, no Espírito Santo, fazia o seguinte percurso: Imbetiba, Cabiúnas, Carapebus, Itaquira, Conde de Araruama — que se chamava Entroncamento devido à baldeação de passageiros que iam para Paciência, Conceição de Macabu e arredores serranos (Trajano de Moraes, Santa Maria Madalena, etc) —, Dores de Macabu, Guriri, Ururaí e Campos.

Os trens, que diariamente circulavam de Macaé a Campos, serviam-se de uma equipe de trabalhadores com funções diferentes. Cabia ao condutor, além de outras funções, a de anunciar aos passageiros a chegada à estação a que se destinavam; ao foguista, manter a caldeira da máquina em combustão; ao guarda-fios, a manutenção da linha telegráfica; ao guarda-chaves, o comando dos trens em seus desvios e manobras; finalmente, cabia ao agente, isto é, ao chefe da estação, a última badalada do sino, a ordem de partida dos trens.

Como afirma o escritor macaense Armando Borges em sua obra *Histórias e Lendas de Macaé*, somente depois de tudo examinado, o trem podia seguir viagem:

> *"O foguista joga as últimas peças de lenha na fornalha; o maquinista confere a pressão da máquina reabastecida de água e lenha. O Agente da Estação bate o sino, autorizando a partida do trem. Na plataforma o Condutor leva à boca o apito e o estrila vibrantemente e acena com a bandeira verde ao maquinista que parte lentamente para que os passageiros retardatários tomem o trem em movimento."*[86]

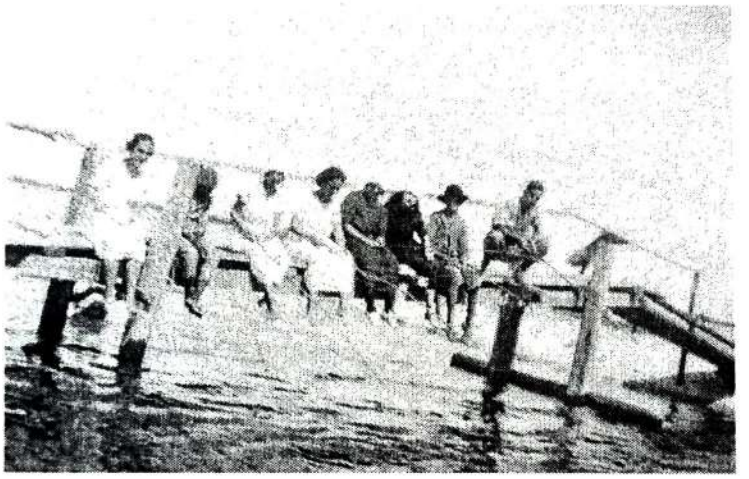
Os *Trens Maria-Fumaça* foram desaparecendo da região à medida que o movimento de suas velhas caldeiras movidas à lenha e carvão foi sendo substituído pela força motriz. Em 1960, surgiu a *Litorina*, um carro único com

[86] BORGES, Armando. *Histórias e lendas de Macaé*. Gráfica e Editora Lar Cristão, 1996, p. 34-35.

tração própria, movido a diesel. Daí em diante, só restou a lembrança dos antigos trens a vapor.

Os morosos trens Maria-Fumaça deixaram na memória do povo carapebuense a lembrança de uma era em que os cereais abarrotavam o teto da plataforma da estação ferroviária e ali ficavam por longo tempo até serem levados ao seu destino. Deixaram ainda a lembrança do tempo dos acenos de mãos, lenços e chapéus na hora da partida de amigos e entes queridos, e dos bilhetinhos, recados e inúmeras cartas de amor enviadas à Capital do Rio de Janeiro.

VIVÊNCIAS AGRADÁVEIS DO PASSADO



Pesca de anzol na Lagoa de Carapebus.
Ano: 1935 (aproximadamente)
Coleção: Rodrigo de Queirós e Almeida

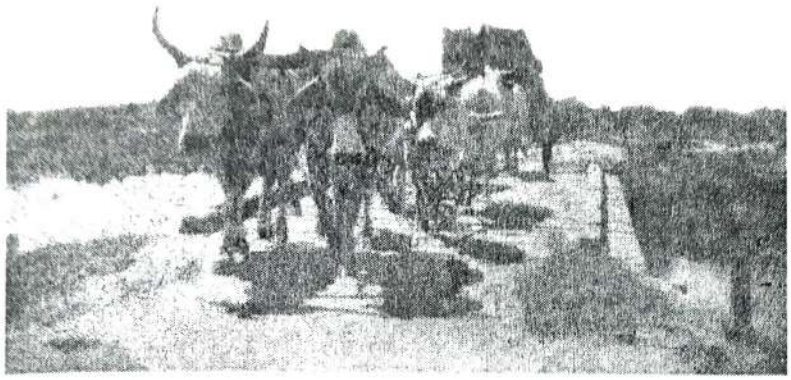
Cavaleiros em passeios na Praia de Carapebus.
Década de 1940
Coleção: Rodrigo de Queirós e Almeida

Abertura da Lagoa de Carapebus em sua fase inicial.
Ano: 1935 (aproximadamente)
Coleção: Maria de Almeida Carneiro da Silva

Jovens carapebuenses em passeios "domingueiros" nas proximidades da Estação Ferroviária de Carapebus.
Ano: 1943 (aproximadamente)
Coleção: Viana de Souza

Abertura da Barra da Lagoa de Carapebus, em sua fase inicial, onde as águas lagunares correm em direção ao mar. Fase chamada de "Apanhando carreira".
Ano: 1935 (aproximadamente)
Coleção: Maria de Almeida Carneiro da Silva

Abertura da Barra da Lagoa de Carapebus, realizada com pás e enxadas. Fase inicial, chamada de "cavação do leito da barra".
Ano: 1935 (aproximadamente)
Coleção: Maria de Almeida Carneiro da Silva



Carro de bois na Estrada de Itaquira.
Ano: 1945
Coleção: "Família Filgueira"

Os craques do futebol carapebuense.
Da esq. para a dir. (agachados): Ailton dos Santos Gavinho - Ponta Direita; Edson Cesário Nunes dos Santos (Cachota) - Atacante; Délio Pereira da Fonseca - Atacante; Edmar Rodrigues de Souza – Atacante; Télio Maia - Ponta Esquerda.
Da esq. para a dir. (de pé): José Carlos Lamóglia - Beque Central; Odemir Ribeiro de Aguiar - Lateral Direito; José Carlos Rodrigues Pessanha (Anduca) - Meio de Campo; Regildo Francisco de Paula - Goleiro; Reinaldo Francisco de Paula - Meio de Campo e Iomar Batista Lamóglia (Mazinho) - Técnico do Time
Coleção: Vianna de Souza

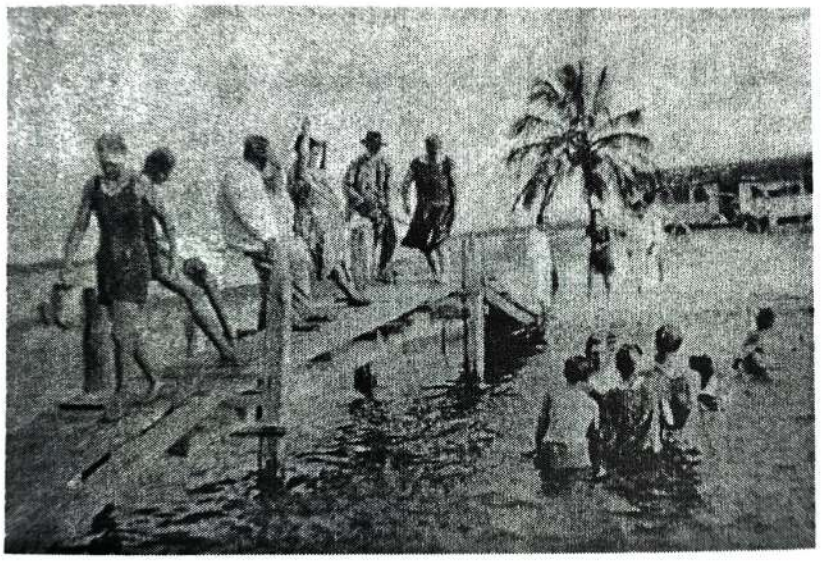
Os craques do futebol carapebuense.
Agachados (da dir. para a esq.): Hélio Cesário Nunes dos Santos (Quincas) - Ponta esquerda; Helvio Adão Nunes dos Santos (Vica) - Meia Esquerda; Edson Cesário Nunes dos Santos (Cachota) - Centro Avante; Marcio Ramos Mussi - Meia Direita; Ivanildo Alves da Silva - Ponta Direita.
De pé: (da dir. para a esq.): Luiz Matos Monteiro - Lateral Direito; Aurélio Santiago - Meio de Campo; José Carlos Rodrigues (Anduca) - Quarto Zagueiro; Adão Cesário Nunes dos Santos - Lateral Esquerdo; Carim Jorge Mussi - Goleiro; Ivaldo Batista Esteves - Beque Central.
Década de 1960
Coleção: Edmeia Zulo

Família Prata reunida na antiga Praça da Estação Ferroviária de Carapebus.
Ano: 1940 (aproximadamente)
Coleção: Família Almeida Coelho

Residência de João Pimentel Ramos e familiares, construída no início da década de 1950, nas proximidades da antiga Praça da Estação Ferroviária de Carapebus. A obra foi arquitetada sob inspiração de Frei Balthasar Wix.
Coleção: Erondina Batista Ramos

Componentes do Conjunto Musical " The Dineyveis", reunidos no palco do Cine-teatro Carapebus, em 1968 (aproximadamente).
Da dir. para a esq.: Reinaldo Francisco de Paula; Helvio Adão Nunes dos Santos (Vica); Vilson Ribeiro Ferreira (Diretor do Conjunto); Francisco da Silva Gomes Neto; Benício José da Silva; Edson Cesário Nunes dos Santos (Cachota).
Coleção: Edmeia Zulo

Família tradicional quissamaense, Carneiro da Silva, reunida em "piquenique", na Praia de Carapebus. Setembro de 1934
Coleção: Francisco de Assis de Almeida Pereira



Famílias tradicionais quissamaenses, Carneiro da Silva e Almeida Pereira, em banhos de mar na Praia de Carapebus. Ao fundo, vê-se a "Velha Casa" e o coqueiro plantado por Manoel Carneiro de Almeida Pereira, um dos iniciadores do desenvolvimento local.
Ano: 1902
Coleção: "Afonso e Rogério de Almeida Pereira"

Família tradicional quissamaense, Almeida Pereira, em banhos de mar na Praia de Carapebus.
Ano: 1934
Coleção: Francisco de Assis de Almeida Pereira

Frei Balthasar Wix, reunido com seus familiares, na ocasião em que retornou à cidade de Wickede (Alemanha), sua terra natal.

Além de rever seus entes queridos, a visita do Frei, também se destinava à obtenção de recursos para o término das obras da Igreja Matriz.

Ano: 1950 (aproximadamente)

Coleção: Família Sardenberg

Primeira turma de formandos do "Ginásio Carapebus", mestres e Diretor do Educandário. Compondo o quadro se veem:

Formandos (em trajes uniformizados), em primeiro e segundo planos.

Mestres: a partir do primeiro elemento (à esq. no segundo plano).

Mestre e Diretor: em destaque, o último elemento da composição de mestres (na extrema direita).

Ano: 1965

Coleção: Lecy Félix

Capítulo 7

Marcos históricos de Carapebus

Marcos históricos de Carapebus

Até tornar-se distrito de Macaé, Carapebus foi Curato de Nossa Senhora da Conceição e depois Freguesia ou Paróquia, duas caracterizações de ordem administrativa e religiosa. Neste caso, seus principais marcos históricos devem ser lembrados de acordo com o contexto político-administrativo em que ocorreram.

A descoberta da Lagoa de Carapebus, em 1632, pelos chamados "Sete Capitães" foi, sem dúvida, o marco inicial que registrou o passado histórico da região, já que, a partir de então, o nome Carapebus começou a surgir nas crônicas fluminenses, como, por exemplo, naquelas citadas nas obras de Augusto de Carvalho, de José Carneiro da Silva, de Alberto Lamego e de outros que registraram, detalhadamente, a viagem daqueles fidalgos portugueses em descoberta ao litoral de Macaé a Campos.

Na era dos primeiros colonizadores da região, todo o comando administrativo ficava a cargo das autoridades de Cabo Frio e de Campos dos Goytacazes, os termos judiciais a que pertenciam Macaé e suas vizinhanças. Cabia a estas instâncias todo tipo de julgamentos e resoluções, como: abrir devassas, julgar crimes, estabelecer limites judiciais, nomear juízes, etc. Até que, por ordem do príncipe regente (futuro D. João VI), o distrito de Macaé é transformado em Vila pelo alvará de 29 de julho de 1813 e passa a ser chamado, Vila de São João de Macaé, limitado, por um lado, pelo rio São João e por outro pelo rio do Furado. No ano seguinte, a transformação foi consumada: consolidaram a criação da vila a primeira Câmara, diversos encargos públicos, como cadeia, pelourinho, etc, e Macaé (com todo seu território) distinguiu-se daqueles termos judiciais.

Em 1815, Macaé alcançou a condição de Freguesia, o que deveria ocorrer antes de sua transformação em vila, conforme acentuam estudiosos do assunto.

Em 15 de Abril de 1846, transformou-se em Cidade pela Lei Provincial de nº 364.

Em sua formação judiciária, Macaé cria a sua Comarca por força do Decreto nº 2012, de 16 de Maio de 1874 e em sua formação administrativa de 1911, passa a compor-se de nove distritos onde Carapebus passa a figurar no município como o terceiro.

CARAPEBUS, CURATO DE ALMAS

"Foi curato athe 1842 e elevada á Freguesia pela Lei Provincial n. 272 de 9 de Maio desse anno e sua Igreja ainda está em construção. Dista 4 leguas da cidade atravessada pela estrada de ferro Macahé e Campos.

Superficie 227,75 kilometros quadrados

Habitantes por kilometro quadrado 15.

População livre 3,346. Escolas de ambos sexos. Eleitores 11."

(Almanak Laemmert)

A PRIMITIVA IGREJA DA PRAIA

> *"Eu me afastei de minha caravana para colher plantas para o meu herbário, depois de algum tempo o empregado que me acompanhava achou que estávamos perdidos, que não estávamos no caminho certo que indicasse a passagem das mulas. Mas daí a pouco percebemos ao longe um telhado que me deu alguma esperança.*
>
> *O teto era de uma igrejinha abandonada."*[87]

Na época colonial, Carapebus abrigava uma pequenina Igreja da Praia, cuja história foi descrita por Elbe Tavares de Almeida no artigo *Onde e como começou Carapebus*, publicado no Jornal *O Rebate*, em 1983:

> *"Os poucos fazendeiros de Carapebus e Paciência, por não terem outros lugares mais saudáveis para veranearem, vieram para a praia e construíram suas moradias de verão junto à Gamboa enquanto esperaram a época dos plantios. E ali, com o primeiro vigário da localidade, o padre Francisco da Madre de Deus Cunha, vindo de Niterói, construíram a primeira igrejinha da praia.*
>
> *Pela última pesquisa que fizemos em 1951, calculamos pela dimensão do aterro que a igreja devia ter 8 metros de comprimento com 4 de largura. O assoalho, segundo os dizeres dos antigos, era móvel e os poucos mortos que havia eram enterrados no corpo da mesma. O major Domingos Pires Carneiro contava ainda que conheceu o último esteio de pé. A igreja fora destruída por uma grande cheia da lagoa, certamente, a grande cheia de 1873 que deixou a barra sem abrir durante 3 anos causando a 'Revolta dos pescadores'."*[88]

---

[87] SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Second voyage au Brésil*. s.n. 1817. Tradução de Gisela Cunha Carneiro da Silva, em 1999. O "teto de uma igrejinha abandonada", avistado por Saint-Hilaire em sua segunda viagem ao Brasil, em 1817, provavelmente, era da Primitiva Igreja da Praia de Carapebus (Igreja da Praia). Gisela, a tradutora, completou sua tradução com ajuda de seu sogro, José Julião Carneiro da Silva: "Era a Matriz Velha, na Praia do Gavinho, na Gamboa, em Carapebus".

[88] ALMEIDA, Elbe Tavares de. Jornal *O Rebate*, edição de 1983.

Pouco se conhece da história da primitiva Igreja. Dela restou apenas uma cruz talhada em pedras, provavelmente feita pelas mãos dos jesuítas, encontrada por antigos pescadores que batizaram o local como Cantinho da Cruz. No entanto, Elbe Tavares de Almeida, em algumas de suas pesquisas não publicadas, fez o seguinte relato:

> *"Da primitiva Igreja da Praia só uma coisa chegou aos nossos dias: a imagem de Nossa Senhora da Glória, com quase três séculos de existência. Com a destruição da Igreja, a imagem veio para a Segunda Igreja, localizada entre os córregos das Canoas e Ubás, onde supomos ter permanecido por quarenta ou cinquenta anos como legítima padroeira."*[89]

Durante muito tempo, os fiéis das Içaras tentaram reerguer um novo templo católico longe da fúria do mar e das cheias da Lagoa de Carapebus. Foi finalmente construído por volta de 1812, numa elevação da região de Ubás, já que o antigo — a primitiva Igreja da Praia —, certamente impelido pela força do mar, havia afundado em águas profundas.[90]

[89] Material não publicado, de Elbe Tavares de Almeida.

[90] O novo templo católico construído longe do mar é ainda relembrado por alguns poucos moradores da região das Içaras, como, por exemplo, João Gomes da Silva (Tijongo), como Igreja Velha, da Macega ou ainda do Ubás.

A SEGUNDA IGREJA E A CRIAÇÃO DA PARÓQUIA

Região de Ubás
Local da Segunda igreja de Carapebus e seu cemitério, construídos juntos, no início de 1800.

Para escapar das eventuais cheias da Lagoa de Carapebus, como a de 1873, a Segunda Igreja de Carapebus foi construída, por volta de 1812, numa península situada entre o córrego das Canoas e o de Ubás, por iniciativa de Thomaz Dias de Carvalho e do Capitão Antônio Leite, antigos fazendeiros de Carapebus. Erguida, com seu cemitério, em terras de seu patrimônio, isto é, em Terras das Içaras, conforme informações de antigos moradores, a Igreja possuía doze ou treze metros de comprimento por seis ou sete de largura.

Depois de ser reconhecida, em 1830, como instância religiosa e administrativa, vale dizer, como Curato de Almas, Carapebus transformou-se em Paróquia, em 1842. Recebendo a designação de Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus, formou sua primeira Freguesia. A transformação foi consolidada quando Frei Jacob Hoefer O. F. M. [91], vigário em Carapebus, no início de 1900, proclamou, *In nomine Domine* (*Em nome do Senhor*):

[91] O. F. M.: Ordem Franciscana dos Frades Menores.

"Por ordem do Exmo. Sr. Arcebispo Dom Octaviano Pereira de Albuquerque, Bispo de Campos, a Paroquia de N. Senhora da Conceição de Carapebús, anexada á Paróquia de N. Senhora do Desterro de Quissaman, terá, daqui em diante, o seu próprio livro de Tombo. Procurando iniciar este livro com um pequeno resumo historico sobre o desenvolvimento da Paróquia, transcrevo do livro: 'Os Franciscanos nos Campos dos Goytacazes' por Frei Basílio Rower o seguinte texto: 'A Freguezia de N. Senhora da Conceição de Carapebús, creada por Lei Provincial de 9 de Maio de 1842, foi desmembrada da de Quissaman. Abrange os territorios desde a lagoa de Jurubatyba até ao Imbiú e desde o mar até confinar com a freguezia de Dôres de Macabú.

Teve essa parochia principio por uma Capella, dedicada á Conceição Immaculada da Santíssima Virgem e situada na praia não longe da lagoa de Carapebús. Apesar de não constar o anno da sua construcção, é certo que foi antes de 1800. Essa Capella desmoronou-se com o ímpeto das aguas, numa grande cheia que rompeu o rio ao mar. Em seu lugar, Thomaz de Carvalho levantou outra com o mesmo título, antes de 1820, escolhendo para sua construcção a península formada pelos corregos das canôas e dos Ubás, que desaguam na lagoa de Carapebús e para ela transladou as imagens da primitiva capella. Esta segunda Capella, que a principio era simples filial da Matriz de Quissaman, foi elevada à Curada pelos annos de 1830 e depois, em 1842, a matriz. Destas duas Capellas não existe [sic] mais vestígios (...).

(...)

A atual egreja parochial foi erguida em 1865 a 1882. Infelizmente acha-se hoje distante do centro da população uns dois kms, pois desde 1875, anno em que a estrada de ferro Campos-Macahé foi entregue ao trafego, a localidade principiou a formar-se ao redor da Estação (...)."[92]

De acordo com os *Livros de registros de casamentos, óbitos e batizados*, a Paróquia, desde a sua criação até 1896, teve os seguintes vigários efetivos: Thomaz Fazio Astengo, Francisco da Madre de Deos Cunha, José Alves da Cruz, José Antônio Rodrigues, Luiz Theodoro Soares e Marcos Antônio Torraca; os outros foram simples vigários adjuntos.

A partir de 1902, época em que a Paróquia ainda pertencia à Diocese de Niterói, a administração religiosa de Carapebus e de locais circunvizinhos passou às mãos dos padres franciscanos que, por várias décadas, fixaram residência em Quissamã, sob a liderança do padre Marcelo Leurs.

[92] Transcrição do Livro *Os franciscanos nos Campos dos Goytacazes*, de Frei Basílio Rower, feita por Frei Jacob Hoefer O. F. M. para o Livro de tombos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus. Livro de tombos, p. 1.

Dentre os vigários que por mais tempo estiveram em Carapebus, destaca-se o padre José Alves da Cruz, natural de Itaquira, descendente da tradicional família Cruz. Encontrado nos livros de registros da Paróquia, seu nome está estreitamente ligado ao passado de Carapebus. Ao lado de outros benfeitores da época, como comendador José Gavinho Vianna e capitão Rosendo José, atuou nas questões religiosas e sociais em prol do povo carapebuense e brilhou inúmeras vezes na tribuna de Macaé, quando ocupava importantes cargos políticos, como, por exemplo, o de Deputado da Assembléia Legislativa Provincial, em 1886.

Também conhecida como Igreja de Ubás, Igreja Velha ou Igreja da Macega, a segunda Igreja de Carapebus permaneceu em atividade durante cinco décadas. Assistiu à época do tronco e da senzala e acompanhou as várias mudanças históricas do nosso país. A partir do momento em que, com seu cemitério, distanciou-se um quarto de léguas do primeiro núcleo social de Caxanga, foi perdendo suas funções e cedendo lugar à nova Matriz, àquela época em construção em Caxanga.

CARAPEBUS, FREGUESIA

"É erecto em freguezia de natureza collativa, com o mesmo título, o curato de 'Nossa Senhora da Conceição de Carapebus', no Município de Machaé, tendo essa freguezia por territorio o que lhe foi aplicado quando curato, e que para esse fim se desmembra da freguezia a que pertenceu. A freguezia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebús terá por limites, ao norte, a lagôa dos Paulistas, rio Carrapato, brejo do Imbuhy; e, d'onde este acaba, o seguimento até o rio Macabú, pelo rumo do sudoeste a noroeste; e, ao sul, pelo lado da freguezia de Macahé, será a divisão pela estiva do Retiro; e d'ahi para o sertão pelo rumo de sudoeste a norte."

(Decreto nº 272, de 09 de Maio de 1842; n. 23)

A IGREJA DO CAXANGA: O BELO TEMPLO DA COMARCA

> *"Sua nave comportava cerca de trezentas pessoas de pé e era ornada por um belíssimo lustre estrangeiro de vidro fosco. Seu coro ocupava quase toda a largura da nave e possuía o parapeito de madeira torneada. O seu altar de cerne e jacarandá, com frisos e contornos da arte antiga, guardava uma clarabóia de vidro azul e branco por onde refletia a claridade do poente. Era ela um dos mais belos templos da comarca."*[93]

A Igreja do Caxanga, marco principal da instalação da Freguesia ou Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus — Freguesia reconhecida pela Lei Provincial nº 242, de 09 de Maio de 1842 —, foi construída numa ilha para que pudesse se livrar das eventuais cheias da Lagoa de Carapebus. O escritor Frei Basílio Hower relatou, em seu livro *Os Franciscanos nos Campos dos Goytacazes*, que a obra se prolongou de 1865 a 1882, em face do desmoronamento de sua torre, causado por um erro de construção.

Por deliberação provincial de 31 de Janeiro de 1876, que fixava uma consignação mensal de oitocentos mil réis e aprovava um orçamento relativo ao empreendimento num total de 19.641$613, formou-se uma comissão composta pelo Padre José Alves da Cruz, pelo comendador José Gavinho Vianna e pelo capitão Rosendo José, e assim as obras da matriz da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus foram concluídas — conforme os dados colhidos nos arquivos do historiador Antonio Alvarez Parada — sob a administração do engenheiro do 2º Distrito de Macaé.

Erguida no topo de uma colina e em estilo semelhante ao barroco, a majestosa Igreja do Caxanga era considerada um dos mais belos templos da comarca:

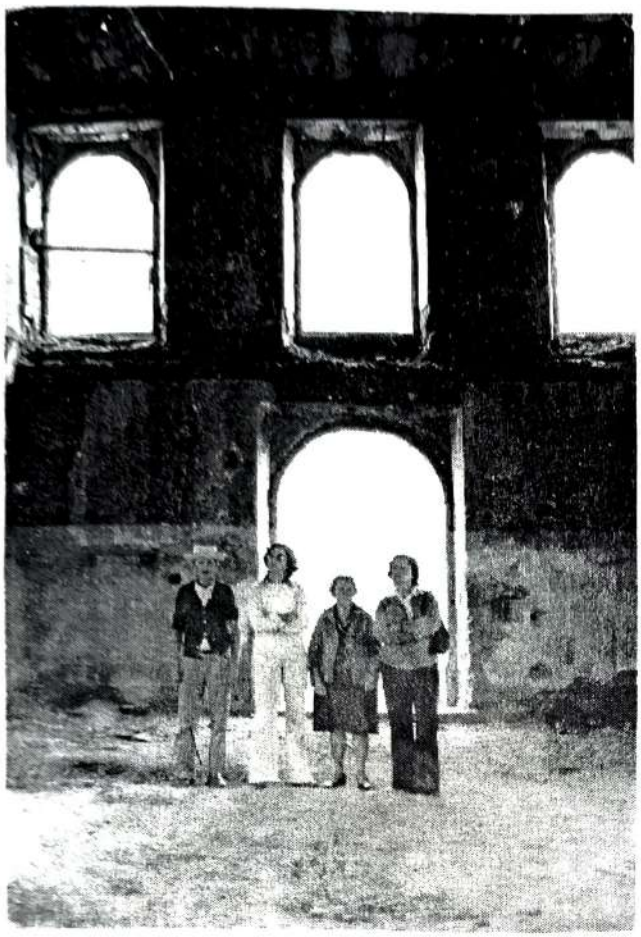
---

[93] ALMEIDA, Elbe Tavares de. *O Debate*, 1969.
[94] Id.

"Do alto, à frente da igreja, avistava-se a localidade por todos os lados; ao norte descortinava-se a lagoa, serpenteando toda a planície, o verde dos canaviais; ao sudoeste avistava-se a sede repleta de chaminés."[94]

As atividades religiosas e sociais da igreja — casamentos e batizados, festejos em louvor à imagem de Nossa Senhora da Conceição — perduraram até o início do século XX. Porém, com a administração dos padres franciscanos e em face das influências sociais e políticas da época e da distância em relação à nova sede (atual sede da Estação), o antigo templo foi perdendo suas funções a ponto de, em meados do século XX, encontrar-se quase totalmente destruído. Os pertences da Igreja, oriundos de igrejas anteriores, permanecem em lugar ignorado. Restam apenas algumas imagens centenárias, hoje guardadas na Igreja de Nossa Senhora da Glória, no centro da sede.

Igreja do Caxanga, construída entre 1865 e 1882, numa ilha chamada originalmente de "Caxangá", às margens da antiga estrada para Macaé – Estrada Provincial.
Conforme Elbe Tavares de Almeida, em seus relatos para o Jornal O Rebate, ano 1969, "Nela os pescadores da Lagoa de Carapebus e os marinheiros a serviço do canal iam recitar suas preces".

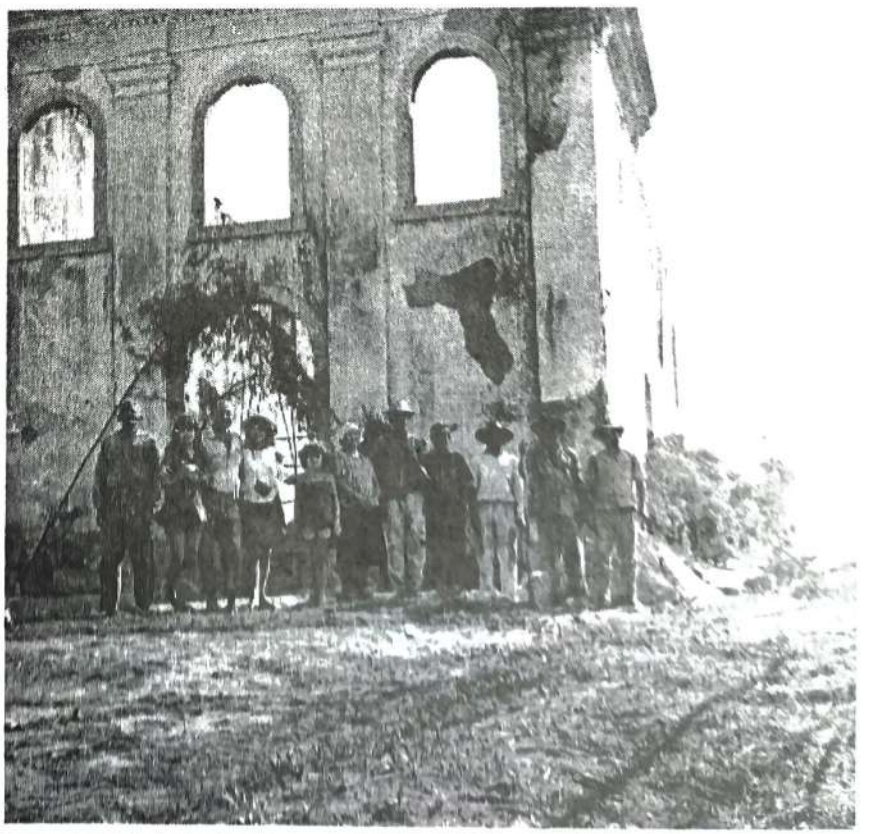


Elbe Tavares de Almeida e familiares em visita à Igreja do Caxanga cujo templo, em 1965, encontrava-se totalmente em ruínas.
Coleção: Maria Aparecida Drumond Peixoto

Interior da Igreja do Caxanga, em 1965, época em que ainda se podiam presenciar alguns vestígios de sua arquitetura original, como pilastras, parte de sua nave e pórtico (entrada principal).
Coleção: Maria Aparecida Drumond Peixoto

Padre José Alves da Cruz

O vigário que durante cerca de 25 anos administrou os trabalhos religiosos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus, além de exercer um forte poder de liderança na comunidade carapebuense, por ocupar importantes cargos públicos na era de Freguesia de Carapebus.
Acervo de fotos da família Santos da Cruz



Igreja do Caxanga em ruínas

À frente da igreja, veem-se visitantes e moradores da região.
Ano: 1968
Coleção: Anna Nunes Maciel

A SEDE DA FREGUESIA E OS COSTUMES SOCIAIS

Com uma linda igreja, exuberantes chalés, duas vendas, uma botica, uma ferraria, um aglomerado de casinhas em ambas as margens da lagoa e seu pequeno porto, Carapebus formou sua primeira sede no local do Caxanga, no final do século XIX.

A vida social e religiosa da época ligava-se, efetivamente, à administração da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Os casamentos pomposos eram realizados no consistório[95] da matriz da Freguesia ou em oratórios das requintadas fazendas, enquanto os de pessoas de famílias pouco abastadas se realizavam em oratórios chamados *provisionados* ou numa *Pública Igreja*. Os batizados eram realizados no mesmo local de realização dos casamentos. Quando a criança a ser batizada procedia de *ventre livre*, era comum que fosse apadrinhada por escravos *forros* ou tivesse como madrinha uma das santas protetoras, de quem eram devotas as piedosas sinhazinhas.

Os sepultamentos, até a construção do cemitério da Freguesia (atualmente Cemitério Municipal Bosque das Acácias), em geral, ocorriam no cemitério do Curato do Barreto, no cemitério das Freguesias vizinhas ou no da Villa de São João de Macahé. O Livro de Lavramentos de Óbitos registrava, em pormenores, as moléstias que levavam à morte. Costumava-se também registrar se o(a) pecador(a) dignou-se, no leito da morte, a receber os santos sacramentos, para que se pudesse realizar missa de corpo presente, bem como a cor do hábito com que as mulheres eram enterradas.[96]

Dentre as doenças mais comuns, destacavam-se aquelas vulgarmente conhecidas como opilação[97], nó nas tripas, garrotilho[98], carbúnculo[99],

---

[95] Consistório: "Assembléia solene; conselho; assembléia de cardeais da Cúria romana, por vezes com outros membros, convocada e presidida pelo papa; assembléia de ministros e de fiéis em algumas igrejas protestantes, ou de membros do conselho de uma sinagoga, reunida para discutir problemas gerais das suas comunidades religiosas. (...)." HOUAISS, op. cit., p. 809-810.

[96] Observe-se que, de acordo com os costumes da época, as virgens eram enterradas com hábito branco e as viúvas com hábito preto.

[97] Opilação: "Ato ou efeito de opilar-se; obstrução, oclusão, entupimento (...)." HOUAISS, op. cit., p. 2070.

[98] Garrotilho: de acordo com Houaiss, crupe. HOUAISS, op. cit., p. 1431.

[99] Carbúnculo: "(...) Doença infecciosa causada pelo *Bacillus anthracis*, que afeta certos animais, geralmente herbívoros, e pode atingir o homem, provocando hemorragia, exsudato serosos e grande prostração. (...)." HOUAISS, op. cit., p. 621.

hidropisia[100], mal de sete dias.[101] Em face da dificuldade de identificação de outras doenças, para a realização do procedimento normal do sepultamento — que deveria ocorrer após a liberação da *causa mortis* —, considerava-se apenas que o indivíduo *"ausentara-se da vida presente"*.

Vale ressaltar que o cenário social da sede era enriquecido com a presença do trem Maria-Fumaça, cujo trajeto inicial atravessava o pequeno povoado do Caxanga. Como a topografia da região não suportava a velocidade do veículo, as aspirações dos moradores do local e das autoridades da época foram atendidas: foi feito um desvio da linha férrea daquele local para a sede da estação da Estrada de Ferro *Leopoldina*.

A REVOLTA DOS PESCADORES

Desde o início da navegação do Canal Campos-Macaé, não foram raras as polêmicas em torno da abertura da Barra de Carapebus. Uma das querelas culminou, em 1875, no episódio denominado *Revolta dos Pescadores*, relembrado, em 1983, por Elbe Tavares de Almeida, num artigo publicado pelo *Jornal da Cidade*.

> *"Os pescadores e fazendeiros do lugar queriam abrir a barra, devido a uma grande cheia que, em ano anterior, invadira as lavouras e os pastos. Outras pessoas de Quissamã e Campos eram contra, devido ao trânsito de um vaporzinho que fazia o percurso de Macaé a Campos e vice-versa.*
>
> *Apesar de Carapebus daqueles tempos também precisar do transporte pelo canal, também não lhe era possível ficar sem abrir a lagoa por muito tempo, pois as perdas das lavouras e dos pastos seriam fatais. Além disso, a peixada fácil e abundante todos os anos dava um jeito às despesas ainda que fosse dos mais ricos fazendeiros, que enchiam os carros de bois de carapebas e robalos para salgar e secar ao sol."*[102]

---

[100] Hidropisia: "(...) Derramamento de líquido seroso em tecidos ou cavidade do corpo. (...)" HOUAISS, op. cit., p. 1529.

[101] Tétano.

[102] Adaptação do artigo de Elbe Tavares de Almeida, intitulado *Século XIX – A questão da Barra de* Carapebus, publicado no *Jornal da Cidade*, em Outubro de 1983.

Diante do impasse, os pescadores e alguns sitiantes e fazendeiros das margens da Lagoa de Carapebus resolveram, como dizem os antigos, *abrir a barra no peito*. Com dois dias de antecedência, avisaram àqueles que costumavam transitar no *vaporzinho*.

Em Outubro de 1875, os revoltosos, unindo-se aos caboclos das Içaras e saindo em grupo de dois ou quatro, dirigiram-se para o local chamado Boca da Barra. Chegando lá, encontraram, de prontidão, as forças de Campos e de Quissamã. Ainda assim, ameaçados por carabinas, pás e enxadas de capangas e de policiais locais, os caboclos e pescadores, corajosamente, conseguiram abrir a barra. Um caboclo chamado Manoel Sobral recebeu, de um soldado, um tiro na perna no momento em que se defendia das coronhadas. Ferido, foi arrastado para um local próximo — lugar em que se construiu a primitiva Igreja da Praia —, hoje conhecido como Canto do Soldado[103], Canto ou Tabua do Hospital.

A ESCRAVIDÃO EM CARAPEBUS: RELATOS E REGISTROS

Escrava Dionísia
Cozinheira do Comendador José Gavinho Vianna.
Gelatina e prata, 9x12 cm
Fazenda Caxanga – Carapebus, 1891
Foto: Manuel Pinto Ribeiro de Castro (Detalhe)
Colleção: Dona Rosa Joaquina
Rio de Janeiro - RJ

[103] *Canto do Soldado* e *Canto* ou *Tabua do Hospital* ficaram assim conhecidos em razão da bravura de um caboclo chamado *Manoel Sobral*.

Bento Ribeiro (Vô Bento), o narrador da era da escravidão, em Carapebus.
Coleção: Família Castilho

Domingas Tavares
Relatora da era da escravidão, em Carapebus.
Coleção: Família Vasconcelos Almeida

A escravidão em nosso país teve início com a captura do índio pelos chamados *Bandeirantes* até que a metrópole, para maior lucro do Governo, resolveu substituir o escravo índio brasileiro pelo escravo negro africano. O tráfico de negros para o país teve início em 1550, quando a metrópole portuguesa fez chegarem à nova cidade de Salvador grandes levas de africanos. A partir de então, o negro foi escravizado e mantido sob o jugo da classe senhorial que constituiu um dos pilares do Brasil colonial a partir da monocultura da cana-de-açúcar.

A sociedade escravocrata imperou pelos quase três séculos iniciais da história do Brasil, época em que o negro executava tarefas ligadas ao lar e às lavouras: os negros eram, frequentemente, liteiros e coxeiros, e as negras, quase sempre, carpideiras (mulheres com função de chorar em velórios) e mucamas. Não há dúvida de que o cumprimento de tarefas tão diversas colaborou para a perda da identidade da raça negra.

Na Capitania de São Tomé, a entrada de negros esteve ligada a Pero de Góis na época da criação da Vila da Rainha e, neste caso, em virtude da necessidade de se moverem os primeiros moinhos da região.

A partir de 1850, a Inglaterra, privilegiada pela política econômica mercantilista, tomou a iniciativa de extinguir a escravidão. À época desta primeira iniciativa, o número de negros que entravam no Brasil pelos portos do Rio de Janeiro e da Bahia aumentava consideravelmente, muito embora a *Lei Eusébio de Queiroz* já tivesse proibido definitivamente, em 1851, o tráfico de negros.

Na época da repressão aos navios negreiros, as diligências policiais tiveram que ser severas em Macaé, posto que a extensão das terras e o deserto das praias facilitavam o embarque e desembarque de escravos e o contrabando de mercadorias. A imprensa da época registrava a presença da barca *Tentativa*, que despejava entre as regiões de Quissamã, Carapebus e Macaé cerca de quatrocentos negros boçais.[104]

O próprio Eusébio de Queiroz, àquela época Ministro da Justiça, solicitou, em ofício ao presidente da Província, averiguação dos desembarques na Praia de Carapebus dos grandes grupos de africanos procedentes do Quilimane, Feitoria portuguesa em Moçambique.

Fundamentadas em ideais abolicionistas, outras leis seguiram à da extinção do tráfico, como a *Lei do Ventre-Livre* e a *Lei dos Sexagenários* e, finalmente, em 1888, a conhecida *Lei Áurea*.

Grandes personagens da história fluminense se destacaram na luta pela erradicação total da escravidão: Joaquim Pinto Netto dos Reis (Barão de Carapebus), criador da Sociedade Campista Promotora do Trabalho Livre, Luiz Carlos de Lacerda e José do Patrocínio, cognominado *Tigre da Abolição*.

Os mais conhecidos redutos escravistas de Carapebus localizavam-se entre as regiões do Imbiú, Boa Sorte, Canto do Caboclo e Carrapato. Nas paredes de um antigo sobrado da região de Carrapato, até meados de 1900, ainda se viam marcas de sangue, registro inconteste das atrocidades e da perversidade dos açoites. Em outros locais, também se registra a presença da escravidão, como os arredores do Córrego Grande, do rio do Meio e do rio das Pedras, onde se encontram correntes, troncos e outros instrumentos de tortura.

O QUILOMBO DE SÃO SIMÃO

Na era da escravidão, os negros, escravizados, espoliados e submetidos a condições desumanas de vida, frequentemente se rebelavam e fugiam para as matas, serras e encostas dos morros. Em locais como estes, formavam os quilombos, na expectativa de que pudessem ficar fora do alcance dos feitores e dos capatazes, caçadores impiedosos de escravos fugitivos. Quando, nas

[104] Boçal: "Referente a ou escravo negro recém-chegado da África, que ainda não falava português. (...)." HOUAISS, op. cit., p. 473.
Boçal: "estúpido, rude, ignorante. De origem controvertida." CUNHA, op. cit., p. 114.

fugas, não obtinham sucesso, eram capturados e, marcados a ferro, sofriam castigos extremamente cruéis.

Domingas Tavares de Almeida[105] e José Ribeiro (Juca Ribeiro) deixaram relatos sobre a existência de um Quilombo no Vale do Morro São Simão: "A negrada vivia ali sem ser incomodada. Plantando e criando, obedecia a um chefe, um negro africano de nome Simeão." Diziam eles que o Quilombo, por se situar entre dois morros, por ter uma única entrada e por ser cercado de cipós e espinhadeiros cerrados, era de difícil penetração, mas que, ainda assim, o número de negros — vigiados e marcados a ferro por seus donos — continuava a aumentar.

Para Domingas Tavares, as fugas eram tantas que, em três anos, se formou um aglomerado de mais de cem escravos fugitivos. Só da fazenda de seus avós, no Imbiú, diz ela, fugiram oito em um só dia. Juntando-se aos outros, construíram "tabocas"[106] de palhas e dali saíam tarde da noite para roubar os currais dos grandes fazendeiros.

Juca Ribeiro, referindo-se ao Quilombo, dizia pausadamente:

"Contava minha avó Ana Francisca Ribeiro da Rocha que, com o aumento dos negros do Quilombo, o roubo de porcos e carneiros aumentou tanto que os fazendeiros levaram a queixa ao Imperador. Ao final de três meses, quando ninguém mais esperava, chegou um grupo de soldados para dar fim ao Quilombo. O combate durou mais de duas horas e terminou com a morte de três negros, que lutaram incessantemente, e com a fuga de outros que tomaram o mato."

Elbe Tavares de Almeida escreveu, no Jornal *O Rebate*, em Janeiro de 1984:

> *"Pelo que parece, o dito Quilombo aconteceu no começo da segunda metade do século XIX, quando a localidade não devia ter mais do que dez grandes fazendas com mais de cinqüenta escravos, a não ser o condomínio de Ana Francisca da Rocha, que veio ainda das Sesmarias de Carapebus, possuindo ainda esta senhora para mais de cem escravos e todos a estimavam chamando de mãe." [sic]*

[105] D. Domingas Tavares sabia da existência da escravidão em Carapebus, sobretudo nas regiões de Imbiú, Morrinhos e Morro Alto, através dos relatos de seus antepassados.

[106] Taboca: "(...). (...) tupi *ta'woka*, taquara, haste oca ou furada de planta, geralmente da família das gramíneas, como o bambu (...)." HOUAISS, op. cit., p. 2654.
Taboca: "Taquara (...). Do Tupi *ta'uoka* (...)." CUNHA, op. cit., p. 748.

A NEGRA D'ANGOLA

— "E eu? Também tô *forro*?", perguntou Bento a um dos libertos bastante envolvido com o rufar dos tambores, com as palmas e as cantorias.

— "Tu, já nasceste *forro*, éis filho de uma nega d'Angola, éis filho de ventre-livre."

Eis o diálogo estabelecido entre Vô Bento, ainda menino, e um dos negros libertos, narrado a Miguel Castilho.[107]

Bento Ribeiro, Vô Bento, era filho de uma negra de Angola e de Domingos, o feitor, filho do Sinhô. Até os oito anos foi criado junto das pretas e dos pretos, em cuja companhia saía à noite para dançar jongo no terreiro. Em 13 de Maio de 1888, nada pôde compreender ao ver os *fanfarrões* que, em pulos e cambalhotas, o obrigaram a perguntar se também era *forro* só para terem a alegria de responder que sim. O menino juntou-se aos libertos, que durante três dias de festa, não pararam de cantar o refrão:

- "Viva o *forro*! Viva o *forro*!"

A ESCRAVA BRANCA[108]

Segundo os mais antigos moradores de Carapebus, na divisa entre o 2º e o 3º Distritos de Macaé, havia um fazendeiro negro, senhor de grandes posses e de forte influência política, tido como cruel e vingativo com seus cativos. Procedente do Espírito Santo, o fazendeiro comprou uma fazenda em Cabiúnas e ali montou um enorme engenho de açúcar mascavo que abastecia Carapebus, Macaé e Cantagalo, sobrepondo-se à venda do açúcar cristal de Quissamã.

Certo dia, cansado de suas andanças por Cantagalo, resolveu o fazendeiro pernoitar, com seus burros de carga, em casa de um velho amigo de compras. "Assim, quem sabe, aquele velho caçador de dotes femininos", dizia D. Domingas Tavares, "conseguiria do amigo fazendeiro que sua escrava branca o acompanhasse, por qualquer que fosse o preço."

---

[107] O diálogo foi narrado por Miguel Castilho, neto de Vô Bento, em 24 de Outubro de 2004, à autora do texto.

[108] Adaptação de texto, não publicado, de Elbe Tavares de Almeida.

Depois de negociar com o amigo o seu açúcar mascavo, falou, audacioso e perspicaz, que desejava "refrescar os seus calos em água morna", o que foi providenciado imediatamente, com gritos altos da sala para a cozinha:

- "Adelaide, traga uma bacia d'água morna para banhar os pés do capitão Estigahia."

Aquela bela escrava de cor branca, olhos brilhantes e "cinturinha de retrós" mal sabia que seus murmúrios com a outra escrava seriam ouvidos, quando respondeu baixinho:

- "Logo eu? Lavar os pés catingosos daquele negro?"

As palavras que ouviu da escrava bastaram para que o capitão se despedisse, saindo dali enfurecido, pensando numa forma de se vingar, muito embora estivesse maravilhado com a leveza daquelas mãos que lhe banharam os pés. Então, enviou carta ao amigo pedindo que lhe vendesse a moça.

Após consulta à sua esposa, o fazendeiro, que devia grande quantia de açúcar ao amigo e achava que não seria atendido no preço que pedira — um conto de réis (preço pelo qual, na época, poderiam ser comprados dez escravos) —, o dono da escrava acabou cedendo, desde que a moça tivesse os bons tratos que sempre tivera em sua casa. Ao receber a carta em que concordava com a venda, o capitão esboçou um *sorriso amarelo* diante da frase "desde que tivesse os bons tratos", e mandou que seus dois pajens de confiança arriassem seus cavalos e mais um terceiro puxado em selim de banda[109] para que seguissem a Cantagalo para buscar a escrava branca. Acolhida a moça, seu novo senhor logo chamou o negro Simeão, cambaio[110], sujo, tratador de porcos, e obrigou a escrava a lavar seus pés enlameados. Marcou o casamento dos dois para a semana seguinte. Porém, na véspera do casamento, a moça fugiu, embrenhando-se pelas matas e — quem sabe — cantando os versos:

Vem cá, minha menina
cinturinha de arretrós
Vem botar chaleira no fogo
Vem fazê café pra nós."

Três dias e três noites chorou o fazendeiro, dizia D. Domingas Tavares. Por mais que se procurasse a escrava, "ninguém a encontrava ... ninguém a encontrava..."

---

[109] Selim de banda: selim utilizado por mulheres.

[110] Cambaio: "Que ou quem tem pernas tortas; diz-se de ou indivíduo que tem as pernas fracas, que tem dificuldade em andar ou a manter-se de pé; trôpego; coxo, manco (...)." HOUAISS, op. cit., p. 583.

PROPRIETÁRIOS ESCRAVISTAS NA FREGUESIA DE CARAPEBUS[111]

D. Benta Pinto D'Oliveira
José Gavinho Vianna
Francisco José Dias Arouca
Manoel Alves de Oliveira Negues
Alferes José Francisco Dias Arouca
Major Manoel Caetano da Silva
Antônio Pacheco de Lima
Capitão Francisco da Silva Tavares
Joaquim Fernandes de Souza Netto
João Fernandes de Souza Netto
Capitão Ignácio Manoel de Castilho
D. Anna Francisca da Rocha
Capitão Francisco de Souza Tavares
Thomaz Dias de Carvalho
Peregrino Alves da Cruz
Felizberto José Martins
Custódio José Pereira Leite
Padre José Alves da Cruz
Barão da Póvoa de Varzim
D. Gertrudes Pereira Leite
Tenente Coronel Luiz Gomes Amado de Aguiar
Joaquim Pereira Rangel
Antônio Pereira Leite
Joaquim Furtado de Mendonça
Manoel Alves Coutinho Prata
Manoel de Oliveira Negues
Major Joaquim José da Silva
Tenente Henrique Francisco Caldas
José Gomes da Rocha
José Joaquim de Oliveira Leitão
João Baptista de Mattos
João Machado Borba

[111] Fonte de pesquisa: Livro de Batizados de pessoas cativas, do período compreendido entre 1862 e 1880; Livro de batizados de filhos de mulheres escravas nascidos após a Lei 2. 040, de 1871; Livro de Lavramento de óbitos de pessoas livres e cativas, dos períodos compreendidos entre 1850 e 1864 e 1886 e 1880. A sequência dos nomes está de acordo com o poder aquisitivo dos donos de escravos.

Joaquim José dos Santos Broa
Manoel Henrique da Silva Tavares
André Ferreira de Souza
Joaquim José de Abreu
Ignácio Pereira Rabello
D. Thereza Maria de Oliveira
Francisco Alves Coutinho Prata
Paulino Oliveira Tavares
Pio Antônio de Sá Freire
Joaquim Pereira Leite
Domingos Caetano Pinto
Francisco Leandro da Silva Tavares
Julião José de Barcellos
Joaquim Furtado da Costa Mendonça
Domingos Pinto D'oliveira
Julião Baptista de Sá Freire
Francisco José de Oliveira Novaes
Joaquim José Licério
Luiz Gomes de Araújo
Manoel Pacheco de Lima
Julião da Costa Pinto
Laurentino José Gomes da Rocha
José Francisco Arouca
Antônio de Oliveira Tavares
Joaquim José de Oliveira Leitão
Joaquim Pacheco de Lima
José Thomaz Dias de Carvalho
Sebastião de Souza França
Manoel Joaquim Pacheco de Lima
Antônio Miguel Paciello
Major Manoel Caetano da Silva
Miguel da Silva Tavares
Fradique de Carvalho Lima
Major Domingos D'oliveira Nóia
Dr. Custódio Dias dos Reis Netto
José Antônio Alves de Brito
Antônio Pereira Rabello
Francisco Pereira da Motta
Antônio Gonçalves do Rosário
Custódio de Sá Freire
Luiz de Souza França
D. Custódia Dias dos Reis Netto
Antônio Gomes Souza França
Antônio Joaquim José de Abreu

Capitão Bento Pinto de Oliveira
Joaquim de Sá Freire
José Ribeiro dos Santos Reis
João Baptista de Sá Freire
Antônio dos Santos Moço
Francisco José Moreira de Miranda
João Machado Ribeiro
João Ribeiro de Mendonça
Joanna Pereira Gomes Vieira
Joaquim José Rangel
João Baptista Leal
José de Almeida Rangel
João Rangel Moço
Maria José da Conceição de Jesus
José Antônio de Oliveira
José Veríssimo Barreto
Honório Dias Carvalho
José Ignácio Pereira
Claudina Maria do Espírito Santo
Thereza Gomes da Rocha
Maria Domingas da Ressurreição
Idelfonso Carneiro da Silva
Antônio Gomes da Silva Tavares
Francisco Pereira Nascimento
João José Santos Broa
José Gomes Maciel
Emílio Francisco Caldas
Bernardino José da Silva
Antônio Joaquim Pacheco
Anna Francisca da Conceição
Francisco Quintino da Silva
Benedita Maria do Espírito Santo
Francisco José de Abreu
Bento José Leite
Antônio Pio de Sá Freire
João de Souza Leão
João Firmino de Mendonça
Manoel da Silva Leal
Francisco Victorianno

O PIONEIRISMO DA PRAIA DE CARAPEBUS

Originários do casal Antônio Alvarez de Almeida Pereira e Maria Joaquina de Castro Carneiro da Silva, os irmãos Manoel e Lourenço, no final do século XIX, chegaram a Quissamã. Ali se casaram e acumularam conhecimento sobre atividades agrárias. Com o falecimento dos pais, os dois se juntaram aos irmãos que moravam em Monte Verde (hoje Cambuci) e, em seguida, compraram a fazenda de Itaquira. Estranhando o clima, adoeceram de impaludismo e beribéri, doenças que provocavam alto índice de mortalidade. Procurando por climas mais salubres, descobriram a Praia de Carapebus. Foi em busca de clima sadio que, no final do século XIX, os descendentes de Antônio e Maria Joaquina encontraram a Praia de Carapebus e nela construíram as primeiras casas da região.

> *"João José da Cunha contava que quando tinha treze anos, em 1897, passava uma temporada com os primos de São Lourenço na praia de Carapebus, num ranchinho à beira-chão, coberto de palha. A porta era uma esteira."*[112]

Ao comprar terras no local hoje conhecido como condomínio Córrego da Praia, a família construiu uma casa de madeira coberta de telhas e, ao seu lado, um *chalet* sobre pilotis e protegido por escadarias a fim de evitar possíveis ameaças de pragas e de animais peçonhentos, comuns àquela época. Aos poucos, com o crescimento da família e o aumento das excursões balneárias de visitantes que ali buscavam o lazer e o valor medicinal da Lagoa de Carapebus — contido numa infinidade e variedade de plantas aquáticas —, foram-se agregando à construção inicial vários cômodos e dependências.

Valendo-se da versatilidade do capitão Manoel de Almeida Pereira (Maneco de Almeida), dos coronéis José Julião e Joaquim, de João José Carneiro, Ignácio de Almeida Pereira (Ignacinho) e sobretudo dos versos do poeta Ruben de Almeida Pereira, semanalmente o jornal *O Praiano* divulgava notícias sobre diversos acontecimentos cotidianos, tais como: os passeios a pé e a cavalo para a Gamboa, para a Lagoinha da Praia e para o Lago Encantado do Paulista, os fenômenos lunares e das marés e a abertura da Barra de Carapebus e do Paulista.

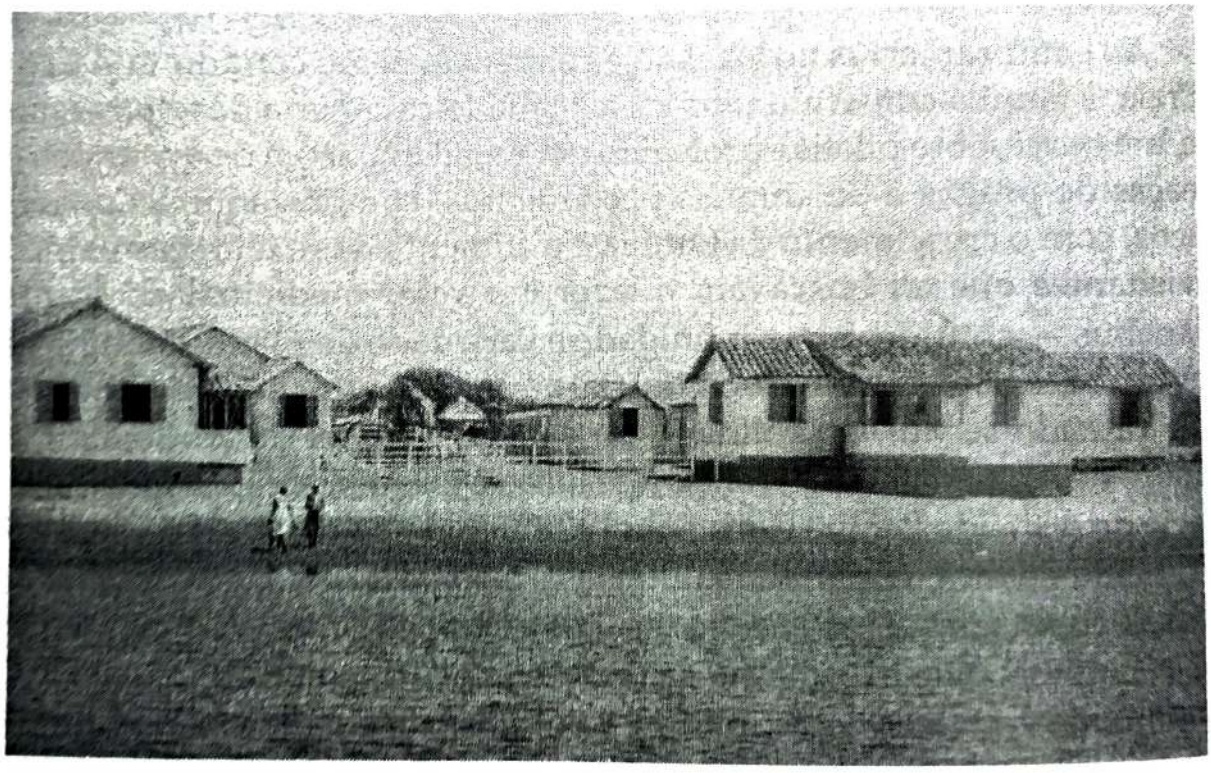
---

[112] Manuscritos de Gisela Cunha Carneiro da Silva, 01 de Julho de 1999, Quissamã.

Hoje, mais de um século depois da chegada daqueles *velhos praianos*, pode-se constatar a importância da região nas pesquisas realizadas acerca do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, criado por Decreto Federal, em 1998. Com a finalidade de preservar e conservar o ecossistema natural, fauna e flora das regiões de restingas dos Municípios de Macaé, Carapebus e Quissamã, como reserva ecológica, o Parque abriga inúmeras lagoas costeiras do litoral fluminense, como por exemplo, a Lagoa de Carapebus, a de Cabiúnas, a do Paulista e a Comprida, que, além de servirem de *habitat* e pouso migratório para as mais diferentes e raras espécies de aves, contêm, segundo estudiosos brasileiros e estrangeiros, grande diversidade de peixes.

Vista parcial da Lagoa de Carapebus e suas primeiras construções locais

Década de 1920



Coleção: Rodrigo de Queirós e Almeida

Coleção: Rodrigo de Queirós e Almeida

Coleção: Rodrigo de Queirós e Almeida

Coleção: Rodrigo de Queirós e Almeida

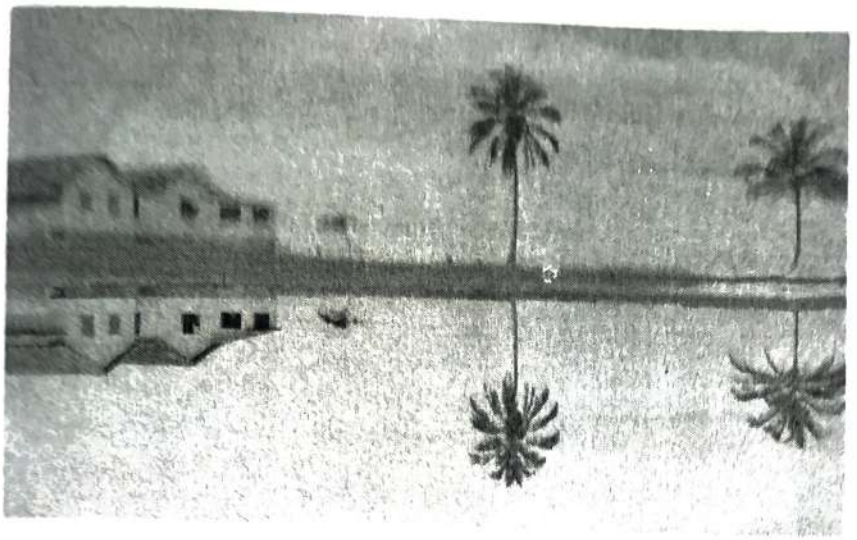
Década de 1930

Coleção: Rodrigo de Queirós e Almeida

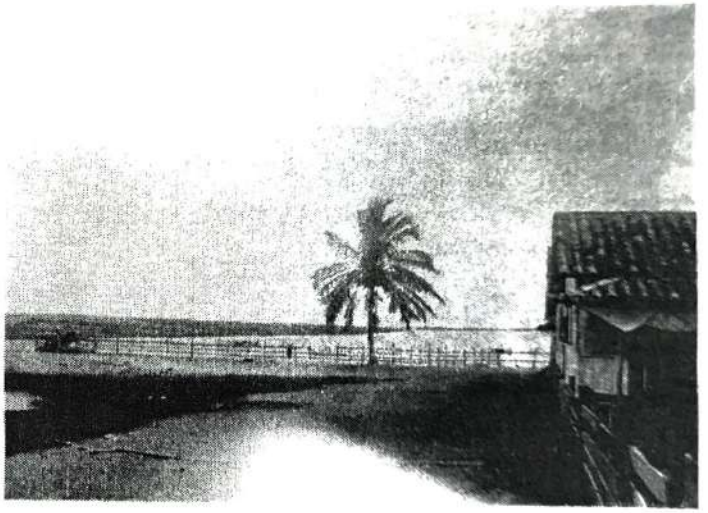
Coleção: Rodrigo de Queirós e Almeida

Coleção: Rodrigo de Queirós e Almeida

Década de 1950



Coleção: Rodrigo de Queirós e Almeida



Coleção: Rodrigo de Queirós e Almeida

Coleção: Rodrigo de Queirós e Almeida

Ruben Carneiro de Almeida Pereira (o primeiro à esquerda) e Joaquim Carneiro de Almeida.
Sentadas: Carlota de Castro Pereira de Almeida (à esquerda) e Elvira Carneiro de Almeida Pereira.
Ano: 1919
Acervo fotográfico: "Ruben Carneiro de Almeida Pereira"

Manoel Carneiro de Almeida Pereira, sua esposa, Maria da Piedade Castro Carneiro de Almeida Pereira e seu filho (entre o casal), Ignácio de Almeida Pereira.
Coleção: Afonso e Rogerio de Almeida Pereira

Lourenço de Almeida Pereira.
Coleção: Francisco de Assis de Almeida Pereira

Primeira casa construída na Praia de Carapebus, por iniciativas de Manoel Carneiro de Almeida Pereira, um dos iniciadores do desenvolvimento local, com a plantação de coqueiros e árvores nativas da região.
Acervo fotográfico: "Ruben Carneiro de Almeida Pereira"

ALGUNS CASAMENTOS REALIZADOS EM CARAPEBUS DESDE A ERA DA FREGUESIA ATÉ A TRANSFORMAÇÃO EM DISTRITO
PERÍODO: de 1862 a 1890

NOMES	IDADE	NATURALIDADE	LOCAL	VIGÁRIO
João José Santos Rocha e Quitéria Maria da Conceição	Não Consta Não Consta	Ambos da Freguesia de Carapebus.	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário José Alves da Cruz
João Baptista Leal e Emília Pereira Gavinho	Não Consta Não Consta	Freguesia de Carapebus Desta Freguesia	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário José Alves da Cruz
Francisco Ribeiro da Motta e Silvina Maria da Conceição	Não Consta Não Consta	Freguesia de São Sebastião em Campos Freguesia de São Vicente de Paula	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário José Alves da Cruz
Manoel Correa Moço e Maria de Souza Gomes	Não Consta Não Consta	Ambos da Freguesia de Nossa Sra. do Desterro de Quissamã	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário José Alves da Cruz
José Gomes Costinhal e Henriqueta Maria da Conceição	Não Consta Não Consta	Concelho de Barcellos em Portugal Freguesia de Carapebus	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário José Alves da Cruz
Antônio da Silva Machado e Leopoldina Mallacena dos Santos	Não Consta Não Consta	Desta Freguesia Freguesia de São Vicente de Paula	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário José Alves da Cruz
Pedro Maria Fragoso e Maria da Rocha Leite	Não Consta Não Consta	Freguesia da Cidade de São João Baptista de Macaé Desta Freguesia de Carapebus	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário José Alves da Cruz
José Carneiro da Silva e Maria Pinto da Conceição	Não Consta Não Consta	Ambos destà Freguesia de Carapebus	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário José Alves da Cruz
Manoel Pinto de Sá Bandeira e Rita Maria da Conceição	Não Consta Não Consta	Ambos desta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário José Alves da Cruz
Francisco Furtado de Mendonça e Maria Joaquina do Nascimento	Não Consta Não Consta	Freguesia de Nossa Senhora das Neves Freguesia de Nossa Sra. do Desterro de Quissamã	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário José Alves da Cruz
Thomé Antonio de Sá Freire e Anna Ferreira de Carvalho	Não Consta Não Consta	Ambos desta Freguesia	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário José Alves da Cruz

NOMES	IDADE	NATURALIDADE	LOCAL	VIGÁRIO
Julião da Costa Pinto Oliveira e Joanna Maria da Conceição	Não Consta Não Consta	Ambos desta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário José Alves da Cruz
Thomas Antonio de Carvalho e Sebastiana Antonia de Lima	Não Consta Não Consta	Ambos desta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário José Alves da Cruz
Manoel Joaquim dos Santos Brôa e Anna Josepha do Espírito Santo	Não Consta Não Consta	Ambos desta Freguesia de Carapebus	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário José Alves da Cruz
Antonio Pereira Leite e Beatriz Antônia de Lima	Não Consta Não Consta	Ambos desta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário José Alves da Cruz
Manoel Francisco de Sá Freire e Maria Francisca de Jesus	Não Consta Não Consta	Freguesia de São Gonçalo (Campos) Freguesia de Nossa Sra. do Desterro (Quissamã)	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário José Alves da Cruz
Joaquim Alves de Alexandria e Mariana Ribeiro Lomba	Não Consta Não Consta	Freguesia de São João da Barra Freguesia da Cidade de São João de Macahé	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário José Alves da Cruz
Manoel Germano Pereira e Maria Antonia de Lima	Não Consta Não Consta	Ilha da Madeira em Portugal Desta Freguesia de Carapebus	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário José Alves da Cruz
Delphino Nunes do Rosario e Francisca Rosa dos Santos	Não Consta Não Consta	Ambos desta Freguesia de Carapebus	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário José Alves da Cruz
Antonio Carneiro da Silva e Benta Cardoso da Silva	Não Consta Não Consta	Ambos desta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário José Alves da Cruz
João José de Barcellos e Emília Francisca da Silva	Não Consta Não Consta	Ambos desta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário José Alves da Cruz
Sebastião Alves da Cruz e Maria Isidoria das Neves	Não Consta Não Consta	Freguesia de Nossa Senhora de Nazareth Freguesia de Nossa Senhora das Neves	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário José Alves da Cruz

NOMES	IDADE	NATURALIDADE	LOCAL	VIGÁRIO
José Ribeiro dos Santos Rocha e Celsia Inelsia da Silva	Não Consta Não Consta	Desta Freguesia de Carapebus Freguesia de São José do Barreto	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário José Alves da Cruz
João Machado Borba Filho e Francisca Rosa de Castilho	Não Consta Não Consta	Freguesia de São José do Barreto Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário José Alves da Cruz
Joaquim Pessanha de Lima e Maria de Jesus	Não Consta Não Consta	Desta Freguesia Desta Freguesia	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário José Alves da Cruz
José Caetano Pinto e Rosa Pinto de Oliveira	Não Consta Não Consta	Ambos desta Freguesia	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário José Alves da Cruz
Antonio Pereira Gavinho e Luiza Maria Coutinho da Costa	Não Consta Não Consta	Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus Freguesia de São José do Barreto	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário José Alves da Cruz
Estevão Lamóglia e Carmela Zagaresse	Não Consta Não Consta	Maratea - Itália Rotunda - Itália	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário José Alves da Cruz
Antônio de Carvalho e Romaria Maria dos Santos	Não Consta Não Consta	Desta Freguesia Desta Freguesia	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário Encomendado Marcos Antonio Torraca

PERÍODO: de 1891 a 1922

NOMES	IDADE	NATURALIDADE	LOCAL	VIGÁRIO
Antônio Miguel Paciello e Vicencia Lamoglia	Não Consta Não Consta	Província de Salerno Província de Basilicata	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário Encomendado Padre Marcos Antônio Torraca
Antonio Francisco Caldas Sobrinho e Auta Pereira Leite	Não Consta Não Consta	Freguesia de São José do Barreto Desta Freguesia	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário Encomendado Padre Marcos Antônio Torraca
Julião José Baptista de Barcellos e Manuela Gomes Tavares	Não Consta Não Consta	Ambos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Quissamã	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário Encomendado Padre Marcos Antônio Torraca
José Gavinho Vianna e D. Maria Magdalena da Silva	Não Consta Não Consta	Cidade de Castello em Portugal Freguesia de N. S. da Conceição de Carapebus	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário Encomendado Padre Marcos Antônio Torraca
Manuel Pacheco de Lima e Maria Rita do Espírito Santo	Não Consta Não Consta	Desta Freguesia Cidade de São João da Barra	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário Encomendado Padre Marcos Antônio Torraca
Ludgero Texeira de Mello e Josefina Maria Leite	Não Consta Não Consta	Aldeia de São Pedro Desta Freguesia	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário Encomendado Padre Marcos Antônio Torraca
Manuel José de Barcellos e Emilia Pereira de Castro	Não Consta Não Consta	Ambos da Freguesia de Carapebus	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário Encomendado Padre Marcos Antônio Torraca
Domingos Pinto de Oliveira Tavares e Escolastica Pinto de Oliveira	Não Consta Não Consta	Ambos desta Freguesia	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Vigário Encomendado Padre Marcos Antônio Torraca
Angelo Martins Portella e Catharina de Souza Tavares	23 21	Pontevedo na Espanha Freguesia de Carapebus	Capela provisória na Paciencia de Carapebus	Frei Jacob Hofer O.F.M.
Palmiro José Tavares e Francisca de Araújo Tavares	29 23	Ambos da mesma Freguesia	Em Paciencia na Freguesia de Carapebus	Frei Jacob Hofer O.F.M.

NOMES	IDADE	NATURALIDADE	LOCAL	VIGÁRIO
Aristides Henriques Pereira e Rita Augusta Guimarães	Não consta 35	Portugal Desta Freguesia	Capelinha de Nossa Senhora do Amparo na Freguesia de Carapebus	Frei Jacob Hofer O.F.M.
João Machado Borba e Francisca Anna de São José	53 32	Freguesia de São José do Barreto Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Quissamã	Casa do Sr. Manoel José de Barcellos	Frei Nicolau Leurs O.F.M.
João Nunes de Barcellos e Alice Mariana de Barcellos	23 20	Desta Freguesia Freguesia de N. S. do Desterro de Quissamã	Casa do Sr. Manoel José de Barcellos	Frei Nicolau Leurs O.F.M.
Francisco Tavares da Silva e Rozina Maria do Espírito Santo	26 23	Desta Freguesia Desta Freguesia	Capelinha de Nossa Senhora do Amparo na Freguesia de Carapebus	Frei Pachomio Shulten O.F.M.
João José de Castilho e Rita Maria Roza	30 20	Desta Freguesia Desta Freguesia	Casa do Sr. Maneco Barcellos	Frei Jacob Hofer O.F.M.
Silveriano D'almeida e Francisca Maria Pontes	25 24	Ambos desta Freguesia	Capela de Nossa Senhora do Amparo desta Freguesia	Frei Jacob Hofer O.F.M.
Alivino Antonio de Sá Freire e Joaquina Bastos da Silva	20 22	Ambos desta Freguesia	Capela de Nossa Senhora do Amparo filial da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Frei Jacob Hofer O.F.M.
João Baptista de Mattos e Amália Baptista de Mattos	42 30	Carapebus Carapebus	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Frei Nicolau Leurs O.F.M.
Alípio Francisco Pinto e Albertina Maria Machado	30 19	Ambos desta Freguesia	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Frei Nicolau Leurs O.F.M.
Manoel Bernardo Pinto e Francisca Maria da Conceição	28 24	Ambos desta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Casa Particular perto do Imbiú nesta Freguesia	Frei Nicolau Leurs O.F.M.
Leandro Tavares da Silva e Rita Souza Tavares	27 23	Ambos desta Freguesia	Capela de Nossa Senhora do Amparo desta Freguesia	Frei Nicolau Leurs O.F.M.

NOMES	IDADE	NATURALIDADE	LOCAL	VIGÁRIO
Albino Tavares Bandeira e Maria Fernandes	45 38	Freguesia de Oliveira das Améas de Portugal Desta Paróquia	Oratório de D. Anna de Itaquira desta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Frei Nicolau Leurs O.F.M.
José Nunes Martins e Eduarda Ludovino de Souza	24 19	Desta Freguesia Freguesia de São José do Barreto	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Frei Nicolau Leurs O.F.M.
Pascoal de Paula e Eugênia Alves Moreira	47 30	Campobasso Freguesia de Baranello na Itália Itapebussus	Numa casa particular da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Frei Gregório kürpurk O.F.M.
Manoel Alves Martins Prata e Beatriz Caetano Prata	40 26	Ambos desta Paróquia	Numa casa particular desta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Rev. Frei Gregório Kürpurk O. F. M.
Antônio Pessanha de Carvalho e Luiza Leal da Silva	45 46	Ambos desta Freguesia	Casa Particular desta Freguesia de Nossa Senhora da conceição de Carapebus	Rev. Frei Gregório Kürpurk O.F.M.
Ephifanio Nunes Silva e Luiza Maria	20 17	Freguesia do Barreto Freguesia da Conceição de Macabú	Capela de Nossa Senhora do Amparo nesta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Rev. Frei Gregório Kürpurk O.F.M.
Francisco Ferreira Esteves e D. Amália Tavares	28 25	Ambos desta Freguesia de Carapebus	Casa Particular no Córrego Grande desta Freguesia de Nossa Senhora da conceição de Carapebus	Rev. Frei Gregório Kürpurk O. F. M.
Donato Ferreira de Souza e Idalina Ferreira de Esteves	33 32	Ambos desta Freguesia	Casa particular da Freguesia de Carapebus	Frei Marcello Zaumeister O.F.M.
Calisto de Barcellos e Izabel Lamóglia	20 19	Ambos de Carapebus	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Frei Ildefonso Schimidt coadjuntor
José Rozendo de Barcellos e Flaviana de Barcellos	26 26	Ambos de Carapebus	Casa privata do Imbiú da paróquia de Carapebus	Frei Marcello Zaumeister O.F.M.

NOMES	IDADE	NATURALIDADE	LOCAL	VIGÁRIO
José Manoel Pinto e Carolina da Silva Falcão	38 39	Carapebus Quissamã	Casa particular do Imbiú da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Frei Marcello Zaumeister O.F.M.
José Freitas Bastos e D. Maria Fernandes Bandeira	54 40	Portugal Desta Freguesia	Capela de Itaquira da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Frei Ildefonso Schimidt coadjuntor
João Ferreira Esteves e Maria Francisca Prata	26 25	Ambos de Carapebus	Na casa da noiva em Carapebus	Frei Jerônimo Goldkulley
Leandro Antônio das Neves e Justina Anna Rodrigues	24 30	Ambos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Capela particular de Aureliano em Imbiú na Freguesia . de Carapebus	Frei Leonardo Stock O.F.M.
Álvaro Pimentel e Júlia Fernandes	37 26	Barra de São João Carapebus	Oratório particular de Itaquira da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Frei Marcello Zaumeister O.F.M.
Pedro Ferreira Esteves e Idalina Baptista	25 18	Ambos desta Freguesia de Carapebus	Casa particular da Freguesia de Carapebus	Frei Leonardo Stock O.F.M. coadjuntor
Antonio Zulo e Cecília de Paula	31 21	Baranello Província de Campobasso – Itália Macaé	Matriz de Carapebus	Frei Leonardo Stock O.F.M. coadjuntor
Amaro Fidélis da Silva e Francisca Panza	27 23	Carapebus Macaé	Casa particular de Carapebus	Frei Leonardo Stock O.F. M.
Manoel Alves de Barcellos e Antonia Gonçalves de Jesus	27 23	Quissamã Quissamã	Capela de Nossa Senhora do Carmo do Imbiu	Frei Ildefonso Schimidt O.F.M. coadjuntor
Antonio Dias Torres e Leonor da Silva Tavares	31 25	Portugal Carapebus	Freguesia de Carapebus	Frei Jerônimo Goldkulley O.F.M. coadjuntor
Manoel Fontes Tavares e Palmira Tavares	24 23	Ambos da Freguesia de Carapebus	Casa particular perto de Carapebus	Frei Ildefonso Schimidt O.F.M. coadjuntor
Said Calile e Eiffa Simão Dib	22 21	Freguesia de Wadicharon – Monte Líbano (Síria) Freguesia de Wadicharon (Síria)	Casa particular da Freguesia de Carapebus	Frei Vicente Borgard O. F. M. coadjuntor

NOMES	IDADE	NATURALIDADE	LOCAL	VIGÁRIO
Manoel Machado Borba Sobrinho e Dulcelina Lopes dos Santos	21 18	Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Quissamã Freguesia de Barra de São João	Casa particular desta Paróquia	Frei Ildefonso Schimidt coadjuntor
Laurentino Osório dos Santos e Maria Anna da Conceição	27 20	Ambos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Capela de N. Sra. do Amparo em Capelinha desta freguesia	Frei Vicente Borgard O. F. M. coadjuntor
Alípio Cesário Corrêa e Maria Pansa	31 25	Não consta Paróquia de Macaé	Casa particular do lugar Córrego Grande na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Frei Vicente Borgard O. F. M. coadjuntor
Angelo Francisco Manhães e Rufina Maria da Conceição	55 35	Paróquia de Santo Amaro em Campos Carapebus	Casa particular do lugar Ubá situado na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Frei Vicente Borgard O. F. M. coadjuntor
Francisco Victoriano Sá Freire e Maria Antonia dos Santos	38 28	Ambos naturais desta Paróquia	Casa particular do Lameiro nesta Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Frei Vicente Borgard O. F. M. coadjuntor
Antônio Gomes Crespo e Angelina Nunes Martins	22 20	Paróquia de N. S. das Dôres de Macabú Desta Freguesia	Capela de Nossa Senhora do Amparo em Capelinha desta Freguesia	Frei Vicente Borgard O. F. M. coadjuntor
Waldevino de Castro Rocha e Albina Tavares Bandeira	43 26	Freguesia de São Salvador de Campos Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Casa particular de Itaquira desta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Frei Vicente Borgard O. F. M. coadjuntor
Amon Assad e Francisca Tavares Borba	22 17	Paróquia de Raysse na Síria Paróquia de Carapebus	Casa particular desta Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Frei Vicente Borgard O. F. M. coadjuntor
José de Faria Maciel e D. Antonia de Gavinho	25 18	Portugal no lugar chamado Esposende Carapebus	Casa dos noivos situada na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Frei Jacob Höfer O. F. M. coadjuntor

NOMES	IDADE	NATURALIDADE	LOCAL	VIGÁRIO
Custódio José Moreira e Edwirgem Maria Rodrigues	23 18	Freguesia de Raysse (Síria) Desta Freguesia	Capela oratório de N. Sra. do Carmo de Imbiú	Frei Vicente Borgard O.F.M. coadjuntor
Pedro Antônio Pansa e Amelia Maria Vieira	25 22	Desta Freguesia Paciência, Freguesia de Nossa Senhora das Dôres de Macabú	Casa particular do lugar denominado de Córrego Grande na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Frei Vicente Borgard O. F. M. coadjuntor
José Sabino Rodrigues e Geraldina Rita da Conceição	45 45	Ambos desta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Em um rancho perto da praia de Carapebus	Frei Vicente Borgard O. F. M. coadjuntor
Amadeo Lucques Filho e Maria Amália Apcello Lucques	30 22	Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Macabú Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Oratório de Nossa Senhora do Carmo do Imbiú	Frei Vicente Borgard O. F. M. coadjuntor
Manoel Veryolio e Maria Salomé Coutinho	25 29	São Sebastião (Campos) Freguesia de Nossa Senhora do Desterro	Casa particular de Pindobas	Frei Vicente Borgard O. F. M. coadjuntor
Manoel Sabino da Silva e Maria Francisca da Rosa	38 27	Ambos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Em um rancho perto da praia de Carapebus	Frei Vicente Borgard O. F. M. coadjuntor
Manoel Nunes Prata e Amélia Nunes Martins	34 23	Ambos da Paróquia de Carapebus	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Frei Vicente Borgard O. F. M. coadjuntor
Julião José de Barcellos e Maria Francisca de Abreu	33 29	Ambos desta Paróquia	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Frei Vicente Borgard O. F. M. coadjuntor
Salomão Salles e Helena Agostinho Name	27 17	Freguesia de Raysse – Monte Líbano na Síria Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Casa dos pais da noiva no Imbiú na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Frei Vicente Borgard O. F. M. coadjuntor
Manoel Cruz da Rocha e Palmyra Fernandes Bandeira	21 20	Freguesia de São Salvador de Campos Itaquira	Residência da noiva na Chave de Itaquira na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Frei Vicente Borgard O. F. M. coadjuntor

NOMES	IDADE	NATURALIDADE	LOCAL	VIGÁRIO
Aristóteles Pereira Barbosa dos Santos e Amália Lamóglia	24 28	Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Macabú Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Frei Ildefonso Schimidt O.F.M. coadjuntor
Marcelino Pinto de Oliveira e Thereza Panza	25 25	Ambos de Carapebus	Casa do Sr. Francisco Panza	Frei Gregório kürpurk O.F.M.
João Machado Borba Filho e Francisca Antonia Borba	27 33	Desta Freguesia Quissamã	Oratório de Nossa Senhora do Carmo no Imbiú filial da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Frei Vicente Borgard O. F. M. coadjuntor
Augusto Nunes de Carvalho e Amalia Alves Sertorio	54 25	Ambos desta Freguesia	Casa particular no lugar denominado Rio das Pedras na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Frei Vicente Borgard O.F.M. coadjuntor
Álvaro Coutinho Prata e Emiliana Silencina Carneiro	26 15	Carapebus Carapebus	Residência da Noiva em Carapebus	Frei Jerônymo Goldkulley O. F.M.
Henrique Pereira do Rosário e Leopoldina Domingues Santos	46 32	Ambos da Freguesia de Carapebus	Casa particular de Capelinha	Frei Jerônymo Goldkulley O. F.M. coadjuntor
Rozendo Alves da Silva e Marianna Maria da Conceição	40 32	Ambos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus	Capela de Nossa Senhora do Amparo em Capelinha	Frei Vicente Borgard O. F. M. coadjuntor

O VOTO NO IMPÉRIO E NA REPÚBLICA VELHA

A primeira Constituição do país, outorgada em 1824 por D. Pedro I, deliberou sobre o voto censitário que, baseado na situação econômica do cidadão, estabelecia as regras para as eleições. Por lei, era exigida do cidadão a renda anual de cem mil réis para votar, duzentos mil réis para candidatar-se a Deputado e quatrocentos mil réis para candidatar-se a Senador. Como este último cargo era vitalício, o Senador era escolhido pelo Imperador, depois de elaborada uma lista tríplice com o nome dos três candidatos mais votados da Província. O candidato a Senador deveria ser brasileiro nato e professar a fé na religião Católica Apostólica Romana, religião oficial da nação.

Excluídos do direito de votar estavam mulheres, escravos, mendigos, criados da Casa Imperial que não fossem de "*galão branco*", menores de vinte e cinco anos (exceto os casados ou oficiais militares, desde que tivessem idade acima de vinte e um anos), além de outros, como religiosos (freiras e monges). Iam às urnas somente os chamados *homens bons* que, dotados de poder aristocrático rural, recebiam privilégios da Corte.

O Período Regencial (1831–1840) foi marcado por intensas rebeliões provinciais, deflagradas em virtude do sentimento nacionalista brasileiro que considerava, como possível consequência da abdicação de Pedro I, a possibilidade de uma nova colonização do país.

Os grupos políticos da época eram basicamente três: um, formado pelos Liberais Moderados, de interesses semelhantes aos da massa popular — voto livre para todos, autonomia para as Províncias e melhores condições de vida —, outro, pelos Liberais Exaltados que, ao contrário dos Liberais, desejavam a continuação do voto censitário e da Monarquia, e outro ainda, constituído pelos Restauradores que desejavam a volta do Imperador Pedro I ao país. Com a morte do Imperador, em 1834, extinguiu-se o grupo dos Restauradores.

Em 1847, um novo regime de governo foi implantado no país pelo próprio Monarca — o Parlamentarismo. O voto continuava aberto e permanecia manipulado: havia sido dobrada a renda que permitia o voto ao eleitor.

Na maior parte das vezes, o pleito eleitoral da época realizava-se sob a coação do poder e da violência e até homicídios ocorriam, frequentemente. Podem ser lembradas as eleições de 1840 para a Câmara dos Deputados que, por sua violência, ficaram conhecidas como *Eleições do Cacete*, posto que obrigavam os eleitores a votar em candidatos do Partido Liberal, que se encontrava no poder.

Com a segunda Constituição Brasileira, de 1891, o voto deixou de ser *censitário*, mas permaneceu aberto e restrito aos homens alfabetizados e maiores de vinte e um anos. Excluíam-se ainda do direito de votar, mulheres, mendigos, religiosos, como freiras e monges, e grande parte da população de ex-escravos,

já que apenas uma ínfima percentagem de libertos sabia ler e escrever na época da Abolição da Escravatura. A nova Constituição criou o regime presidencialista, em que as eleições para presidente seriam de quatro em quatro anos pelo voto direto; instituiu a República Federativa, dando aos Estados, antes Províncias, autonomia para criar suas próprias leis e eleger seus presidentes; separou a Igreja do Estado, com a efetivação da Liberdade de Culto; instituiu registro civil e estabeleceu ainda outras determinações político-administrativas que descaracterizavam o imperialismo no Brasil.

Exclusivamente o *coronel* era o árbitro das decisões políticas. Para garantir a vitória de seus candidatos e assim manter a popular *troca de favores* entre ele e as autoridades do Governo, durante o escrutínio, usava das mais abusivas manobras fraudulentas (como exemplo, rasurava atas "a *bico de penas*" e acrescentava à lista de eleitores nomes de menores e de pessoas já falecidas). Quando suspeitava de que os eleitores de seus *currais eleitorais* poderiam votar em candidatos do partido oposto, reunia seus capangas e os autorizava a submeter o eleitorado a duras punições, como espancamentos, humilhações, etc, razão pela qual o voto, no início da República Velha, ficou conhecido como o *Voto do Cabresto*: os eleitores eram forçados a votar conforme as regras do *Coronelismo*. Durante os quarenta anos subsequentes à Proclamação da República, predominou, no sistema político do país, o poder dos cafeicultores, a classe mais rica dos tempos imperiais. Daí o poder dominante que, reforçado pelo coronelismo, fazia revezar na presidência da república, candidatos políticos de São Paulo ou Minas Gerais, os Estados mais bem situados economicamente naquela época.

A crise econômica do mundo capitalista e de países menos favorecidos economicamente, que desde o final da primeira guerra mundial vinha se agravando, acabou resultando, em 1928, na chamada "Depressão Mundial". No Brasil, a crise se fez sentir principalmente por sua super produção cafeeira que passou a dificultar o comércio interno e externo devido aos estoques acumulados por milhões de sacas de café. Em meio à crise cafeeira, outros fatores, como a insatisfação popular com o sistema político vigente e as lutas partidárias contrárias ao governo, contribuiram para que no país eclodisse a conhecida revolução de 1930: movimento armado que depôs o Presidente da República Washington Luiz e elevou ao poder, em 03 de novembro do mesmo ano, Getúlio Dornelles Vargas.

Em 1934, foi promulgada a 3ª Constituição Republicana do país. A nova constituição manteve algumas determinações da anterior, como, por exemplo, as referentes às eleições presidenciais que seriam de quatro em quatro anos. Tomou, no entanto, outras providências, como a oficialização de um código eleitoral estendendo o voto às mulheres e homens acima de dezoito anos (antes só votavam homens brasileiros acima de vinte e um anos), excetuando-se os analfabetos. Criou ainda uma série de leis reivindicadas pela classe média e operária, oficializando o salário mínimo regional, a jornada de trabalho de oito horas, o repouso semanal, as férias remuneradas.

ALISTAMENTO ELEITORAL EM CARAPEBUS[113]

(Relação de alguns nomes)

PRIMEIRA SEÇÃO

NOMES	IDADE	EST. CIVIL	PROFISSÃO	FILIAÇÃO	DOMICÍLIO
Custódio Nunes da Silva	35	Casado	Lavrador	Antônio José Nunes	Brejo Grande
Custódio Porfírio Bastos	41	Casado	Lavrador	Isabel Rosa de Jesus	Igreja Velha
Delfino Nunes do Rosário	43	Casado	Lavrador	Manoel Nunes do Rosário	Ubás
José Joaquim Ribeiro	43	Viúvo	Lavrador	Antônio Joaquim Ribeiro Sampaio	Ubás

SEGUNDA SEÇÃO

NOMES	IDADE	EST. CIVIL	PROFISSÃO	FILIAÇÃO	DOMICÍLIO
David Bernardino da Silva	41	Casado	Lavrador	Bernardino Gomes da Silva	Quatis
Davis José Fragoso	33	Solteiro	Lavrador	Joaquim José Fragoso	Içaras
Julião Ferreira Sobrinho	31	Solteiro	Lavrador	Antônio Manoel Esteves	Retiro
João Nunes do Rosário	42	Casado	Lavrador	Manoel Nunes do Rosário	Içaras
Luiz Gomes de Araújo	42	Casado	Lavrador	Luiz Gomes de Araújo	Lameiro

TERCEIRA SEÇÃO

NOMES	IDADE	EST. CIVIL	PROFISSÃO	FILIAÇÃO	DOMICÍLIO
Antônio Joaquim Teixeira Pinto	56	Viúvo	Lavrador	Joaquim Teixeira Pinto	Lameiro
Bellarmino Ribeiro Pinto	43	Casado	Sapateiro	Desconhecida	Lameiro
Bento Antônio de Castilho	25	Casado	Lavrador	Antônio Boa Morte	Lameiro
Esequiel Gomes Maciel	25	Casado	Negociante	José Gomes Maciel	Jacotinga
Francisco Alves Barreto	41	Casado	Lavrador	Cândida Pereira do Rosário	Rio do Meio
Francisco Manhães de Paula	39	Casado	Lavrador	Sebastião Francisco Manhães	Jacotinga
João José Baptista	43	Viúvo	Lavrador	Julião Baptista de Sá Freire	Lameiro
José Baptista de Sá Freire	70	Solteiro	Lavrador	Pio de Sá freire	Lameiro
Joaquim Francisco Manhães	25	Casado	Lavrador	Sebastião Francisco Manhães	Jacotinga
Leopoldino Cardoso de Oliveira	43	Casado	Lavrador	Domingos Thomaz de Oliveira	Lameiro
Manoel Martins Pinto	25	Solteiro	Lavrador	José Martins Pinto	Ubás
Pio Baptista de Sá Freire	33	Solteiro	Lavrador	Julião Baptista de Sá Freire	Lameiro

[113] Dados encontrados nos arquivos da Câmara Municipal de Macaé.

QUARTA SEÇÃO

NOMES	IDADE	EST. CIVIL	PROFISSÃO	FILIAÇÃO	DOMICÍLIO
Antônio Ferreira dos Santos	22	Solteiro	Lavrador	Manoel Ferreira dos Santos	Córrego Grande
Felippe Antônio Luiz Pinto	46	Viúvo	Lavrador	Marianna Pio	Lameiro
José Fellipe Pinto	24	Solteiro	Lavrador	Fellipe Antônio Luiz Pinto	Lameiro
José Joaquim dos Santos Broa	36	Casado	Lavrador	Joaquim José dos Santos Broa	Córrego Grande
Julião da Costa Guimarães	35	Casado	Lavrador	João Luiz da Costa Guimarães	Córrego Grande
João de Oliveira Tavares	28	Casado	Lavrador	Antônio de Oliveira Tavares	Córrego Grande
Paulino de Oliveira Tavares	36	Casado	Lavrador	Antônio de Oliveira Tavares	Córrego Grande
Thomaz Dias de Carvalho Netto	22	Casado	Lavrador	Antônio Tavares Dias	Córrego Grande

QUINTA SEÇÃO

NOMES	IDADE	EST. CIVIL	PROFISSÃO	FILIAÇÃO	DOMICÍLIO
Antônio Pacheco Sobrinho	25	Casado	Lavrador	Joaquim Pacheco de Lima	Rio do Meio
Bento Cardoso de Lima	27	Solteiro	Lavrador	João Cardoso de Siqueira	Rio do Meio
Francisco Martins Pinto	55	Casado	Lavrador	José Martins Pinto	Córrego Grande
Francisco da Silva Crespo	42	Casado	Negociante	José Gomes Crespo	Córrego Grande
Luiz José Leite	51	Solteiro	Lavrador	Joaquim Dias de Oliveira	Rio do Meio
Polycarpo José da Silva	25	Casado	Lavrador	Joaquim José da Silva	Rio do Meio

SEXTA SEÇÃO

NOMES	IDADE	EST. CIVIL	PROFISSÃO	FILIAÇÃO	DOMICÍLIO
Francisco Dionísio de Souza	33	Casado	Lavrador	Dyonísio José de Souza	Rio do Meio
Joaquim José Freire	33	Casado	Lavrador	Laurentino José Freire	Rio do Meio
Joaquim Gaspar de Lima	48	Casado	Lavrador	José Gaspar dos Santos	Córrego Grande
Luiz Porfírio César	43	Casado	Lavrador	Porfírio César de Beregel	Rio do Meio
Joaquim José Rangel	72	Viúvo	Lavrador	João Rangel de Azevedo	Rio do Meio

SÉTIMA SEÇÃO

NOMES	IDADE	EST. CIVIL	PROFISSÃO	FILIAÇÃO	DOMICÍLIO
Antônio de Oliveira Tavares	57	Casado	Lavrador	Francisco da Silva Tavares	Rio do Meio
Bento Pinto de Oliveira	33	Casado	Lavrador	João Pinto de Oliveira	Rio do Meio
Francisco da Silva Tavares	38	Casado	Lavrador	Custódio da Silva Freire	Paciência
Manoel da Silva Freire	33	Solteiro	Lavrador	Custódio da Silva Freire	Paciência

OITAVA SEÇÃO

NOMES	IDADE	EST. CIVIL	PROFISSÃO	FILIAÇÃO	DOMICÍLIO
Antônio Gomes de Azevedo	33	Casado	Lavrador	Amaro Gomes de Azevedo	Paciência
Antônio Gomes Maciel	51	Casado	Negociante	José Campos Maciel	Córrego Grande
Domingos Pinto de Oliveira Tavares	25	Solteiro	Lavrador	Miguel da Silva Tavares	Paciência
Francisco Leandro da Silva Tavares	60	Casado	Lavrador	Leandro da Silva Tavares	Paciência
Francisco Bernardino do Nascimento	44	Casado	Lavrador	Rita Maria do Espírito Santo	Paciência
José Francisco Pessanha	43	Solteiro	Empregado	José Francisco Pessanha	Paciência
Manoel Francisco Ferreira da Silva	27	Casado	Negociante	André Ferreira dos Santos	Paciência
Pedro Benedito de Oliveira Tavares	32	Solteiro	Empregado	Miguel da Silva Tavares	Paciência

NONA SEÇÃO

NOMES	IDADE	EST. CIVIL	PROFISSÃO	FILIAÇÃO	DOMICÍLIO
Luiz José dos Santos	43	Casado	Lavrador	José Luiz dos Santos	Rio do Meio
Pedro Nolasco dos Santos	35	Solteiro	Lavrador	André Ferreira dos Santos	Rio do Meio
José Bueno de Azevedo	33	Casado	Lavrador	Amaro Gomes de Azevedo	Rio do Meio

DÉCIMA SEÇÃO

NOMES	IDADE	EST. CIVIL	PROFISSÃO	FILIAÇÃO	DOMICÍLIO
Américo Leocádio de Souza	27	Solteiro	Lavrador	Manoel Henriques da Silva Tavares	Rio do Meio
Antônio Joaquim de Araújo	38	Casado	Lavrador	Luiza Maria do Espírito Santo	Rio do Meio
Antônio Pereira Braga	27	Solteiro	Lavrador	Francisco Pereira do Rosário	Rio do Meio
Domingos Pereira Braga	29	Solteiro	Lavrador	Francisco Pereira do Rosário	Rio do Meio
Henrique Pereira do Rosário	29	Casado	Lavrador	João Pereira do Rosário	Córrego Grande
José de Almeida Rangel	53	Casado	Lavrador	Ignácio Ribeiro Soares	Rio do Meio
José Gomes Rangel	35	Casado	Lavrador	José Gomes Rangel	Caxanga
José Dias Vieira	38	Casado	Lavrador	José Francisco Dias Arouca	Rio do Meio
José Domingos d'Almeida	33	Casado	Lavrador	Manoel Domingues d'Almeida	Rio das Pedras
Pedro Antônio de Lima	22	Solteiro	Lavrador	Antônio Gaspar de Lima	Córrego Grande
Manoel Pereira Braga	31	Solteiro	Lavrador	Francisco Pereira do Rosário	Córrego Grande

DÉCIMA PRIMEIRA SEÇÃO

NOMES	IDADE	EST. CIVIL	PROFISSÃO	FILIAÇÃO	DOMICÍLIO
Aristides Henrique Pereira	28	Casado	Negociante	Antônio Henrique Pereira	Morro Grande
Antônio Henrique Pereira	58	Casado	Negociante	Desconhecida	Morro Grande
José Henrique Pereira	25	Casado	Negociante	Antônio Henrique Pereira	Capelinha
João de Souza França	31	Casado	Lavrador	Sebastião de Souza França	Córrego Grande
Manoel Gonçalves Moreira	41	Casado	Lavrador	José Francisco Moreira	Rio do Meio

DÉCIMA SEGUNDA SEÇÃO

NOMES	IDADE	EST. CIVIL	PROFISSÃO	FILIAÇÃO	DOMICÍLIO
Antônio de Souza França	40	Solteiro	Lavrador	Sebastião de Souza França	Córrego Grande
Antônio Rodrigues	48	Solteiro	Lavrador	Rufino Rodrigues	Estação
Antônio Pereira d'Almeida	28	Casado	Negociante	Antônio José d'Almeida	Estação
Benedito Francisco Pinto	31	Casado	Lavrador	Quitéria Maria da Conceição	Córrego Grande
Domingos Pires Carneiro	47	Casado	Negociante	Bernardo Pires Carneiro	Estação
Francisco Alves Martins Prata	33	Casado	Negociante	Manoel Alves Coutinho Prata	Estação
João Valença Sobrinho	53	Viúvo	Escrivão	Francisco José de Oliveira Valença	Caxanga
José Antônio da Silva Couto	33	Casado	Lavrador	João Antônio da Silva	Mata Fresca
José Antônio da Silva	27	Casado	Lavrador	Antônio Pedro Maciel	Estação
Roberto de Souza França	25	Solteiro	Lavrador	Sebastião de Souza França	Estação

DÉCIMA TERCEIRA SEÇÃO

NOMES	IDADE	EST. CIVIL	PROFISSÃO	FILIAÇÃO	DOMICÍLIO
Antônio Ribeiro Pinto	21	Solteiro	Telegrafista	Belarmino Ribeiro Pinto	Estação
Benedito Antônio de Carvalho	25	Solteiro	Lavrador	Thereza de Carvalho	Morro da Cabeça
José Gonçalves dos Santos	38	Casado	Lavrador	Domingos Gonçalves dos Santos	Morro da Cabeça
Leonel Maria Fragoso	43	Viúvo	Lavrador	Maria Floriana do Espírito Santo	Córrego Grande
Manoel Antônio dos Santos	29	Casado	Lavrador	Antônio dos Santos Moço	Sapecado
Roberto de Oliveira Santos	27	Solteiro	Lavrador	Antônio dos Santos Moço	Sapecado

DÉCIMA QUARTA SEÇÃO

NOMES	IDADE	EST. CIVIL	PROFISSÃO	FILIAÇÃO	DOMICÍLIO
Bento Dias de Carvalho	38	Casado	Lavrador	Thomaz Dias de Carvalho	Córrego Grande
Custódio José Moreira	52	Casado	Lavrador	Lourenço José Silva	Pindobas
Francisco Dias de Carvalho	43	Casado	Lavrador	Thomaz Dias de Carvalho	Córrego Grande
José de Souza França	43	Casado	Lavrador	Sebastião de Souza França	Córrego Grande
Joaquim de Abreu Sobrinho	45	Casado	Lavrador	Feliciano José de Abreu	Córrego Grande
Victorino Antônio Ferreira	54	Casado	Lavrador	Antônio Manoel Esteves	Córrego Grande

DÉCIMA QUINTA SEÇÃO

NOMES	IDADE	EST. CIVIL	PROFISSÃO	FILIAÇÃO	DOMICÍLIO
Antônio Pereira Leite	39	Casado	Negociante	Custódio José Pereira Leite	Estação
Alípio Pereira Gavinho	28	Solteiro	Negociante	José Gavinho Vianna	Estação
Antônio Pereira Gavinho	27	Casado	Negociante	José Gavinho Vianna	Caxanga
Antônio Alves da Rocha	29	Solteiro	Lavrador	João da Rocha	Estação
Antônio Alves Martins Prata	28	Casado	Selleiro	Manoel Alves Coutinho Prata	Capelinha
Antônio da Silva Pinto	25	Solteiro	Lavrador	Manoel da Silva Pinto	Rio das Pedras
Antônio Miguel Paciello	47	Casado	Artista	Miguel Paciello	Caxanga
Antônio Joaquim Pacheco	62	Viúvo	Lavrador	Joaquim Pacheco de Lima	Córrego Grande
José Monteiro Labri	52	Casado	Lavrador	José Bento Monteiro Labri	São Simão
José Alves Martins Prata	40	Casado	Lavrador	Manoel Alves Coutinho Prata	Ubás
José da Silva Mendonça	29	Solteiro	Caixeiro	Rita Maria da Conceição	Caxanga
João José Ribeiro	56	Casado	Lavrador	Camillo José Ribeiro	Rumo
Manoel Germano Pereira	41	Casado	Negociante	Germano Pereira	Estação
José da Silva Leal	44	Casado	Lavrador	Felicíssimo José de Sant'anna	Brejo Grande
Ludgero Teixeira de Mello	29	Viúvo	Farmacêutico	Desconhecida	Caxanga
Manoel Alves Coutinho Prata	67	Viúvo	Negociante	João José da Cruz Prata	Caxanga
Mathias Coelho dos Santos	42	Casado	Agente de Correios	João Coelho dos Santos	Paciência

DÉCIMA SEXTA SEÇÃO

NOMES	IDADE	EST. CIVIL	PROFISSÃO	FILIAÇÃO	DOMICÍLIO
Antônio Pereira Vianna	25	Solteiro	Comércio	João Baptista Leal	Caxanga
Firmino Faustino de Oliveira	38	Solteiro	Estrada de Ferro	Faustino José de Oliveira	Estação
João Baptista dos Santos	43	Solteiro	Lavrador	José Ribeiro do Rosário	Caxanga
Joaquim da Lapa Pessanha	55	Casado	Lavrador	Antônio Alves Pessanha	Espera
Sabino José Ribeiro	43	Casado	Lavrador	Camillo José Ribeiro	Espera

DÉCIMA SÉTIMA SEÇÃO

NOMES	IDADE	EST. CIVIL	PROFISSÃO	FILIAÇÃO	DOMICÍLIO
Antônio Joaquim Pinto Titão	62	Casado	Lavrador	José Joaquim Pinto	Maitacas
Manoel Pereira da Motta	48	Casado	Lavrador	Francisco Pereira da Motta	Espera
Manoel Victorino Mendes da Silva	43	Casado	Lavrador	Alexandrino José da Silva Mendes	Espera
Vicente Pereira Rangel	35	Casado	Lavrador	Joaquim Pereira Rangel	Espera

DÉCIMA OITAVA SEÇÃO

NOMES	IDADE	EST. CIVIL	PROFISSÃO	FILIAÇÃO	DOMICÍLIO
Antônio Simplício de Castilho	31	Casado	Lavrador	Simplício Antônio de Castilho	Estreito
Antônio José Nunes	67	Viúvo	Lavrador	Francisco José Nunes	Estreito
Emydio Coutinho de Barcellos	27	Casado	Lavrador	Manoel de Souza Rangel	Brejo Grande
Felippe José de Freitas Castro	49	Solteiro	Lavrador	José Felippe de Freitas Castro	Bagres
José Francisco Gomes	30	Solteiro	Lavrador	Desconhecida	Brejo Grande
José Felippe de Freitas Castro Moço	50	Casado	Lavrador	José Felippe de Freitas Castro	Bagres
Manoel Francisco Ribeiro	45	Casado	Lavrador	Francisco José Martins	Brejo Grande

DÉCIMA NONA SEÇÃO

NOMES	IDADE	EST. CIVIL	PROFISSÃO	FILIAÇÃO	DOMICÍLIO
Luiz Julião de Barellos	30	Casado	Lavrador	Francisco José de Abreu	Imbihú
Manoel Baptista Rangel	39	Solteiro	Lavrador	João Baptista Rangel	Brejo Grande
Prudêncio Ferreira Pinto	33	Solteiro	Lavrador	Florinda Ferreira do Rosário	Brejo Grande

VIGÉSIMA SEÇÃO

NOMES	IDADE	EST. CIVIL	PROFISSÃO	FILIAÇÃO	DOMICÍLIO
Oldelino Baptista Pinto	35	Solteiro	Lavrador	Januário José Pinto	Pindobas
Antônio José Gomes da Rocha	40	Casado	Lavrador	José Gomes da Rocha	Paciência
Francisco João Falcão	58	Casado	Lavrador	Maximiano da Silva Falcão	Rio do Meio
Ignácio Gomes Pinto	33	Casado	Lavrador	João Gomes Dias	Pindobas
Jordino Antônio de Barcellos	58	Viúvo	Lavrador	Carolina Antônia Anchieta	Rumo
José Ferreira da Cunha	27	Casado	Lavrador	Joaquim Pereira da Cunha	Rumo
José Ferreira de Barcellos	35	Casado	Lavrador	Fortunato José Ferreira	Pindobas
João da Silva Falcão	30	Solteiro	Lavrador	Francisco João Falcão	Sacarrão
Laurentino José Gomes da Rocha	41	Casado	Lavrador	José Gomes da Rocha	Paciência
Manoel Antônio de Souza	33	Solteiro	Lavrador	Rosinda Maria Faustina	Pindobas

VIGÉSIMA PRIMEIRA SEÇÃO

NOMES	IDADE	EST. CIVIL	PROFISSÃO	FILIAÇÃO	DOMICÍLIO
Antônio José da Silva	48	Casado	Lavrador	Rosa de Souza São José	Sacarrão
Oldriano Ferreira de Souza	43	Casado	Lavrador	Florinda Ferreira do Rosário	Imbiú
João Machado Borba	45	Viúvo	Lavrador	João Machado Borba	Imbiú
Rosendo José Nunes	35	Casado	Negociante	Antônio José Nunes	Pindobas
Theodorico Ferreira Gomes	43	Viúvo	Lavrador	Desconhecida	Pindobas

VIGÉSIMA SEGUNDA SEÇÃO

NOMES	IDADE	EST. CIVIL	PROFISSÃO	FILIAÇÃO	DOMICÍLIO
Amaro Ribeiro dos Santos	38	Solteiro	Lavrador	Domingos Ribeiro dos Santos	Pindobas
Domingos de São Bernardo Rocha	34	Solteiro	Lavrador	Anna Francisca da Rocha	Pindobas
Felippe Joaquim Pereira Pinto	68	Solteiro	Lavrador	José Joaquim Pinto	Imbihú
José Machado Borba	39	Casado	Lavrador	João Machado Borba	Pindobas
José Luiz de Andrade	31	Casado	Lavrador	Manoel Luiz de Andrade	Pindobas
José Ignácio Filgueiras	41	Casado	Lavrador	Ignácio João Filgueiras	Pindobas
Joaquim Jose de Abreu	72	Solteiro	Lavrador	Marcelino Jose de Abreu	Pindobas
Manoel de Souza Ramos	22	Solteiro	Lavrador	Francisca Maria do Espírito Santo	Rio do Meio
Vicente José de Sant'anna	23	Solteiro	Lavrador	Rosa Clara do Espírito Santo	Rio do Meio

VIGÉSIMA TERCEIRA SEÇÃO

NOMES	IDADE	EST. CIVIL	PROFISSÃO	FILIAÇÃO	DOMICÍLIO
Constantino da Silva Pinto	48	Casado	Lavrador	Joaquim Pereira Pinto	Rio das Pedras
José Fernandes da Rocha	26	Casado	Lavrador	Joaquim Fernandes de Souza Netto	Sacarrão
Joaquim Fernandes da Rocha	25	Solteiro	Lavrador	Joaquim Fernandes de Souza Netto	Sacarrão
Joaquim Fernandes de Souza Netto	62	Casado	Lavrador	Francisco Fernandes de Souza	Sacarrão
Sebastião de Souza Tavares	48	Casado	Lavrador	Francisco de Souza Tavares	Rumo

VIGÉSIMA QUARTA SEÇÃO

NOMES	IDADE	EST. CIVIL	PROFISSÃO	FILIAÇÃO	DOMICÍLIO
Amaro Correa Netto	25	Casado	Lavrador	Manoel Candido Antônio Pereira	Sapecado
Antônio da Silva Pinheiro	39	Casado	Lavrador	Manoel Pereira do Nascimento	Caxanga
Francisco Correa Porto	48	Casado	Lavrador	Francisco Correa de Souza	Caxanga
Honório Gomes da Silva	38	Casado	Lavrador	Manoel Ferreira da Silva Porto	Caxanga
José Maria Netto	58	Casado	Lavrador	Francisca das Chagas	Caxanga
José Gomes de Araújo	35	Solteiro	Lavrador	Luiz Gomes de Araújo	Caxanga
Manoel Teixeira da Silva	51	Viúvo	Lavrador	Desconhecida	Morro da Cabeça
Manoel da Costa Braga	29	Solteiro	Lavrador	Francisca Maria da Conceição	Rumo
Pedro Alves Correa	31	Solteiro	Lavrador	Francisco Pedro Alves de Alexandria	Sapecado
Pedro Ferreira de Souza	21	Casado	Lavrador	Vicente Ferreira de Souza	Sapecado
Virginio Pinto de Sá Bandeira	68	Casado	Lavrador	José Pinto de Sá Bandeira	Sapecado

VIGÉSIMA QUINTA SEÇÃO

NOMES	IDADE	EST. CIVIL	PROFISSÃO	FILIAÇÃO	DOMICÍLIO
Francisco Antônio de Carvalho	63	Casado	Lavrador	João Francisco de Carvalho	Caxanga
Francisco Panza	38	Solteiro	Lavrador	Braz Antônio Panza	Sapecado
Manoel Alves de Oliveira Neves	72	Solteiro	Lavrador	Peregrino Alves da Cruz	Rumo
Rufino Alves Corrêa Porto	33	Casado	Lavrador	Francisco Correa Porto	Sapecado
Silvino Caetano Pinto	26	Casado	Lavrador	Domingos Caetano Pinto	Rio do Meio
Victorino Alves de Oliveira	33	Casado	Lavrador	Felippe Alves de Oliveira	Rio das Pedras
José Caetano Pinto	27	Casado	Lavrador	Domingos Caetano Pinto	Córrego Grande

VIGÉSIMA SEXTA SEÇÃO

NOMES	IDADE	EST. CIVIL	PROFISSÃO	FILIAÇÃO	DOMICÍLIO
Francisco Feliciano dos Santos	25	Casado	Lavrador	Manoel Feliciano dos Santos	Rio do Meio
João da Silva Gomes	52	Casado	Lavrador	Joaquim José da Silva	Rio do Meio
José Ribeiro da Costa	27	Solteiro	Lavrador	Antônio Ribeiro da Costa	Rio das Pedras
José da Costa Pinto Sobrinho	53	Casado	Lavrador	Antônio da Costa Pinto	Sacarrão
João Feliciano dos Santos	25	Solteiro	Lavrador	Antônio Feliciano dos Santos	Sacarrão
Maurício Telles do Nascimento	29	Solteiro	Lavrador	João Telles do Nascimento	Rio das Pedras
Manoel da Silva Tavares Netto	57	Solteiro	Lavrador	Luiz da Silva Tavares	Rio do Meio
Sabino Antônio da Silva Costa	43	Casado	Lavrador	Sabino da Silva Costa	Rio do Meio

VIGÉSIMA SÉTIMA SEÇÃO

NOMES	IDADE	EST. CIVIL	PROFISSÃO	FILIAÇÃO	DOMICÍLIO
André Francisco da Silva	21	Solteiro	Lavrador	Francisco Manoel da Silva	Morro Grande
Antônio Alves de Senna	25	Casado	Lavrador	José Antônio Senna	Rio do Meio
Boaventura José de Oliveira	40	Casado	Lavrador	Victorino Manoel de Abreu	Rio do Meio
Benedito Martins Braga	23	Casado	Lavrador	Francisca Maria da Conceição	Lameiro
Domingos Pinto de Azevedo	21	Solteiro	Lavrador	Amaro Gomes de Azevedo	Rio do Meio
Delfino Gomes dos Santos	35	Casado	Lavrador	Flausino Gomes dos Santos	Sapecado
Domingos Henrique da Silva Nogueira	22	Solteiro	Lavrador	Antônio Henrique Nogueira	Rio do Meio
Honório Gomes de Azevedo	38	Casado	Negociante	Amaro Gomes de Azevedo	Paciência
João Fernando de Souza	30	Casado	Lavrador	José Bento da Silva	Rio do Meio
José Cupertino de Oliveira	23	Casado	Carpinteiro	Boaventura José de Oliveira	Rio do Meio
Joaquim da Motta Pessanha	37	Solteiro	Lavrador	José Joaquim Pessanha	Rio do Meio
Manoel Camillo da Costa	40	Solteiro	Lavrador	Camillo José da Costa	Pindobas
Manoel João da Silva	34	Solteiro	Lavrador	João José Ribeiro	Espera
Manoel Baptista de Barcelos	35	Casado	Lavrador	João Baptista de Barcellos	Pindobas
Rodrigo Joaquim Dias Cruz	24	Solteiro	Lavrador	Saturnino Duarte da Silveira	Rio do Meio
Rodolpho de Souza Magaldi	25	Casado	Lavrador	Ricardo de Souza Magald	Dois Morros

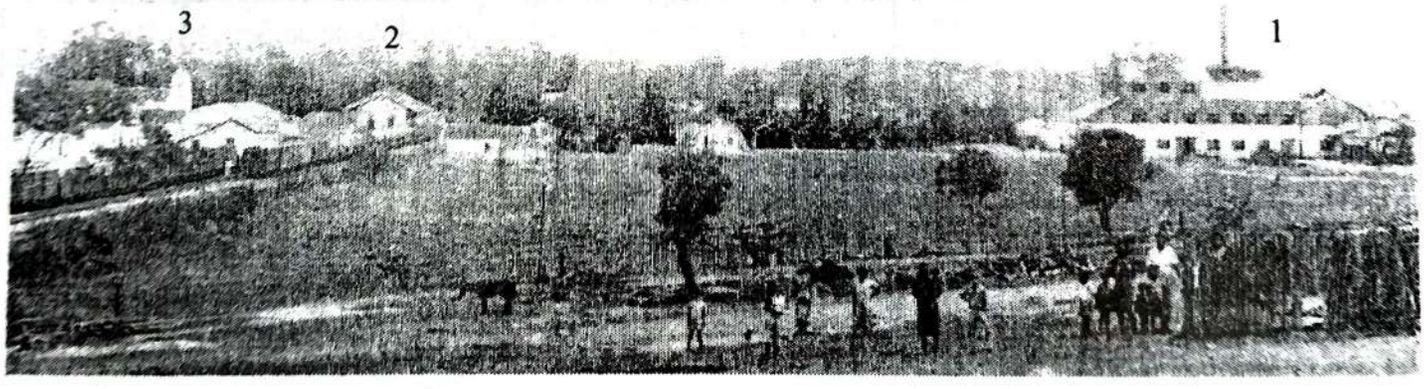
VIGÉSIMA OITAVA SEÇÃO

NOMES	IDADE	EST. CIVIL	PROFISSÃO	FILIAÇÃO	DOMICÍLIO
Antônio Pereira de Souza	25	Casado	Lavrador	Francisco Antônio de Souza	Paciência
Benedito de Oliveira Tavares	22	Solteiro	Lavrador	Miguel da Silva Tavares	Paciência
Bellarmino Fidelis dos Santos	35	Casado	Negociante	Manoel Fidélis dos Santos	Paciência
Cesário Correa de Souza	40	Casado	Lavrador	Francisco Corrêa de Souza	Mololô
Dionysio de Souza Cabral	22	Solteiro	Lavrador	Antônio Ignácio de Souza	Capelinha
Diogo José dos Reis	35	Casado	Negociante	Gabriel José dos Reis	Rio das Pedras
Eduardo José de Freitas	22	Solteiro	Lavrador	Julia Maria do Nascimento	Bagres
Francisco Marques de Abreu	35	Casado	Lavrador	Thereza Rosa dos Santos	Caxanga
Gil Jovelino Bacellar	30	Casado	Negociante	Francisco Jovelino Barcellar	Paciência
João de Almeida Lemos Couto	57	Viúvo	Negociante	Luiz Bernardo de Lemos	Caxanga
Joaquim de Oliveira Santos	21	Solteiro	Lavrador	Antônio dos Santos Moço	Sapecado
Ignácio Vieira dos Santos	23	Solteiro	Carpinteiro	Ignácio Vieira	Rio do Meio
José Caetano de Souza	22	Solteiro	Lavrador	Eugenia Maria da Encarnação	Rio do Meio
José dos Santos Romão	25	Casado	Lavrador	Mathias Coelho dos Santos	Rio do Meio
Luiz Moreira da Silva	52	Solteiro	Comércio	José Luiz Moreira	Pindobas
Manoel Francisco Dias	38	Solteiro	Lavrador	João Francisco Dias	Rio do Meio
José Pinto de Azevedo	24	Solteiro	Comércio	Amaro Gomes de Azevedo	Rio do Meio

CARAPEBUS, 3º DISTRITO DE MACAÉ

"A freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus foi criada por Lei provincial nº 272, de 9 de maio de 1842, sendo sua criação confirmada pelos Decretos estaduais ns. 1, de 8 de Maio, e 1-A, de 3 de Junho de 1892. (...)

O Decreto nº 1.063, de 28 de Janeiro de 1944, ordenou o distrito de Carapebus como o 3º do município de Macaé."



Vista parcial da Vila de Carapebus onde são vistos alguns marcos históricos do iniciar de 1900:
(1) Usina Açucareira de Carapebus ainda com suas características próprias dos velhos engenhos e engenhocas de açúcar;
(2) Estação Ferroviária de Carapebus com sua arquitetura de construção original, semelhante a de outras regiões servidas pela Estrada de Ferro de Macaé a Campos;
(3) Igreja primitiva de Nossa Senhora da Glória, construída entre 1935 e 1939, no centro da sede da vila de Carapebus.

Colleção: Dona Rosa Joaquina
Rio de Janeiro – RJ

A TROMBA D'ÁGUA QUE DESABOU SOBRE CARAPEBUS[114]

Tarde de 8 de Abril de 1922: céu claro, nuvens esparsas e algumas rajadas de vento levantavam os papéis da rua em redemoinhos. Ninguém notava a mudança do tempo, com exceção do Sr. Francisco Jorge (Chico Jorge), o melhor caçador do local que, às vésperas da tragédia, notara a presença de um extenso cordão de marrecas seguindo em direção à serra — um sinal de mudança do tempo, ainda hoje defendido pelo povo do interior.

A tarde ia-se findando, o último carro de canas passava apressadamente para a balança do Sr. Miguel Mussi. Os moradores da Vila de Carapebus, curiosos e temerosos, porque avistaram uma grande vermelhidão no céu — uma espécie de prenúncio da natureza —, apressaram-se em cuidar de seus afazeres do dia a dia.

Às sete horas da noite, o barulho de um turbulento vendaval anunciava a tempestade e ressoava nos ouvidos como um *tropel de cavalarias* que ora se aproximava, ora se distanciava. Logo em seguida, caíram os primeiros pingos d'água sobre a terra. Não chovia, propriamente: despejava-se uma violenta e devastadora tempestade que, como diziam os antigos, "tudo levava de roldão".

O Riacho das Maricotas, uma torrentezinha fraca e estreita, subindo cinco metros além de seu nível normal, tornou-se, de repente, uma gigantesca catadupa[115], rebelde e traiçoeira. Nem a longarina[116] da ponte da Estrada de Ferro, segura em duas pilastras de cimento e pesando mais de vinte e cinco toneladas, escapou: foi parar a duzentos metros de distância.

A tormenta, que persistiu por duas horas, a todos parecia vitimar, impiedosamente. Enquanto uns tentavam se salvar com ajuda dos praças do destacamento policial local, outros subiam ao forro de suas casas a fim de se resguardarem e a seus pertences. Outros, quando voltavam às suas casas, não mais encontraram a ponte principal e tiveram a triste sorte de cair entre os dormentes, misturando os seus corpos aos de uma infinidade de animais

---

[114] Adaptação do artigo *O trânsito do canal e a Revolta dos pescadores*, escrito por Elbe Tavares de Almeida para o *Jornal da Cidade* e publicado em 15 de Outubro de 1983.

[115] Catadupa: "Queda-d'água de altura considerável, em grande quantidade e com estrondo. (...)." HOUAISS, op. cit., p. 649.
Catadupa: "Queda de grande proporção de água corrente. Do francês *catadoupe*, derivado do latim *catadupa* e, este, do grego *katádoupoi*." CUNHA, op. cit., p. 164.

[116] Longarina: "Cada uma das vigas longitudinais sobre as quais assentam as travessas no tabuleiro de uma ponte. (...). " HOUAISS, op. cit., p. 1781.
Longarina: "Cada uma das vigas em que assenta o tabuleiro das pontes. Do italiano *longarina*." CUNHA, op. cit., p. 480.

mortos que seguiam a correnteza empurrados por árvores gigantescas arrancadas pela raiz. A Lagoa de Carapebus, não mais suportando o ímpeto das águas, pareceu compadecer-se da população e rompeu a sua barra.

Quando as águas baixaram, gradativamente foram aparecendo os destroços deixados pela catástrofe, sobretudo no leito do Córrego das Maricotas, lugar em que, por longo tempo, podiam ser vistas as enormes crateras causadas pelo furor das águas.

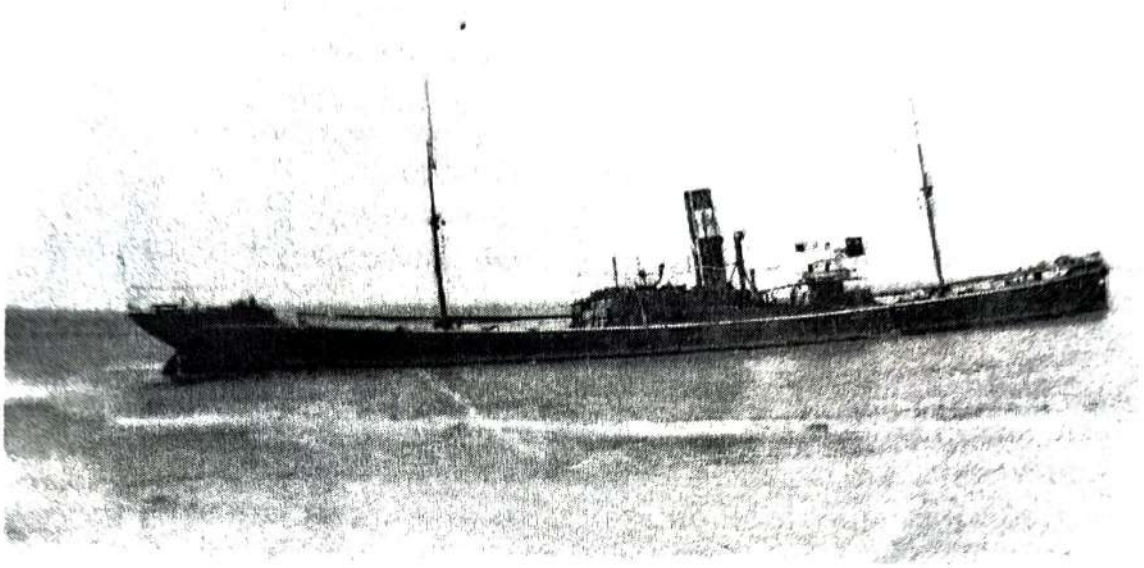
Para aqueles que ainda hoje se lembram da tragédia, a tromba d'água não caiu diretamente em Carapebus, mas a seis quilômetros de distância, num sítio chamado Herdeiros. A água da chuva se dividiu em três córregos: o do Ubás, o do Lameiro e o das Maricotas. O córrego das Maricotas — que passava pelo centro da Vila — foi o que recebeu o maior influxo das inundações, sendo então o responsável pela grande tragédia.

Nessa noite de Abril de 1922, certamente numa hora em que muitos já dormiam, os moradores de Carapebus, entre gritos e gemidos, tiveram o dissabor de ver sua vila quase toda destruída, embora os antepassados afirmem que choveu forte somente por duas horas e que, às nove horas, o céu estava limpo, estrelado, ostentando uma lua linda e brilhante. Quem podia avistar de locais mais altos, concluem eles, via um espetáculo bonito e triste ao mesmo tempo: a Vila de Carapebus coberta por um imenso lençol d'água.

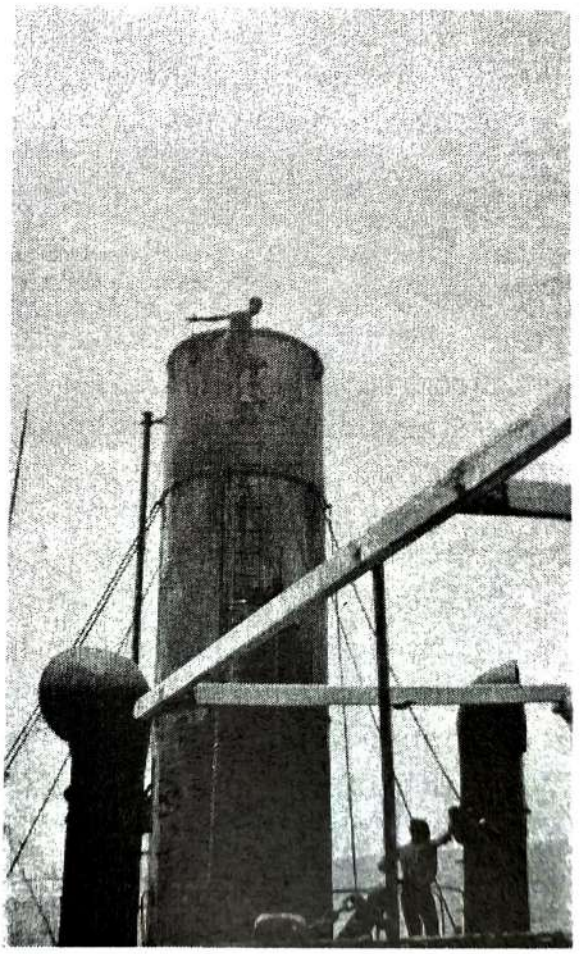
O NAUFRÁGIO DO NAVIO *CONSTANTIS PÁTERAS*

"Nove horas da noite de 10 de maio de 1927. O navio grego Constantis Páteras surgiu em frente à deserta Praia de Carapebus, indo em direção à terra tal como baleia arpoada à procura de abrigo."[117]

[117] ALMEIDA, Elbe Tavares de. *O Rebate*, 1983.



Navio - "Constantis Páteras", naufragado na Praia de Carapebus, em 1928 .
Coleção: Rodrigo de Queirós e Almeida



Torre do navio "Constantis Páteras" onde em sua parte alta vê-se um dos membros da família Queirós e Almeida (Sr. Luis Clóvis).
Coleção: Rodrigo de Queirós e Almeida

Em 1927, o navio *Constantis Páteras*, de nacionalidade grega, encalhou a cem metros da Praia de Carapebus, fazendo com que os seus quarenta e cinco tripulantes saíssem de barcos salva-vidas. De grande porte e com duas torres, a embarcação destinava-se à Praça do Rio de Janeiro. Embora não haja registros sobre vítimas, sabe-se que um telegrafista, na ânsia de salvar-se, pulou precipitadamente do barco, ferindo-se gravemente.

A presença de cabos de aço, cordas e boias salva-vidas espalhados pelo convés, sugerindo *perigo a bordo*, fez com que o subdelegado Palmiro Tavares procurasse pelo Comandante do navio. Como o marujo não falava português nem a autoridade policial falava grego, foi chamado um marinheiro espanhol, um conhecedor da língua portuguesa, que esclareceu que o navio sofrera uma avaria em sua máquina e que, em face da agitação do mar, tivera necessidade de buscar a costa com urgência.

Acompanhado de algumas pessoas de sua confiança, tendo à frente dois praças de Macaé e dois marinheiros, tão logo foi autorizado pelo comandante, o subdelegado Palmiro Tavares começou a vistoriar as dependências do transatlântico. De início, ficou surpreendido com o colossal carregamento de milho argentino que estava desensacado nos porões. No navio, o grupo encontrou grande quantidade de mercadorias valiosas — bebidas estrangeiras, tecidos europeus, porcelana chinesa — e animais — porcos grandes e pintados, lindas galinhas carijós (galinhas de nacionalidade desconhecida) e várias cabeças de gado de raça normanda —, abrigados em dois estábulos.

Até que a Capitania dos Portos do Rio de Janeiro tomasse as providências necessárias, durante três dias e três noites, permaneceu o *Constantis Páteras a mercê* de visitantes que chegavam de lancha ou a pé, como se houvesse ali uma grande festa. Uns, pela curiosidade, pois nunca tinham visto fato semelhante; outros, com o intuito de apossar-se dos tão valiosos objetos. O saque tornou-se inevitável, muito embora o navio permanecesse sob a vigília de dois soldados, que acabaram por abandonar o local, dado o descaso das autoridades competentes e o estado de putrefação de mercadorias perecíveis, deterioradas com a invasão das ondas do mar.

Quase três anos depois do naufrágio, o *Constantis Páteras* ainda podia ser visto de longe, com sua carcaça jogada à triste sorte do embate das ondas do mar. Porém, numa noite inesperada de Junho, quando todos dormiam, foi rebocado por marinheiros para o Rio de Janeiro.

Relatou Elbe Tavares de Almeida que, três meses após, para a surpresa de todos

> *"Já com outro aspecto, na Baía de Guanabara, lá estava ele com aquelas mesmas letras grandes e amarelas de seu nome – Constantis Páteras."*

A IGREJA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA E AS CONTROVÉRSIAS SOBRE A PADROEIRA

Cientes de que Carapebus precisava de uma nova Igreja Matriz e, por conseguinte, de uma nova santa padroeira, alguns paroquianos, associados à administração religiosa das três primeiras décadas do século XX, resolveram construir um novo templo católico no centro da sede e para ele transferir imagens e outros objetos sacros da Igreja do Caxanga. Preservaram, no entanto, para a Nossa Senhora da Glória, santa venerada desde tempos passados, o título de nova padroeira de Carapebus.

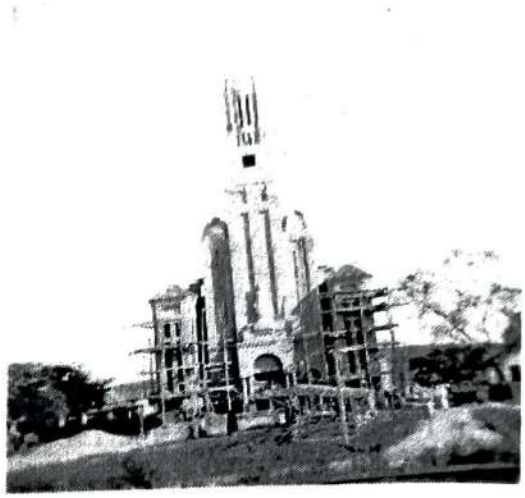
Se, de um lado, os adeptos da mudança mantinham-se convictos em suas decisões, de outro, aqueles mais ligados às tradições religiosas sentiram-se ultrajados em sua fé. A partir de então, a Vila atravessou um longo período de agitação, marcado por mortes e contendas, o que fez com que as autoridades da época, representadas pelos subdelegados Isolino Tavares, José Maciel e Antônio Dias, recorressem às forças de Macaé e de Quissamã para apaziguar os revoltosos, sobretudo em dias festivos das santas, para que as procissões e outros atos religiosos ocorressem em harmonia.

A possibilidade de demolição da antiga matriz do Caxanga, que justificaria a construção de uma outra igreja, contribuiu para acirrar os conflitos e redobrar a hostilidade entre os moradores da Vila que viam, neste ato impiedoso, uma transgressão à fé católica e, inclusive, um desrespeito à notável arquitetura da era colonial construída com o cuidado da arte antiga.

Os constantes arrombamentos da Igreja, que resultavam em roubo de imagens, de joias doadas, de candelabros de cristais, de vitrais e de outros objetos de valor do patrimônio da Igreja, frequentemente, obrigavam a comunidade local a requerer das autoridades religiosas e políticas a abertura de investigações para que a prática de vandalismo fosse contida e os objetos retirados fossem recolocados em seu local de origem.

Construída em terras doadas por D. Maria Ferreira Carneiro (D. Mariquinha Carneiro), a original igreja de Nossa Senhora da Glória teve sua pedra fundamental lançada em 1932 e, com as obras do seu interior ainda inacabadas, foi entregue ao culto religioso em 1939. Ligada à Diocese de Niterói e sob a administração religiosa franciscana de Quissamã, as suas atividades sociorreligiosas tiveram grande importância na época. Ressalte-se aqui a atuação das zeladoras do Apostolado da Oração, Sras. Leopoldina Henriqueta Garcia, Izabel Lamóglia, Maria Francisca Prata, Antônia Gavinho Maciel, Gertrudes Pereira, Domingas Tavares e Auta Leite da Fonseca.

Igreja de Nossa Senhora da Glória, em construção, onde se veem: Frei Balthasar Wix (1), idealizador e mestre construtor da obra; Manoel Félix e Antonio Ribeiro de Aguiar (2 e 3, respectivamente), auxiliares da construção.
Coleção: Izaltina Tavares da Silva
Ano: 1952



Igreja Matriz de Nossa Senhora da Glória, em construção.
Ano: 1952
Coleção: Acervo fotográfico de Mariene Siqueira

Igreja de Nossa Senhora da Glória (atual Igreja Matriz) recém-construída.
Ano: 1956
Coleção: Magda Torres

Integrantes da Irmandade Religiosa " Pia União das Filhas de Maria" reunidas na entrada principal da Igreja de Nossa Senhora da Glória.
Ano: 1952
Coleção: Acervo fotográfico de Mariene Siqueira

Por volta de 1950, a controvertida Capela de Nossa Senhora da Glória encontrava-se praticamente extinta porque, aos poucos, vinha sendo substituída pelas gigantescas paredes de cimento armado do novo templo – a atual Igreja de Nossa Senhora da Glória –, cuja construção consumou-se em Novembro de 1955.

Há duas versões sobre a controvertida história do nome da verdadeira padroeira de Carapebus – Nossa Senhora da Glória ou Nossa Senhora da Conceição: uma, defendida por Frei Jacob Hoefer, que, no início de 1900, com base na obra *Os Franciscanos nos Campos dos Goytacazes*, de Frei Basílio Hower, escreveu, no livro de Tombos da Paróquia de Carapebus, que a primeira capela foi dedicada à Conceição Imaculada da Santíssima Virgem; outra, divulgada pelo Major Domingos Pires Carneiro, que dizia que a primeira igreja Matriz de Carapebus foi construída na praia, em honra à Nossa Senhora da Glória.

Há que se considerar ainda que a Lei Provincial de 09 de Maio de 1842, Lei que transformou o Curato em Paróquia, instalou em Carapebus a sua Freguesia com o nome de Freguesia ou Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus.

CAPELAS FILIAIS DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA
(ÉPOCA EM QUE FOI ENTREGUE AO CULTO DIVINO EM 1939)

Capela ou oratório	Local	Observações
Capelas de Nossa Senhora do Amparo (1ª e 2ª Capelas)	Capelinha do Amparo	A primeira é anterior à era franciscana (antes de 1902) e a segunda é anterior a 1936.
Capela de São Sebastião (erguida pelos padres franciscanos)	Paciência	Pedra fundamental lançada em 1922; em 1933 encontrava-se inacabada.
Capela de Nossa Senhora do Carmo	Imbiú	Construída em casa particular
Capela de Nossa Senhora da Penha e São Manoel	Rodagem	Benta, em 22 de Fevereiro de 1931; erguida pelos franciscanos.
Capela de Santo Amaro	Pindobas	Fazenda do Sr. Manoel Machado Borba (Neco Machado); benta em 16 de janeiro de 1930.
Oratório da Jacotinga	Fazenda Jacotinga	Casa de João Baptista de Mattos
Nossa Senhora da Paz (erguida pelos padres franciscanos)	Pindobas	Benta, em 29 de junho de 1930

Comemorações da época

Sônia Maria Ramos e seu padrinho de casamento, Dr. Antonino Manoel Cure, aproximando-se ao altar da Igreja de Nossa Senhora da Glória para a celebração religiosa de seu casamento com Sebas Mussi. Em cortejo cerimonial, veem-se "cavaleiros e damas de honra" dispostos lateralmente e, à frente da noiva, uma de suas irmães.
Coleção – Sebas Mussi e família em fotos

Comemoração do casamento de Sônia Maria Ramos Mussi e Sebas Mussi, na residência dos pais da noiva.
Detalhe:
Ornamentando o "bolo de noiva", vê-se uma réplica da primitiva Igreja de Nossa Senhora da Glória.
Coleção: Sebas Mussi e Família em Fotos

Afife Selem da Fonseca e Carlito Gonçalves da Fonseca, no altar da igreja de Nossa Senhora da Glória pelo dia de seu casamento.
Da esq. para a dir: Salim e Ana (pais da noiva); Ália (irmã da noiva); Afife e Carlito (noivos); Frei Balthasar Wix O.F.M (celebrante da cerimonia); Joanita e Joaquim (pais do noivo).
Na frente, à dir. da noiva: Faride ("dama de honra" e irmã da noiva).
Coleção: Afife Selem da Fonseca

Noivos, Antonio de Almeida e Iolanda Bechara, no altar da Igreja de Nossa Senhora da Glória, pelo dia de seu casamento, em 1951. Entre eles, vê-se Frei Balthasar, o celebrante da cerimônia e, à frente, a "dama de honra" e irmã menor da noiva, Ádma Bechara
Coleção de Fotos: Iolanda Bechara.

Alunos do Ginásio Carapebus em desfile comemorativo à data cívica de 07 de Setembro.
Local: Praça da Estação de Carapebus
Ano: 1970 (Aproximadamente)
Coleção: Everaldo Carvalho

Alunos do Grupo Escolar Thomaz Gomes, em desfile comemorativo à data cívica de 07 de Setembro, pelos meados de 1970.
Local: Praça da Estação Ferroviária
Coleção: Erondina Batista Ramos

Alunos do Ginásio Carapebus, em desfile comemorativo à data cívica de 07 de Setembro. À frente, em exibições malabarísticas, vê-se a pequena Gilmara Medeiros de Lima.
Local: Praça da Estação de Carapebus
Ano: 1970 (aproximadamente)
Coleção: Everaldo Carvalho

Carapebuenses reunidos em comemoração à inauguração do Colégio Comercial "Antônio Augusto da Paz", da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC).
Época: 1/12/1974
Acervo Fotográfico de Luiz Ernesto Carneiro da Silva

Noivos, Walter Amaro Vasconcelos e Cleusa Barreto Vasconcelos, no altar da Igreja de Nossa Senhora da Glória, em Carapebus, pelo dia de seu casamento.
Coleção: "Cleusa Barreto Vasconcelos"

Nicolau Zullo discursando na sede do Sindicato dos Lavradores de Carapebus, em prol de melhorias para a classe canavieira carapebuense.
Da esq. para a dir.:
Diogo Mancebo Reis – Membro da Diretoria do Sindicato
Dr. Djalma da Silva Almeida – Delegado de Polícia de Macaé
Iltamir Honório Abreu – Prefeito de Macaé
Marcionílio Almeida (Sr. Dico) e Elbe Tavares de Almeida – Membros da Diretoria do Sindicato
Ano: 1965
Coleção: Marina Santos Mancebo

Obs. Não se obtiveram informações para fins de identificação do quinto elemento (da esq. para a dir.)

Associados do Sindicato dos Lavradores de Carapebus, produtores rurais, diretores e operários da Usina Carapebus S.A., reunidos em frente à Estação Ferroviária de Carapebus, pela passagem do 28° aniversário de fundação do Sindicato dos Lavradores de Carapebus. Em primeiro plano, vê-se Dr. Iltamir Honório Abreu (o 6° da esq. para a dir.), Prefeito de Macaé.
Ano: 1963
Coleção: Everaldo Carvalho

Carapebuenses em comemoração festiva à inauguração do Sindicato dos Lavradores de Carapebus. Em destaque (ao fundo), veem-se, os fundadores do Sindicato – o primeiro Órgão de Classe de Carapebus.
Ano: 1939
Coleção: "Carmen Calomeni Pinto"

ENSINO EM CARAPEBUS

Raras são as notícias sobre o ensino em Macaé e em suas regiões até a era do Brasil-Império. No entanto, nos dois primeiros séculos do domínio português, foram os padres jesuítas os responsáveis por fundar as primeiras escolas de ler e escrever. Inicialmente, as escolas foram levadas às aldeias indígenas e depois, com a expansão territorial do Brasil recém descoberto, estendeu-se o ensino à população branca e à escrava.

Os primeiros registros do Ensino em Carapebus são encontrados nas edições do Almanak Laemmert, obra rara, encontrada no acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Os documentos fazem alusão ao período que se estende de 1850 a 1879 e, em especial, a de Antonio Caetano Braga, Domingos José de Souza, D. Maria Clara de Pádua Monteiro, Leandro Tavares, Antonio de Oliveira Tavares e Frederico da Gama Moret, professores da instrução Primária e, a José Joaquim de Abreu e ao vigário José Alves da Cruz, inspetores de escolas.

Em 15 de Outubro de 1827, a Assembleia Legislativa aprovou a primeira lei sobre a instrução pública nacional do Império do Brasil, propondo, em seu Artigo 179º, a abertura de escolas para meninas. No entanto, só depois de quase três décadas é que a Freguesia de Carapebus passou a dispor de sua Escola de Primeiras Letras, criada para o sexo feminino, por Deliberação Provincial, de 17 de Setembro de 1853.

Em 1877, com a Deliberação Provincial de 20 de Julho, a Freguesia de Carapebus dividiu-se em três Distritos Escolares e ficou estabelecido que as Escolas do 1º Distrito seriam as da própria sede da Freguesia, as do 2º seriam as Escolas do Rio do Meio e as do 3º, as do Sertão de Macabu (Paciência).

Em conformidade com a Lei nº 2.383, de 28 de Janeiro de 1929, a instrução pública primária passou a ser regulamentada em todo o Estado do Rio de Janeiro. Seu artigo 1º estabelecia a obrigatoriedade da educação intelectual, moral, cívica e física das crianças de ambos os sexos.

Nessa ocasião, era ativa em Carapebus a Escola Mista Estadual, o Colégio Velho[118], situado no local em que atualmente se aloja a Guarda Municipal de Carapebus. Antes, porém, na época em que às meninas não era permitido estudar em escolas coletivas, já havia algumas escolas particulares em regiões

[118] O "Colégio Velho", assim chamado vulgarmente, dizia respeito à Escola Estadual Isolada ou Escola Estadual Mista (época em que o ensino já era destinado à crianças de ambos os sexos), situava-se nos arredores da Vila de Carapebus, onde atualmente se encontra a Guarda Municipal de Carapebus. Sua construção data da segunda metade do século XX, segundo registros encontrados. Em 1970, encontrava-se totalmente em ruínas, mas, inegavelmente, deixou para várias gerações de Carapebus a lembrança do tempo em que os antepassados dos carapebuenses receberam os primeiros ensinamentos.

do interior de Carapebus que funcionavam na residência dos próprios professores. Como exemplo, podem ser citadas a escola de Capelinha do Amparo e a de Sapecado, administradas pelos enérgicos professores Pedro Brás e Ignácio Tavares, respectivamente.

No início de 1900, a educação em Carapebus desenvolveu-se, inclusive, graças à atuação do Sindicato dos Lavradores de Carapebus que, muitas vezes, apelou aos órgãos governamentais, solicitando a construção de escolas no interior: Lameiro, Quatis, Espera e Pedra Branca e, ainda, uma escola noturna, criada entre as décadas de 1940 e 1950, são exemplos da iniciativa dos sindicalistas. Esta última funcionava na Sede do próprio Sindicato.

Quase na metade do ano de 1900, a Vila de Carapebus ganhou seu primeiro Grupo Escolar, construído em terras doadas por Francisco da Silva Drumond e sua esposa, Maria da Conceição de Almeida Drumond. A doação constou de escritura pública, datada de 29 de Junho de 1947. No governo do Coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva, em 1947, foi inaugurado o Grupo Escolar Thomaz Gomes. O Colégio Velho, que até então funcionava como Escola Estadual Isolada, foi transferido para o novo estabelecimento.

Corpo docente e administrativo da primeira turma de formandos do "Ginásio Carapebus", onde se veem:
Na frente (da dir. para a esq.): Leilá Rocha Sobrinho, Angela Maria Pereira Vasconcelos e Eloisa Helena Alvarenga: professoras de História do Brasil e Geral, Matemática e Português (respectivamente);
Ao fundo (da dir. para a esq.): Sebastião Ferreira , Roberto Pessanha de Almeida, Abiacy Siqueira, Francisco de Assis de Oliveira Patrocínio, José Geraldo Tavares e Cesar Jardim: Diretor, Secretário, professores de Desenho, Geografia, História Geral e Secretário (respectivamente).

PROFESSORAS E ADMINISTRADORAS DOS PRIMEIROS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE CARAPEBUS

Alice Ramos Portugal – Diretora e professora do Grupo Escolar Thomaz Gomes (entre 1947 e 1949, aproximadamente).

Antenora Nunes dos Santos – Lecionou durante trinta e cinco ou quarenta anos; inicialmente, na Escola da Pedra Branca e, mais tarde, no Grupo Escolar Thomaz Gomes.

Eulina Vasconcelos Barbosa – Lecionou, entre 1947 e 1949, no Grupo Escolar Thomaz Gomes como Professora Adjunta.

Isabel Muniz Pessanha (D. Senhora) - Professora nomeada pelo Estado para lecionar na Escola Estadual Isolada (Colégio Velho). Na Escola, lecionou por mais de duas décadas.

Irani Carneiro – Professora nomeada pelo Estado para lecionar na Escola Estadual Isolada (Colégio Velho) nos primeiros anos da década de 1930. Lecionou por mais de uma década neste estabelecimento.

Jaci de Azevedo Oliveira – Lecionou durante trinta e cinco anos em sua própria residência, no Córrego Grande. Na década de 1970, foi nomeada pelo Governo Municipal, na gestão do Prefeito Alcides Ramos.

Maria Cecília Rodrigues de Almeida – Primeira Diretora do Grupo Escolar Thomaz Gomes. Atuou como diretora e professora do mesmo estabelecimento entre 1940 e 1950. Possuía aptidão especial para matemática, geometria e arte musical e teatral.

Coleção: Maria Cecília Rodrigues de Almeida

Maria da Conceição Peixoto – Lecionou no Grupo Escolar Thomaz Gomes por quase dez anos. Formou-se no Curso Normal do Liceu de Humanidades de Campos, em 1948. Atuou na direção do Grupo Escolar Thomaz Gomes, ao lado de Maria Cecília Rodrigues de Almeida.

Maria Machado – Professora nomeada pelo Estado para lecionar, entre 1943 e 1946, na Escola Estadual Isolada "Colégio Velho". Cursou o Ginásio e o Normal no Liceu de Humanidades de Campos.

Maria da Conceição Agostinho da Costa (D. Mariquinha) -Lecionou durante vinte anos em Itaquira (num local próximo à antiga torre do alambique de Itaquira). Fez os cursos Primário e Ginasial em Friburgo, e o Normal, em Macaé, no Colégio Macahense.

Maria Stella Vasconcellos Almeida – Professora Adjunta na Escola Estadual Isolada (Colégio Velho) nos primeiros anos da década de 1930.

Veni Bittencourt Murta - Lecionou no Grupo Escolar Thomaz Gomes, entre 1946 e 1947. Fez o curso Ginasial no Ginásio Municipal de Macahé e o Normal, no Colégio São Paulo. Especializou-se no método da silabação (método pedagógico da época).

Zilméria Rousseau Valença – Lecionou da 1ª à 4ª série primárias na Escola Estadual Isolada (Colégio Velho) e dirigiu o Grupo Escolar Thomaz Gomes, em 1947, época de sua inauguração.

NOMES QUE LEMBRAM O PASSADO DE CARAPEBUS

(A)

Antonio Caetano da Rocha Braga
Professor Público de Primeiras Letras, de 1857 a 1859. Agente de Correios da Freguesia de Carapebus, de 1859 a 1860.

Antonio Pereira de Almeida
Juiz de Paz, em 1910, e de 1923 a 1928. Capitão da Guarda Nacional.

Antonio Pereira de Almeida

Antonino Manoel Cure
Médico, formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com especialização nas áreas de Radiologia e Cirurgia Geral. Durante trinta e sete anos, assistiu aos operários da Usina Carapebus S.A. e à comunidade Carapebuense; prestou relevantes serviços a diversas áreas da Medicina, especialmente, a Obstetrícia. Atuou no ambulatório então existente e em domicílios.

Dr. Antonino Manoel Cure

Anfilófio Ribeiro de Aguiar
Telegrafista, durante trinta e cinco anos, da Estação Ferroviária de Carapebus.

Anfilófio Ribeiro de Aguiar

Antonio Caetano da Silva
Colaborou com a construção de escolas no interior de Carapebus, como, por exemplo, a Escola do Lameiro, construída em 1943, aproximadamente. Por meio do Sindicato, lutou para que fosse construído o Campo de Experimentação Agrícola.

Antonio Dias
Subdelegado de Polícia em Carapebus, entre as décadas de 1940 e 1950.

Antonio Dias

Aristóteles Pereira Barbosa dos Santos
Dentista por trinta anos, aproximadamente (de 1920 a 1950), da sede da Vila de Carapebus.

Aristóteles Pereira Barbosa dos Santos

Antonio Gomes Viana
Vereador na Câmara Municipal de Macaé, elegendo-se com quatrocentos e oitenta e sete votos pelo partido da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), no governo de Elias Agostinho, entre 1951 e 1957. Durante sua legislatura, trabalhou em favor do progresso do Distrito de Carapebus. Uma de suas metas foi a priorização das atividades agrárias de Carapebus visando à valorização do médio e do pequeno produtor. Na década de 1960, ocupou os cargos de Juiz de Paz do Distrito de Carapebus e de representante da Cooperativa de Crédito dos Lavradores de Canas do Estado do Rio de Janeiro. No final da mesma década, colaborou para o desenvolvimento social da vila ao se tornar um dos sócios fundadores do "Real Clube de Carapebus". Também é sua a iniciativa de fundação, na mesma ocasião, do estádio de futebol de Carapebus, cognominado "Estádio Antonio Gomes Viana".

Antonio Gomes Viana
Coleção: "Vianna de Souza"

Antonio Pereira Rabello
Juiz de Paz da Freguesia de Carapebus, entre 1859 e 1862.

Antonio Pereira Rabello
Albúmen, Carte de Visite, Macahé, s. data
Foto: Rocha Lima Photographo
Colleção Dona Rosa Joaquina
Macaé – RJ

Amâncio Ribeiro de Aguiar
Primeiro zelador do Grupo Escolar Thomaz Gomes, onde atuou durante dez anos.

Antônio Ribeiro Fernandes
Um dos fundadores da Igreja Batista de Carapebus. A Igreja foi inaugurada em 1922, em Canudos (Conceição de Macabu), transferida para Carapebus em 1928 e consagrada Igreja Matriz nos primeiros anos de 1940.

(B)

Frei Balthasar Wix
Vigário de Carapebus, foi o idealizador da arquitetura da atual igreja matriz de Nossa Senhora da Glória de Carapebus, nela atuando como vigário, entre o final da década de 1940 e os meados da década seguinte.

Frei Balthasar Vix
Coleção: Izaltina Tavares da Silva

Bento Fidélis Rosendo de Barcelos
Inovou o ideário político-social de Carapebus, na década de 1940. Eleito Vereador de Macaé na década seguinte, empenhou-se para promover o progresso de Carapebus.

Basílio José Ferreira Gomes
Fiscal da Freguesia de Carapebus, de 1862 a 1866 e de 1869 a 1871.

Bechara Elias Faddul El-Hage
Procedente da cidade de El-Monsorri (Líbano), Bechara Elias trouxe para Carapebus, em 1922, sua criatividade comercial. Gostava de fazer experimentos com diferentes tipos de lagartas, mesclando-as com folhas de amora, para induzir a criação do "bicho-da-seda". Gostava também de fabricar diferentes tipos de perfumes e variadas bebidas, como conhaques, licores, vinhos, etc. Em 1935, tornou-se um grande comerciante de secos e molhados em Carapebus. Até então, era mascate (espécie de vendedor ambulante) e vendia, pelas regiões do Imbiú, Pindobas, Itaquira, material de consumo, como tecidos, chapéus, calçados, etc.

Bechara Elias Faddul El-Hage;
Coleção de fotos de Iolanda Bechara de Almeida

Benedito Thomaz Sobrinho
Subdelegado de polícia de Carapebus durante três décadas, aproximadamente.

(C)

Clarindo Ferreira Esteves
Vereador na Câmara Municipal de Macaé entre o final de 1950 e o decorrer de 1960. Durante sua legislatura, foi autor de vários projetos que beneficiaram o Distrito de Carapebus como aqueles que levaram o abastecimento de água potável para a comunidade carapebuense, através da abertura de poços artesianos, além de outros empreendimentos ligados a medidas de saneamento básico. Colaborou também para a conclusão de várias obras de construção iniciadas no governo estadual anterior de Roberto Silveira, como a distribuição da rede elétrica e o asfaltamento da vila de Carapebus. Foi também sua iniciativa a indicação, à Câmara Municipal de Macaé, de nomes de cidadãos benfeitores de Carapebus, como Firmino José Ribeiro, Gê Sardenberg, Frei

Balthasar Wix e Francisco da Silva Drumond, com a finalidade de denominar algumas ruas da mesma vila.

Clarindo Ferreira Esteves

Carolina Baptista Pinto (Dona Carolina Chumbo)
Parteira, entre 1935 e 1945.

Carolina Júlia da Conceição (Dona Lulu)
Parteira entre 1930 e 1950 (Aproximadamente)

Celso Athayde Barbosa
Farmacêutico formado em 1940. Deixou um exemplo da abnegação e do carinho com que atuou, por dezessete anos, na comunidade carente de Itaquira.

Celso Athayde Barbosa

Constâncio da Silva Jardim
Professor público e particular da Freguesia de Carapebus. Entre 1860 e 1862, teve trinta e sete alunos do sexo masculino.

(D)

Dalila Matos de Azevedo (D. Ziza)
Primeira zeladora da Igreja de Nossa Senhora da Glória, fundada, em 1935, em Carapebus.

Dalila Matos de Azevedo
Coleção: Ailza dos Santos Gavinho

Diogo Mancebo Reis
Primeiro presidente da Associação dos Plantadores de Cana de Carapebus (A.P.C.C.). Como membro associado do Sindicato, entre as décadas de 1950 e 1960, contribuiu para a melhoria da situação da classe rural-canavieira carapebuense ao buscar subsídios para o aperfeiçoamento de técnicas agrícolas. É dele a iniciativa da instalação, na vila de Carapebus, de uma balança automática (a primeira do gênero no Estado do Rio de Janeiro) que, sem dúvida, melhorou o escoamento das safras canavieiras para a Usina Carapebus S.A. Demonstrava um profundo interesse pela criação de escolas, principalmente nas regiões do interior de Carapebus.

Domingos Pinto de Oliveira
Subdelegado da Freguesia de Carapebus, de 1849 a 1850 e de 1853 a 1857. Juiz de Paz da Freguesia de Carapebus, de 1849 a 1859, de 1867 a 1871 e de 1881 a 1884.

Domingos Pires Carneiro
Major e Cônsul de Portugal no Brasil. Procurador da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus, de 1890 a 1914. Grande comerciante de secos e molhados da sede da Freguesia de Carapebus. Possuía Patente da Guarda Nacional do Estado do Rio de Janeiro, registrada no Livro nº 56, de Registros de Patentes de Oficiais. Era cronista e historiador de Carapebus na época da Freguesia. Cultivou as primeiras plantações de cana-de-açúcar em Carapebus.

Daniel Carvalho de Almeida
Pastor da Igreja Batista de Carapebus, entre as décadas de 1940 e 1950.

Daniel Carvalho de Almeida
Coleção: Maria Cecília Rodrigues de Almeida

(E)

Elias Agostinho
Comerciante e cultivador de lavouras canavieiras em Carapebus, na década de 1930. Instalou, posteriormente, em Itaquira, uma fábrica de aguardente, bebida que ficou famosa na época por sua excelente qualidade. Prefeito de Macaé por dois períodos: de 18 de Fevereiro de 1946 a 08 de Outubro de 1946 e de 31 de Janeiro de 1951 a 31 de Janeiro de 1955.

Elias Agostinho

Eufrosina Tavares dos Santos (Dona Lô)
Funcionária dos Correios de Carapebus durante quase dez anos. Foi nomeada em 3 1 de Março de 1933 pela Diretoria Regional de Correios e Telégrafos do Estado do Rio de Janeiro.

Eufrosina Tavares dos Santos (Dona Lô)
Coleção (Izaltina Tavares da Silva)

Edmundo Guaritá Gonçalves
Nas décadas de 1930, 1940 e 1950, exercendo a função de dentista com eficiência e habilidade, prestou grandes serviços aos moradores da sede da Vila de Carapebus e aos do interior.

Edmundo Guaritá Gonçalves

(F)

Francisco de Assis de Almeida Pereira
Membro do Sindicato dos Lavradores de Carapebus. Representou a classe em diversos eventos, como por exemplo, o Congresso Açucareiro de 1945, realizado na cidade de Petrópolis. Foi representante dos Fornecedores de Canas da Região Centro-Sul junto ao Instituto do Açúcar e do Álcool (I.A.A.). Na década de 1960, colaborou com a transformação do Sindicato em Associação dos Plantadores de Cana de Carapebus.

Francisco de Assis de Almeida Pereira
Coleção: Francisco de Assis de Almeida Pereira

Francisco da Silva Crespo
Ocupou posto de Tenente da Primeira Companhia do 149º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional do Estado do Rio de Janeiro, tendo sido nomeado pela Carta Patente, Decreto de 12 de agosto de 1914, no Governo do Presidente da República, Wenceslaw Brás Pereira Gomes. Juiz de Paz do 3º Distrito de Macaé (Carapebus). Eleito Juiz de Paz no Pleito das Eleições Municipais de 1909.

Francisco de Souza Tavares (Capitão)
Juiz de Paz da Freguesia de Carapebus, de 1867 a 1871.

Francisco da Silva Drumond (Chiquinho Drumond)
Colaborou com o progresso da Vila de Carapebus. Manifestava grande interesse pela Educação. Em 1947, doou um terreno para construção do Grupo Escolar da Vila de Carapebus (atual Colégio Estadual Thomaz Gomes). Como membro integrante do Sindicato dos Lavradores de Carapebus, empenhou-se pelo aprimoramento do órgão. Entre 1939 e 1940, doou outro terreno para a construção da sede social da entidade de classe.

Francisco Pinto Tavares
Subdelegado de Carapebus, entre 1940 e 1945. Proprietário da padaria da antiga sede da Estação Ferroviária, na década de 1940 (Local da atual padaria da Praça da Estação).

Francisco Pinto Tavares

(G)

Genésio Athayde

Farmacêutico, em Carapebus, por trinta e cinco anos. Dedicou-se inteiramente à saúde do povo Carapebuense, principalmente na década de 1940, época em que o impaludismo ou malária espalhou-se por quase todas as regiões do Estado do Rio de Janeiro.

Genésio Athayde
Coleção "Maria Lúcia Alvarenga Couto "

Gê Sardenberg

Presidente-fundador do Sindicato dos Lavradores de Carapebus, em 1935. Ocupou o cargo de Presidente de 1935 a 1937 e de 1946 a 1947. Participou de vários eventos sobre questões canavieiras, Convenções e Congressos, como, por exemplo, o Congresso Canavieiro realizado no I.A.A., na cidade do Rio de Janeiro, em 1941. Foi orador eloquente. Seus discursos sobressaíam, sobretudo, nas datas cívicas e nos momentos mais importantes do Sindicato. Como exemplo, pode ser citado o ano de 1939 quando foi lançada festivamente, a "Pedra fundamental" de inauguração do prédio. Entre 1950 e 1960, ocupou, por dois mandatos, o cargo de vereador na Câmara Municipal de Macaé . Foi autor de vários projetos que beneficiaram Carapebus, inclusive ligados à área da educação, exemplificando-se seu empenho pela criação de escolas no interior da região. Colaborou também para a construção e reparos de estradas, pontes e pontilhões. Gê Sardenberg foi um dos criadores do "Ginásio Carapebus", fundado no início de 1960.

Gê Sardenberg
Coleção : " Família Sardenberg "

Geraldina Azevedo Dargan (D. Doia)
Atuou na direção e na administração dos Correios de Carapebus durante vinte e cinco anos, aproximadamente.

Geraldina Azevedo Dargan

(I)

Izabel Muniz Pessanha
Escrivã de Paz do Cartório de Carapebus (3° Distrito de Macaé), conforme se pode ver no Artigo nº 80 do Decreto-Lei nº 77, de 28 de Fevereiro de 1940. Esteve no cargo durante sete anos.

Isabel Muniz Pessanha

Isolino Tavares de Almeida
Subdelegado de Polícia em Carapebus, entre as décadas de 1930 a 1940.

(J)

João Miguel Baptista Paciello
Escrivão de Polícia, de Paz e Oficial do Registro Civil, de 1929 a 1934, época em que o Cartório de Carapebus era estabelecido em Paciência.

Joaquim José de Abreu (Major)
Subdelegado da Freguesia de Carapebus, de 1849 a 1853, em 1857, em 1864 e de 1876 a 1879. Juiz de Paz da Freguesia de Carapebus, em 1864, 1871, 1892 e 1900. Vereador Distrital, do Distrito de Carapebus, em 1874 e de 1878 a 1879. Inspetor de Instrução Pública da Freguesia de Carapebus, em 1874. Nomeado, em 1866, pelo Presidente da Província José Tavares Bastos, para o cargo de Comissário Vacinador de Carapebus.

Joaquim José Licério
Fiscal da Povoação de Carapebus e Quissamã, de 1849 a 1853.

João Baptista da Rocha
Escrivão do Subdelegado da Freguesia de Carapebus, de 1851 a 1853. Escrivão de Subdelegado e do Juízo de Paz da Freguesia de Carapebus, de 1850 a 1853, em 1857, de 1859 a 1862, de 1867 a 1869, em 1871, em 1878 e de 1881 a 1883.

Joaquim da Silva Tavares (Alferes)
Juiz de Paz da Freguesia de Carapebus, de 1864 a 1871.

Julião da Costa Pinto
Agente de Correios da Freguesia de Carapebus, em 1860, de 1866 a 1868 e em 1871. Escrivão do Juíz de Paz da Freguesia de Carapebus, de 1866 a 1868.

José Fellipe de Freitas Castro (Capitão)
Juiz de Paz da Freguesia de Carapebus, de 1864 a 1866 e em 1871.

Joaquim Alberto Brito Pinto
Presidente do Sindicato dos Lavradores de Carapebus, de 1942 a 1946. Defensor das questões rurais de Carapebus. Empenhou-se para que a classe canavieira fluminense tivesse representação na Comissão Executiva do I.A.A. (Instituto do Açúcar e do Álcool). Dedicou-se ao progresso da Vila de Carapebus, em 1945. Esforçou-se na conquista de luz elétrica e na construção de um posto médico. Foi representante dos Plantadores de Cana do Estado do Rio de Janeiro no I. A.A., em 1945 e, com isto, beneficiou a classe canavieira Carapebuense.

Joaquim Alberto Brito Pinto

João Pedro Sobrinho
1º Suplente de Subdelegado de Polícia do 3º Distrito de Macaé (Carapebus), nomeado em 28 de Janeiro de 1939, pelo Interventor Federal do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Ernani do Amaral Peixoto. Foi nomeado, pelo mesmo

Interventor, em 12 de Outubro de 1944, Subdelegado de Polícia do 3º Distrito de Macaé (Carapebus). Foi Prefeito de Macaé, de 31 de Março de 1947 a 16 de Outubro de 1947.

João Pedro Sobrinho

Joaquim da Silva Atalyba
Agente de Correios em Carapebus, de 1875 a 1877.

José Rosendo de Barcelos
No início de 1930, construiu, em terras próprias, a Escola Típica Rural, atualmente transformada em Escola Municipal José Rosendo de Barcelos.

José Rosendo de Barcelos

Josefina Leite de Mello
Parteira, entre 1930 e 1945.

Josefina Leite de Mello (D. Fina)
Coleção: Maureny Mello Leite

José Athayde de Alvarenga
Farmacêutico e parteiro, em Carapebus, por quase sessenta anos. Herdou do pai, Genésio Athayde, a aptidão para a farmácia. Aperfeiçoou seu

conhecimento em 1920, época em que prestou serviço militar em Macaé. Cuidou da saúde de várias gerações carapebuenses, numa era difícil, carente de luz elétrica, de saneamento básico e de outros recursos. Além do carinho e da dedicação que dispensava a todos, tinha também interesse em realizar pesquisas em prol da saúde da população. Como exemplo, pode-se lembrar que fabricava cápsulas de quinino (medicamento usado no combate ao impaludismo), poções para pele, para doenças do fígado e dos pulmões, xaropes, etc.

José Athayde de Alvarenga
Coleção: Maria Lúcia Alvarenga Couto

José Alvarenga Pinto
Farmacêutico com profundo conhecimento. Durante quase três décadas serviu à comunidade carapebuense e aos moradores do interior da região, razão pela qual é ainda lembrado nos depoimentos daqueles que viveram em sua época o carinho com que assistia aos enfermos e a seus familiares.

José Álvarenga Pinto

José Alves da Cruz (Padre)
Vigário da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus por mais de vinte e cinco anos, seu nome é encontrado em Livros de Registros de Batizados, Óbitos e Casamentos, de 1860 a 1887. Dedicou-se a atividades sociais e políticas na era da Freguesia de Carapebus e ocupou lugar de destaque na Tribuna de Macaé. Em 1886, tão grande foi seu empenho nas eleições para Deputado da Assembléia Provincial que seu nome foi escolhido para o cargo. Foi inspetor de escolas da Freguesia de Carapebus, em 1862 e de 1864 a 1868. Participou da

Comissão, nomeada por Deliberação Provincial, de 31 de Janeiro de 1876, para a conclusão das obras da Igreja Matriz (Igreja do Caxanga), em construção na primeira sede da Freguesia de Carapebus.

José Alves da Cruz (Padre)
Acervo de fotos da família Santos da Cruz

Julião José de Barcelos (Sr. Julico)
Subdelegado de Polícia de Carapebus, entre 1830 e 1840.

João Pimentel Ramos

Colaborou ativamente para a melhoria do ensino em Carapebus, sendo um dos pioneiros para a criação do Ginásio Carapebus.

João Pimentel Ramos
Coleção: " Erondina Ramos"

(L)

Ludgero Teixeira de Mello
Atuou como farmacêutico em Carapebus, desde o início de 1900, conforme revelam os antigos moradores do Caxanga, local onde residiu por mais de quarenta anos. Era portador de defeito físico e tinha como instrumento de trabalho uma rústica "maletinha" que transportava para os locais desertos, carentes de assistência médica. Ludgero faleceu em 1956. Lembram os antigos moradores do Caxanga que seus funerais contaram com a presença maciça dos Carapebuenses que, com gestos de gratidão e carinho, também ergueram o seu túmulo.

Latiff Mussi Rocha
Membro associado do Sindicato dos Lavradores de Carapebus entre as décadas de 1940 e 1950. Na ocasião, manifestou profundo interesse pelo progresso da

região ao divulgar, na "Gazeta de Macaé", jornal fundado por ele, em 1938, diversos assuntos ligados às atividades canavieiras de Carapebus, além de outros em que também se destaca Carapebus como importante Distrito para a economia do município de Macaé.

Latiff Mussi Rocha

(M)

Manoel José de Barcelos (Neco Abreu)
Construiu, em suas terras, a primeira Capela da Rodagem dedicada à Nossa Senhora da Penha e a São Manoel.

Manoel Rosendo de Barcelos
Benfeitor da região de Itaquira, doou parte de suas terras para a construção da capela de Nossa Senhora da Glória no local chamado de "Sonrisol", no início de 1940. Também trabalhou em prol da construção, em suas terras, de um cemitério para jazigo dos moradores da região.

Manoel Rosendo de Barcelos

Manoel Francisco Pinto
Presidente do Sindicato dos Lavradores de Carapebus, entre 1938 e 1941. Primeiro representante da Lavoura Canavieira do Estado do Rio de Janeiro, em 1941, junto ao I.A.A. Foi reeleito para o mesmo cargo, em 1942 e em 1943. Participou de debates para a elaboração dos Estatutos para a implantação da Lei Canavieira, entre 1940 e 1943. Defendeu fortemente a causa da Educação. Empenhou-se na construção da Escola do Lameiro. Participou, ao lado da

equipe dirigente do Sindicato dos Lavradores de Carapebus, de todos os acontecimentos referentes à classe Canavieira fluminense e aos trabalhadores rurais.

Manoel Francisco Pinto
Coleção: Carmen Calomeni Pinto

Maria Ferreira Carneiro da Cunha (D. Mariquinha Carneiro)
Em 1931, doou um terreno para a construção da Igreja de Nossa Senhora da Glória. A Escritura de Doação foi lavrada, em 31 de Dezembro de 1931, no Cartório de Paz de Carapebus-Macaé.

Mariana Ribeiro de Aguiar (D. Bila)
Parteira, de 1930 a 1950. Costureira habilidosa na confecção de fantasias para desfiles carnavalescos e vestidos a rigor na era dos famosos bailes ocorridos no Salão do Sindicato dos Lavradores de Carapebus, frequentados pelas tradicionais famílias Carapebuenses.

Maria Gomes Florinda (Maria Florinda)
Parteira, rezadeira e benzedeira, do final do século XIX às primeiras décadas do século XX.

(N)

Nicolau Zullo
Presidente do Sindicato dos Lavradores de Carapebus durante os primeiros anos de 1950. Enquanto ocupou o cargo e como membro associado do mesmo órgão, foi um grande defensor das questões canavieiras e rurais, de modo geral, dado o seu espírito de companheirismo e solidariedade para com a classe. Participou de vários eventos canavieiros como congressos, encontros e debates.

Nicolau Zullo

Nagib Mussi Rocha (Sr. Alfredo)
Colaborou para o progresso socioeconômico de Carapebus ao fazer prosperar, nas primeiras décadas de 1900, o pequeno vilarejo de Pindobas. No local, dedicou-se às atividades ruralistas e, sobretudo, ao comércio variado de gêneros alimentícios. Ressalte-se, porém, que, para manter a economia de seu Distrito, naquela ocasião, Carapebus carecia da produtividade econômica do interior de suas regiões.

Nagib Mussi Rocha

Nyrtes Rocha Sobrinho
Trabalhou na Usina Carapebus S.A. durante trinta e dois anos, exercendo, nos primeiros anos de 1940, as funções de Chefe de Escritório e do Armazenamento do Açúcar e Gerente da Cooperativa Agrícola de Carapebus. Na década seguinte, assumiu o cargo de Gerente da Usina Carapebus S.A. Incentivou as atividades culturais e sociais. Seus dons especiais sobressairam nas décadas de 1950 e 1960, quando a Vila de Carapebus viveu os tempos áureos do seu "Cine-Teatro".

(O)

Octacílio Baptista de Mattos
Serviu no 1º Regimento de Cavalaria, que perseguiu a *Coluna Prestes*, em Mato Grosso, aproximadamente em 1928.

Octacílio Baptista de Mattos
Coleção: Octacílio Baptista de Mattos

Orlando Nunes de Souza
Médico, formado na Escola de Medicina do Rio de Janeiro, em 1932. Atuou, entre 1936 e 1942, assistindo aos operários da Usina Carapebus S.A. e aos carapebuenses, em geral. Formado também em Direito.

Orlando Nunes de Souza
Coleção: Acervo "Laurita de Souza Santos Moreira"

Otacílio de Souza França (Otacílio Chumbo)
Telegrafista da Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, em 1938. Em meados de 1940, exerceu a mesma função no Departamento de Correios e Telégrafos (DCT). Construtor dos cabos de aços e outros equipamentos para os guindastes a vapor da Usina Carapebus S.A.
Tinha grande talento musical: escrevia partituras musicais e foi o primeiro clarinetista da Banda Musical Lyra Carapebuense, fundada no início de 1900.

Otacílio de Souza França

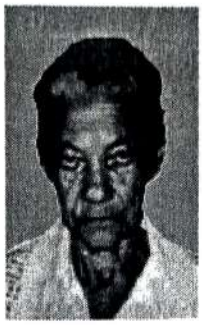
(P)

Palmiro José Tavares
Subdelegado de Polícia de Carapebus, entre 1922 e 1935.

(R)

Rita Emília da Silva
Parteira e rezadeira entre as décadas de 1940 e 1980 época em que se dedicou, com carinho e abnegação, à saúde dos moradores do interior de Carapebus,

principalmente de Rodagem e de Imbiú, regiões onde conviveu com seus antepassados. Tratava e curava "à distância" da saúde fisica e psíquica, conforme informações daqueles que a apelidaram "Mãe Rita".



Rita Emília da Silva
Coleção: Família Filgueira

Rozendo José (Capitão)
Grande incentivador das atividades sociopolíticas de Carapebus durante o período em que representou a Freguesia de Carapebus junto à Câmara Municipal de Macaé. Juiz de Paz da Freguesia de Carapebus, de 1859 a 1860 e de 1864 a 1871.

Rosendo José Nunes
Escrivão e Juiz de Paz em Carapebus, de 1919 a 1923. Realizou vários casamentos na região, entre 1930 e 1940, principalmente entre 1931 e 1934.

Rosendo José Nunes

(S)

Salim Selem Bichara
Integrante do corpo dirigente do Sindicato dos Lavradores de Carapebus na era de sua fundação. Como membro associado, teve participação ativa nas reivindicações da classe canavieira dirigidas às instâncias governamentais. Foi também grande incentivador do progresso social da vila de Carapebus, ao fundar, no início da década de 1940, a 1ª Organização Musical de Carapebus, a "Lyra Carapebuense".

Salim Selem Bichara
Coleção: Família Salim Selem

Sizenando Fernandes de Souza
Coronel-Comandante da 50ª Brigada de Infantaria da Guarda Nacional da Comarca de Macaé no Estado do Rio de Janeiro (Carta Patente, Decreto de 12 de Agosto de 1914, assinada por Wenceslaw Brás Pereira Gomes, Presidente da República). Prefeito de Macaé em dois mandatos: de 1924 a 1927 e de 1929 a 1930.

Sizenando Fernandes de Souza
Coleção: Acervo "Laurita de Souza Santos Moreira""

Sodrelina América Rocha Alvarenga (D. Mocinha)
Entre os anos de 1930 e 1970, atuou como parteira, assistindo ao nascimento de várias gerações carapebuenses. Dedicou-se também, com carinho e abnegação, a outras atividades da área de saúde na ocasião em que atuou no Ambulatório dos Plantadores de Cana de Carapebus e no Posto de Saúde local.

Salvador Gomes dos Santos (Salvador Fulosino)
Mestre nas atividades pesqueiras de Carapebus durante várias décadas do século XX. Ao lado de outros hábeis pescadores, como Manoel da Silva Pinto (Manequinho Gomes) e Manoel Inácio, liderou a abertura da Barra da Lagoa de Carapebus. Conhecia bem os fenômenos lunares, ventos e marés, o que lhe dava a convicção de que a abertura da Barra favoreceria a abundância de grande variedade de peixes.

(T)

Thomaz Fazio Astengo (Padre)
Vigário de Carapebus. Seu nome é citado nos "Livros de Registros de Casamentos de Pessoas Livres e Cativas", entre 1849 e 1856.

(Z)

Zeferino Gomes Coutinho
Fiscal da Freguesia de Carapebus, em 1857, de 1859 a 1860 e de 1867 a 1869.

Representantes da Câmara Municipal de Macaé no Governo de Elias Agostinho, período de 1951 a 1955.
Cidadãos carapebuenses integraram-se ao quadro na seguinte ordem numérica:
(1 e 2): Bento Fidélis de Rosendo e Antonio Gomes Viana (respectivamente) – Vereadores pelo Distrito de Carapebus. (3): Lacerda Agostinho – Presidente da Câmara. (4): Elias Agostinho - Prefeito.

Coleção fotográfica; Acervo jornalístico de Luiz Ernesto Olive Carneiro da Silva

Fundadores da Cooperativa Agrícola de Carapebus, onde se veem:
Ao fundo: Gê Sardenberg
À frente (da dir. para a esq.): Otávio Caetano, João Pedro Sobrinho e Miguel Mussi
Ano: 1948
Coleção: "Família Sardenberg"

Encontro de diversas Entidades canavieiras do país com o Presidente da República Brasileira, Getúlio Vargas (4º no primeiro enfileiramento, da esq. para a dir.).
Integram-se ao quadro, cidadãos carapebuenses na seguinte ordem numérica:
1 - Manoel Francisco Pinto: Delegado da Lavoura Canavieira Fluminense junto ao I. A. A. (Instituto do Açúcar e do Álcool) e Presidente do Sindicato dos Lavradores de Carapebus.
2 e 3 - Latiff Mussi Rocha e Antonio da Silva Caetano: membros da Diretoria do Sindicato.

Local: Salão Amarelo - Palácio do Catete (Rio de Janeiro)
Ano: 1941
Coleção: Carmen Calomeni Pinto

Devem ser lembrados também os seguintes nomes:

Joaquim Pinto Netto dos Reis, primeiro Barão de Carapebus, e seu filho **Antônio Dias Coelho Netto dos Reis**, segundo Barão de Carapebus que, mais tarde, se tornou Conde de Carapebus.

A pesquisa sobre estes ilustres cidadãos não revelou fatos significativos para a história de Carapebus. Entretanto, alguns dados merecem registro: o primeiro Barão nasceu na Freguesia de São Salvador dos Campos dos Goytacazes, formou-se Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, foi o Primeiro Promotor Público da cidade de Campos e Tenente-Coronel-Comandante do 13º Batalhão da Guarda Nacional da Província do Rio de Janeiro. O segundo Barão, também natural daquela cidade, foi um dos diretores-fundadores da Companhia Estrada de Ferro Machaé e Campos, foi Deputado e Diplomata.

Capítulo 8

Desenvolvimento Socioeconômico

ESTABELECIMENTOS DA ÉPOCA

No século XIX, a Freguesia de Carapebus dispunha de uma Escola de Primeiras Letras, de um Cemitério construído pela Lei Provincial nº 2.922, de uma Agência de Correios pertencente à Estrada de Ferro Leopoldina e de um templo católico construído na região do Caxanga em plena era imperial.

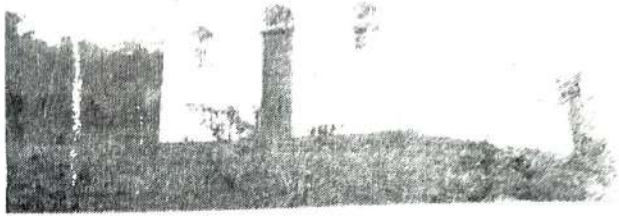
Na primeira metade do século XX, a comunidade carapebuense assistiu à criação de outros estabelecimentos, tais como: Usina Cabiúnas, Igreja Batista, originária de sua matriz em Canudos (Conceição de Macabu), Usina Carapebus, Sindicato dos Lavradores de Carapebus, Cooperativa de Insumos Agrícolas, Sociedade Musical Lyra Carapebuense (com quarenta e dois componentes) e um templo católico erguido na sede da estação ferroviária. Por volta de 1947, foi construído também no centro da Vila, um Cine-Teatro com capacidade para quinhentas pessoas e, na mesma data, um grupo escolar em substituição ao antigo "Colégio Velho".

O potencial agrícola de Carapebus devia-se à existência de um solo fértil que, livre da plantação da cana-de-açúcar, propiciou a expansão da agricultura. A plantação de café, na metade do século XIX, estendeu-se facilmente pelas encostas de terrenos elevados, favorecida por um clima ameno e pela incidência de chuvas regulares. Ainda hoje, em locais conhecidos como Sítio dos Herdeiros ou Mata Fresca, Morro da Cabeça e Sítio Xodó da Vovó, situados, respectivamente, nas regiões do Córrego Grande, Sapecado e Morrinhos, como reminiscência de uma era em que Carapebus possuía uma extensa reserva cafeeira[119], podem ser encontrados vários pés de café.

O café, ao lado de outros produtos de subsistência agrícola, representou para Carapebus um fator preponderante tanto que, nas décadas de 1940 e 1950, o Distrito já dispunha de um elevado número de estabelecimentos comerciais, espalhados, não somente na sede da Vila, mas também no interior de suas regiões. Ressalve-se ainda que a revista "Commercial de Macahé", em sua coluna "O que Macahé possue", em 1923, publicou matéria sobre o progresso econômico do Distrito de Carapebus em virtude de suas 47 casas comerciais e 1.334 propriedades agrícolas.

[119] A reserva cafeeira de Carapebus era constantemente destacada pela imprensa. Como exemplo, pode-se lembrar o que foi publicado em Junho de 1923, na coluna *Macahé de hoje*, da *Revista Commercial de Macahé*: "Importante districto, que bem pode ser classificado o celleiro do Município, pela variedade de sua produção, farta e abundante não só de feijão, milho, arroz, farinha de mandioca, amendoim, batatas, creação de gado vaccum, aves e ovos, porcos etc, como grandes culturas de café e cannas de assucar. É povoado em grande parte por uma enorme colonia syria de comportamento irreprehensível, intelligente e morigerada."

Templo Batista de Carapebus originário de sua matriz fundada em Canudos (Conceição de Macabu), em 1922.
Coleção: " Família Sardenberg"



Sindicato dos Lavradores de Carapebus inaugurado em 1939. Ao seu lado esquerdo, vê-se parte do prédio da Cooperativa Agrícola.
Coleção: "Família Sardenberg"

Grupo Escolar Thomaz Gomes inaugurado em 1947 no Governo Estadual do Coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva.
Acervo de fotos da Escola Estadual Thomaz Gomes

Vista parcial lateral da parte externa da Usina Carapebus S.A.
Ano: 1952
Coleção: Acervo de fotos de Marlene Siqueira

Estabelecimento de secos e molhados e residência, construídos juntos, no início de 1930, por iniciativas de Francisco da Silva Drumond.
O estabelecimento vulgarmente conhecido por "venda", situava-se às margens da Estrada do Sapecado.
Coleção: Maria Aparecida Drumond Peixoto

Entrada principal do mesmo Estabelecimento.
Coleção: Maria Aparecida Drumond Peixoto

Colégio misto Estadual (Colégio Velho), construído nos finais de 1800 (aprox.).

Casa do antigo correio de Carapebus fundado na década de 1940.

Colaboradores do Progresso Econômico

Manoel Antonio Gomes Sobrinho
(Manoel Fortuna)

Manoel Jorge Mussi (Sr. Nemer)
Coleção: Helena Alvarenga

Alvaro Coutinho Prata
Coleção: Aydê Prata Moura

José França de Abreu

José de Faria Maciel
Coleção: Anna Nunes Maciel

Dalton Miranda Pessanha
Coleção: "Júlia Dias Tôrres"

Nagib Dargan

A USINA CABIÚNAS

De acordo com a *Revista Commercial de Machaé; Órgão da Associação do Commércio, Industria e Lavoura de Machaé*[120], a Usina Cabiúnas[121], empreendimento açucareiro que não existe mais desde 1930, foi fundada, em 1918, por Victório Ferreira da Silva. Cinco anos após a sua fundação, passou a pertencer à firma Madeira & Cia. A capacidade industrial da Usina Cabiúnas foi descrita na mesma obra:

> *"Pertencem á Usina: as Fazendas Cabiunas com 350 alqueires de bôas terras, a Fazenda de Morro D'anta, com 280 alqueires de bôas terras, quasi todas cobertas de mattas virgens. Syldemar com 80 alqueires e o Sítio Cardoso com 3 alqueires. O combustível empregado é a lenha, existindo enorme reservas de mattas virgens. Está ligada á estação de Cabiúnas por sólida linha ferrea com trilhos de 23 quilos por metro corrente, sobre os quaes trafega o material da Leopodina comboiado por possante locomotiva pertencente a Uzina. Pode esmagar 200 toneladas de canna em 24 horas sendo o processo de extracção do caldo feito por dois ternos de moendas de 24x48, puxados por dois motores a vapor de 60Hp cada um. O systema de fabricação difere de todas as uzinas de Campos e com o qual contam os seus proprietarios fazerem grande economia no combustivel fabricando unicamente o typo crystal. Possue boa destillaria para aguardente sendo a Uzina e suas dependencias iluminadas a luz electrica. Contam os seus proprietarios iniciarem a proxima colheita em fins de Maio ou principio de Junho."*[122]

---

[120] Junho de 1923.

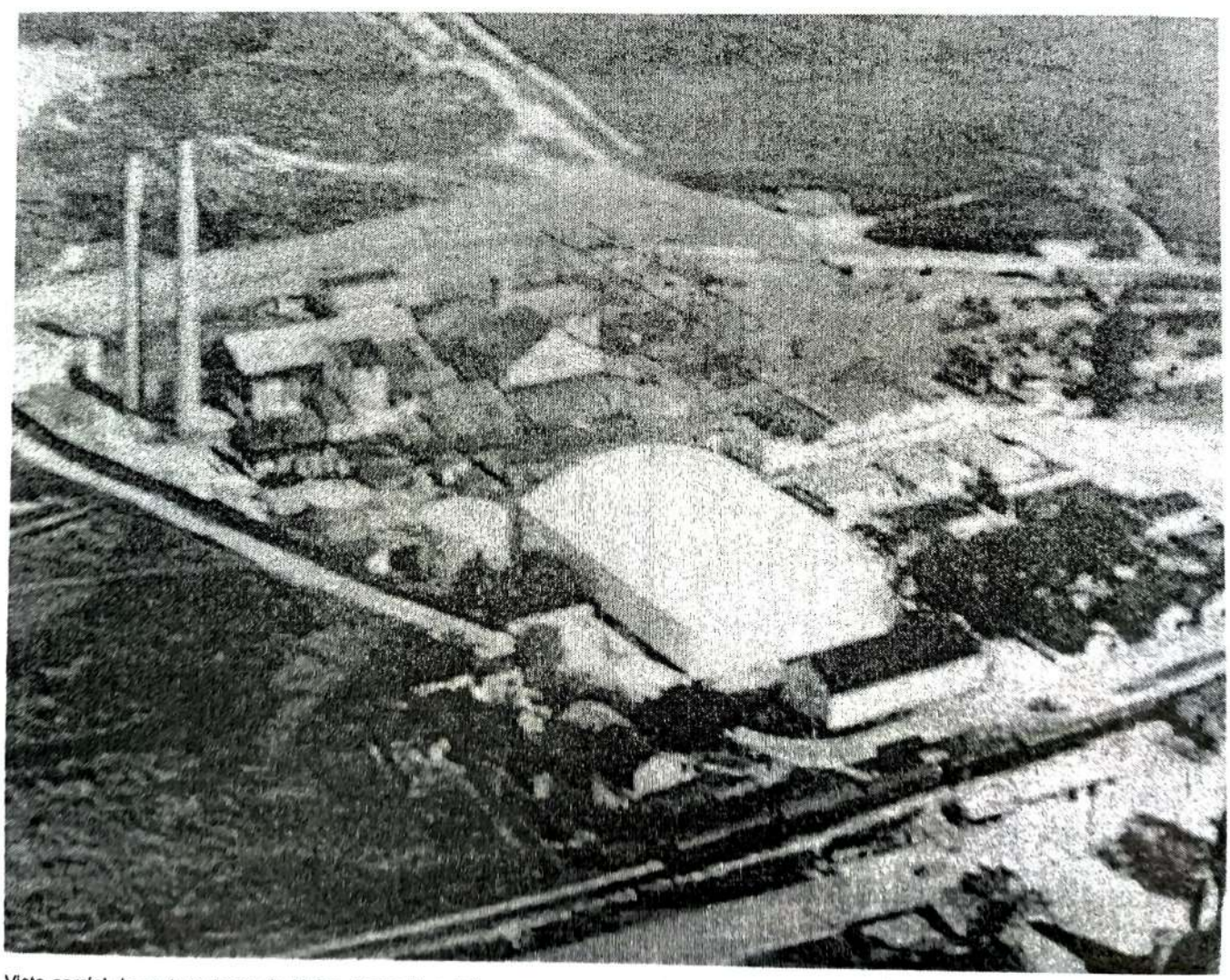
[121] Cabiúna: terra ao sul do povoado Retiro Saudoso, em São Fidélis. Vila e estação da Leopoldina, usina de açúcar e sede do 2º Distrito de Macaé, na região litorânea e a noroeste da lagoa de Jurubatiba.
Cabiúna: "(...) tupi *kawi'uma* (ka'a mato+ *ombï* verde + *una* preto, negro) (...)." HOUAISS, op. cit., p. 544.
Cabiúna: "De caá, mato; binuna por piuna, preto. É mato escuro, fechado, de difícil acesso. Também é cabeça de negro, devido ao cabelo duro, emaranhado, pichaí." Cf. ALCOFORADO, op. cit., s. n.
Cabiúna: "(...) Do Tupi, *kaui'una*." CUNHA, op. cit., p. 131.

[122] Ibid.

A Usina foi construída em terras carapebuenses, nas proximidades da Ingazeira. Situava-se a seis quilômetros da Estação Ferroviária de Cabiúnas. A distância até a cidade de Macaé era de dezenove quilômetros. Perto dela passava a chamada Vala do Imburo, uma via de comunicação que servia ao Canal Campos-Macaé que, na época, prestava excelentes serviços aos agricultores da região.

Com a construção da Usina Carapebus S.A. no coração da Vila, a pequena fábrica de Cabiúnas foi completamente desativada; máquinas e antigos e experientes operários foram transferidos para a nova Usina.

A USINA CARAPEBUS S.A.



Vista parcial da parte externa da Usina Carapebus S.A. com seus compartimentos fabris e imediações.
Acervo: Usina Carapebus S.A.

A Usina Carapebus, primeira indústria açucareira de Carapebus a se projetar nacionalmente, originou-se do pequeno Engenho de Cabiúnas, mais precisamente, da Usina do Limão, primeiro empreendimento do gênero criado no país, construído em terras campistas.

A Usina do Limão, depois do falecimento de seu antigo proprietário, João José Nunes de Carvalho, foi adquirida pelo Coronel Francisco Ribeiro de Vasconcellos que, em 1928, transferiu todo o maquinário para a sede do distrito de Carapebus e, junto com o seu filho, José da Motta Vasconcellos (Zuza), empresário com larga experiência no ramo, construiu uma nova usina.

Poucos anos após sua instalação, a Usina Carapebus foi comprada pelo comendador português Antônio Augusto da Paz que, com suas habilidades industriais expandidas pela Firma Grilo Paz & Cia., associou-se a seu filho, Olímpio Augusto da Paz, a Oswaldo Moreira (a quem coube a superintendência geral da Usina) e a Manoel Gonçalves, formando a equipe dirigente da Usina Carapebus S.A. Nessa época, a Usina foi totalmente remodelada e seu maquinário era de origem alemã e holandesa.

Inicialmente, a Usina Carapebus S.A. valeu-se de antigos operários já experientes oriundos das extintas Usina do Limão e Usina Cabiúnas e também de outras unidades que se afastavam da antiga tecnologia dos velhos engenhos e se transformavam em usinas e engenhos centrais.

A partir da década de 1930, a quantidade de canaviais da Usina correspondia a um terço do território carapebuense, o que provocou vários *superavits* na produção do açúcar nas décadas de 1940 e 1950.

A Usina produzia diariamente dois mil e quinhentos sacos de açúcar cristal e o peso unitário era equivalente a sessenta quilos. Para o reaproveitamento da matéria-prima, a Usina dispunha de uma destilaria para transformar o melaço, produto resultante da cristalização do açúcar, em puro álcool etílico, cuja produção era de, aproximadamente, seis mil litros diários vendidos para o local e para os comércios vizinhos.

Para manter a combustão de suas caldeiras e assim realimentar por vinte e quatro horas o trabalho de suas máquinas e turbinas, a fábrica queimava lenhas e usava o bagaço da cana que, conduzido por vagões da Estrada de Ferro Leopoldina, chegava ao Rio de Janeiro para ser vendido e reciclado para as fábricas de papelão.

O vinhoto, lixo residual do melaço, antes da aquisição de filtros e outros equipamentos purificadores, era lançado em correntes e valões; por seu odor desagradável, causava grande incômodo aos moradores do Caxanga. O vinhoto provocava outros danos à comunidade carapebuense: ao atingir a Lagoa de Carapebus, provocava a mortandade de peixes; ao misturar-se com materiais putrefeitos (resíduos vegetais e animais), formava focos criadouros de mosquitos e de outras pragas maléficas à vida.

Do mesmo modo, antes do uso de tratores e caminhões para o escoamento das safras canavieiras, Carapebus se utilizava de seu tradicional carrinho de bois, que tinha capacidade de transportar entre mil e quinhentos

e dois mil quilos e que, em face da distância das lavouras, era composto por quatro ou seis juntas de bois. Utilizava-se ainda de oito ou dez pranchas — algumas de propriedade da própria Usina e outras, de particulares —, que tinham capacidade quatro vezes maior do que a do carro de bois. As pranchas, inicialmente, conduzidas por lanchas remadas à mão e, mais tarde, força motriz, tinham como ponto inicial para o carregamento de cana os pequenos portos de Pedra Branca, Barreiros, Fundão e Boa Sorte. Alguns vagonetes (ou grades), de propriedade da Cia. Leopoldina Railway, outro meio de transporte da cana do interior de Carapebus até o portão principal da Usina, eram conduzidos por uma pequena locomotiva. Chegando ao portão, a cana era colhida pelo guindaste da fábrica ou pelos braços dos próprios operários; percorria, em seguida, os diversos setores da fábrica, como balança, esteira, moendas, até se trasformar em açúcar cristal.

A Usina Carapebus S.A. teve grande participação no desenvolvimento econômico da região de Carapebus. Criada na era do Distrito, gerou empregos, formou artífices em mecânica, hidráulica e marcenaria, estimulou e protegeu o plantio da cana-de-açúcar e outras lavouras cultivadas na mesma ocasião.

De acordo com a *Revista Municípios em Destaque*, a indústria foi de grande importância ao Município e ao Estado. Na virada da década de 1950, afirma o documento que a produção da Usina alcançou a marca de trezentos mil sacos de açúcar cristal e de um milhão de litros de álcool potável, rendendo dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros.

PIONEIROS DA USINA DE CARAPEBUS S.A.

1. EQUIPE DIRIGENTE

Coronel Francisco Ribeiro de Vasconcellos
Fundou, em 1928, a Usina para fabricação do açúcar cristal, até então, uma espécie de engenho a vapor, originário da remanescente Usina do Limão, construída em terras campistas.

Comendador Antonio Augusto da Paz
Fundou, em 1934, aproximadamente, a Usina Carapebus S.A. Trouxe para Carapebus uma nova era, a da fabricação do açúcar cristal e da destilaria do álcool, de acordo com a tecnologia industrial vigente. A partir daí, ocupou o cargo de Presidente/Diretor por mais de três décadas.

Olímpio Augusto da Paz
Vice- Presidente da Usina Carapebus S.A., ocupou o cargo de Presidente por volta de 1960, em razão do falecimento de seu pai, Antonio Augusto da Paz.

Oswaldo Pessanha Moreira
Diretor e Gerente da Usina Carapebus S.A. Membro Integrante da primeira equipe de dirigentes.

Nirthes da Rocha Sobrinho
Chefe de Escritório, do armazenamento do açúcar e, mais tarde, Diretor e Gerente da fábrica.

Manoel Antunes Barreto (Sr. Barreto)
Chefe do setor de Almoxarifado, durante quarenta anos. Levou sua experiência da Usina Cabiúnas.

João Pimentel Ramos
Chefe de escritório e do setor de contabilidade da Usina, Contador e Guarda-Livros, durante quase quatro décadas.

Coleção: "Erondna Ramos"

2. OPERÁRIOS, ADMINISTRADORES DE TERRAS E OUTROS QUE COLABORARAM PARA O PROGRESSO DA USINA

Armando Gavinho
Chefe de setor de soldagem de toda a engrenagem de máquinas da Usina por mais de quarenta anos. Iniciou na área como aprendiz, aos catorze anos.

Coleção: Ailza dos Santos Gavinho

Antonio Cristiano Medeiros
Eletricista. Levou da Usina Barcelos seu conhecimento na área e atuou em Carapebus por mais de quatro décadas.

Antonio Manoel de Oliveira (Sr. Santos)
Setor de Esteira ou Ponte Rolante.

Aquiles Vasconcellos
Administrador geral das fazendas e lavouras da Usina.

Basílio Manoel Francisco de Paula
Mecânico e motorista de caminhão.

Benedito Castilho
Prancheiro, na época em que o veículo era remado à mão.

Coleção: "Família Castilho"

Benedito Gonçalves
Administrador Geral das Fazendas da Usina Carapebus S.A. e das regiões do Sapecado, Pedra Branca e Boa Vista, durante trinta anos.

Benevides José da Silva
Ferreiro. Fabricava e montava ferramentas para uso nas lavouras e na fábrica.

Camilo (Mestre Camilo)
Levou da Usina do Limão, em 1934, um profundo conhecimento sobre o cozimento do açúcar. Por isto, ficou conhecido como "Mestre Camilo" ou "Mestre Caldeireiro", durante as três décadas em que trabalhou na Usina.

Coleção: Ailza dos Santos Gavinho

Carim Jorge Mussi
Setor de pesagem de canas (setor de balanças) e administrador da parte externa da Usina.

Coleção: Helena Alvarenga

Doralino Nunes dos Santos (Sr. Dodó)
Setor de extração do caldo de cana (Setor de moendas).

Francisco Victoriano de Sá Freire (Filinho Tomé)
Atuou durante vinte e cinco anos nos setores de extração do caldo de cana e de fabricação do açúcar.

Francisco da Silva Caldas
Mecânico com grande conhecimento na fabricação de motores de explosão. Levou experiência da Usina de Cambaíba (Campos), no início de 1930.

Floriano Silva dos Santos
Encarregado e Fiscal do setor do cozimento e cristalização do açúcar durante várias décadas, desde o início de 1930. Levou da Usina de Santa Maria sua experiência.

Francisco Jorge Filho (Chico Jorge)
Administrador das fazendas da Usina, das regiões de Cabiúnas e Ingazeira.

Francisco dos Santos Garcia
Setor de pesagem de canas (setor de balanças)

Henrique Daumas Sobrinho
Arrendatário de terras das fazendas Cabiúnas e Santa Maria para plantações de canas da Usina. Colaborou para que, em 1950, se registrassem grandes *superavits* nos redutos canavieiros de Carapebus.

Jocy de Souza
Trabalhou durante trinta e cinco anos como torneiro e mecânico, experiência adquirida nas Usinas de Santo Amaro e de Thaí (Campos).

Júlio Ferreira de Lima (Júlio Gaspar)
Carpinteiro por mais de três décadas.

Joaquim Paz da Silva Neto
Serralheiro, com amplo conhecimento sobre todas as espécies de madeira. Levou sua experiência da cidade de Campos, aproximadamente em 1938.

José Lamóglia Sobrinho
Motorista de caminhão.

José Gomes Monteiro (Zé Bolepo)
Tratorista e maquinista da locomotiva da Leopoldina, meio de transporte que servia à Usina no carregamento de canas, além do carro de bois, tratores e caminhões.

José Matos Lamóglia (Zé de Ziza)
Tratorista, durante quarenta anos, aproximadamente.

José Francisco Mancebo
Fabricava e fornecia os dormentes para os trilhos da estrada de ferro, outra via de acesso, além dos carros de bois, tratores e caminhões que serviam ao transporte de cana do interior das lavouras de cana para a Usina Carapebus S.A.

Joaquim Dias Torres (Joaquim Chumbo)
Grande conhecedor de toda a engrenagem mecânica da Usina Carapebus S.A., tornou-se um grande artífice na fundição de aço, ferro, alumínio e cobre. Com destreza, lidava com carbureto, experiência que adquiriu ainda jovem, na Cia.de Estrada de Ferro Leopoldina, na cidade de Campos. Timoneiro das lanchas que conduziam cana , lenha e madeira dos portos da Pedra Branca, Barreiros e outros para a Usina Carapebus S.A.

Laurentino Lamóglia (Sr. Duca)
Trabalhou no setor de extração do caldo de cana e foi chefe da destilaria do álcool, durante trinta e cinco anos, aproximadamente.

Lucínio Nunes de Mattos
Mecânico ajustador de máquinas, com profundo conhecimento na área de turbinagem.

Luiz da Silva
Setor de fabricação do açúcar durante quase quatro décadas.

Manoel Pinto de Souza
Administrador geral das lavouras e terras da Usina, durante dez anos.

Manoel Vasconcelos da Mota
Administrador da Fazenda Pedra Branca e, posteriormente, administrador geral das fazendas e lavouras da Usina.

Manoel Alípio José (Sr. Badejo)
Atuou no setor de cozimento do açúcar durante quarenta e cinco anos.

Manoel Ribeiro de Aguiar
Setor da destilaria do álcool. Atuou na área durante trinta e cinco anos.

Maurílio Pinto Lamóglia
Ajustador de máquinas.

Nelson Tavares
Setor de cozimento do açúcar (setor das caldeiras).

Nazílio Cesário dos Santos
Carpinteiro-mestre durante quarenta anos, aproximadamente.

Orlando Tâmega da Silva
Setor de balanças e administração da parte externa da Usina.

Paulino da Silva Couto (Sr. Coutinho)
Setor de extração do caldo de cana (setor de moendas).

Pompeu Dias
Prancheiro, na época em que o veículo era remado à mão (antes de 1950).

Severino dos Santos
Carpinteiro com experiência adquirida na Usina de Barcelos.

Salomão Matos Lamóglia
Motorista de caminhão.

Sebastião Vasconcellos
Administrador das fazendas da Usina das regiões da Boa Sorte, durante dez anos, aproximadamente.

Tito Dias
Guindasteiro, guiava e cuidava da manutenção dos guindastes.

Trajano José Ribeiro
Primeiro prancheiro da Usina.

Valdevino Ribeiro Barcelos (Sr. Badeco)
Setor de extração do caldo de cana (setor de moendas).

Waldir Pinheiro (Sr. Dedeco)
Setor de destilaria do álcool.

O SINDICATO DOS LAVRADORES DE CARAPEBUS

Sócios-fundadores do Sindicato dos Lavradores de Carapebus
Sentados (da dir. para a esq.): Francisco da Silva Drumond, Manoel Francisco Pinto e Gê Sardenberg (Presidente do Órgão)
De pé (da esq. para a dir.): Otávio da Silva Caetano, Salvador Mancebo Azanhas, Benedito Nunes Martins, João Pedro Sobrinho, Zarif Jorge, Palmiro José Tavares e José Lima.
Obs Não se obteve informação para fins de identificação do primeiro elemento sentado ao fundo à esquerda no segundo enfileiramento.
ya Fi nilia Sardenberg"

Representantes da lavoura canavieira do país reunidos na parte frontal do prédio da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil.
Representando o Sindicato dos Lavradores de Carapebus, vê-se em composição numérica:
(1) Luis Jorge
(2) Salvador Mancebo Azanhas
(3) Latiff Mussi Rocha
(4) Salim Sellem Bichara
(5) Antonio da Silva Caetano
(6) Coronel Francisco Pinto
Local: Lido - Rio de Janeiro
Coleção: Carmen Calomeni Pinto

No dia 15 de Dezembro de 1935, em Assembleia Geral, por iniciativa de Gê Sardenberg e de mais vinte e cinco lavradores, instituiu-se, de acordo com as leis vigentes, o Sindicato dos Lavradores de Carapebus. Embora tivesse como objetivo primordial beneficiar a classe canavieira e o trabalhador rural, o Sindicato de Carapebus tomou para si a tarefa de garantir o uso adequado de técnicas agrícolas, imprescindível ao aproveitamento do solo e à diversificação da agricultura.[123]

A primeira diretoria do Sindicato, eleita para uma gestão de dois anos, foi composta pelos seguintes integrantes: Gê Sardenberg (Presidente), Aristóteles Prata (Secretário), Francisco da Silva Drumond (Tesoureiro), Salim Selem Bichara, Manoel Cordeiro da Silva Pinto (Manequinho Cordeiro) e Palmiro José Tavares (Conselheiros Fiscais). Outros sócios fundadores, como João Pedro Sobrinho, Joaquim e Salvador Mancebo Azanhas, Manoel Gomes da Silva Pinto (Manequinho Gomes), Antônio Caetano e Benedito Nunes Martins tiveram brilhante participação nos primeiros anos de atuação do Sindicato.

Consta do Livro de Registros de Atas de Reuniões dos Associados que os sócios fundadores cumpriam, entre outras, a tarefa de mediar o diálogo entre a classe canavieira e a equipe de dirigentes da Usina, a fim de que se pudesse resolver questões específicas, como defasagem de preço da tonelada da cana e atraso do pagamento das cotas, questões que dificultavam o escoamento das safras canavieiras conforme as exigências do Instituto do Açúcar e do Álcool (I.A.A.).

[123] Mamona, algodão, amendoim, milho e feijão foram constantemente cultivados na época das entre-safras da cana-de-açúcar.

Única agremiação representativa do local, o Sindicato atuou, inclusive, em benefício da própria comunidade carapebuense: não raras vezes, pôde demonstrar sua força e seu poder de representação, conseguindo do poder executivo municipal a construção de escolas, estradas, pontes e outras benfeitorias.

Na década de 1940, Joaquim Alberto Brito Pinto e Manoel Francisco Pinto contribuíram significativamente para a história do Sindicato dos Lavradores de Carapebus: o primeiro, além de liderar os movimentos classistas de reivindicação às instâncias municipal e estadual, era, comumente, o representante da classe dos agricultores junto ao I.A.A.

A participação em encontros, debates, congressos e em outros eventos afins aos problemas da classe realizados em vários pontos do país despertava o desejo de trazer o progresso para a Vila de Carapebus. Exemplo disto foi a ideia de criar, na região, um campo de experimentação agrícola que usasse como adubo do solo o resíduo final da extração do caldo da cana-de-açúcar.

O conhecimento de Manoel Francisco Pinto da área canavieira contribuiu para que o Sindicato prosperasse entre 1936 e 1944. Seu companheirismo e seu interesse por causas coletivas puderam ser reconhecidos quando, em 1938, integrou a Comissão Executiva para os Estudos e Debates do Anteprojeto dos Estatutos Canavieiros e foi eleito representante da classe canavieira do Estado do Rio de Janeiro no I.A.A. No mesmo ano, ao lado de juristas e defensores de teses sobre a classe canavieira, colaborou com a criação da Lei 178 (Lei da Mecanização da Lavoura), que tanto beneficiou os lavradores de Carapebus.

Conforme a Ata de 07 de Janeiro de 1945, com nove anos de existência, o Sindicato já havia alcançado gloriosas vitórias. Em 1937, conseguiu que a Usina local moesse as canas acumuladas; em 1938, teve o apoio do Exmo. Presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, para que se fizesse representar na comissão executiva do I.A.A. para a qual enviou um delegado eleito por aclamação entre os membros associados, o Sr. Manoel Francisco Pinto; em 1939, com a presença da comunidade e o brilhante repertório da banda musical Lyra Carapebuense, inaugurou sua sede social e, na mesma ocasião, instalou definitivamente sua cooperativa agrícola; em 1940, registrou a chegada do Almirante Amaral Peixoto (Interventor do Estado), esposa e comitiva, época em que os escolares, por intermédio de Alzira Vargas do Amaral Peixoto, conseguiram a promessa de construção de um grupo escolar para a localidade (atual Colégio Estadual Thomaz Gomes); em 1941, grande foi o êxito de alguns de seus componentes ao participarem do I Congresso Canavieiro realizado no Rio de Janeiro, que contou com a presença das várias delegações do País, sobressaindo-se em particular a dos Estados de Pernambuco e Alagoas.

Outros benefícios foram requeridos com a participação do Sindicato: a luz elétrica (que deveria ser instalada através do manancial energético de Glicério), a construção de uma "via variante" na estrada que ligava Campos a Niterói, passando por Capelinha do Amparo, uma subcoletoria e um posto

médico para atender aos necessitados e aos vitimados pelas consequências do impaludismo, doença comum àquela época.

No decorrer de 1950, o Sindicato foi adquirindo um elevado número de associados. Em 1968, com o propósito de trazer a Carapebus mais recursos agrícolas e socioeconômicos, transformou-se em Associação dos Plantadores de Cana de Carapebus. Daí em diante, outros moradores, nascidos ou não em Carapebus, passaram a integrar os quadros da Associação, como, por exemplo, Diogo Mancebo Reis (primeiro presidente), Nicolau Zullo, Clarindo Ferreira Esteves, Elbe Tavares de Almeida, Antonio Gomes Viana, Bento Fidélis Rosendo de Barcelos, Coronel Francisco Pinto, Antônio Nunes Martins Sobrinho, Ernando Machado Gavinho, Carlito Gonçalves da Fonseca, Nacif Salim Selem, Firmino José Ribeiro, José Carlos Neto, Agenor Batista Esteves, Nicanor Batista Esteves, Manoel do Espírito Santo, Olavo José Ribeiro e Sizenando Pinto Dídimo. Destes, alguns eram procedentes do velho Sindicato. Destacando-se na nova entidade de classe, marcaram nova era na história rural e canavieira de Carapebus.

SÓCIOS-FUNDADORES DO SINDICATO DOS LAVRADORES DE CARAPEBUS

Gê Sardenberg – Presidente

Francisco da Silva Drumond – Tesoureiro

Manoel Cordeiro da Silva Pinto – Conselheiro Fiscal

Salim Selem Bichara – Conselheiro Fiscal

Palmiro José Tavares - Conselheiro Fiscal

Aristóteles C. Prata – Secretário

André Moreira

Antonio Caetano da Silva

Antonio Dias Torres

Antonio Pereira de Almeida

Antonino da Silva Couto

Benedito B.Pereira

Benedito Nunes Martins

Domingos Carvalho

Francisco R. Barbosa

Gabriel Reis

Joaquim Alberto Brito Pinto

João Pedro Sobrinho

José Dias Tôrres

José Gavinho Maciel

Laurentino Dias Torres

Manoel Gomes da Silva Pinto

Pery R. Fernandes

Salvador Mancebo Azanhas

Vitalino Laurentino

Coleção: "A.P.C.C."- Associação dos Plantadores de Cana de Carapebus

IGREJA BATISTA DE CARAPEBUS

Breve Histórico de seu Começo

Conforme informações do Sr. José Ribeiro Batista (Sr. José Barros), a primitiva Igreja Batista de Carapebus — que foi transferida de Canudos (Conceição de Macabu) —, teve como começo, um pequeno templo, construído em 1922 nas proximidades do Córrego do Lameiro, não muito distante da estrada principal, ali formando uma pequena irmandade religiosa. Era uma casa de oração, os cultos em dias de semana, eram nas casas e, nos domingos, na igreja. O pastor era o Sr. Correia e os batizados eram feitos nas águas do córrego.

Outras informações acerca da primitiva igreja procedem dos relatos de Antenor Dias Torres que confirma as palavras do Sr. José Ribeiro Batista, inclusive no que diz respeito à localização e à origem da igreja. Diante do por eles exposto e com base em alguns registros encontrados nos primeiros livros de atas da atual matriz, conclui-se que uma pequena organização religiosa deu origem, em 1922, à atual Igreja Batista de Carapebus.

Em 1927, o pastorado da igreja, esteve a cargo de Antonio Ribeiro Fernandes e, durante a década de 1930, de outros reverendos, como os pastores José Silveira e Isaac Martins. Na ocasião, foi de grande relevância o trabalho em conjunto realizado pela liderança pastoral e por alguns membros operantes da igreja. Entre eles, Gabriel de Freitas Reis (primeiro secretário), Beatriz Caetano Prata (segunda secretária), Gê Sardenberg, Francisco Alves Ferreira, Laurentino Vitalino, José Cardoso e outros.

Já com vários grupos organizados, como a "Sociedade de Senhoras", "Sociedade de Moços" e "Sociedade Infantil", aos poucos, as atividades religiosas foram se organizando para a propagação da fé batista em Carapebus e inclusive, no interior para onde eram também levados os cultos e outras celebrações religiosas.

Um novo templo, construído em 1940, no centro da vila de Carapebus, atendeu aos anseios da comunidade batista de Carapebus que sentia a necessidade de um novo espaço, de dimensões maiores que o anterior, que pudesse, de forma mais eficaz, atender ao crescimento das atividades religiosas referentes às Escolas Dominicais que faziam expandir as diversas congregações religiosas, tais como: Cordeirinhos do Senhor, Brilhos Celestes, Filhas do Rei, Trabalhadores Fiéis, Trabalhadores por Cristo, Atalaias de Cristo e outras lideradas pelas professoras de "classe" à exemplo de Ana Reis, Azereth Dias de Carvalho, Maria Cecilia Rodrigues de Almeida, Ziléia Prata, Regina Sardenberg e Oridiana Prata.

DATAS HISTÓRICAS

09 de Maio de 1842 – A Lei Provincial nº 272 cria a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus, transformando o Curato em Freguesia Colada e separando-a de Quissamã.

1º de Março de 1841 – Ofício dos lavradores e moradores do Curato de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus, pedindo à Câmara Municipal de Macaé que considerasse pública a estrada de vinte palmos de largura e uma légua de comprimento por eles construída no Curato, doze anos antes.

02 de Agosto de 1844 – Deliberação Provincial que criou uma subdelegacia de polícia na Freguesia de Carapebus.

17 de setembro de 1852 – O delegado de polícia de Campos, Dr. Antônio Francisco de Almeida Barbosa, recebeu ofício de Domingos Pinto de Oliveira, subdelegado de Carapebus, solicitando a prisão de Mota Coqueiro.

17 de Setembro de 1853 – Criada, por Deliberação Provincial, uma Escola de Primeiras Letras para meninas na Freguesia de Carapebus.

06 de Abril de 1863 – Uma extraordinária enchente destrói completamente a ponte do Caxanga situada na Estrada Provincial de Campos-Niterói. Para as despesas da construção, o engenheiro do segundo Distrito enviou ao Governo o orçamento de 5:046$250 rs.

20 de Dezembro de 1868 – Decreto nº 1.868, criou escolas de instrução primária para o sexo masculino nas Freguesias de Macabu e Carapebus.

14 de Dezembro de 1870 – Decreto Provincial nº 1.550, mandou deduzir da verba de despesas com Igrejas Matrizes, do orçamento de 1871, até 12 contos de réis para a construção da matriz da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus.

13 de Agosto de 1872 – O Delegado de Polícia, a mando do Presidente da Província, deu início ao inquérito sobre o arrombamento, em Carapebus, do Canal Campos-Macaé.

27 de Novembro de 1872 – Decreto Provincial nº 1.728 autorizando deduzir da verba de obras públicas da lei do orçamento a quantia em que foi orçada a conclusão das obras da igreja matriz da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus.

02 de Agosto de 1874 – Neste dia, domingo, às 15 horas, após festivo almoço para quatrocentas pessoas, muitas chegadas do Rio de Janeiro pela manhã a bordo do navio Bezerra de Menezes, saiu de Imbetiba o trem que inaugurou a ligação ferroviária entre Imbetiba e Carapebus; aí chegando, às 16 horas e 30 minutos, o trem logo regressou a Macaé.

02 de Agosto de 1874 – Deliberação Provincial, que mandou instalar a escola feminina de Paciência, em Carapebus.

23 de Junho de 1875 – Criadas as Agências dos Correios nas estações de Sant'Ana e Carapebus, da Estrada de Ferro Macaé e Campos.

10 de Dezembro de 1875 – O Procurador da Câmara de Macaé, Sr. João de Almeida Lisboa, lavrou auto de infração aos responsáveis pela abertura da barra da Lagoa de Carapebus. Foram considerados infratores por não terem acatado as decisões dos responsáveis pelo trânsito do Canal Macaé-Campos. Pela Lei Provincial em vigor, cada infrator deveria pagar a quantia de duzentos mil réis.

26 de Julho de 1878 – Algumas pessoas que viajavam de trem, às 14 horas e 50 minutos, entre as estações de Santa Fé e Carapebus, presenciaram no céu, um meteorito ovóide de meio metro que emitia fortíssima luz verde; o fenômeno durou sete minutos.

20 de Julho de 1877 - Deliberação Provincial, que dividiu a Freguesia de Carapebus em três distritos escolares: o primeiro, com as escolas da sede da Freguesia; o segundo, com as do Rio das Pedras e o terceiro, com as do sertão de Macabu.

31 de Janeiro de 1876 - Deliberação Provincial, que nomeou uma comissão constituída pelo padre José Alves da Cruz, Capitão Rosendo José e Sr. José Gavinho Vianna para a conclusão das obras da Matriz da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus. As obras ficaram sob a direção geral do engenheiro do segundo Distrito. A Resolução fixava uma consignação de 800$000 rs. e aprovava o orçamento relativo à obra, num total de 19:641$613 rs.

04 de Janeiro de 1882 – Decreto Provincial nº 2.601, que autorizou deduzir da verba de obras públicas, a quantia de 5:250$000 rs. para a construção de um cemitério na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus.

27 de novembro de 1885 – A Província designou Francisco Augusto de Figueiredo e Lucilla de Figueiredo professores das escolas da Freguesia de Carapebus.

31 de Dezembro de 1887 – Lei Provincial nº 2.922, cujo artigo 28º, letra f, mandou efetuar a construção do cemitério de Carapebus.

11 de Julho de 1899 – Manoel Gomes Pinto assinou termo de contrato com a Câmara Municipal, na presença do presidente Dr. Alfredo Lopes da Cruz e do secretário, para a construção de um pontilhão e um aterrado no "Córrego do Florentino", no caminho que liga Itaquira à estrada de Carapebus.

03 de Outubro de 1894 – A Lei Estadual nº 94 criou três escolas para o sexo masculino no município de Macaé. Uma delas, em Paciência, distrito de Carapebus.

29 de outubro de 1896 – Manoel José de Abreu assinou com a Câmara Municipal contrato para a construção da ponte do Caxanga, no distrito de Carapebus, conforme proposta aceita em sessão de 15 de Outubro do mesmo ano.

30 de Julho de 1917 – Violento documento dos lavradores de Carapebus, com o propósito de não cumprirem as novas resoluções da Câmara Municipal referentes ao imposto de exportação da cana-de-açúcar.

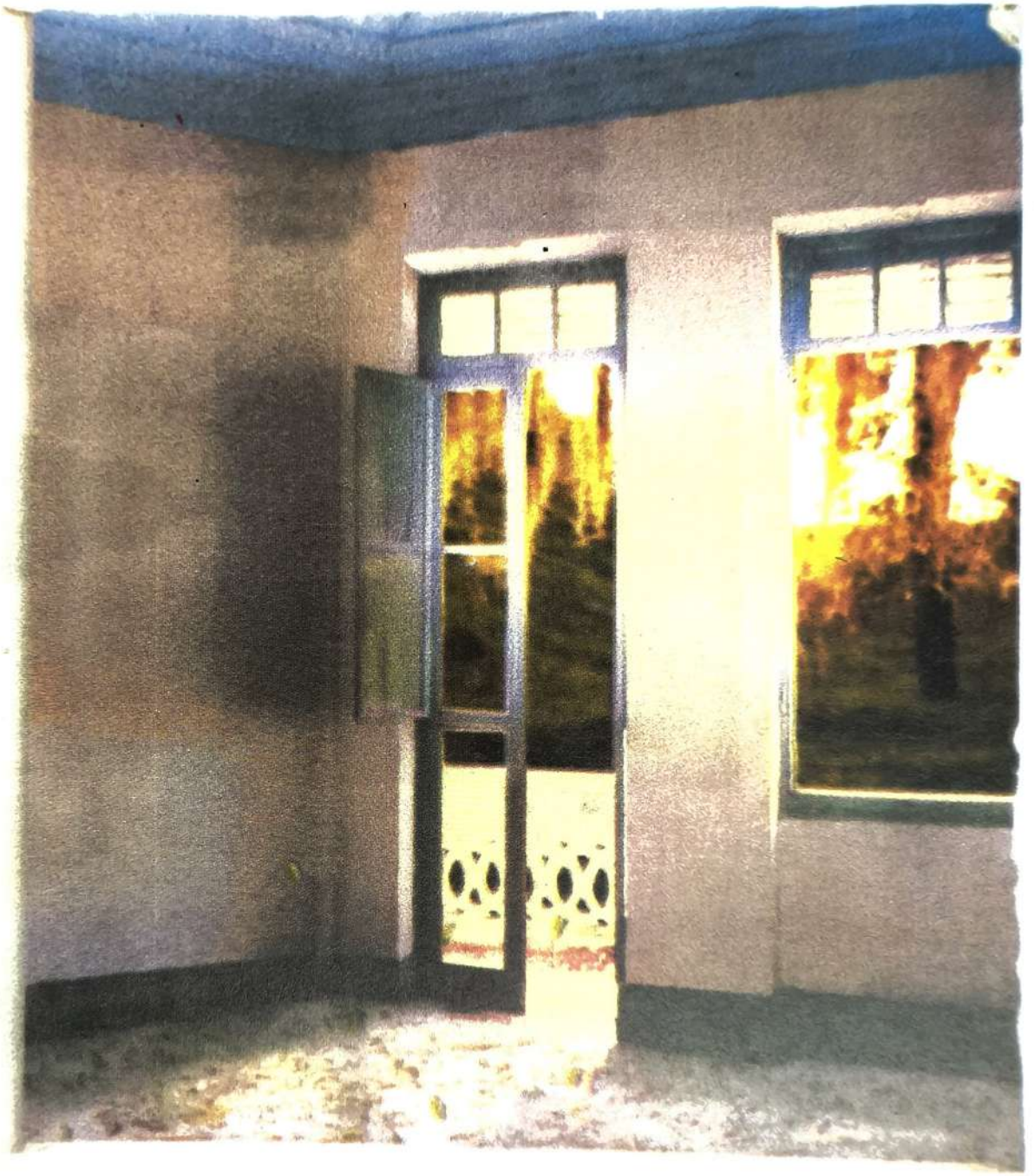
27 de Maio de 1928 – Em editorial, o Jornal Macaense *O Autonomista* protestou violentamente contra as inverdades publicadas no Jornal Carioca *A Manhã*, a respeito da atitude do povo carapebuense ante a invasão do navio grego Constantis Páteras, ocorrido na praia de Carapebus.

29 de Dezembro de 1929 – Deliberação Municipal nº 96 autorizou o Prefeito a construir uma estrada de rodagem, ligando a cidade de Macaé aos distritos de São José do Barreto, Carapebus e Quissamã.

Capítulo 10

Anexos

Carapebus
o passado no colorido



Interior da antiga casa de Pindobas

Acervo de Fotos:

Maria Aparecida Selem da Fonseca Claudino

Trechos do canal Campos-Macaé

Fotos: Odemir Barcelos da Silva

"Fotos Mimi"

Fotos: Odemir Barcelos da Silva

"Fotos Mimi"

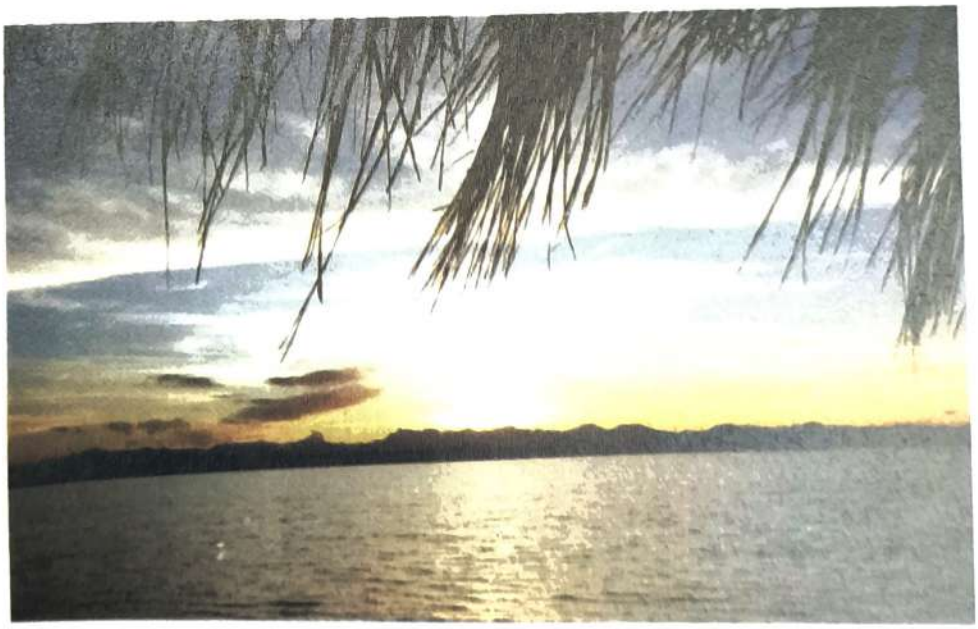
Canal do Maracujá

Fotos: Maria das Graças de Almeida

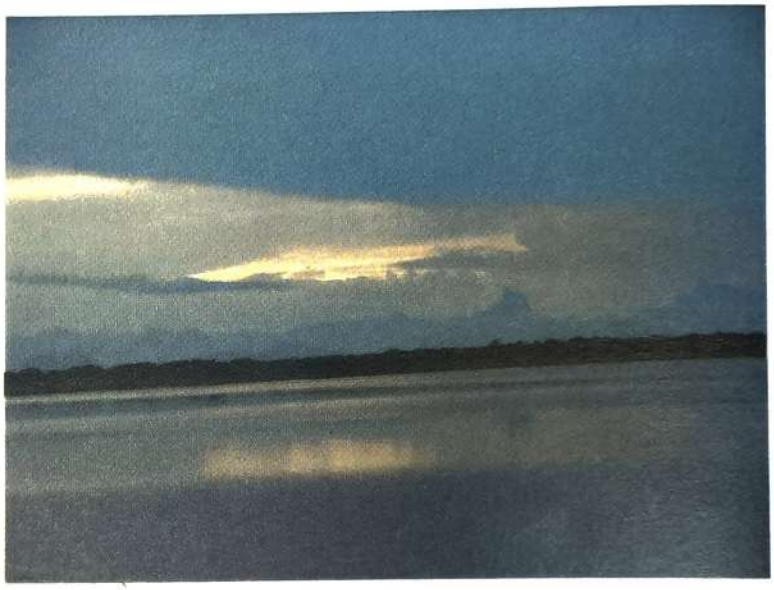
Fotos: Maria das Graças de Almeida

Lagoa de Carapebus

Por do sol

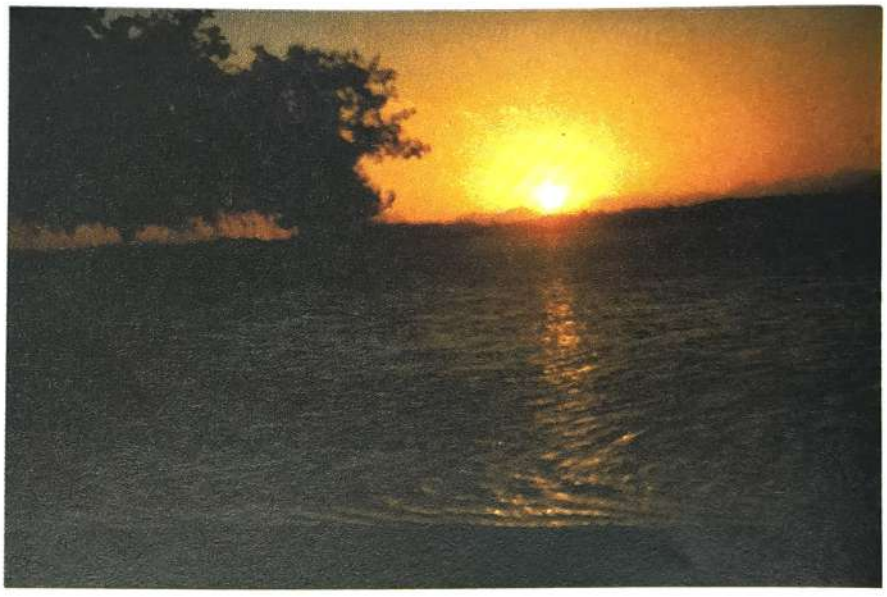


Fotos: Maria das Graças de Almeida



Fotos: Maria das Graças de Almeida

Fotos: Maria das Graças de Almeida



Fotos: Maria das Graças de Almeida

Lagoa de Carapebus

Vista parcial
Foto: Maria das Graças de Almeida

Barcos ancorados às margens da Lagoa
Foto: Maria das Graças de Almeida

Leito da lagoa

Abertura da Barra da Lagoa de Carapebus

Formação dos chamados "cavaletes"

Início da abertura

Águas da Lagoa correndo em velocidade para o mar, chegando a ultrapassar as barreiras de areias.

Conclusão do ato de abertura

Coleção: Tio Jorge

Águas da Lagoa correndo para o mar.

Fase inicial do ato de abertura

Formação de " coroas de areias" no mar.

Fase em que o cômoro do mar (bancos de areia) durante 20 a 30 dias (aprox//), vai se desfazendo até o fechamento completo da abertura inicial.

O cõmoro do mar retornando à sua origem para que ao final de 20 dias (aprox//), ocorra o fechamento completo da abertura.

Lagoa do Paulista

Lagoa do Paulista

Lagoa Encantada (um braço da Lagoa do Paulista)
"Os antigos pescadores da região, assim a denominam devido a lagoa ter a propriedade em mudar de cores, sob a ação da luz solar"

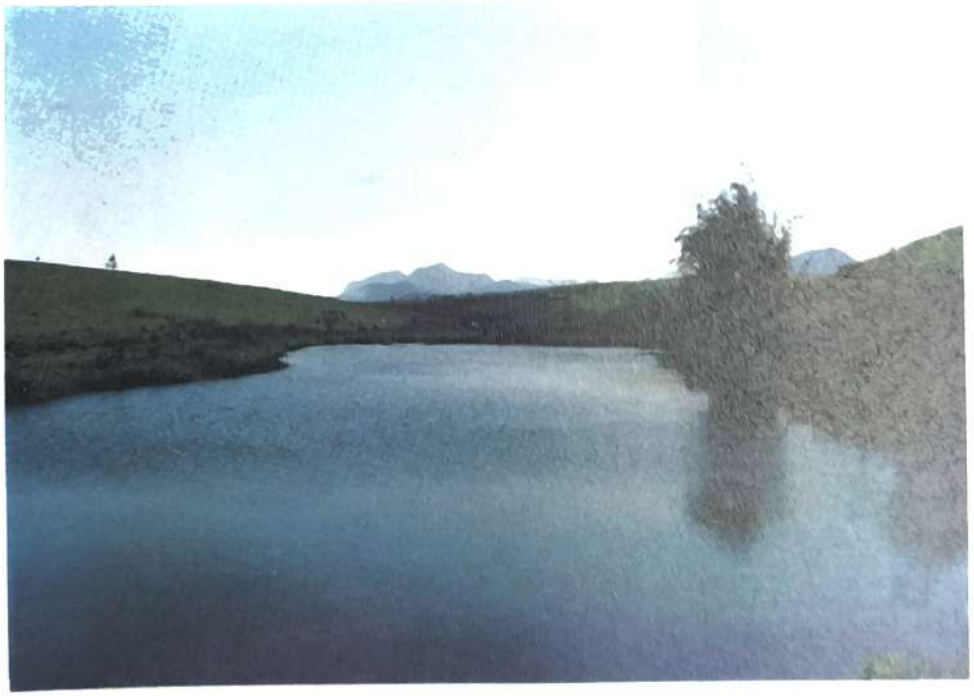
Foto: Maria das Graças de Almeida

Rios e Córregos

Córrego Grande

Foto: Odemir Barcelos da Silva

"Fotos Mimi"



Rio do Meio

Foto: Odilon da Silva Miranda

Foto "Miranda Produção"

Córrego das Pedras
Foto: Odemir Barcelos da Silva
"Fotos Mimi"

Largo do Caxanga

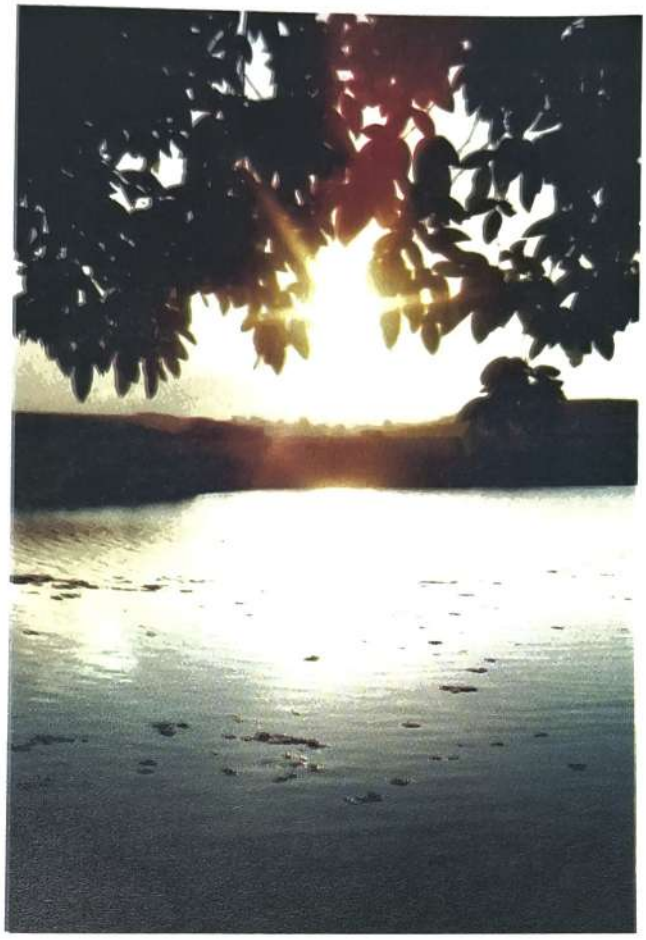
Porto Velho
Região dos Barreiros
"local onde antigos pescadores da região abrigavam-se com suas embarcações devido o forte vento sudoeste."

Rio Carrapato

Córrego das Canoas

Córrego dos Caboclos

Represa das Maricotas



Fotos: Odilon da Silva Miranda

Foto "Miranda Produção"

Fotos: Odilon da Silva Miranda

Foto "Miranda Produção"

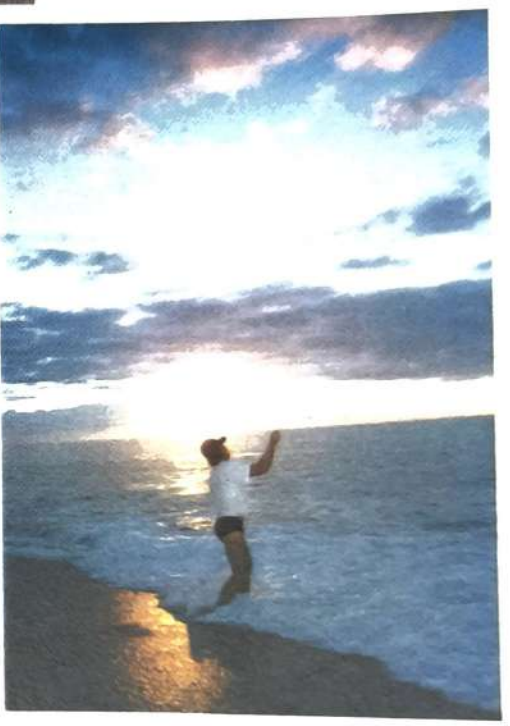
Praia de Carapebus

Mar agitado

Surfistas

Foto: Maria das Graças de Almeida

Coqueiro banhado pelas ondas do mar
Foto: Maria das Graças de Almeida



Pesca no mar
Pescador: Paulo Aquiles Vasconcelos Almeida

Reserva de Jurubatiba
(Breve amostragem)

Clúsia feminina

Clúsia masculina

Ninféia

Orquídea da restinga

Fotos: Maria das Graças de Almeida

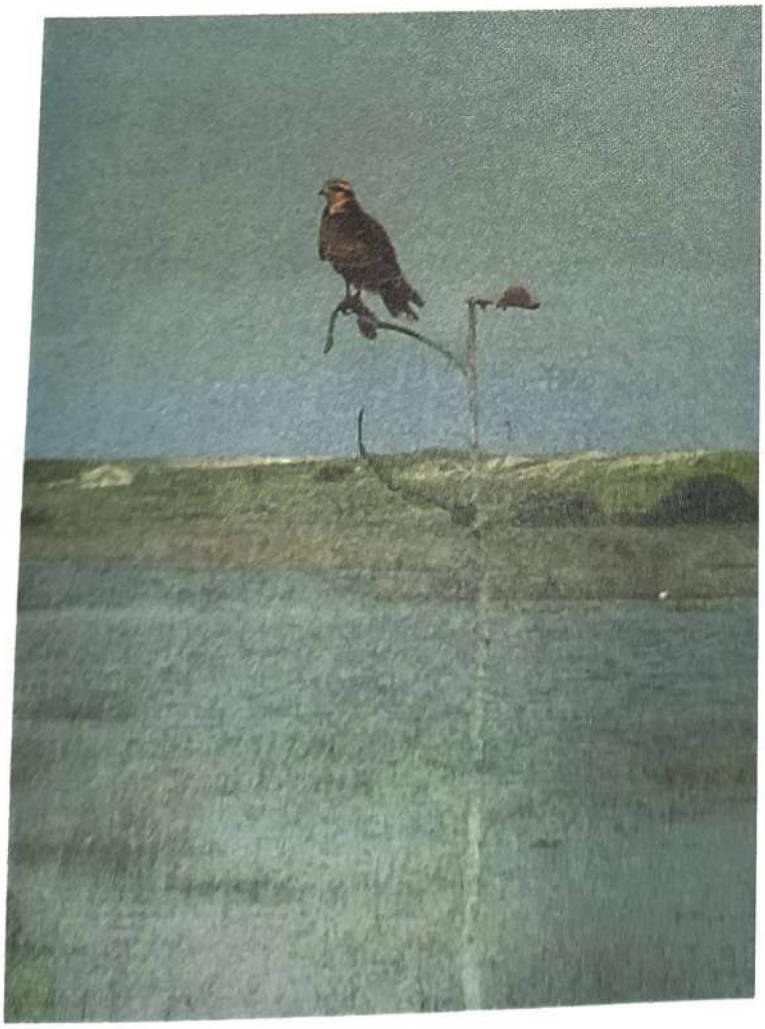
Lírio da restinga

Mandacaru

Fruto da palmeira guriri

Fotos: Maria das Graças de Almeida

Bromélia



Gavião

Fotos: Maria das Graças de Almeida

Filhote de beija-flor

Foto: Maria das Graças de Almeida

Coruja buraqueira

Coleção de fotos de Celma Pareto

Jibóia

Coleção de fotos de Celma Pareto

Borboleta da restinga

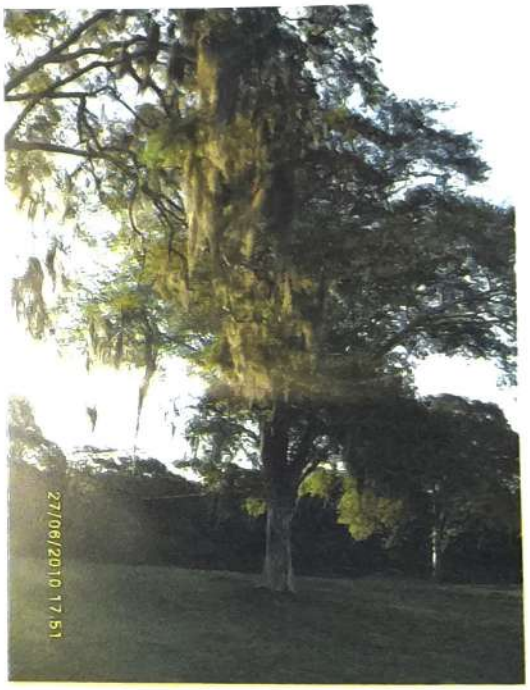
Coleção de fotos de Celma Pareto

Orquídea da restinga

Coleção de fotos de Celma Pareto

Sítio da "Amizade" - Antiga Fazenda do Goiabal
Local: Imbiú

Acervo de fotos de "Leilá"



Acervo de fotos de "Leilá"

Antigas Construções

Antiga casa-sede da Fazenda Mato Grosso (Córrego Grande), construída nos finais de 1800 e, atualmente, propriedade de Elmir Tavares Esteves. Grande parte de sua estrutura original de construção encontra-se preservada: a tradicional entrada com escada externa e varanda alta, os altos alicerces, os fortes esteios de sustentação de suas paredes de taipa e, ainda, suas portas e janelas trabalhadas com os recursos artesanais da época são expressivos das construções rurais da época.

Coleção: Francisco Ferreira Esteves e Elomir Tavares Esteves

Casa-sede da Fazenda Novo Destino, construída pelos finais de 1800 (aproximadamente) e, atualmente, propriedade dos familiares de João Gomes do Espírito Santo.

Residência de João Pimentel Ramos já totalmente em ruínas pelos finais de 1900.

"Até bem pouco tempo a bela e majestosa casa, ostentava em sua fachada principal de entrada, uma verdadeira obra de arte.Sua varanda contruída em "arco", expressava um estilo próprio das contruções habitacionais dos anos 40 e 50."

Foto: Odilon da Silva Miranda

Fotos: Miranda Produção

Solar da Fazenda São Domingos, construído em 1863 onde em sua fachada externa principal podem-se ver, escadarias em pedras, portas e janelas altas e os longos beirais de seu telhado. Completa, ainda, o seu conjunto arquitetônico típico das construções rurais da era cafeeira na Baixada Fluminense, o tradicional sino de bronze e o desenho em semi-círculo, destacando a data de sua construção.

É uma construção singela, sem os traços requintados do Neoclássico, já comum nas grandes capitais.

Coleção: Júlia Dias Tôrres Pessanha

Solar da Fazenda São Domingos
Vista lateral esquerda e fundos.

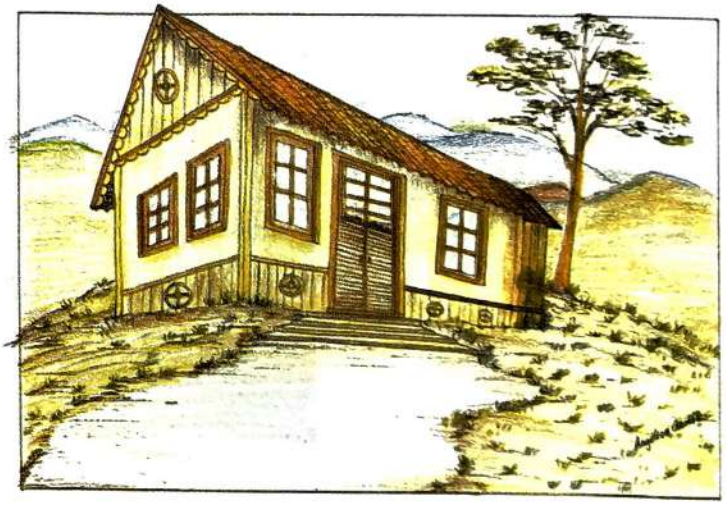
Coleção: Júlia Dias Tôrres Pessanha

Torre do alambique da fazenda São Domingos.

Coleção: Júlia Dias Torres Pessanha

Sobrado do Carrapato

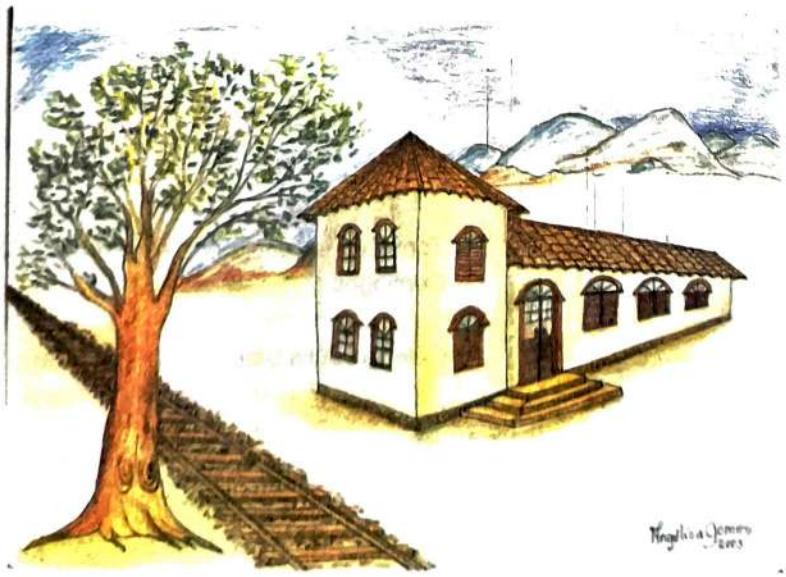
Desenho em tinta a óleo de Jorge Luiz Cunha



Residência de Manoel Pacheco de Lima

Local: Antiga Fazenda da Maitaca

Desenho a lápis de cor de Angélica Gomes



Residência de Orestes Caetano

Local: Fazenda Pau-Ferro (Região do Retiro)

Desenho a lápis de cor de Angélica Gomes

Casa-sede do Sítio "Xodó da Vovó",construída em 1926, sob a iniciativa de Octacílio Baptista de Mattos e, atualmente, pertencente a seus descendentes que a mantêm preservada, com suas linhas originais de construção.

"Estruturada em madeira da região, a majestosa casa demonstra vedação em alvenaria de argila, frontão triangular característico do Neoclássico, colunas de tijolo trabalhado, assim como o guarda corpo, deixando transparecer na região dos Morrinhos uma bela visão paisagística."

Coleção: Octacílio Baptista de Mattos

Antiga casa de Pindobas construída nos finais de 1800 por Manoel Machado Borba (Neco Machado) e, nos finais da década seguinte, de propriedade de Joaquim Gonçalves.

Acervo de fotos: Maria Aparecida Selem da Fonseca Claudino

Vista frontal da mesma casa de Pindobas, em vias de ser reestruturada. Porém, ainda deixando transparecer os resquícios de sua beleza original ao destacar sua varanda, tendo em sua parte alta o trabalho em lambrequins e, em sua base de sustentação, a simetria de seus emoldurados realçando também, o alto relevo de suas paredes.

Acervo de fotos: Maria Aparecida Selem da Fonseca Claudino

Vista panorâmica da antiga casa de Pindobas, já reconstruída, preservando, porém, os moldes de suas linhas originais de construção.

"As janelas, com folhas internas em vidro e caixilho e as externas de veneziana, mantêm o formato altaneiro que expressa a influência do Neoclássico das Capitais. O guarda corpo desenhado em argamassa e as colunatas já não são de madeira,denotando a modernidade."

Acervo de fotos: Maria Aparecida Selem da Fonseca Claudino

Torre do alambique de Itaquira.

Fábrica de aguardente (Alambique) de Itaquira.
Coleção: Família Filgueira

Antiga residência de Satiro Ferreira de Souza e familiares, construída no início da década de 1900, na região do Sapecado.

"Edificada em terreno de pequeno aclive, portas, janelas e esteios de sustentação demonstrando a fortaleza de madeiras maciças, extraídas da própria região e, ainda, paredes de taipa e cobertura de telhas fabricadas artesanalmente até a década anterior, a casa mantinha a originalidade de sua construção, própria ao estilo da época."

Foto: Odemir Barcelos da Silva

Fotos: "Mimi"

Igreja do Caxanga
Vista frontal

Igreja do Caxanga
Vista frontal e parte de sua lateral esquerda

Antiga residência e casa comercial de Itaquira

Capela de Nossa Senhora do Amparo construída antes da era Franciscana (antes de 1902). Local: Capelinha do Amparo

Cemitério centenário da Capelinha do Amparo.

Capela de Nossa Senhora das Graças construída na "Fazenda da Ingazeira", no início da década de 1940 por iniciativas da Direção da Usina Carapebus S.A.

Ambulatório Antônio Augusto da Paz

A obra foi idealizada pelo Comendador Antônio Augusto da Paz e concluída, em 1969, pelo seu filho, Olímpio Augusto da Paz, na ocasião, Presidente da Usina Carapebus S.A.

Colégio "Misto Estadual" (Colégio Velho) construído no século passado na sede da Vila de Carapebus.

Coleção: Iolanda Ribeiro Batista

Ponte Centenária construída sobre o Canal Campos-Macaé.
Local: Imbiú

Lembranças

Vila de Carapebus avistada do Alto da Boa Vista (vista parcial).
Década de 1970
Coleção Martins Boher – Fragmentos

Igreja de Nossa Senhora da Glória.
Década de 1970
Coleção Martins Boher – Fragmentos

Noiva, Cleusa Barreto Vasconcelos, no altar da Igreja de Nossa Senhora da Glória em Carapebus, pelo dia da celebração de seu casamento.
Ano: 1951
Coleção: "Cleusa Barreto Vasconcelos"

Carro de bois pertencente à Francisco Romão.
Local: Rio do Meio

Filtro d'água de cerâmica

Coleção: Maria Almeida Carneiro da Silva

Trem de ferro estacionado na estação Ferroviária de Carapebus.

Coleção: Iolanda Ribeiro Batista

Jogadores de Futebol de Carapebus reunidos no Estádio Rio-Branco, em Conceição de Macabu.
Time: Carapebus Esporte Clube
Ano: 1962
Agachados (da esq. para a dir.):
Abdiel Gonçalves - Ponta Direita
Edmar Rodrigues de Souza - Meia Direita
Edson Cesário Nunes dos Santos (Cachota) - Centro Avante
Délio Pereira da Fonseca - Meia Esquerda
Hélvio Adão Cesário Nunes dos Santos (Vica) - Ponta Esquerda

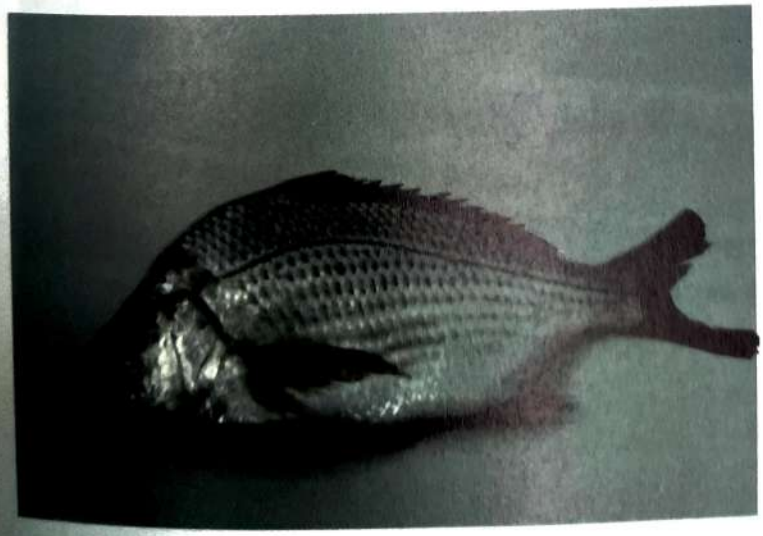
De pé (da esq. para a dir.):
Iomar Baptista Lamóglia (Mazinho) - Técnico do time
Ailton dos Santos Gavinho - Lateral Direita
rlando Gomes de Almeida - Lateral Direita
)berto Pascoal - Goleiro
sé Carlos Lamóglia - Beque Central
inaldo Francisco de Paula - Meio de Campo
ão Cesário Nunes dos Santos - Lateral Esquerda

Acervo de fotos de Elizabeth Vasconcelos

Azulejo holandês, estilo Delft, fabricado no século XIX, proveniente da extinta casa grande da Fazenda Caxanga, em Carapebus, pertencente ao Comendador José Gavinho Vianna.
Foto: Claudia Barreto
Colleção Dona Rosa Joaquina
Macaé – RJ

Talha de barro trabalhada à mão escrava.

Coleção: "Família Castilho"



Carapeba
O peixe genérico da Lagoa de Carapebus

Construção da Praça Frei Balthasar Wix O.F.M (Praça da Matriz).
Foto: Maria das Graças de Almeida

Vista parcial da cidade de Carapebus tomada a cem metros de altitude.
Foto: Maria das Graças de Almeida

Capítulo 11

Fontes de Pesquisas

Fontes de Pesquisas

ALCOFORADO, Pedro Guedes. *O tupi na geografia fluminense.* Niterói, RJ: [s.n], 1950.

ABREU, Antonio Izaías da Costa. *Municípios e topônimos fluminenses:* história e memória. Niterói, RJ: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994

BORGES, Armando. *História da economia de Macaé.*[s.l]. : Damadá, [s.d].

BORGES, Armando. *Histórias e lendas de Macaé.* Campos dos Goytacazes: Lar Cristão, 1996.

BORGES, Armando. *Histórias e lendas de Macaé.* 2ª ed. Itaperuna, RJ: Damadá, 2005.

CASADEI, Thalita de Oliveira. *Páginas de história fluminense.* Niterói, RJ: Casa do Homem de Amanhã, 1971.

CALMON, Pedro. *História do Brasil:* século XX: a república e desenvolvimento nacional. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. Vol. 2. Contém 970 ilustrações.

CARNEIRO, Marília B. S. *Atos e fatos da antiga Campos.* São Gonçalo, RJ: A Gaivota Dados, 1985.

CARVALHO, Augusto de. *Apontamentos para a história da Capitania de São Thomé.* Campos dos Goytacazes, RJ: Typ e Lith de Silva Carneiro & Companhia, 1888.

CASCUDO, Luiz da Câmara. *Geografia dos mitos brasileiros.* 2ª ed. São Paulo: Global, 2002.

EDELWEISS, Frederico G. *Estudos tupis e tupis-guaranis:* confrontos e revisões. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1969.

ESTEVES, Francisco de Assis. *Ecologia das lagoas costeiras do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e do Município de Macaé.* Macaé, RJ: UFRJ/NUPEM, 1998.

FEYDIT, Júlio. *Subsídios para a história dos Campos dos Goitacazes:* desde os tempos coloniais até a proclamação da república. Rio de Janeiro: Esquilo, 1979. Edição comemorativa dos festejos do Santíssimo Salvador.

GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil:* das origens à extinção do tráfico. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

GUIA do folclore fluminense. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1985

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*: a época colonial: do descobrimento à expansão territorial. 5ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1976. vol. 1 t. 1.

LAEMERT, Eduardo & LAEMERT, Henrique. *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro*. s.n.t. Período de 1844 a 1889.

LAMEGO, Alberto. *Efemérides da Terra Goytacá*. Niterói, RJ: Diário Oficial, 1945. vol. 1 .

LAMEGO, Alberto. *Efemérides da Terra Goytacá*.Niterói, RJ: Imprensa Estadual, 1947. vol.8.

LAMEGO, Alberto. *A terra Goytacá à luz de documentos inéditos:* 1500 a 1674. Paris-Bruxelles: Livraria Garnier, 1913. vol. 2.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a restinga*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lidador, 1974.

LEMOS, A. Barbosa. *Pequeno vocabulário tupi*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.

LIMA, Maria da Glória D'Almeida. *Pérola entre o rio e o mar:* história de Rio das Ostras. Rio das Ostras: Gráfica Poema, 1998. Projeto Memórias da Fundação Rio das Ostras de Cultura.

MACAÉ. SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO. *Macaé síntese geo-histórica*. Macaé, RJ: SEMCTUR, 1990.

MARCHI, Carlos. *Fera de Macabu:* a história e o romance de um condenado à morte. Rio de Janeiro: Record, 1998.

MARCHIORI, Maria Emília Prado et al. *Quissamã*. Rio de Janeiro: SPHAN/ Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

MICHALANY, Douglas. *Atlas enciclopédico brasileiro:* o passado e o presente de nossa história. 6ª ed. São Paulo: Didática Paulista; Michalany, 2002.

NOGUEIRA, Lacerda N. Primórdios do ensino público na Província Fluminense. IN: *Revista da Academia Fluminense de Letras*. Separata do volume XI. Niterói, RJ: [s.n.], 1960.

NICOLAU, Jairo Marconi. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. (Descobrindo o Brasil).

OLIVEIRA, Jesus Edésio de. *Eu sou Quissamã*. Casimiro de Abreu, RJ: Poema; Quissamã, RJ: Espaço Cultural José Carlos de Barcellos, 2000.

OLIVEIRA JUNIOR, Desidério Luiz de. *Legislação sobre os Municípios, comarcas e districtos:* abrangendo o período de 6 de março de 1835 a 31 de dezembro de 1925. Rio de Janeiro: Typ do Jornal do Commercio, 1926.

OSCAR, João. *Escravidão & engenhos*: Campos, São João da Barra, Macaé, São Fidélis. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985.

PARADA, Antonio Alvarez. *Coisas e gente da velha Macaé*: crônicas históricas. São Paulo: Do Autor, 1958.

PARADA, Antônio Alvarez. *Histórias curtas e antigas de Macaé.* Rio de Janeiro: Artes Gráfcias, 1995. vol. 2

PARANHOS, Paulo. *São João da Barra*: apogeu e crise do Porto do Açúcar do norte-fluminense. Teresópolis, RJ: Revista da Cidade Gráfica e Editora, 2000.

PILETTI, Nelson. História da Educação no Brasil. São Paulo; Átila, 1990.

PORTO, Walter Costa. *História eleitoral do Brasil.* Brasília, DF: Senado Federal, 1989.

REYS, Manoel Martinz do Couto. *Manuscritos de Manoel Martinz do Couto Reyz:* descrição geographica, pulitica e cronographica do Districto dos Campos Goiatacaz. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

RINO, Antonio. Caminhos fluminenses. *Revista da Academia Fluminense de Letras,* Rio de Janeiro, v. 6, separata, 1953.

RIBEIRO, Berta Gleizer. *O índio na história do Brasil.* 3ª ed. São Paulo: Global, 1983.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*: a formação e o sentido do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, Jucenir. *Brasil em três tempos*: 1500 a 2000: a história é essa? São Paulo: FTD, 2000.

RODRIGUES, Hervé Salgado. *Na taba dos goytacazes.* Niterói, RJ: Imprensa Oficial, 1988.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil (1930/ 1973). Petrópolis, Editora Vozes LTDA, 1978.

SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional.* 3ª ed. Salvador, BA: [s.n.], 1928.

SAINT HILAIRE, Auguste de. Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes. In: _____. *Voyages dans l'interieur du Brésil.* Paris: Grimbert et Dores, Libraires, 1830. Tomo 2.

SILVA, José Carneiro da. *Nova edição da memória topograp'hica e histórica sobre os Campos dos Goytacazes*: com uma noticia breve de suas produções e commercio. Rio de Janeiro: Imprensa Régia; Typographia Leuzinger, 1907.

SILVA, Osório Peixoto. *Os momentos decisivos da história dos Campos dos Goitacazes.* Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social da Petrobrás, 1984.

SILVA, Herculano Gomes da. *Macabu a história até 1900.* 1997. Edição do Autor. Conceição de Macabu: Gráfica Macabu, 1997.

SOUZA, Bernardino José de. *Ciclo do carro de bois no Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. Edição comemorativa do 30º aniversário de fundação da Companhia Editora Nacional.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi*: significados dos nomes geográficos de origem tupi, São Paulo: Traço, 1985.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

REVISTA DA ACADEMIA FLUMINENSE DE LETRAS. Niterói, RJ: s.n, vol. 6, 1953.
REVISTA COMMERCIAL DA ASSOCIAÇÃO DO COMMÉRCIO, INDÚSTRIA E LAVOURA DE MACAHÉ. Campos dos Goytacazes, RJ: EMP, jun. 1923.
REVISTA MUNICÍPIOS EM DESTAQUE: Campos dos Goytacazes. Rio de Janeiro: [s.n.], nº 39, edição especial de outubro de 1990
REVISTA MUNICÍPIOS EM DESTAQUE: Campos dos Goytacazes. Rio de Janeiro: [s.n.], nº 57, edição especial de setembro de 1994.
REVISTA MUNICÍPIOS EM DESTAQUE: Macaé. Rio de Janeiro: [s.n.], nº 56, edição especial de julho de 1994.
REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRAPHICO E ETHIMOGRAPHICO DO BRAZIL. Rio de Janeiro: Tipographia Lithographica e Encadernação a vapor, 1884. vol.1, tomo: 47, parte 1 e 2.
REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRAPHICO E ETHIMOGRAPHICO DO BRAZIL. Rio de Janeiro: Tipographia Lithographica e Encadernação a vapor, 1886. vol.1, tomo: 49, parte 1 e 2.
REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brasil, 1893. tomo LVI parte 1.
REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: IHGB, Vol. 197, out./dez. 1947.
REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: IHGB, Vol. 208, jun./set. 1950.
CARAPEBUS: História e vida. Vol. 1, nº 1. Carapebus, RJ: [s.n, s.d.].

RELATÓRIOS PROVINCIAIS

RELATÓRIO DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO: 1850.
RELATÓRIO DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO: 1858
RELATÓRIO DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO: 1864-1867
RELATÓRIO DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO: 1870-1878
RELATÓRIO DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO: 1880-1884

JORNAIS

O DEBATE. Macaé, RJ, 1983-1985
JORNAL DA CIDADE. Macaé, RJ, 1970-1972.
JORNAL DA CIDADE, Macaé, RJ, 1983-1986
JORNAL O REBATE. Macaé, RJ, 1969-1971.
JORNAL O REBATE. Macaé, RJ, 1982-1985.
O LYNCE. Macaé, RJ, 1903-1905
MONITOR MACAHENSE, Macaé, RJ, 1865-1869.
O PRAIANO. s.l, 1926-1932

LIVROS DE REGISTROS

LIVRO de atas de termo de entrada de irmãos para a Irmandade do Santíssimo Sacramento de 1838 (era do Curato) à 1875 (era da Freguesia).
LIVRO de registros de atas de reuniões dos Associados do Sindicato dos Lavradores de Carapebus nos períodos de 1935/1965.
LIVRO de registros de casamentos civis do Cartório do Ofício Único de Carapebus no período de 1823/1835 e de 1930/1940.
LIVRO de registro de óbitos e sepultamentos de pessoas adultas, livres e cativas ocorridos na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus nos períodos de 1856/1880 e de 1886/1888.
LIVRO de registros de termos de casamentos realizados na Matriz da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus, em oratórios particulares e nas capelas da Matriz nos períodos de 1861/1890.
LIVRO de tombos da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Glória de Carapebus.
LIVRO de atas da Primeira Igreja Batista de Carapebus – Período (1927 à 1945).

COLEÇÕES PÚBLICAS E PARTICULARES

Documentação histórica do Acervo Jornalístico de Luiz Ernesto O. C. da Silva

Coleção de artigos publicados por J. B. de Atayde no jornal O Rebate, ano 1969, sobre "Carapebus e sua história".

ARQUIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ:

Livro de atas de instalação de mesas eleitorais e conclusão de trabalhos da 1ª seção do 3º distrito de Macaé (Carapebus) entre os períodos de 1902-1908
Livro de alistamento eleitoral do Município de Macaé e de seus distritos de 1892-1896
Livro de documentação do período imperial – 1822- 1889.

ARQUIVOS DE DOCUMENTAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL THOMAZ GOMES – 1947-1957.

LOCAIS DE PESQUISAS

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro: Sala de consultas.

Arquivo Público Municipal de Campos: Biblioteca

Biblioteca Nacional – RJ: Setor de Obras raras, manuscritos, iconografia, periódicos e microfilmagem.

Biblioteca Central da UFF – Campus de Gragoatá, Niterói, RJ: Setores: Centro de Memória Fluminense – Coleções Carlos Mônaco e Ayrton Pinto Ribeiro.

Biblioteca Cultural "José Carlos Barcellos" – Quissamã, RJ.

Biblioteca do Colégio Thomaz Gomes de Carapebus

Biblioteca Pública Estadual de Niterói, Rj – Sala Mattoso Maia – Acervo de História Fluminense.

Biblioteca Pública Municipal Dr. Télio Barreto – Macaé, RJ.

Biblioteca Municipal de Carapebus – Carapebus, RJ.

Biblioteca Estadual do Rio de Janeiro (Biblioteca Celso Kelly) Setores: Leitura Geral e Referências, Coleção Rio de Janeiro, Jornais e Revistas.
Centro de Informações e Dados do rio de Janeiro – Fundação CIDE

Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – IPHAN – RJ: Biblioteca Amadeu Amaral.

Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima – Biblioteca Municipal Nilo Peçanha. Setores: Acervos de Pesquisa e Periódicos – Campos Goytacazes, RJ.
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Setores: Salas de Leituras Dr. José Vieira Fazenda

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Setores: Biblioteca Izaac Kerstinetzky, Documentação Territorial e Cartográfica.

Museu Nacional do Índio – Biblioteca Marechal Rondon, RJ

SEMAPH – Centro de Memória Antonio Alvarez Parada – Macaé, RJ.: Sala de Leitura

O que é Muiraquitã

O muiraquitã é simbolizado por um artefato de Jade encontrado no Baixo Amazonas, especialmente nos arredores de Óbidos e nas praias entre a foz dos rios Nhamundá e Tapajós. Possui formas diversas e segundo a lenda amazônica, o muiraquitã era um presente ofertado aos homens, pelas amazonas, após um ritual amoroso que se realizava anualmente ao redor do lago Espelho da Lua (iaci-uaruá). De acordo com a tradição e a crendice indígena ele é considerado a pedra da felicidade.

Escolhemos o perfil da tartaruga para simbolizar nosso Muiraquitã por ser um ícone que significa muito na causa da Amazônia e no meio ambiente.

A Editora Muiraquitã iniciou suas atividades editoriais em 1991.
E o primeiro livro foi lançado durante o evento RIO ECO-92.

www.editoramuiraquita.blogspot.com
editora.muiraquita@gmail.com

Rua José Clemente, 73 Gr. 505 / 507 Centro - Niterói - RJ - 24020-104
Fax e Tels: 21 2620 2788 / 21 98204-2036

Copa das Confederações - Brasil
XXVIII Jornada Mundial da Juventude - Rio
XXII Aniversário da Editora Muiraquitã - Niterói

Esta obra foi composta em Palatino, impresso sobre o papel Off-Set 90 g/m² no miolo e papel Cartão Supremo 250 g/m² na capa fornecidos por GRÁFICA IMAGINAÇÃO, para EDIÇÕES MUIRAQUITÃ LTDA.

DEZEMBRO 2013

Anna Maria Vasconcellos Almeida,

é natural de Carapebus, cidade do Norte Fluminense. Entre 1970 e 1990, residiu em Niterói onde concluiu dois cursos de Graduação: Enfermagem, na Universidade Federal Fluminense (UFF), e Psicologia Clínica, na FAMATH (Faculdades Integradas Maria Teresa). Na UFF, obteve também o título de Pós graduada em Metodologia do Ensino Superior e, na FAMATH, de Licenciatura Plena em Psicologia.

Dedicou se ao magistério por doze anos. Lecionou na FESO (Fundação Educacional Serra dos Órgãos), em Teresópolis (RJ), como professora titular na FET (Faculdade de Enfermagem de Teresópolis) e atuou na área de Psiquiatria e Saúde Mental do curso de Graduação em Enfermagem. Lecionou ainda em cursos profissionalizantes de Enfermagem no Centro Educacional de Niterói e em outras Instituições de Ensino, como o Colégio Mater et Magistra, em Niterói.

Na área da saúde, exerceu o cargo de Enfermeira Chefe do Ambulatório do IASERJ, em Niterói, durante dois anos, e de Coordenadora do Programa de Saúde Mental do Município de Carapebus, por seis anos.

Em 1998, deu início à concretização de seu grande e antigo sonho: retornou à terra natal com o inabalável desejo de publicar a história de Carapebus: história e, mais ainda, estórias, lendas, mistérios, fatos pitorescos. Inspirada nas belas crônicas de seu pai, Anna presenteia não só os carapebuenses, mas todos aqueles que reconhecem que o passado – sempre forte e vigoroso – habita, transforma e enriquece o presente. Nas páginas do passado de Carapebus, Anna faz brotar sua mais profunda raiz; nas páginas do passado de Carapebus, deixa falar seu mais franco afeto por sua gente.

Tereza Cristina B. Calomeni

Com o propósito de resgatar a memória histórica do Município de Carapebus, a presente obra traz à tona, para nosso conhecimento, o registro de relevantes fatos ocorridos na região entre os séculos XVII e início do XX. No zeloso caminho de sua pesquisa, a autora, Anna Maria, cuidou para que os diversos conteúdos temáticos de seu trabalho ressalvassem a importância sociocultural regional. Suas raízes históricas, seu povo, colonização, seu contexto socioeconômico.

Para melhor enriquecer os seus textos, a autora recorreu a valorosas fontes de informação, pautadas em obras de renomados escritores que historiografaram as regiões do Norte Fluminense. Porém, foi na narração oral do povo que encontrou a verdadeira "guardiã" para despertar, no sentimento de novas gerações carapebuenses, um profundo sentimento de identidade e cidadania.

Pe. Luiz Cláudio Azevedo de Mendonça
Membro da Academia Friburguense de Letras
Assessor Vicarial da Pastoral da Cultura e
Presidente do Museu Sociorreligioso D. Clemente Isnard
de Conceição de Macabu RJ

ISBN 978-85-7543-137-5
9 788575 431375
Muiraquitã
editora.muiraquita@gmail.com
Apoio Cultural